

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

***MORRER PELO PARAÍSO. O TERRORISMO INTERNACIONAL NA CAXEMIRA:
entre a Guerra por Procuração e o *Jihadismo* Instrumental. 1989-2009.***

Edson José Neves Júnior

Porto Alegre

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

***MORRER PELO PARAÍSO. O TERRORISMO INTERNACIONAL NA CAXEMIRA:
entre a Guerra por Procuração e o *Jihadismo* Instrumental. 1989-2009.***

Dissertação apresentada como exigência para conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Edson José Neves Júnior

Orientador: Professor Dr. Raúl Enrique Rojo

Porto Alegre

2010

Edson José Neves Júnior

***MORRER PELO PARAÍSO. O TERRORISMO INTERNACIONAL NA CAXEMIRA:
entre a Guerra por Procuração e o *Jihadismo* Instrumental. 1989-2009.***

Dissertação apresentada como exigência para conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 14 de junho de 2010

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr.^a Carla Brandalise - PPG Relações Internacionais - UFRGS

Professor Dr. Carlos Enrique Ruiz Ferreira - PPG Relações Internacionais - UFRGS

Professor Dr. Henrique Altemani de Oliveira - PPG Relações Internacionais -
PUC/SP

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família. Para minha filha, a Valquíria, que muitas e muitas alegrias tem me proporcionado. Para a Amanda dos Santos, amada companheira de todas as horas. Para minha cunhada Melody e meu cunhado Uillian, pelo apoio e pela parceria nos eventos familiares festivos. Para minha querida avó “adotada”, dona Adelman Schmidt, uma inspiração para toda a família pela sua experiência de vida e pela dedicação e carinho com que cuida de todos nós.

AGRADECIMENTOS

Um especial agradecimento ao professor e orientador Raúl Enrique Rojo pelas profícuas reuniões de orientação, que tão bem fizeram a minha formação intelectual e ao andamento deste trabalho de pesquisa, e pela hábil condução das discussões nas três disciplinas que cursei sob sua supervisão. Esta dissertação não seria possível sem sua orientação.

Aos professores do Mestrado pelas aulas nas quais, além de debater pertinentes assuntos das Relações Internacionais, tive a oportunidade de discutir o objeto desta dissertação, meu profundo agradecimento.

Agradeço a professora doutora Carla Brandalise e ao professor doutor Carlos Schmidt Arturi pelas críticas, sugestões e observações quando da banca de qualificação. E aos professores doutores Henrique Altemani de Oliveira, Carlos Enrique Ruiz Ferreira, e novamente à professora doutora Carla Brandalise, por aceitarem participar da banca de defesa e pelas sugestões feitas a este trabalho de pesquisa.

Ao Mestrado em Relações Internacionais que garantiu as condições para a realização desta pesquisa, bem como, oportunizou a participação em Congressos científicos, nos quais pude interagir e aprender com especialistas da área. Um particular agradecimento à Maria Beatriz Accorsi pelo profissionalismo, mas também pela dedicação e carinho que sempre dedicou aos alunos do Mestrado.

Agradeço ao professor doutor André Luiz Reis da Silva que supervisionou meu estágio docente na disciplina de História das Relações Internacionais. Foram muito valiosas todas as dicas e conselhos.

Agradeço também aos colegas de mestrado Alexandre Dias Rodrigues, Dominic Wimmer, Fernando Mbebe, Heitor Bonatto, Paloma de Moraes Correa, Viviane Bischoff, George Wilson dos Santos Sturaro e Leonardo Miguel Alles pelas sugestões e críticas ao meu trabalho e pela parceria nesta jornada que foi o curso de Mestrado.

Especiais agradecimentos aos colegas e amigos Rodrigo Fracalossi de Moraes e Marc Antoni Deitos pelos debates sobre o curso, aulas e nossos projetos

de pesquisa, pela parceria nas palestras e congresso. A participação e apoio de vocês deixaram o Mestrado bem mais agradável.

Agradeço também ao estimado grande amigo Rodrigo Torsiano Martins pelos sábios conselhos e pelo estímulo ao ingresso neste Programa de Mestrado.

À “minha senhora” Amanda Kizzy Nicolle Schmidt dos Santos pelo apoio moral, pela dedicação e por compreender minha ausência nas difíceis horas de pesquisa e produção textual.

Aos meus cunhados, Melody Claire Schmidt dos Santos e Uillian Vargas, pela amizade, pelos momentos de lazer e descontraídas conversas. Agradeço também à Dona Adelmá Schmidt, minha “avó” por merecimento, és realmente uma grande mulher.

E, por fim, agradeço a minha filha Valquíria Camboim Neves pelo simples fato existir e tornar minha vida mais alegre.

Resumo:

O objetivo desta dissertação é efetivar um estudo de casos acerca da atuação das três principais organizações terroristas islamistas atuantes na região da Caxemira, uma região disputada por Paquistão e Índia, no período que vai de 1989 a 2009. O conflito pela Caxemira persiste há pouco mais de seis décadas e pelo seu domínio foram travadas duas grandes guerras, em 1947-1948 e em 1965, alguns conflitos efêmeros e embates recorrentes. Como resultado prático dos conflitos, o território da Caxemira foi dividido entre os contendores, tendo por referência limítrofe uma Linha de Controle reconhecida bilateralmente em 1972. A hipótese que orienta a dissertação defende que, seguindo as diretrizes de uma estratégia de política externa do Paquistão, de Guerra por Procuração, em finais dos anos oitenta atores privados religiosos fundamentalistas islâmicos passaram a atuar no conflito utilizando técnicas de ataque terrorista contra autoridades e população civil habitantes da porção caxemir administrada pela Índia. Ademais, estas organizações receberam o patrocínio e foram controladas pelo principal Serviço Secreto militar paquistanês, o ISID – Diretoria de Serviços de Inteligência Interligados. Assim, contando com o respaldo de setores do Estado paquistanês, como o referido Serviço Secreto, estas organizações terroristas aumentaram seu poder relativo dentro do Paquistão e no contexto regional da Ásia Meridional, trazendo problemas relacionados ao incremento da ingovernabilidade do poder central e das disputas sectárias no Paquistão, bem como, a disseminação da ação terrorista transnacional no subcontinente indiano e no Oriente Médio.

Palavras-Chave: Conflito pela Caxemira. Organizações Terroristas Islâmicas Transnacionais. Terrorismo Internacional. Caxemira. Paquistão. Índia.

Abstract:

This dissertation presents a case study on the performance of three major Islamic terrorist organizations operating in the region of Kashmir, a region disputed by Pakistan and India from 1989 to 2009. The conflict over Kashmir lasts for more than six decades now and two major wars were fought over its control, in 1947-1948 besides other ephemeral conflicts and clashes. As a practical result of conflict, the territory of Kashmir has been divided between the contenders, the 1972 Line of Control being a reference frontier acknowledged bilaterally. The hypothesis that guides the dissertation argues that, following the guidelines of a Pakistani foreign policy strategy, the “war by proxy”, civil religious Islamic fundamentalists started, in the late eighties, to launch terrorist attacks against authorities and the civilian population of the territory under Indian control. These organizations received the patronage and were controlled by the main military Secret Service of Pakistan, the ISID - Inter-Services Intelligence Directorate. With the support of sectors of the Pakistani state, such as the Secret Service, these terrorist organizations have increased their relative power within Pakistan and in the regional context of Southern Asia, bringing problems related to a growing crisis of governability and sectarian disputes in Pakistan, as well as the spread of transnational terrorist action in the Indian subcontinent and the Middle East.

Keywords: Kashmir Conflict. Transnational Islamic Terrorist Organizations. International Terrorism. Kashmir. Pakistan. India.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mapa da Caxemira	p. 25
Ilustração 2 – Plano para o Paquistão elaborado por Choudhary Rahmat Ali, em 1940	p. 32
Ilustração 3 – Jinnah, o Quaid-i-Azam “Grande Líder”	p. 34
Ilustração 4 – Fuga de Muçulmanos de Delhi em setembro de 1947	p. 35
Ilustração 5 – Mapa dos Principais Grupos Étnicos no Paquistão	p. 59
Ilustração 6 – Organograma com as Divisões do Islamismo no Paquistão.	p. 66
Ilustração 7 – Mapa com o Avanço da Dinastia Dogra	p. 81
Ilustração 8 – Mapa com as Fases da Operação “Grand Slam” do Exército paquistanês na guerra de 1965.	p. 119
Ilustração 9 – Mapa Destacando a Geleira Siachen	p. 127
Ilustração 10 – Militante jihadista paquistanês	p. 162
Ilustração 11 – Organograma dos Grupos Radicais atuantes na região de Jammu e Caxemira	p. 163
Ilustração 12 – Localização do Quartel General e Bases do Grupo Hizb-ul Mujahidin	p. 172
Ilustração 13 - Sede da micro-rede terrorista “LeT-MDI-JuD”. Muridke, Punjab / Paquistão	p. 174
Ilustração 14 – Organograma da Sub-Rede Terrorista no Paquistão – MDI-LeT-JuD	p. 176
Ilustração 15 – Esquema do evolver dos principais grupos deobandis atuantes na Caxemira	p. 179
Ilustração 16 – Rede de organização e atuação dos grupos radicais deobandis	p. 182
Ilustração 17 – Violência dos grupos terroristas na Caxemira	p. 184
Ilustração 18 – Mapa dos Estados Indianos de Uttar Pradesh e Assam	p. 218

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desenvolvimento Quantitativo dos Madraçais no Paquistão até 1982	p. 51
Tabela 2 – Número de Estudantes (Est.) e Professores (Prof.) em Madraçais de 1960 a 1983	p. 52
Tabela 3 – Fatalidades envolvendo grupos terroristas e forças de segurança em território paquistanês, a partir a segunda metade do governo do General Pervez Musharraf (2003 – 2008)	p. 57
Tabela 4 – Madraçais paquistaneses vinculados ao Hizb-ul-Mujahidin	p. 241
Tabela 5 – Madraçais paquistaneses vinculados a micro-rede LeT-MDI-JuD	p. 244
Tabela 6 – Madraçais paquistaneses vinculados aos grupos deobandis JeM, HuJI e HuM	pp. 246-247
Tabela 7 - Organizações Filantrópicas e o suporte aos grupos terroristas na Caxemira	p. 248

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Paquistão: Desajustes Internos e Fonte de Tensões no Sul Asiático.....	27
1.1 Sobre a formação do Paquistão.....	31
1.1.1 Diferentes perspectivas históricas para a criação do país.....	31
1.1.2 Paquistão: um Estado Colonial Importado de outro Estado Colonial Importado.....	37
1.2 Breves Intervalos de Democracia e a Alternância dos Regimes Militares.....	39
1.2.1 Frágeis Democracias no Paquistão.....	39
1.2.2 Sobre os Regimes Militares.....	44
1.3 Tendências Centrífugas Anti-Nacionais.....	58
1.3.1 Divisões e tensões etnolingüísticas no Paquistão.....	58
1.3.2 Disputas Religiosas Sunitas vs Ahmadiyas e Sunitas vs Xiitas.....	64
1.4 Sobre uma comunidade paquistanesa imaginada e a questão caxemir.....	68
2. Uma História do Conflito pela Caxemira.....	72
2.1 Origens da Guerra pela Caxemira.....	72
2.1.1 Sobre uma “pré-história” do Conflito pela Caxemira.....	73
2.1.2 A chegada dos muçulmanos ao subcontinente indiano.....	76
2.1.3 O governo sique, o domínio dos britânicos e a ascensão da dinastia Dogra.....	79
2.2 A eclosão da Primeira Guerra pela Caxemira.....	85
2.2.1 Diferentes papéis nas negociações de acessão e os motivos para a 1ª Guerra.....	87
2.2.2 A eclosão da Primeira Guerra da Caxemira e o desenvolvimento da batalha.....	92
2.2.3 Sobre o emprego da jihad como política exterior do Estado paquistanês – um primeiro ensaio terrorista?.....	95
2.2.4 O papel das Nações Unidas: a UNCIP e a criação da UNMOGIP.....	98
2.3 A Caxemira entre a pacificação de 1949 e Segunda Guerra de 1965.....	100
2.3.1 O fracasso das nas negociações bilaterais e a influência Guerra Fria na Caxemira.....	101
2.3.2 O governo do Sheikh Abdullah e as revoltas populares.....	103
2.3.3 Vantagens da Caxemira indiana e o status especial da Caxemira paquistanesa.....	104

2.4 A Segunda Guerra pela Caxemira – 1965.....	107
2.4.1 Causas da Guerra.....	108
2.4.2 Operação Gibraltar - uma nova chamada à Jihad.....	114
2.4.3 O fracasso da Operação Grand Slam e as conseqüências da guerra.....	117
2.5 Conseqüências da Guerra de 1971 para a Caxemira.....	122
2.5.1 Causas e Desenvolvimento da Guerra.....	122
2.5.2 O emprego do Islã contra o nacionalismo bengali no Paquistão Oriental...	125
2.6 O alto custo dos conflitos pela geleira de Siachen.....	126
2.7 O nacionalismo e o secularismo da Frente de Libertação de Jammu e Caxemira (JKLF).....	129
<hr/>	
3. Organizações Terroristas Internacionais na Caxemira. Entre o Estado paquistanês e a Ummah (1989 – 2009).....	134
3.1 Terrorismo, Violência Política e o conflito na Caxemira	134
3.1.1 Grupos Terroristas: Estrutura, Objetivos e Métodos.....	135
3.1.2 Breve Retrospecto Histórico do Terrorismo Contemporâneo.....	142
3.1.3 Terrorismo na Caxemira: usos políticos e dificuldades conceituais e teóricas.....	147
3.1.4 Do jihadismo na Caxemira como forma de terrorismo.....	157
3.2 Grupos Terroristas na Caxemira.....	163
3.2.1 Sobre a ideologia das redes radicais islamistas no Paquistão.....	165
3.2.2 Sobre as organizações terroristas atuantes na Caxemira.....	169
3.2.3 Análise do radicalismo político na Caxemira.....	183
3.3 O Estado paquistanês e as Organizações Terroristas internacionais na Caxemira: entre o patrocínio real e a punição virtual: 1989-2009.....	185
3.3.1 Breve definição do conceito de Inteligência e as especificidades do ISID..	186
3.3.2 Breve história das agências de inteligência do Paquistão.....	188
3.3.3 História do ISID, seu crescimento e a proeminência.....	189
3.3.4 Convergências entre o ISID e os grupos terroristas na questão caxemir.....	195
3.3.5 O terrorismo como doutrina militar e o suporte ideológico institucional às organizações extremistas na Caxemira.....	207
3.3.6 Grupos terroristas e os partidos políticos religiosos.....	209
3.4. Redes Transnacionais dos Grupos Terroristas na Caxemira.....	211
3.4.1 Grupos terroristas caxemires e suas redes transnacionais de identidade e atuação.....	211
3.4.2 O Hizb-ul-Mujahidin e seus contatos transnacionais.....	215

3.4.3 O transnacionalismo do Lashkar-e-Taiba – LeT.....	220
3.4.4 Organizações Terroristas Deobandis e suas conexões transnacionais.....	229
3.5 A instituição de sublealdades e seus usos pelos grupos terroristas caxemires.....	236
3.5.1 Fontes de recrutamento internas ligadas ao Hizb-ul-Mujahidin – HM.....	240
3.5.2 Recrutamento para o grupo Lashkar-e-Taiba – LeT.....	243
3.5.3 A vasta rede de recrutamento Deobandi – HuJI, JeM e HuM.....	244
3.5.4 Instituições de Apoio Financeiro e Bem Estar e os grupos jihadistas.....	247
3.5.5 Treinamento de militantes jihadistas para a frente caxemir.....	248
3.5.6 Sobre a estranha ausência do fator étnico na instituição de sublealdades.....	249
Considerações Finais.....	251
Referências.....	254
Apêndices.....	271
Apêndice A - Índice de Corrupção no Paquistão.....	271
Apêndice B - Classificação dos Grupos Terroristas atuantes na Caxemira indiana quanto ao seu radicalismo e violência política.....	272
Anexos.....	273
Anexo A - Mapa com a divisão dos grupos religiosos no Paquistão.....	273
Anexo B - Mapa com as divisões lingüísticas do Paquistão.....	274
Anexo C - Agricultura e Aproveitamento da Terra – Paquistão – 1973.....	275
Anexo D - Produção Industrial, Mineração e Centros de Energia do Paquistão – 1973.....	276
Anexo E - Mapa Político do Paquistão – 2002.....	277
Anexo F - Mapa Político da Índia – 2002.....	278
Anexo G - Áreas disputadas da Caxemira.....	279
Anexo H - Distribuição populacional da Caxemira – 2001.....	280
Anexo I - Principais Religiões da Caxemira – 1981.....	281
Anexo J - Principais Divisões Étnico-Linguísticas da Caxemira – 1981.....	282
Anexo K - Distribuição de Vagas para as Províncias na Assembléia Nacional do Paquistão.....	283
Anexo L - Resumo elaborado para a assistência da defesa de dissertação.....	284

A arregimentação civilizacional até agora tem sido limitada, mas está crescendo e evidentemente tem potencial de crescimento muito maior. Com o prosseguimento dos conflitos no Golfo Pérsico, Cáucaso e Bósnia, o posicionamento das nações e as clivagens entre elas cada vez mais se relacionam às linhas de cisão entre as civilizações. [...] A próxima guerra mundial, se houver, será uma guerra entre civilizações.

Samuel Huntington, Choque das Civilizações, Política Externa, vol. 3, n. 4, 1994, p. 132.

Nós acreditamos no choque das civilizações e nossa guerra santa vai continuar até que o Islã se torne a religião dominante.

Hafez Mohammed Saeed, Líder do grupo terrorista Lashkar-e-Taiba (Exército dos Justos). Entrevista concedida ao correspondente do jornal *Times* no Paquistão, Zahid Hussain em janeiro de 2001.

Introdução

Os dramáticos eventos ocorridos na aldeia de Chitisinghpura, situada no Vale da Caxemira administrada pela Índia, há pouco mais de dez anos, marcaram definitivamente sua história. No início da noite de 20 de março de 2000, data posterior ao festival hindu das cores (chamado *Holi*), o vilarejo foi surpreendido por um grupo de homens fortemente armados, que exigiam aos siques saírem de suas casas trazendo consigo o documento de identificação. A princípio, os moradores consideraram se tratar de procedimento padrão das forças de segurança indianas, em busca de algum fugitivo ou terrorista islâmico e, por isso, obedeceram.

Contudo, a desconhecida milícia reuniu dezessete siques em frente ao seu local de preces (o *gurudwara*), fez uma rápida verificação das identidades e, após algum tempo, abriu fogo contra os aldeões. Ao longo desta fatídica noite a mesma operação foi realizada em outra parte do vilarejo, outros disparos foram ouvidos, e mais dezoito aldeões perderam suas vidas. Ao total, foram contabilizados trinta e cinco mortes. Os detalhes do primeiro fuzilamento foram narrados por Nanak Singh, que apesar de ter sido alvejado na perna, sobreviveu. Contudo, foi o único.

A pacata Chitisinghpura nunca tinha passado por qualquer experiência minimamente similar a esta. A etnia sique é minoria na Caxemira, perfaz cerca de dois a três por cento dos habitantes do Estado. Por essa razão, e pelo fato de não estarem diretamente envolvidos nas lutas pelo Estado, até então gozava de certa neutralidade e, por conseqüência, de um ambiente de relativa paz: algo bem excepcional em uma região marcada por conflitos entre hindus e militantes muçulmanos. Enfim, nenhum dos moradores esperava que tal barbarismo pudesse ocorrer. E o fato de não ter sido pronunciada palavra sobre os motivos ou justificativas dos agressores ou mesmo declaração posterior de autoria, deixaram ainda mais perplexos os habitantes da povoação.

Embora os assassinos não tenham revelado suas identidades, logo os moradores e as autoridades indianas puderam supor se tratar de integrantes de algum grupo jihadista terrorista ativo da região. Nos relatos das mulheres e velhos poupados e do único sobrevivente, o grupo armado se comunicava em urdu e punjabi, línguas faladas no Paquistão, além de alguns deles trajarem vestimentas

muçulmanas características. Até hoje os culpados não foram encontrados. A polícia indiana lançou suspeita sobre um grupo jihadista paquistanês, o *Lashkar-e-Taiba* (o Exército dos Justos), mas a autoria não foi assumida.

As semanas que se seguiram ao atentado presenciaram o surgimento de diversos tipos de reações: protestos contra as autoridades indianas (que só chegaram ao vilarejo sete horas após o ocorrido); organização de grupos siques armados; e certa sensação de medo e insegurança, exemplificada na negativa de alguns moradores em falar sobre o assunto com repórteres e autoridades deslocados para a localidade¹.

O massacre de Chitisinghpura é um bom exemplo do que vem ocorrendo na Caxemira há pouco mais de duas décadas (pelo menos de forma explícita), desde que se processou, pelo lado do Paquistão, a privatização controlada da guerra pela região². Infelizmente, a ação de grupos radicais fundamentalistas islamistas, e a adoção de práticas terroristas contra populações civis consideradas inimigas pelo simples fato de não serem “amigas” (como é o caso dos siques), não são mais acontecimentos esporádicos. Contudo, resta saber como essas organizações ingressaram na batalha contra a Índia e atuam livremente na Caxemira.

A pesquisa ora apresentada trata de analisar, justamente, esse tema, os fatores associados ao seu surgimento e as redes de apoio a que se encontram vinculados as organizações terroristas. Neste sentido, restrinjo seu contexto temporal entre de 1989 e 2009. Período em que os referidos grupos se tornaram o principal problema para a resolução da disputa entre Paquistão e Índia.

Em realidade, a ação terrorista na Caxemira nas últimas duas décadas é resultados da confluência de fatores econômicos e políticos com interesses particulares de grupos de poder civis. Por um lado, temos a iniciativa de setores do Estado paquistanês, como parte do Exército nacional e o principal serviço secreto do país, o ISID - *Inter-Services Intelligence Directorate*, em utilizar tal estratégia para dar continuidade a um conflito que consumiu grande parte dos recursos públicos, dizimou dezenas de milhares de soldados e civis, e já não tem a mesma aprovação popular de outrora. E por outro, a disposição de organizações confessionais, auto-

¹ Esta história é reproduzida por Pankaj Mishra. MISHRA, Pankaj. **Tentações do Ocidente. A modernidade na Índia, no Paquistão e mais além.** São Paulo: Editora Globo, 2007, pp. 201-234.

² ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2004, pp. 53-54.

definidas como baluartes do islamismo, em “libertar” a Caxemira usurpada pelos indianos. Obviamente, nos interesses dos segundos pairam objetivos implícitos, como incremento de poder relativo perante outras organizações políticas nacionais, maior margem de liberdade nacional, entre outros. Tratarei esses interesses e condições confluentes mais a fundo.

Desde a criação do país, os sucessivos governos paquistaneses, civis e militares, se viram envolvidos com a difícil questão caxemir. Em síntese, perderam todas as guerras travadas com a Índia e não obtiveram quaisquer mudanças em relação à divisão efetivada após 1949. Economicamente, os gastos foram imensos, a ponto de prejudicar o desenvolvimento do país à custa do conflito. Os prejuízos humanos, por seu turno, também tiveram destacado papel, pois já se contabilizam dezenas de milhares de mortos e feridos. E ademais, em se tratando de apoio de parceiros estrangeiros, já quase não os há, com exceção de alguns países de maioria muçulmana³. Contabilizados todos esses fatores e os custos políticos, econômicos e sociais deles derivados, setores do Estado nacional consideraram continuar o conflito através de uma “guerra por procuração”⁴, concedendo esta suposta representação aos grupos radicais criados na Caxemira e outros já existentes no Afeganistão e no Paquistão, que se deslocaram para a região.

O contexto de operacionalização destas forças privadas ocorreu em fins da década de 1980 quando, por um lado, finalizava a ocupação soviética do Afeganistão, liberando os chamados *mujahidins* para outra frente de batalha, e por outro, se presenciavam mudanças no contexto da Caxemira administrada pelo governo indiano, estimulando a formação de organizações radicais armadas (este assunto é tratado com maior detalhamento no capítulo 3, item 3.3).

A alternativa de manter a “guerra quente”, lançando mão de organizações privadas e, principalmente, interessadas, se mostrava como a mais viável ao Paquistão em meados da década de 1980. Vários fatores corroboram essa opção. Historicamente, no conflito pela Caxemira, a ocasional utilização de grupos armados

³ A redução de suporte internacional ao Paquistão na guerra pela Caxemira pode ser explicada pela sua perenidade, mas também pelo apoio de setores do governo aos grupos terroristas nas últimas décadas.

⁴ JONES, Owen Bennett **Pakistan. Eye of the Storm**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003. p. 63. GANGULY, Rajat. India, Pakistan and the Kashmir Dispute. **Asian Studies Institute & Centre for Strategic Studies**. Victoria University of Wellington. Disponível em: <<http://www.victoria.ac.nz/asianstudies/publications/index.aspx>>, Acesso em: 05 de outubro de 2008, p. 6.

privados, motivados por uma idéia de *jihad*, já tinha se mostrado válida em todas as grandes guerras travadas com a Índia. Internamente, em fins da década de 1980, o país acabara de passar pelo governo militar do General Zia ul-Haq que, amparado por partidos religiosos, efetivou um projeto de islamização da sociedade civil e do aparato estatal, o que significava uma legitimação ideológica para a guerra santa, e também, a disposição de milhares de jovens formados em escolas corânicas, prontos para defender o que seus mestres diziam ser o Islã. Da perspectiva estratégica, era uma situação ideal ao governo paquistanês continuar no conflito sem se envolver diretamente, pois agradava parceiros internacionais, que viam com maus olhos a continuidade deste conflito, mesmo com o fim da Guerra Fria, e poderia significar maiores investimentos estrangeiros no país, supostamente pacificado. E, por fim, embora ainda empregasse parte dos recursos públicos para criar e auxiliar tais organizações terroristas, ainda era bem mais barato do que sustentar tropas inteiras em campanhas militares que não trariam a certeza da vitória.

Por outro lado, os interesses das organizações terroristas⁵ em assumir maior parcela de responsabilidade no *front* da guerra pela Caxemira, são muitos também. Em primeiro lugar, a aprovação de setores do Estado nacional às atividades guerreiras das organizações terroristas, além de incrementar os recursos para a batalha, possibilitou grande margem de autonomia interna e externa às redes islâmicas, fazendo surgir, embora não intencionalmente, grupos de poder independentes dentro do Paquistão. Fator que, aliás, por vezes, tem se mostrado um problema para a administração central, dadas as dificuldades para controlar tais setores. Embora o Exército e o ISID considerem a atuação destes grupos necessária para manter viva a disputa, muitas vezes suas ações mais prejudicam do que auxiliam na conquista da Caxemira.

Os ataques ocorridos contra alvos civis em hotéis, lojas e no aeroporto de Mumbai em novembro de 2008 são um exemplo dessa atuação indesejada. A margem de autonomia “imprevista” adquirida pelas organizações extremistas se

⁵ As organizações terroristas islâmicas que tenho referido até agora são assim chamadas, de *organizações*, porque os grupos que atuam diretamente na porção da Caxemira administrada pela Índia são respaldados por estruturas políticas e sociais bem mais abrangentes situadas no Paquistão. São partidos políticos islâmicos, instituições corânicas de ensino, entidades filantrópicas e de assistência social, como hospitais, fundos de caridade, entre outros, que estão envolvidos na organização, recrutamento e financiamento parcial desses grupos. Também utilizarei o termo “micro-redes” para referenciá-las.

configura como um grave problema nas relações entre Índia e Paquistão, e tem se mostrado potencialmente nociva para o governo nacional paquistanês, desde que este último ingressou na chamada coalizão internacional de combate ao terrorismo (este tema é abordado também no final do capítulo primeiro, e no capítulo 3, item 3.3).

Há ainda outro fator a considerar na relação entre o Estado paquistanês e as redes islâmicas. Ao longo do evoluir histórico do país os grupos religiosos privados se mostraram parceiros providenciais tanto para evitar revoltas populares, defendendo um discurso conservador do islamismo, quanto para assumir certas atividades de competência exclusiva do poder público. As escolas corânicas, ou madraçais, são um exemplo dessa função. Além de oferecerem educação gratuita para os setores sociais economicamente marginalizados, estas escolas funcionam como internatos, oportunizando uma alternativa às famílias pobres no cuidado de seus filhos⁶. Assim, paradoxalmente, embora alguns dos grupos terroristas islamistas dificultem a realização de certos interesses da política externa e interna paquistanesa, eles são necessários para o Estado nacional em relação ao ambiente doméstico.

A situação adquire ainda outro problema se observarmos o que vem ocorrendo no Paquistão desde que ingressou na coalizão internacional contra o terrorismo, em 2001. Com essa medida, o próprio governo nacional, discretamente patrocinador da guerra por procuração na Caxemira, passou a ser alvo das próprias organizações terroristas que apoiava, tornando o ambiente doméstico paquistanês ainda mais tumultuado e ingovernável. Do ponto de vista institucional, por seu turno, se observa um fenômeno de desagregação interna, com parcelas do Exército e do ISID se colocando abertamente contra o governo central em favor de setores civis religiosos. De certa maneira, o ambiente de insegurança pretendido para a Caxemira indiana como decorrência da ação terrorista se disseminou para o espaço interno paquistanês.

A privatização da disputa pela Caxemira, combinada com a sua ideologização, uma vez que não se trata mais apenas de anexar a região ao Paquistão, mas sim recuperar áreas pertencentes à “Terra do Islã” (*Dar ul-Islam*),

⁶ Ainda que pesem as acusações de pedofilia e maus tratos contra essas escolas, o número de matrículas persiste sendo significativo.

teve como conseqüência o aumento dos níveis de violência, principalmente contra populações civis. Com a alegação de reintegrar as porções territoriais caxemires ao mundo do islamismo, como se tratasse de uma terra tradicional e, quiçá, santa para a religião, as organizações terroristas têm autorizado e estimulado práticas, antes condenadas, de atentados suicidas. Como forma de legitimar o martírio pela Caxemira algumas das lideranças de micro-redes radicais defendem que *Morrer pelo Paraíso* é um dever para todo muçulmano do subcontinente indiano. Este termo, *Morrer pelo Paraíso*, assume aqui um duplo sentido, o de se sacrificar pela anexação do paraíso terreno ao mundo islâmico, uma vez que a Caxemira, pela sua beleza natural e fertilidade, é considerada uma terra paradisíaca; e o de se martirizar para permitir o acesso ao paraíso islâmico que, segundo argumentos dessas mesmas lideranças extremistas, é restrito apenas aos mortos na jihad.

* * *

Como forma de analisar a relação entre as organizações terroristas islamistas e o patrocínio de setores do Estado paquistanês, dedico esta pesquisa ao estudo de algumas micro-redes extremistas sediadas neste país, mas com atuação na Caxemira.

Basicamente, são três os casos de estudo, que divido de acordo com sua postura ideológica e dinâmica de atuação na Caxemira. O primeiro é a organização “jihadista política”, composta pelo grupo terrorista Hizb-ul-Mujahidin (Partido dos Guerreiros da Liberdade), amparado pelo partido religioso Jamaat-i-Islami – JI (Bloco ou Associação Islâmica). O segundo é a organização de inspiração vaabita saudita, criada a partir do movimento islâmico *Ahle-Hadith* no Paquistão, que aqui intitula de micro-rede LeT-MDI-JuD – Lashkar-e-Taiba (Exército dos Justos)/Markaz Da'wa wal Irshad (Centro para Pregação e Orientação)/Jammal-ul-Dawa(Sociedade para a Pregação), sendo o LeT o grupo radical ativo na Caxemira. E a terceira organização, a maior do país, formada por três grupos terroristas interligados: o Jaish-e-Mohammed – JeM (Soldados de Maomé), o Harkat-ul-Jehadi-Islami – HuJI (Movimento da Guerra Santa Islâmica) e o Harkat-ul-Mujahidin – HuM (Movimento dos Guerreiros da Liberdade), todos inseridos no campo de influência e controle do

movimento religioso deoband, nascido no subcontinente indiano no século XIX⁷ (uma descrição detalhada destes grupos está no capítulo 3, item 3.2).

Assim, a análise destes casos de organizações terroristas, a comparação entre eles, sua margem de autonomia de ação e os tipos de relação que mantêm com o ISID, representando setores do Exército paquistanês, se convertem no objeto desta dissertação.

O argumento central que perpassa o texto é de que o Exército paquistanês, via de seu principal serviço secreto, o ISID, teve papel destacado na criação e estímulo aos grupos terroristas na Caxemira, aproveitando-se de pré-condições existentes no país, como os fortes movimentos políticos religiosos fundamentalistas ou radicais islâmicos. O recurso à privatização da guerra deve ser entendido, então, como uma estratégia de política exterior em relação à Índia, promovida dentro do Estado paquistanês.

Contudo, como reação imprevista, muitas dessas organizações extremistas passaram a agir autonomamente e, desde 2001, inclusive contra o próprio Estado que as gestou, em decorrência do ingresso do governo paquistanês na aliança internacional antiterrorista, ao lado de países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos. Estes acontecimentos e esta conjuntura têm promovido, simultaneamente, um ambiente de instabilidade crescente dentro do Paquistão e na região da Ásia Meridional, notadamente na Índia e no Afeganistão.

Outra consequência da “guerra por procuração” delegada às organizações radicais foi a criação e/ou fortalecimento, por parte destes grupos, de redes identitárias islâmicas transnacionais, posteriormente implicadas na questão caxemir, e no plano interno, a instituição de sublealdades⁸ paraestatais que garantem recrutamento, financiamento parcial, e alguma legitimidade popular.⁹

Como forma de analisar os pontos indicados, quais sejam, a relação entre as organizações terroristas na Caxemira e setores do Estado paquistanês e todas as

⁷ METCALF, Barbara. "Traditionalist" Islamic Activism: Deoband, Tablighis, and Talibs. **Social Science Research Council - SSRC**. Disponível em: <http://www.ssrc.org/sept11/essays/metcalf_text_only.htm>, Acesso em 20 de abril de 2009.

⁸ Conceito detalhado no capítulo 3, item 3.5.

⁹ Embora mantenha certas relações de subordinação às micro-redes terroristas, pelas funções de amparo social por elas ofertadas, essa subordinação não se converte, entretanto, em aprovação popular das ações extremistas, como o massacre de Chitisinghpura, operados pelos grupos na Caxemira, entre outros.

implicações derivadas dessa vinculação, organizei esta dissertação em três capítulos interligados. Em linhas gerais, cada um deles foi elaborado tendo por meta a abordagem de certos aspectos dessa vinculação entre setores públicos e grupos particulares.

O capítulo primeiro busca explicar o porquê do surgimento dessas organizações religiosas no Paquistão. Ou seja, procuro entender como um Estado nacional, supostamente centralizado de acordo com o modelo ocidental importado, permitiu que movimentos religiosos particulares adquirissem tanto poder e liberdade de ação dentro do território nacional. Em linhas gerais, o que orienta esta parte da pesquisa remete a uma síntese da conturbada história do país desde a criação; sua composição e dinâmica política institucional, alternando entre fracas democracias tuteladas e duradouras ditaduras militares; os grupos de poder, de características étnicas e religiosas, ainda vigentes; e, por fim, os esforços estatais que vinculam a questão caxemir à formação de uma problemática identidade nacional islâmica, ainda pouco visível.

O capítulo segundo trata de *uma História do conflito pela Caxemira*. Pelo termo “uma história”, procuro restringir a descrição aos fatores referentes ao tema da dissertação, ou seja, os grupos terroristas e Estado nacional. O argumento central versa sobre como grupos armados privados foram utilizados durante os conflitos com a Índia na disputa pela Caxemira e no processo de independência do Paquistão Oriental. Abordo também a atuação do movimento radical armado nacionalista “Frente de Libertação de Jammu e Caxemira”, que cedeu lugar às organizações radicais islâmicas em finais da década de 1980. Obviamente, além dessa tônica, relato os principais acontecimentos e processos na disputa pela região e também a política externa de outros Estados para o conflito, como o papel das grandes potências internacionais, como Estados Unidos, Reino Unido, China, e outros.

Por fim, dedico o último capítulo à análise dos grupos terroristas islamistas, sua história, vínculos com o Estado paquistanês e redes de apoio em níveis trans e subnacionais. Início esta parte da dissertação com uma discussão teórica a respeito da utilização do conceito de terrorismo e sua validade para o caso estudado. Considerei pertinente elaborar um subcapítulo teórico porque este tema é passível de muita polêmica, tanto política quanto acadêmica, acerca de seu uso. Assim, adianto aqui não se tratar esta pesquisa de uma motivação panfletária, em

consonância com modismos midiáticos contemporâneos. O terrorismo na Caxemira tem origens pretéritas aos ataques de 11 de setembro de 2001 e, ademais, possui certa racionalidade interna estratégica própria, específica ao contexto da disputa entre Índia e Paquistão por uma área fronteiriça. Os grupos terroristas atuantes no espaço caxemir são, segundo postura teórica adotada por mim, o problema mais significativo a ser resolvido, caso se inicie um sério processo de pacificação.

Neste sentido, visando conferir inteligibilidade ao que considero terrorismo, lanço mão dos trabalhos de especialistas como Michel Wieviorka, Alain Touraine e Raul E. Rojo, para delinear o terrorismo e seus predicados sociológicos, e de alguns artigos do professor e pesquisador Charles Tilly, que explica o terrorismo nas bases de estratégia política. Embora não conste especificamente neste subitem teórico, também utilizo contribuições da área da sociologia das relações internacionais, mais especificamente as de Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts no livro *O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional*¹⁰, para analisar os aspectos trans e subnacionais destas organizações terroristas. Esta derradeira discussão, com as idéias de Badie e Smouts, fica restrita aos itens 3.4 e 3.5 deste capítulo final.

O capítulo terceiro também indica como as organizações terroristas mantêm ligações com o Exército e com o ISID. E como, dada sua liberdade de ação e seu caráter islâmico, conseguiram estabelecer vínculos identitários e funcionais transnacionais com instituições e movimentos religiosos muçulmanos de outros países e com redes terroristas de alcance mundial, como a *Qaeda*. Também exploro as sublealdades instituídas dentro do território paquistanês que fornecem recursos financeiros, humanos e suporte político para estas organizações.

As fontes utilizadas são, em sua maioria, secundárias, como obras resultantes de pesquisa acadêmica, manuais históricos ou relatos de jornalistas (paquistaneses, em sua maioria, mas também alguns indianos). Ocasionalmente, quando possível, utilizei dados primários e cópias de documentos oficiais. Os primeiros, originários de sítios eletrônicos de instituições internacionais como as vinculadas ao sistema das Nações Unidas, dos Estados Unidos (como documentos desclassificados da CIA), ou de Organizações Não Governamentais. Os segundos, constantes também em sítios eletrônicos do governo ou entidades sociais paquistanesas e indianas.

¹⁰ BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional**. Lisboa: Instituto Piaget, c1995.

Embora o maior volume das informações proceda de fontes secundárias, não considero que tal procedimento tenha prejudicado o resultado final da dissertação. Quando os autores consultados apresentaram versões contraditórias a respeito de alguma temática, foi procedimento comum apresentá-las no texto e analisá-las no contexto histórico mais geral e também quanto a seus interesses políticos. Ainda, os grupos terroristas, serviço secreto e Exército, não dispõem de arquivos ou quaisquer registros ordenados, disponíveis para consulta. Talvez a consulta aos meios de comunicação impressos locais, como revistas e jornais, principalmente as publicações das organizações islâmicas jihadistas, pudesse contribuir para a melhor qualidade do texto ora apresentado.

Como tentativa de contornar esta dificuldade espacial, utilizei obras produzidas por jornalistas locais, mesmo sabendo que não tem validade idêntica à consulta de jornais e revistas *in loco*. Ademais, entrevistas com representantes destes setores, mesmo que virtuais, se mostrou tarefa das mais complicadas.

Por fim, a respeito de questões técnicas, como a maioria das fontes secundárias estão no idioma inglês, sua tradução nas citações são de minha responsabilidade. Além disso, pelo fato de trabalhar com alguns termos escritos em urdu ou árabe, como os nomes dos grupos terroristas ou palavras retiradas de textos religiosos do islamismo, os reproduzo no formato original e forneço uma tradução subsequente.

O Paquistão é um grande ideal. Um membro desta casa disse que o Paquistão é um país feito pelo homem. O Paquistão não é apenas um país feito pelo homem. É um país feito por Deus. É uma idéia progressiva. É uma idéia concreta. É um pensamento bonito. É uma criação de excelência. [...] No topo de tudo isso há ainda muito mais sobre o Paquistão. É uma benção de Alá. O Paquistão é uma criação da onda nacionalista islâmica. O Paquistão é o produto de um terremoto de idéias. É uma revolução arrancada do coração da História. O Paquistão é a luta da humanidade por liberdade e igualdade, muito mais inspirada e mais romântica que a original revolução do homem. [...] É uma revolução contra a repressão. É a mais bela filha da autodeterminação [...] Paquistão é um grande e glorioso ápice da luta popular pela emancipação.

Zulfikar Ali Bhutto, discurso na Assembléia das Nações Unidas, 1966.

Nós precisamos entender que a democracia não funciona em um clima quente. Para ter democracia precisamos de um clima frio, como o da Grã-Bretanha.

General (golpista) Ayub Khan, sobre a democracia no Paquistão. A. Khan esteve no poder de 1958 a 1965, seu Ministro de Relações Exteriores era Zulfikar Ali Bhutto.

No Paquistão se diz que a sobrevivência de um governo depende dos três 'As': Alá, the Army (o Exército) e a América.

Samina Ahmed. Pesquisadora paquistanesa

1. Paquistão: Desajustes Internos e Fonte de Tensões no Sul Asiático

Em 1947, nos momentos fundadores de Índia e Paquistão e também quando se anunciava a primeira disputa territorial entre estes dois países, surgiu a questão da Caxemira. Mohammed Ali Jinnah, líder da Liga Muçulmana - LM, principal organização política paquistanesa, declarava que o destino do principado de Jammu e Caxemira deveria ser negociado com os dirigentes do Congresso Nacional Indiano - CNI e só por meio da diplomacia este impasse deveria ser resolvido¹. Ao mesmo tempo em que apostava no diálogo como recurso de política externa com o país vizinho, ocorria a invasão no território caxemir por tropas irregulares pashtuns, provenientes da Província da Fronteira Noroeste, tendo como escusa auxiliar grupos islâmicos rebelados no distrito do Poonch². Obviamente, a ordem para esta manobra militar não havia partido de Jinnah, levando a crer que líderes tribais, amparados por setores do recém criado Estado, prepararam a ação autonomamente.

Pouco mais de cinqüenta anos depois, em janeiro de 2002, o General Pervez Musharraf, presidente (golpista) do Paquistão, declarava total apoio à guerra contra o terrorismo conduzida pelos Estados Unidos, após os atentados contra as torres gêmeas, e se comprometia, inclusive, no combate às organizações terroristas envolvidas na disputa pela Caxemira³. Daquele ano até o momento as organizações terroristas sediadas no Paquistão tiveram um aumento considerável, tanto no tamanho quanto em atividade: os ataques de grupos “jihadistas” no Afeganistão e na Caxemira (ou na Índia) ganham cada vez mais destaque na mídia internacional.

Desta maneira, as promessas de Musharraf e de seu sucessor, o atual presidente Asif Ali Zardari, parecem estar longe de serem cumpridas, evidenciando que o combate ao terrorismo ou é tarefa inatingível para as forças estatais ou que setores desse mesmo Estado têm interesses convergentes com aqueles

¹ BOLITHO, Hector. **Jinnah. Creator of Pakistan**. Londres: John Murray Publisher, 1954. pp. 206-208:

² LAMB, Alastair. **Birth of a Tragedy. Kashmir 1947**. Karachi: Oxford University Press, 1994, pp. 84-86.

³ HAQQANI, Husain. **Pakistan: Between Mosque And Military**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2005, p. 2. Inclusive, esta ocasião, relata o autor, teria sido a primeira em que um chefe de estado paquistanês teria se referido aos jihadistas na Caxemira na qualidade de *terroristas*. Até então, os grupos envolvidos na região eram chamados de *Combatentes da Liberdade* (Freedom Fighters), nomenclatura idêntica àquela assumida pelos guerreiros islâmicos envolvidos na luta contra os soviéticos no Afeganistão, até 1989.

vislumbrados pelos grupos extremistas. O fato é que o Estado paquistanês não tem uma só diretriz de ação quando trata o assunto.

Segundo o Índice de Estados Falidos, elaborado pelo Instituto *The Fund for Peace*, e publicado pelo periódico *Foreign Policy*, o Paquistão ocupou o 10º (décimo) lugar em 2009, em 2008, ocupou o 9º (nono); em 2007, o 12º (décimo segundo); novamente o 9º, em 2006. Curiosamente, em 2005 aparecia em 34º (trigésimo quarto) lugar. Em uma classificação geral, o Instituto define os 20 primeiros países da lista como possuidores de uma “situação alarmante”⁴. Embora a elaboração do referido Índice seja contestada, por partir de modelos ocidentais de Estados nacionais (bem mais ricos e com uma história política mais longa, por exemplo), a colocação do Paquistão auxilia, em combinação com outras análises, na compreensão do atual estado de ingovernabilidade observado no país⁵.

No campo das publicações de pesquisas acadêmicas a situação não é diferente. Alguns autores que se dedicaram ao tema indicam a frágil situação política em que vive o país, como Christophe Jaffrelot, em coletânea que dirige intitulada *Le Pakistan, carrefour de tensions régionales*⁶; ou o pesquisador paquistanês Hassan Abbas⁷, *Pakistan's Drift into Extremism. Allah, The Army, and America's War on*

⁴ No *ranking* dos últimos anos o Paquistão “perde” apenas para países aonde se chegou à situação de guerra civil, como Sudão e Somália, e para Estados que ainda sofrem com intervenção estrangeira, como o Iraque e o Afeganistão. Cf. **THE FUND FOR PEACE. FAILED STATES INDEX**. Disponível em: <<http://www.fundforpeace.org/web/index.php>>, acesso em 24 de janeiro de 2010. O Índice utiliza como fundamento para a hierarquização doze critérios relacionados aos campos social, econômico e político e os classifica de acordo com um grau de importância. Entretanto, alguns dos critérios indicados são um tanto subjetivos para terem valores numéricos atribuídos, como “pressão demográfica” ou “legado de conflitos e vingança entre grupos sociais” o que dificulta a compreensão da metodologia utilizada na elaboração do documento.

⁵ Outro fator que auxilia na compreensão da instabilidade social e política é o grau de corrupção. Segundo a organização não governamental “Transparência Internacional” a corrupção política também é característica marcante da história paquistanesa, pelo menos, nos últimos quinze anos. Segundo o mais recente CPI - Corruption Perceptions Index (Índice de Percepção da Corrupção) de 2009, o Paquistão é um dos países mais corruptos do mundo, ocupando o 139º lugar dentre 180 países. O método de classificação desta ONG coloca o país com o menor índice de corrupção em primeiro lugar (em 2009 o primeiro colocado foi a Nova Zelândia). Cf. **Transparency International. Corruption Perceptions Index - CPI**. Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009>, acesso em 20 de janeiro de 2010. Tabela completa elaborada a partir do CPI, relacionada apenas ao Paquistão, de 1995 até 2009, pode ser encontrada no Apêndice A desta Dissertação, na página 271.

⁶ JAFFRELOT, Christophe (dir.). **Le Pakistan, carrefour de tensions régionales**. Bruxelas, Editions Complexe, 2002. C. Jaffrelot foi diretor do CERI – Centre d'études et de recherches internationales de 2000 até 2008 e tem pesquisas dedicadas ao estudo de segurança internacional no sul asiático.

⁷ ABBAS, Hassan. **Pakistan's Drift into Extremism. Allah, the Army, and America's War on Terror**. Armonk, N.Y.: Londres: M. E. Sharpe, 2005. H. Abbas é pesquisador da Escola de Direito de Harvard. Trabalhou durante dez anos no governo paquistanês durante as administrações de Benazir Bhutto e Pervez Musharraf.

Terror. Ambos os autores defendem a desestruturação do Estado, tendo como causa complicações internas, com grupos de poder religiosos, étnicos, tribais, e externas, nas guerras contra seus vizinhos.

A partir da constatação desta situação política instável, bem como, dos resultados da pesquisa levada a cabo nesta dissertação, fica evidente que uma das causas do surgimento do terrorismo internacional, sediado e irradiado a partir do Paquistão, está vinculada a estas propriedades distintas do país. As organizações terroristas são, simultaneamente, causa e consequência do ambiente de ingovernabilidade que vem se produzindo no Paquistão desde sua formação. Obviamente, setores deste Estado nacional têm sua parcela de responsabilidade na criação destes grupos terroristas, pois não foram poucas as vezes que os governos os utilizaram como instrumento de sua política externa, tanto na Caxemira quanto no Afeganistão.

Além dos índices de falência estatal e corrupção já apontados, contribuem para esta conjuntura fatores como: 1 - a forma como foi fundado o país, ou seja, um estado colonial importado criado a partir de outro estado colonial importado⁸; 2 – a alternância entre governos democráticos débeis e ditaduras militares, que levou à deslegitimação do Estado nacional pela maioria da população; 3 – as divisões étnicas/tribais, utilizadas como recurso político privado pelos governantes para garantir sua autoridade; 4 – as disputas religiosas entre sunitas e xiitas, empregada e estimulada pelos governantes democráticos e, principalmente, pelos autocráticos, como forma de buscar bases de sustentação política; 5 – a disputa interprovincial pelo controle da estrutura do Estado, fato que causou a fragmentação nacional em 1971, com a perda do Paquistão Oriental, atual Bangladesh, onde se encontrava mais da metade da população do país, e o processo de “punjabização” da burocracia civil e militar nacional; e, por último, 6 – a contínua ingerência estrangeira nos negócios internos, principalmente por parte dos Estados Unidos, desde meados da década de 1950.

A estas características pode ser somada a necessidade de criação, pelos sucessivos governos, de uma problemática “identidade nacional islâmica”

⁸ BADIE. Bertrand. **The Imported State: The Westernization of the Political Order**. Stanford, Stanford University Press: 2000.

paquistanesa⁹. Objetivo para o qual é necessária a anexação do território caxemir ocupado pela Índia, habitado por uma maioria muçulmana. O ônus da continuidade da guerra pela Caxemira pode ser atribuído, grande parte, ao Paquistão, por este motivo. Em linhas gerais, a “idéia” do Paquistão¹⁰ é incompleta sem essa porção territorial porque o país, que fora pensado como um lar para os muçulmanos, fundamenta sua identidade nacional exclusivamente neste aspecto. Desta maneira, não é possível compreender o esforço de guerra, público e privado, para a incorporação da Caxemira, ao longo de mais de sessenta e dois anos, se não se considerar a sua importância para a consolidação nacional do Paquistão¹¹.

Este capítulo busca, portanto, apontar os fatores desestabilizadores do Paquistão que contribuíram para o surgimento de grupos terroristas de atuação interna e externa. Surgimento este que foi motivado por setores do mesmo Estado nacional. Não tenho a pretensão de elaborar uma análise conclusiva a respeito das características históricas, políticas, sociais e culturais do país. Tal ambição está muito além dos propósitos desta dissertação. Procuo sim, indicar algumas das características do país que contribuem na compreensão do surgimento e persistência de grupos extremistas armados, estabelecidos e treinados em território nacional paquistanês, e voltados para o conflito pela Caxemira (mas não só para ele).

⁹ Problemática porque defende um nacionalismo religioso criado dentro de um Estado laico, o que gera tensões entre as práticas cotidianas da população, orientadas por grupos religiosos islâmicos, e o funcionamento e regulação das estruturas públicas, descomprometidas com os dogmas confessionais. Cf. JAFFRELOT, Christophe. Introduction. Nationalism without a Nation. Pakistan Searching for its Identity. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi, Manohar Publishers & Distributors, 2002, pp. 7-48. O nacionalismo islâmico também tem relação com a questão básica, apresentada pelo pesquisador Gilles Kepel, onde é problematizada a contradição entre o desejo de um Estado secularista-nacionalista, defendido por uma parte da elite dirigente do país, por um lado. E, por outro, a propriedade de definição do que é o Islã, reservada aos doutores da lei islâmica - os ulemás -, partidários de um Estado teocrático, de fato. No Paquistão o grupo partidário do laicismo estatal em poucos momentos da história do país conseguiu reprimir ou anular o poder político dos setores religiosos. Vía de regra, a relação sempre foi marcada pela busca de uma frágil convergência de interesses, obtida mediante a concessão de recursos econômicos e ampla liberdade de ação política. Esta constatação contrasta com outros países de maioria islâmica, como o Egito, onde a identidade nacional foi construída e preservada da ingerência dos Irmãos Muçulmanos. Cf. KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, pp. 95 – 96.

¹⁰ COHEN, Stephen Philip. **The Idea of Pakistan**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2004.

¹¹ Este ponto, a importância estratégica e simbólica da Caxemira para os interesses nacionalistas paquistaneses, será discutida também ao longo do capítulo 2, no qual trato da história da disputa pela região.

1.1 Sobre a formação do Paquistão

1.1.1 *Diferentes perspectivas históricas para a criação do país.*

Há versões distintas sobre os interesses que ampararam a criação do Paquistão. As perspectivas variam em duas linhas de análise distintas. A primeira destaca o papel da elite muçulmana indostânica na criação do Paquistão, como resultado da resistência à dominação ocidental imperialista e hindu. A segunda se coloca justamente na direção contrária, salientando as posturas da metrópole britânica em relação ao destino do *Raj*, onde a fragmentação do subcontinente indiano seria o objetivo levado a cabo como forma de enfraquecer os Estados resultantes do processo de independência pós Segunda Guerra Mundial.

Segundo a “versão oficial”, ou pelo menos aquela encontrada com maior frequência na historiografia consultada, o Paquistão é fruto das articulações políticas da Liga Muçulmana, comprometida com a criação de um país para os muçulmanos, a partir da década de 1930. Este movimento teve como ideólogos principais o poeta-filósofo Muhammad Iqbal¹² e o advogado Mohammed Ali Jinnah. Este último seria considerado, na posteridade, o pai-fundador do Paquistão ou o *Quaid-i-Azam* (Grande Líder). Em linhas gerais, a intenção de um Estado separado da Índia foi lançada por Iqbal e concretizada a partir do papel de liderança política de Jinnah¹³.

O início da luta pela independência, segundo uma historiografia que aqui chamarei “nacionalista/islamista”, teve início na resistência contra a dominação colonial britânica, já no século XVIII. Como afirma o professor Abdullah Ahsan:

(...) os muçulmanos se opuseram, veementemente, à penetração britânica na Índia, que começou por volta da metade do século dezoito. Eles lutaram contra os britânicos por quase cem anos, [luta que] que culminou com um conflito maior em 1857. Os muçulmanos lutaram nessas guerras não para estabelecer um Estado islâmico na Índia, mas antes para livrar a Índia da ocupação britânica.¹⁴

¹² M. Iqbal faleceu em em 1938, antes de assistir a criação do Paquistão.

¹³ COHEN, Stephen Philip. **The Idea of Pakistan**. Washington: Brookings Institution Press, 2004. pp. 28-29. Este político, Jinnah, vale lembrar, nem sempre foi membro da Liga Muçulmana. Desde 1905 fazia parte do Congresso Nacional Indiano, sendo considerado o embaixador da “Unidade Hindu-Muçulmana”. Contudo, por considerar que as políticas desta organização eram pouco vantajosas à população muçulmana, decidiu mudar para a Liga, em 1913.

¹⁴ AHSAN, Abdullah. Pakistan since Independence: An Historical Analysis. **The Muslim World**. Vol. 93, jul-out./2003, p. 351.

Na continuidade deste processo, “a luta” dos muçulmanos contra os invasores fracassou e os dominantes britânicos impuseram sua estrutura de dominação no subcontinente. Esta estrutura incluía a ocidentalização da elite indostânica, incluindo os líderes e intelectuais islâmicos, mas, de certa maneira, favorecia os hindus em contrapartida aos muçulmanos, por conceder aos primeiros mais cargos públicos na administração colonial e maiores porções de terras, além de instalarem suas fábricas nas áreas habitadas majoritariamente por hindus.¹⁵

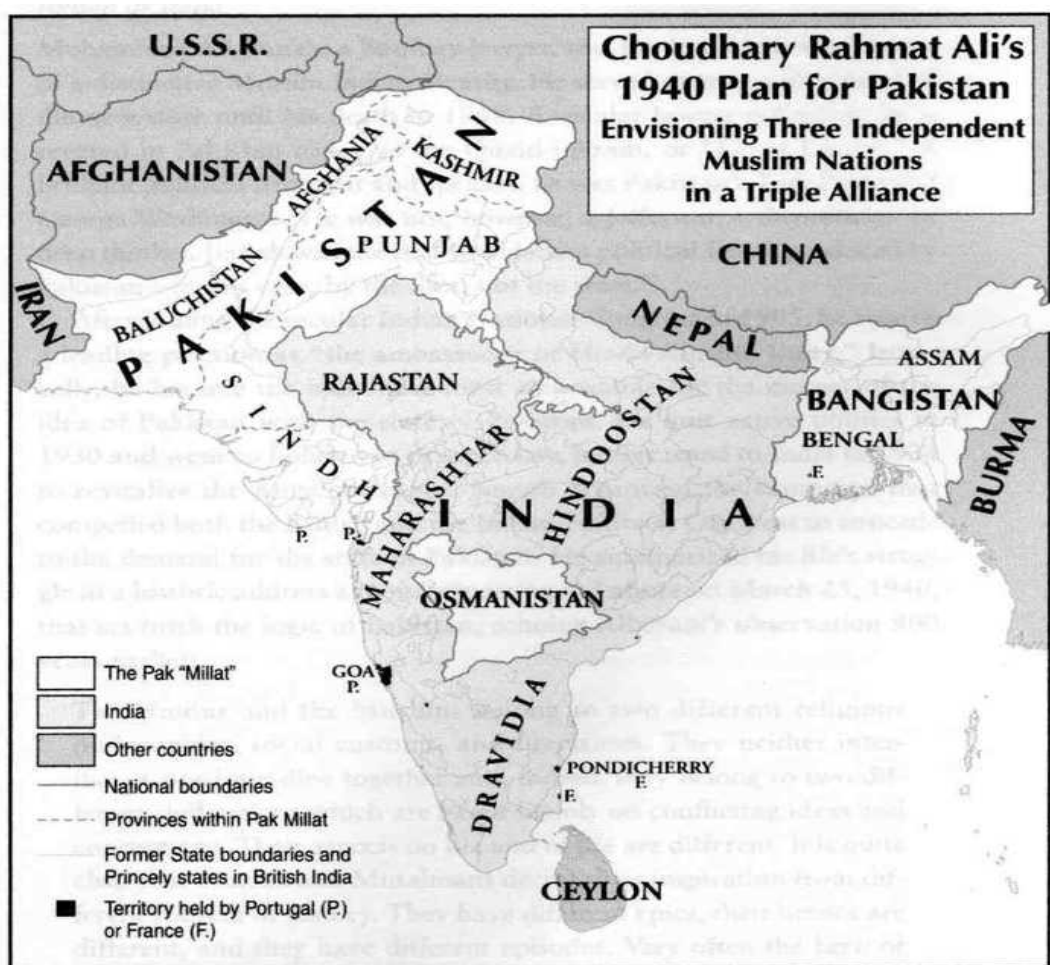


Ilustração 2 – Plano para o Paquistão elaborado por Choudhary Rahmat Ali, em 1940.

Fonte: COHEN, Stephen Philip. *Op. cit.*, p. 27.

Diante deste contexto, a criação de um país separado, para uma população muçulmana, que era cerca de um quarto de todo contingente no subcontinente, traria alguns benefícios para a elite e, quiçá, a população islâmica. O “Lar para os Muçulmanos” oportunizaria aos grupos dominantes comprometidos com esta religião

¹⁵ AHSAN, Abdullah. *Idem.* pp. 352-256.

um espaço político e econômico exclusivo não desprezível. Caso o Paquistão não fosse criado, essa elite islâmica colonial teria de se submeter aos desígnios do Partido do Congresso Nacional Indiano e lutar por uma incerta margem de autonomia dentro de uma futura federação, após a independência.

A luta pela criação do Paquistão, ao longo da primeira metade do século XX, ainda seguindo a linha de interpretação nacionalista/islamista, foi dificultada pelos britânicos em seus momentos finais. O último vice-rei da Índia, *sir* Louis Francis Albert Victor Nicholas Mountbatten, mas conhecido na historiografia apenas por Lord Mountbatten, teria favorecido os indianos, tanto no processo de divisão dos dois países, quanto por ter influenciado escolha de acessão dos principados constituintes do *Raj*. Assim, esta interferência de Mountbatten, obviamente determinada pela Coroa britânica, teria como objetivo final fortalecer o Congresso e criar inimizades entre os recém criados países¹⁶.

Enfim, a criação do Paquistão foi possível tendo como base a força política da Liga Muçulmana e uma ideologia autêntica, criada por Jinnah, conhecida como “Teoria das Duas Nações”. Este ensaio intelectual elaborado, inicialmente por Muhammad Iqbal em colaboração com Muhammad Ali Jinnah, era um tanto simples¹⁷. A idéia central era criar uma entidade político-territorial autônoma capaz de proteger os interesses da população muçulmana da maioria hindu, pois, caso a democracia fosse, de fato, implantada no subcontinente as comunidades hindus teriam maioria nas instituições públicas decisórias do país. Contudo, a idéia de um Estado separado só surgiu em 1930, quando Iqbal se dirigiu à assembléia da Liga alegando que os dirigentes do Congresso haviam impossibilitado a margem de autonomia reivindicada em uma futura União Indiana. Deste momento em diante a disputa entre os partidos da Liga e do Congresso se acirrou. Em 1940 a Teoria das Duas Nações, com a criação de um país separado, foi aprovada no Congresso ocorrido em Lahore. Entretanto, o fator determinante para o fim das negociações

¹⁶ ARIF, Khalid Mahmud. The Role of the Military in Politics: Pakistan 1947-97. In: MALIK, Hafez. (Ed.) **Pakistan. Founders' Aspirations and Today's Realities**. Karachi, Oxford University Press: 2001. pp. 82-125, pp. 82-83.

¹⁷ As divergências entre Iqbal e Jinnah surgiram somente depois, nas negociações a respeito do formato do estado para os muçulmanos. Iqbal, considerando as divergências culturais e interesses políticos regionais representados na Liga, não propunha um Estado nacional tal qual o modelo europeu. Calcado nos valores religiosos do islamismo buscava valorizar as características da comunidade islâmica mais abrangente (a Ummah). Já seu correligionário Jinnah pensava um país laico, idêntico ao exemplo europeu. Cf.: COHEN, Stephen Philip. **Op. cit.** p. 29-31.

entre os partidos foi o anúncio, por parte de um grupo hindu fundamentalista do Congresso, de um movimento nacional de reconversão ao hinduísmo.¹⁸

Entretanto, outros também teriam contribuído com a “Idéia do Paquistão”. Foi de um grupo de estudantes da Universidade de Cambridge que teria nascido a idéia de uma Federação Islâmica sob o nome de Paquistão. Este grupo era liderado por Choudhary Rahmat Ali. A idéia dos alunos de Cambridge era bem mais ambiciosa que aquela pensada e efetivada pelos líderes da Liga Muçulmana. A federação muçulmana no subcontinente contaria com todas as regiões onde os muçulmanos fossem maioria “ou quase”. Uma das unidades desta federação teria o nome de *Pakistan*, reportando-se às primeiras letras das províncias de maioria islâmica no Oeste (em inglês, Punjab, Afghania (terras dos afegãos), Kashmir, Sind e BaluchisTAN)¹⁹. Simultaneamente, este nome também significava, em persa, “Terra dos Puros” (Pak: puros; stan: terra)²⁰. O formato da União proposta teria os contornos observados no mapa da página 32 (Ilustração 2).

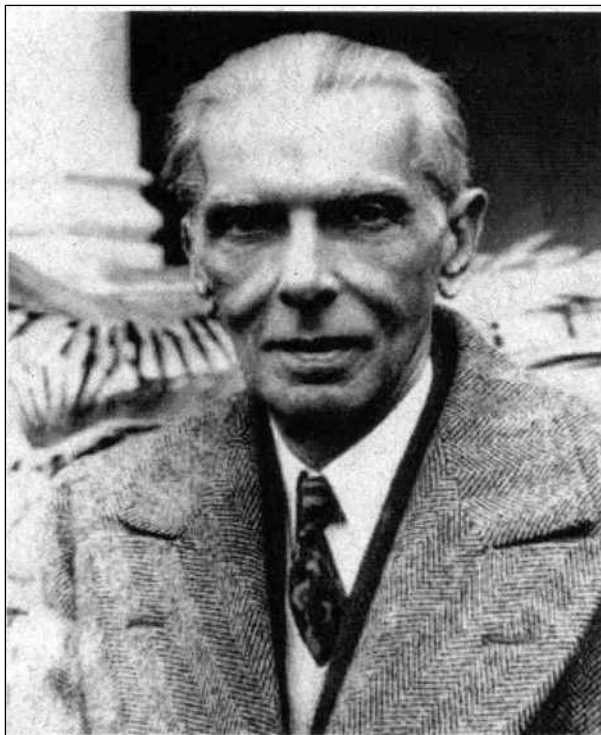


Ilustração 3 – Jinnah, o *Quaid-i-Azam* “Grande Líder”.
Fonte: JONES, Owen Bennett **Pakistan. Eye of the Storm**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003.

Outra posição bem distinta em relação aos motivos da criação do Paquistão provém do escritor e pesquisador paquistanês Tariq Ali. A concepção histórica de

¹⁸ COHEN, Stephen Philip. **Ibidem**. p. 31. Este movimento de reconversão seria justificado, segundo o grupo, porque os muçulmanos invadiram o subcontinente e utilizaram da força para converter hindus em muçulmanos.

¹⁹ Contudo, a letra “I” de *PAKISTAN* não é explicada por Cohen (COHEN, Stephen Philip. **Op. cit.** p. 26.) ou mesmo por Sugata Bose e Ayesha Jalal (BOSE, Sugata; JALAL, Ayesha. **Modern South Ásia: History, Culture and Political Economy**. Londres: Routledge, 1998, p. 174.) onde encontrei a explicação para o nome do país. Porém, há uma versão em Didonet que sustenta ser “Islã” o significado da letra I. Cf.: DIDONET, Zilah Cercal. **História Contemporânea – Ásia**. Santa Maria: Imprensa Universitária-UFSM, 1973. p. 50.

²⁰ A menção aos “puros” fazia clara alusão sarcástica aos outros “puros”, membros da casta hindu dominante do Congresso Nacional Indiano.

Ali, tendente a uma de interpretação marxista, é contundente ao criar a sarcástica analogia segundo a qual seu país foi

Concebido às pressas e vindo à luz prematuramente – uma cesariana de último minuto feita pelos médicos que cuidavam do império britânico –, o Paquistão emergiu em agosto de 1947, e o nascimento foi acompanhado por uma enorme perda de sangue. No primeiro ano o novo Estado foi privado de um membro (a Caxemira) e depois perdeu o pai (Muhammad Ali Jinnah). Depois, como seu gêmeo confessional mais durão e mais implacável, Israel, decidiu aceitar a oferta de uma enfermeira permanente. Presumia-se que a única rota para a sobrevivência seria tornar-se um paciente da guerra fria sob supervisão permanente do imperialismo ocidental. À medida que o império britânico desbotava, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade pelo Paquistão.²¹

As críticas de Ali ao papel da Liga Muçulmana e à forma como foi conduzida a criação do Paquistão apontam para dois fatores bem diferentes daquela perspectiva nacionalista/islamista, indicada anteriormente, retirando da elite paquistanesa certos atributos louváveis em sua caminhada para a conquista da independência.

O primeiro fator se refere à relação com os britânicos. A explicação de Tariq Ali atribui a geração do Paquistão aos interesses ingleses no subcontinente, em face da crise colonial do contexto da primeira metade do século vinte. Os representantes da Coroa se apressaram em instituir uma força política de oposição significativa para o crescente poder que o Congresso Nacional Indiano adquiria. A Liga Muçulmana de 1906, portanto, foi uma organização criada com o propósito de aproveitar as divisões internas, de cunho religioso, entre os indianos. Certamente, não afirma esta interpretação que a criação da Liga e a atuação de seus dirigentes fosse dominada, por completo, pelos britânicos. Havia sim lideranças políticas muçulmanas interessadas nos negócios da colônia, mas esse grupo apresentava mais convergências com os interesses da metrópole e foram cooptados justamente por esse motivo²². Além do que, no decorrer dos acontecimentos que tiveram lugar nas primeiras décadas do século XX, os dirigentes da Liga se aliaram com os britânicos

²¹ ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 231.

²² A crescente autonomia do Congresso Nacional em relação aos ditames britânicos e suas posturas e ações desafiadoras do controle do *Raj* ameaçava os interesses da Coroa. Cf. ALI, Tariq. **Op. cit.**, pp. 233-234.

nas duas grandes guerras mundiais, tendência não compartilhada pelos líderes hindus, que rejeitaram apoio na guerra contra o Eixo²³.

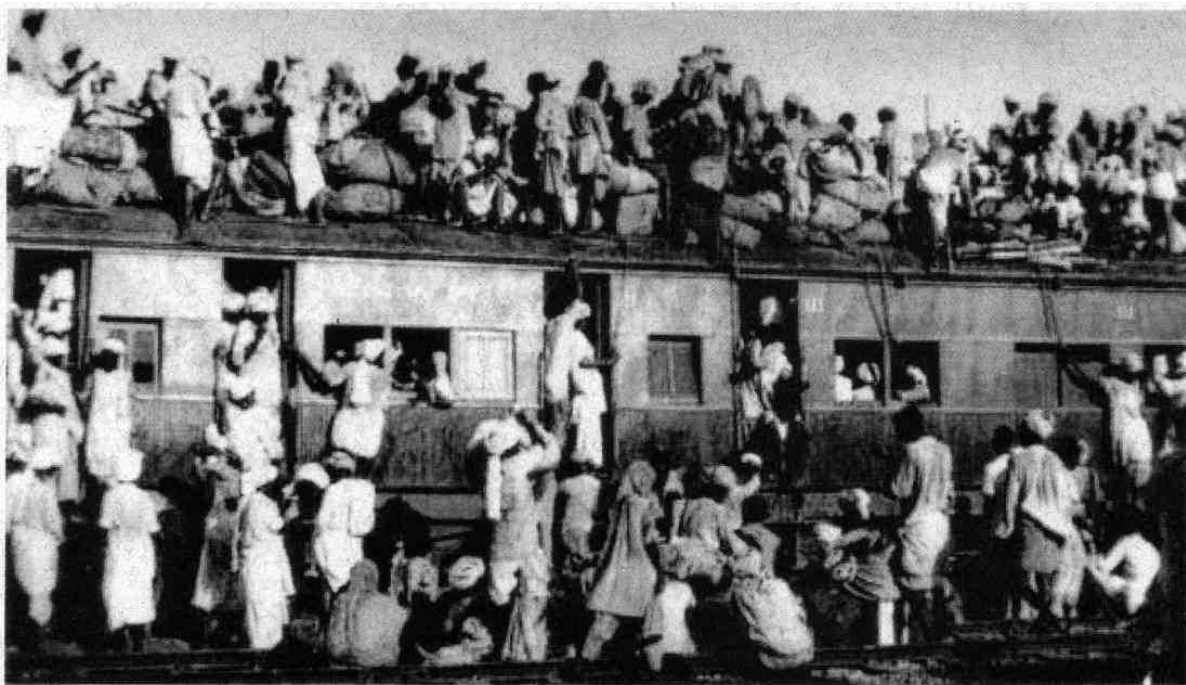


Ilustração 4 – Fuga de Muçulmanos de Delhi em setembro de 1947.

Fonte: JONES, Owen Bennett. **Pakistan. Eye of the Storm**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003.

O segundo fator contesta a destacada atuação política do “Grande Líder” e pai fundador da Nação, Mohammed Ali Jinnah. Este, por ter uma formação “constitucionalista liberal”, teria se retirado do Congresso Nacional por considerar a agitação popular inaceitável. A desobediência civil e a mobilização das massas nas ruas, estimuladas por Gandhi, foram determinantes para a mudança das opções desse político. A sua preferência pela negociação entre elites, marginalizando a população camponesa analfabeta, o afastou do projeto secular de Estado inclusivo, elaborado pelo Congresso Nacional há tempos, e o fez ingressar em uma organização permeada por grupos religiosos islâmicos “ortodoxos”, e defender um

²³ Afirma Tariq Ali, que a benevolência dos ingleses em relação aos muçulmanos do subcontinente indiano foi uma recompensa pela prontidão com que ingressaram neste conflito: o “Paquistão foi alcançado principalmente devido a uma combinação entre a Segunda Guerra Mundial, a intransigência do Partido do Congresso e a saída apressada dos britânicos. A Liga Muçulmana tinha apoiado o esforço de guerra britânico, ao passo que Gandhi e Nehru haviam lançado um movimento de desobediência civil exigindo que os britânicos ‘saíssem da Índia’. O Paquistão foi o prêmio de consolação recebido pela liga por estar ombro a ombro com o raj durante a guerra”. Cf.: ALI, Tariq. **Ibidem**. pp. 236-237.

nacionalismo islâmico pouco preciso e sujeito a interpretações diversas, e quiçá, deformantes do seu formato original²⁴. Mesmo com todas estas preocupações elitistas, Jinnah não imaginava que a criação de seu país passaria pelo “batismo de sangue”²⁵ representado na limpeza religiosa ocorrida dos dois lados da recente fronteira²⁶.

Essas duas perspectivas históricas demonstram, pelo menos, que a história da fundação do Paquistão foi apressada e marcada por conflitos de interesses entre as elites que, de certa forma, persistem até os dias atuais. O Estado nacional idealizado pelos líderes da Liga não chegou a dispor de um processo de centralização no poder governamental federal. Por essa razão, os grupos políticos regionais mantiveram a identificação e fidelidade de seus antigos súditos, mesmo depois de instituído o governo central.

1.1.2 *Paquistão: um Estado Colonial Importado de outro Estado Colonial Importado.*

Outro fator não negligenciável, observado neste momento fundador, se refere aos recursos herdados pelo Paquistão das autoridades coloniais. O grupo dirigente indiano, no controle do Congresso Nacional, já se preparava para a independência desde finais do século XIX e almejava a constituição de um Estado nacional tal qual aqueles já existentes nos países ocidentais, ou pelo menos organizado nos mesmos moldes. A Índia fora pensada nos termos de um Estado Importado/Exportado, de acordo com o conceito defendido por Bertrand Badie. Adotaria a estrutura burocrática administrativa instituída pelos colonizadores, se assentaria sobre um território delimitado, ingressaria em um sistema mundial regido pelo direito internacional e seria o legítimo representante, interna e externamente, de todos os

²⁴ ALI, Tariq. **Op.cit.**, pp. 235-236. Em outras palavras, o Estado laico para os muçulmanos, desejado por Jinnah, poderia, de acordo com o grupo no poder, se tornar facilmente um Estado islâmico.

²⁵ TALBOT, Ian. **Pakistan. A Modern History**. Nova Delhi: Foundation Books, 2009, pp. 101-113.

²⁶ O secularismo defendido por Jinnah sofreu seu primeiro revés com as mobilizações políticas confessionais iniciadas no momento fundador do país. ALI, Tariq. **Ibidem**. p. 237.

grupos sociais sediados dentro de seus limites fronteiriços, sendo considerado, de fato, um Estado soberano²⁷.

O Paquistão, por seu turno, nasceu como um Estado colonial Importado de um outro Estado colonial Importado (a Índia), e por esse motivo, já apresentava algumas falhas “inaugurais”. No processo de cisão, a maior parte da estrutura administrativa e militar da colônia ficou em poder da Índia, dificultando o funcionamento e oferta dos serviços públicos essenciais. As províncias que compunham o país foram instituídas mais como uma forma de atender interesses de dinastias políticas remanescentes do que por integrar uma consistente Federação unificada em um poder central. O próprio território nacional era mais um ideal que uma realidade. Na fronteira com a Índia as disputas foram muitas, inclusive pela Caxemira. Em relação ao Afeganistão restavam problemas com relação à divisão da etnia pashtun e a aceitação da Linha Durand, que dividia essa comunidade²⁸. E, internamente, mesmo antes de sua criação, grupos políticos seculares e religiosos estavam em constante conflito para definir o que seria o Paquistão, se apenas um lar para os muçulmanos e, portanto, um Estado laico, ou um Estado essencialmente islâmico, inserido e submetido às exigências do Corão e aos desígnios de uma comunidade muçulmana internacional idealizada, a *Ummah*. Obviamente, também contribuiu negativamente para a consolidação do novo país a derrota inicial para a Índia, em 1948, na disputa pela Caxemira.

Nos itens seguintes meu objetivo é mostrar como estas e outras características desagregadoras do Estado nacional, ainda contribuem para sua instabilidade política. São eles: a falta, ou pelo menos, inconsistência de regimes democráticos; as disputas internas de poder de caráter étnico, religioso e regional e a presença dos Estados Unidos como principal parceiro internacional.

²⁷ BADIE, Bertrand. **The Imported State (...)**. Inclusive, a elite política e intelectual da Índia fora formada no Ocidente e compartilhava de muitos de seus valores relacionados ao funcionamento das estruturas públicas nacionais.

²⁸ Sobre as divergências territoriais, especialmente com o Afeganistão e a proposta de criação do “Pashtunistão”, discutirei adiante quando referir as divergências étnicas do país. As disputas fronteiriças com a Índia, entretanto, estão localizadas nos capítulos 2 e 3 por serem mais próximas ao objeto da pesquisa.

1.2 Breves Intervalos de Democracia e a Alternância dos Regimes Militares

1.2.1 *Frágeis Democracias no Paquistão.*

O Paquistão foi criado como um lar para os muçulmanos. Seu maior líder, Jinnah, deixara claro que não se tratava de um Estado islâmico, que não seria regido pelos ditames do Corão ou de qualquer texto sagrado. Os Mulás, por conseqüência, não teriam poder pré-estabelecido no novo governo ou dentro da estrutura administrativa pública. Por infortúnio, Jinnah faleceu antes de poder concretizar seu projeto político, deixando aos seus sucessores a difícil tarefa de confrontar grupos de interesses religiosos e militares, principalmente (que, muitas vezes, atuavam em conjunto para o “bem do Paquistão”, de acordo com suas justificativas). Por esse motivo, contabilizamos, ao final de mais de seis décadas de existência, três golpes e quatro governos militares²⁹ que, somados, legam ao país pouco mais de trinta e três anos de regimes militares³⁰. O que significa mais da metade de sua história, que é de 62 anos e alguns meses.

Neste item, para facilitar o argumento central, que é caracterizar a diferença entre os governos democráticos e militares do país, discutirei, primeiro, como foram os regimes indicados pelo povo e, depois, como se comportaram as ditaduras militares.

O partido responsável pela fundação do país, a Liga Muçulmana³¹, se mostrou uma organização política muito fraca na administração nacional em seus primeiros anos. Nas conturbadas eleições para as assembleias provinciais de 1951, a Liga ficou com menos de dez por cento dos votos nas respectivas regiões e teve

²⁹ Isso porque o governo do General Yahya Khan tomou o poder de seu padrinho político, o (também golpista) Marechal de Campo Ayub Khan, em março de 1969.

³⁰ De acordo com o método que elaborei, a contagem dos anos em que o Paquistão permaneceu sob regime militar inicia no momento em que cada General tomou o poder e não quando foi legalizada sua administração, geralmente através de processos internos pouco transparentes. Considerando os quatro ditadores, a soma chega a pouco mais de trinta e três anos. Por conseqüência, os regimes não-militares no Paquistão somam vinte e nove anos e oito meses, se se considera como limite o mês de maio de 2010. Utilizo o termo “não-militares” porque nem todas as administrações civis foram *democráticas*, e se levarmos esse fator em consideração os anos em que o país esteve sob regime eleito pelo povo, este tempo se reduz drasticamente para cerca de dezoito anos apenas.

³¹ Após a fundação do Paquistão a Liga Muçulmana, que se chamava All-India Muslim League (Liga Muçulmana de Toda Índia) passou a ter o título de Liga Muçulmana do Paquistão. Nas eventuais eleições era conhecida pela sigla PML (Pakistan Muslim League). Cf.: TALBOT, Ian. **Op. cit.**, pp. 68-73.

desempenho similar nas eleições para a Assembléia Nacional do Paquistão Ocidental em 1954. O problema da Liga era a identificação de seus membros com a população paquistanesa. A maioria do partido era composta por cidadãos da etnia mohajir – muçulmanos indianos migrados para o Paquistão após a partição do subcontinente. Além de ser uma minoria numérica, eram considerados estrangeiros esnobes entre a população mais pobre³².

Este primeiro e sucinto capítulo da história democrática do Paquistão pouco contribuiu para a consolidação do sistema político e estrutura burocrática do país. A primeira Constituição do país foi promulgada em 1956 e o primeiro presidente eleito (pela Assembléia)³³ da República Islâmica do Paquistão foi o Major-General Iskander Ali Mirza³⁴. A instabilidade política destes primeiros anos teve como consequência a suspensão da Constituição dois anos depois, em outubro de 1958, pelo próprio presidente Mirza, que decretou Lei Marcial e designou o Marechal de Campo Ayub Khan, como administrador marcial do país. Apenas alguns dias depois veio o golpe, e o Marechal Ayub se declarou o novo presidente do país. Iniciava-se, então, a primeira década de ditadura no Paquistão³⁵. A primeira experiência política autônoma do país, embora não plenamente democrática, durou cerca de uma década.

A volta da democracia, em finais de 1971, teve como prelúdio duas sangrentas guerras, uma civil seguida de outro conflito com a Índia, e a privação de pouco mais da metade da população paquistanesa. As eleições de 1970 causaram a revolta de líderes bengalis do Paquistão Oriental que venceram nas urnas, mas foram impedidos de assumir o poder. Entraram em guerra civil com o lado ocidental do Paquistão e obtiveram a independência com o auxílio dos indianos.

³² M. Ali Jinnah era também um mohajir, mas dada sua precoce retirada do cenário político e a necessidade de um pai-fundador para a nação, seu personagem figura em destaque na história do país.

³³ De 1947 a 1970 as eleições provinciais foram mais comuns e os nomes para presidente e primeiro-ministro eram decididos pela elite política do país, por sua vez, originada dos pleitos regionais. Quanto aos processos eleitorais provinciais, Talbot afirma que imperava a corrupção e o voto dirigido ou “de cabresto”. Só em 1970 ocorreram as primeiras eleições gerais consideradas “limpas”. Cf.: TALBOT, Ian. *Ibidem*. p. 10.

³⁴ Até então o poder era exercido pelo governador-geral, escolhido também dentre a elite política. Este esquema foi utilizado até aprovação da primeira Constituição nacional.

³⁵ KUX, Dennis. Pakistan: Flawed not Failed State. **Headline Series. Foreign Policy Association**. n.º 32, 2001, p. 15. CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **The Armed Forces of Pakistan**. Crows Nest-Australia, Allen and Unwin Book Publishers: 2002. pp. 135-137.

Quando Bhutto assumiu, como presidente em dezembro de 1971 (e depois como Primeiro-Ministro em agosto de 1973), o Paquistão se reduzira apenas a sua porção ocidental e buscava se recuperar das perdas sofridas na guerra³⁶. Contudo, Bhutto teve participação ativa neste desastre político. Após a vitória da Liga Awami (lideradas por políticos bengalis) nas eleições de 1970, Bhutto apoiou a intervenção militar do Paquistão Ocidental, ordenada pelo General Yahya Khan, na parte oriental. Isto porque o partido de Zulfikar, o PPP (Pakistan Peoples Party – Partido dos Povos do Paquistão) tinha obtido a maioria dos votos da parte ocidental do país e seria beneficiado caso a elite bengali fosse reprimida e marginalizada politicamente.³⁷

Uma vez no poder, Zulfikar Bhutto fez bem menos do que prometeu e com freqüência mecanismos de repressão interna. Seu programa de governo prometia “comida, roupas e abrigo” e defendia um impreciso *socialismo islâmico* que funcionava mais como bandeira política do que por medidas públicas efetivas³⁸ e acabou por mudar muito pouco na economia do país³⁹. No campo político foi acusado de ser inseguro e tão autocrático quanto seus dois generais predecessores⁴⁰.

Em 1972 assinou um acordo de paz, em Simla, com a primeira-ministra indiana Indira Gandhi, no qual trocou mais de noventa mil prisioneiros de guerra paquistaneses pela normalização da situação na Caxemira. Foi muito criticado pelos grupos religiosos por aceitar tão facilmente o pacto. O projeto de socialismo islâmico, que visava agradar as organizações políticas religiosas e os partidos de esquerda, teve sua primeira crise quando Bhutto fora considerado submisso aos

³⁶ O que significava a perda de pouco mais de cinquenta por cento da população e uma importante província da república. De acordo com Stephen P. Cohen a privação do Paquistão Oriental significava também uma mudança no islamismo paquistanês, isto porque o islã moderado e culturalmente diverso estava sediado naquela porção do país. Após a criação de Bangladesh, o Paquistão teria como maior província o Punjab, mais populoso e mais desenvolvido que todas as outras províncias, o que traria problemas para a balança interna de poder. COHEN, Stephen Philip. **Op. cit.**, p. 9.

³⁷ ALI, Tariq. **Op. cit.**, p. 259.

³⁸ Entretanto, uma análise dissidente sobre o socialismo islâmico de Zulfikar Bhutto é oferecida por Gilles Kepel, que o classifica como um “governo progressista”, apoiado pelas classes populares urbanas e rurais, e o compara ao reacionarismo islâmico do General Zia ul-Haq. KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, pp. 155-157.

³⁹ ABBAS, Hassan. **Pakistan’s Drift into Extremism. Allah, the Army, and America’s War on Terror**. Armonk, N.Y.: Londres: M. E. Sharpe, 2005. pp. 69-70.

⁴⁰ No início de sua administração, Z. A. Bhutto promoveu a repressão a um movimento separatista no Baluchistão para “evitar o que havia ocorrido no Paquistão Oriental”. Cf. COHEN, Stephen Philip. **Op. cit.**, p. 9.

interesses do país vizinho⁴¹. E ainda, no plano internacional, causou o afastamento dos Estados Unidos, por não compartilharem das idéias políticas “progressistas” do chefe de governo paquistanês, que incluíam também um projeto de desenvolvimento de armamento nuclear⁴².

Sem saber em quem confiar no Exército, tomou medidas equivocadas, aproximou-se do ISID – Inter-Services Intelligence Directorate com vistas a colocá-lo sob seu controle, bem como, aumentou a disposição de recursos para suas atividades⁴³. Tentou lançar um programa nuclear para angariar apoio entre os grupos mais conservadores, empedernidos no combate à Índia, mas foi inibido pelos representantes de Washington. E, temendo ser traído por oficiais militares mais antigos, promoveu ao cargo de comandante geral do Estado maior das forças armadas o Tenente-General⁴⁴ Zia ul-Haq e o transformou em seu principal assessor nos negócios com o Exército⁴⁵. Por infortúnio, foi este mesmo oficial o responsável por tirar Bhutto do poder, acusá-lo de traição e pressionar a corte que o julgava para o condenarem, o que resultou em seu enforcamento em 1979.

O período democrático, de fins da década de 1980 e praticamente toda década de 1990, foi marcado pela alternância no poder entre Benazir Bhutto e Nawaz Sharif. As marcas destas duas administrações foram as recorrentes denúncias de corrupção e as sucessivas destituições dos primeiros-ministros - Benazir (duas vezes) e Sharif (uma) – pelo presidente do país, graças a 8ª emenda da Constituição Nacional que permitia a demissão do cargo de premiê caso os interesses nacionais estivessem “em risco”.⁴⁶

⁴¹ Outras medidas pró-partidos islâmicos foram: a inclusão, na Constituição Nacional de 1973, de artigos que determinavam o islamismo como religião oficial do Estado (artigo 2), que as leis nacionais deveriam estar em conformidade com o Islã (artigo 227) e o ensino da religião corânica nas escolas públicas do país (artigo 31). Cf. ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, pp. 81-82.

⁴² ABBAS, Hassan. **Ibidem.** pp. 83-84.

⁴³ Bhutto esperava utilizar o ISID para fundamentar sua política externa e para espionar seus inimigos internos. Com esta última função, o ISID passava a atuar em âmbito interno, atividade anteriormente exclusiva da outra agência de inteligência, o IB – *Intelligence Bureau*. Cf.: JONES, Owen Bennett **Pakistan. Eye of the Storm**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003. p. 239.

⁴⁴ Tenente-General (ou *Lieutenant General*) é uma das patentes do Exército paquistanês, que herdou a mesma classificação das forças armadas britânicas. Vem imediatamente abaixo ao posto de General.

⁴⁵ ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, pp. 85-87. Este pesquisador afirma que Bhutto, em ocasiões de visitas diplomáticas, apresentava o General Zia como seu “General Macaco”.

⁴⁶ A Oitava Emenda foi criada durante o governo do General Zia ul Haq. Cf. KENNEDY, Charles H. *Islamization and Legal Reform in Pakistan, 1979-1989*. Pacific Affairs. Vol. 63, nº 1, pp. 62-77, 1990.

O contexto político internacional do retorno democrático apresentava circunstâncias inéditas para o Paquistão. A intervenção que, indiretamente, sustentava no Afeganistão chegava ao fim em 1989 e, com seu ocaso, escasseavam os dólares destinados ao combate dos *mujahidins* contra os soviéticos. Por outro lado, o fim da Guerra Fria em 1991 reduzia a importância estratégica do país para o bloco ocidental. Esta conjuntura, por consequência, contribuía para que grupos políticos internos, antes beneficiados pelos recursos estrangeiros, se voltassem para as administrações de Benazir e Sharif procurando algum auxílio ou posição dentro da estrutura estatal que lhes garantisse poder e dinheiro. O patrimonialismo e clientelismo tomaram conta da máquina estatal, que assim, se convertia também em um instrumento para ganhos privados ilícitos.

O atual governo estatal paquistanês está nas mãos do PPP, tendo como chefe de Estado o viúvo de Benazir Bhutto, Asif Ali Zardari, que já tinha ocupado cargos públicos importantes durante as duas gestões de sua esposa⁴⁷ e foi pivô da crise de corrupção que afastou a dinastia política Bhutto do poder nestas ocasiões, e como chefe de governo, o premiê Syed Yousaf Raza Gilani.

Asif Zardari foi acusado de exigir propinas e subornos em nome da primeira-ministra, mas, devido a arranjos políticos, nunca foi condenado⁴⁸. Desde que assumiu a presidência em setembro de 2008 não se tem denúncias de práticas corruptas envolvendo seu nome, mas seu governo está fragilizado pelos contínuos atentados ocorridos em território nacional por grupos radicais, que consideram a nova gestão submissa aos interesses dos Estados Unidos, principalmente no tocante a sua participação na guerra contra o terrorismo.

⁴⁷ Ocupou cargos na Assembléia Nacional e foi Ministro do Meio Ambiente e Ministro para Investimentos na segunda gestão de Benazir Bhutto. Cf.: **PRESIDENT. ISLAMIC REPUBLIC OF PAKISTAN**. Disponível em: <<http://www.president.gov.pk/Pages/ThePresident.ksp>>, acesso em 22 de janeiro de 2010.

⁴⁸ Dadas as reiteradas denúncias de corrupção contra Zardari, quando ocupava cargos públicos nas duas administrações de sua esposa, foi apelidado de “Sr. 10%”, em referência às cobranças de propinas que fazia das empresas que tinham algum tipo de negócio com o Estado. Atualmente, utilizando seu poder político de chefe da nação, Zardari vem tentando acabar com as piadas sobre seu passado decretando sua proibição. Neste sentido, determinou que a Agência Federal de Investigação empreenda investigação nacional nos sítios eletrônicos para averiguar “calúnias contra a liderança política do país”, que agora faz parte da nova Lei de Crimes Cibernéticos. Cf. **THE TELEGRAPH**. Pakistan president Asif Zardari bans jokes ridiculing him. 21/07/2009. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/pakistan/5878525/Pakistan-president-Asif-Zardari-bans-jokes-ridiculing-him.html>>, acesso em 23 de janeiro de 2010.

1.2.2. Sobre os Regimes Militares

Os governos militares no Paquistão, em função de seu papel destacado nas guerras pela Caxemira e pela ligação com os grupos religiosos islâmicos do país, interessam particularmente à pesquisa aqui desenvolvida. Foram governos militares os responsáveis por duas das três grandes guerras com a Índia pela região caxemir, foram eles, também, que utilizaram, ou pelo menos, permitiram a atuação de combatentes jihadistas neste conflito e, também, foi durante as gestões autocráticas que a relação com os Estados Unidos se tornou mais intensa.

1.2.2.1 A primeira década da ditadura do Marechal de Campo Ayub Khan

O primeiro regime militar paquistanês, conduzido pelo Marechal de Campo Muhammad Ayub Khan de outubro de 1958 a março de 1969, chegou ao poder com a promessa de “restabelecer a saúde do país”⁴⁹. Para atingir o proposto objetivo o governo extinguiu os partidos políticos, com a sucinta justificativa que a democracia parlamentar era inadequada ao Paquistão, e se apressou para elaborar e aprovar uma nova Constituição, apresentada formalmente ao país em 1962. Segundo o próprio autocrata, as reformas políticas implementadas buscavam instituir um sistema de “Democracia Básica”, uma vez que as disputas de poder na primeira década de existência do país teriam demonstrado a ineficácia da pluralidade participativa⁵⁰.

A facilidade com que Ayub chegou e se manteve no poder, ao menos nos primeiros anos, se deveu a uma combinação de fatores. No âmbito interno, a descrença da população nas administrações eleitas e, em contraposição, o prestígio

⁴⁹ CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **The Armed Forces of Pakistan**. Crows Nest-Australia, Allen and Unwin Book Publishers: 2002. p. 136.

⁵⁰ O “Sistema de Democracia Básica” consistia na instituição de oito mil unidades eleitorais, compostas por dez membros cada, indicados localmente. Estas pequenas organizações, distribuídas entre as províncias, foram utilizadas para legitimar a Constituição nacional e pela “eleição” do presidente Ayub, em 1960, na qual era apresentada a cada eleitor a seguinte pergunta: “Você confia no Presidente, o Marechal de Campo Ayub Khan?”. Assim, com mais de 95% dos votos, o presidente Ayub foi aprovado no cargo. Foi esse mesmo grupo dos eleitores básicos que, novamente em janeiro de 1965, elegeram o Marechal de campo Ayub contra a candidata da oposição, Fátima Jinnah, irmã do “fundador da nação”, M. Ali Jinnah. Nesta eleição a vitória de Ayub foi por de cerca de 62%. CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **Ibidem**, pp. 138-141.

e a confiança depositada no Exército, levaram a certa legitimação do golpe nos anos subseqüentes a sua efetivação⁵¹. No plano externo, é consenso na bibliografia consultada que o golpe teve o apoio da Inglaterra e, principalmente, dos Estados Unidos⁵², que buscavam ampliar sua influência no continente asiático, dados os avanços soviéticos e chineses na região, e fortaleceram, por esse motivo, as alianças com o Paquistão, tornando-o o principal parceiro na Ásia meridional⁵³. Também foram importantes para o apoio estadunidense a proposta de modernização e crescimento econômico do Paquistão, prometidas pelo presidente golpista⁵⁴, e os acordos bilaterais celebrados no ano seguinte, onde se garantia uma base para as forças militares estadunidenses em Peshawar, capital da província da Fronteira Noroeste, que teria como tarefa declarada apenas a “inteligência e vigilância” na região⁵⁵.

A aliança de Ayub com os grupos islamistas, por seu turno, foi marcada pela aproximação oportuna, mas cautelosa, e o eventual emprego de grupos jihadistas em questões de política exterior. O apoio dos grupos religiosos era procurado para evitar constantes críticas à administração e em circunstâncias estratégicas, como em

⁵¹ Segundo P. Cheema, a população considerava que um “governo forte” poderia resolver seus problemas com maior agilidade. Cf.: CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **Op. cit.**, pp. 138-141.

⁵² O apoio estadunidense ao governo paquistanês já vinha desde o começo da década de 1950, com a assinatura de acordos bilaterais e pela participação conjunta em organizações internacionais de defesa, como a SEATO (Southeast Asia Treaty Organization) de 1954 e a CENTO (Central Treaty Organization), criada em 1955, mas que só contou com a presença dos EUA em 1958. ARANTES JÚNIOR, Abelardo. O Paquistão e as estratégias ocidentais para a Ásia Meridional. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 46, n.º 1, pp.182-207, 2003, p. 186.

⁵³ Um dos poucos momentos de tensão nas relações entre EUA e Paquistão foi com relação ao apoio estadunidense aos indianos, durante a guerra de 1962, travada contra os comunistas chineses. Contudo, ao final do conflito, a situação voltou ao status anterior.

⁵⁴ ALI, Tariq. **Op. cit.**, pp. 254-255. CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **Idem**. KUX, Dennis. A Ride on the Roller Coaster: US-Pakistan relations 1947-1997. In: MALIK, Hafez. (Ed.) **Pakistan. Founders' Aspirations and Today's Realities**. Karachi, Oxford University Press: 2001. pp. 82-125, pp. 293-294. INDURTHY, Rathnam. The Turns and Shifts in the U.S. Role in the Kashmir Conflict since 1947: Today's Propitious Times for a Facilitator to Resolve It. **Asian Affairs**. Vol. 32, n.º 1, pp. 31-56, set/2005. KUNDI, Mansoor Akbar. US Pakistan's Relations under Khan 1958-69: Impact on South Ásia. **South Asian Studies**. Vol. 24, n.º 2, pp. 192-203, Jul/Dez. 2009. p. 194. Segundo Tariq Ali, o *New York Times* retratou bem o sentimento do governo estadunidense em relação ao novo governo, em um editorial publicado poucos dias depois do golpe: “No Paquistão, tanto o presidente Mirza quanto o general comandante do exército, Ayub Khan, declararam claramente que o que eles propõem e desejam é estabelecer no devido tempo um governo bom, honesto e democrático. Não há motivo para duvidar de sua sinceridade.” Cf. ALI, Tariq. **Op. cit.**, p.255.

⁵⁵ KUNDI, Mansoor Akbar. **Op. cit.**, pp. 192-203.

processos eleitorais⁵⁶, mas as concessões feitas pelo governo, bem como, suas ações, eram restritas e, não raro, criticadas, como o Código Familiar para muçulmanos, criado pelo governo sem a aprovação dos ulemás. Ademais, a constituição imposta em 1962 não determinava o islamismo como a religião do Estado, nem concedia quaisquer poderes às organizações confessionais. O principal fator condicionante da boa relação com os mulás foi a oposição ao comunismo soviético, sustentada pelo governo nacional⁵⁷. Uma maior aproximação com os grupos religiosos ocorreu às vésperas da guerra de 1965, com a Índia (2ª Guerra pela Caxemira), para a utilização de grupos jihadistas neste conflito. Entretanto, com a derrota e as conseqüentes críticas ao governo, o afastamento em relação às organizações políticas islâmicas, como o *Jamaat-i-Islami* – JI (Bloco Islâmico), foi inevitável.

A queda de Ayub Khan pode ser creditada exatamente a excessiva centralização de poder operada no país. Nos três últimos anos de seu governo permitiu o ressurgimento de várias das organizações políticas que havia extinguido em 1958. Mas há outros indícios da decadência de seu regime, como:

[...] a estagnação econômica, o agravamento das condições de trabalho industrial, crescente desencantamento militar e político com o regime de Ayub, denúncias de corrupção e acúmulo de grandes fortunas pela família de Ayub, a piora de seu estado de saúde e o rápido crescimento de sua impopularidade entre os paquistaneses orientais.⁵⁸

A derrubada definitiva de Ayub começou com uma revolta estudantil em novembro de 1968, que terminou por envolver vários grupos de trabalhadores paquistaneses na luta pela democracia. Entretanto, o fim da primeira ditadura no país foi seguido pela tomada do poder por outro general, que prometia a seus aliados e críticos se tratar apenas de um governo militar provisório, instituído com a promessa de realizar eleições gerais, sem maiores pretensões políticas. Contudo, a história não foi bem assim.

⁵⁶ Nas prévias das eleições de 1965, o Marechal de campo Ayub buscou auxílio dos ulemás para invalidar a candidatura de sua oponente, através da emissão de um *fatwa* (um decreto religioso) condenando a possibilidade de uma mulher assumir a liderança de uma nação islâmica. Contudo, os grupos vinculados à candidata da oposição, Fátima Jinnah, conseguiram também um *fatwa*, emitido por outros ulemás, onde se concluía que uma mulher poderia assumir a presidência de um país islâmico em “circunstâncias excepcionais” como aquela. Cf. CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **Op. cit.**, p. 140.

⁵⁷ Cf. **INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 29**. Pakistan: The Mullahs and the Military. Islamabad-Bruxelas, 2003. pp. 02-03.

⁵⁸ CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **Op. cit.**, p. 141.

1.2.2.2 – O breve e sangrento governo do General Yahya Khan

A ascensão do Comandante-em-chefe do Exército, o General Agha Muhammad Yahya Khan, foi encarada como um movimento necessário para efetivar a democracia, a partir de um processo de transição controlado. Entretanto, as medidas que tomou quando no cargo indicaram que se tratava de mais uma ditadura, bastante similar àquela que caía. Yahya Khan prontamente impôs Lei Marcial, suspendeu a Constituição de 1962 e promoveu uma intensa campanha de repressão aos movimentos populares exaltados, envolvidos com a exigência pelas eleições gerais⁵⁹. Apesar das medidas autoritárias, o General Yahya não pode evitar a realização das referidas eleições gerais. De fato, o regime militar estava desgastado e não conseguiu apoio mesmo dentre o alto escalão do Exército.

O processo eleitoral, por seu turno, não se mostrava uma tarefa fácil. Era necessário estabelecer alguma estratégia que atendesse aos interesses tanto dos grupos políticos bengalis do Paquistão Oriental, que se achavam marginalizados, quanto dos partidos e membros da burocracia estatal do Paquistão Ocidental, de maioria punjabe, no poder desde a criação do país.

Em linhas gerais, na falta de um acordo melhor, o número de assentos da Assembléia Nacional foram divididos proporcionalmente à população de cada província. Essa partição proporcionou ao Paquistão Oriental pouco mais da metade das vagas na Assembléia, que indicaria o novo primeiro-ministro do país. Todavia, os partidos políticos mais importantes da parte ocidental do país não acreditavam que a Liga Awami, principal organização política bengali, pudesse alcançar uma votação tão expressiva no Paquistão Oriental, que lhe asseguraram maioria simples e, por efeito, a determinação do premiê nacional. As eleições de dezembro de 1970 mostraram a força da elite bengali, pois obtiveram quase todos os assentos destinados ao Paquistão Oriental. Inversamente, nas quatro províncias do Oeste, os bengalis não conseguiram eleger sequer um candidato. O principal partido do

⁵⁹ KUX, Dennis. Pakistan: Flawed not Failed State. **Headline Series. Foreign Policy Association.** n.º 32, 2001, p. 17-18.

Paquistão Ocidental, o PPP (Pakistan Peoples Party), por seu turno, também não conseguiu assentos nas regiões de maioria bengali, na parte Leste do país. Esta situação demonstra como as duas partes do país tinham interesses divergentes e o quanto estavam divididas.

A entrega do poder central à elite bengali foi obstaculizada pela burocracia e demais partidos da porção ocidental, que lançaram uma campanha de repressão às organizações políticas e líderes da Liga Awami, resultando, primeiro, em uma guerra civil e, segundo, com a entrada da Índia, em fins de 1971, na terceira guerra indo-paquistanesa. A consequência desta escalada, foi a independência do Paquistão Oriental, rebatizado como Bangladesh, e o surgimento de um “novo” Paquistão, restrito às províncias do Oeste e privado de pouco mais da metade de sua população⁶⁰.

A posição dos Estados Unidos neste conflito foi de apoio ao governo em Islamabad, com armas e dinheiro, apesar do conhecimento das atrocidades perpetradas pelas forças armadas paquistanesas contra a população bengali. A postura do governo de Richard Nixon, um antigo entusiasta da relação EUA-Paquistão, foi determinada pelo papel do General Yahya Khan na reaproximação com a China⁶¹. O chefe de Estado paquistanês promoveu encontros secretos entre Henry Kissinger e membros do governo chinês, que resultaram no restabelecimento das relações entre Washington e Pequim, em julho de 1971⁶². Entretanto, o auxílio prometido por Kissinger/Nixon, caso a Índia se envolvesse no conflito, acabou não chegando a contento.

Os partidos religiosos tiveram significativos benefícios durante o breve governo de Yahya. O tratamento dedicado a estes grupos lhes permitiu ocupar pequenos cargos na administração pública e participar da política externa paquistanesa em duas frentes. Primeiro, através da emissão de representantes do partido para a Europa e EUA, na tentativa de legitimar perante a opinião pública internacional a intervenção no Paquistão Oriental. E segundo, pela utilização em

⁶⁰ Retomo a discussão sobre os conflitos de 1971 no capítulo referente à história da Caxemira em função de suas consequências para a região disputada.

⁶¹ KUX, Dennis. **Op. cit.**, pp. 298-300. A postura favorável dos EUA e a visita de Henry Kissinger ao Paquistão, e depois à China, induziram o governo de Indira Gandhi, por sua vez, a procurar estabelecer acordos com a União Soviética. Após os conflitos de 1971 as alianças com as duas grandes potências da Guerra Fria ficaram bem mais claras.

⁶² ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, pp. 63-65.

larga escala de guerreiros jihadistas na campanha de terror empreendida contra a população bengali⁶³.

1.2.2.2 – A ditadura do General Zia ul-Haq e as reformas islâmicas

Durante a gestão do General Muhammad Zia ul-Haq foi consolidado o chamado Pacto Mulá-Militar, que nas ditaduras militares anteriores funcionou apenas como recurso de política exterior, para a questão da Caxemira e da repressão aos bengalis do Paquistão Oriental⁶⁴. O processo de islamização “por cima”⁶⁵ do Estado paquistanês não se restringiu apenas a mudanças nos costumes dos cidadãos, como a proibição da venda e consumo de álcool ou aplicação de castigos físicos em público, mas se converteu na alteração das principais instituições nacionais, como o Exército, na reforma de todo sistema de ensino do país, mudanças na economia e na implantação da Chari’a⁶⁶ como corpo normativo da sociedade e da estrutura do Estado⁶⁷.

Essas profundas modificações observadas no Paquistão, de 1977 a 1988, foram permitidas e apoiadas pelo governo estadunidense no plano político e econômico, tendo como justificativa seus interesses na conjuntura regional, marcada pela Guerra Fria, onde se buscava debilitar a ocupação do Afeganistão pela União Soviética. O principal aliado neste objetivo foi o Paquistão que, para tanto,

⁶³ Este assunto, a jihad contra o Paquistão Oriental, também será retomado no capítulo seguinte, devido a sua utilização como mecanismo de política externa paquistanesa na questão da Caxemira.

⁶⁴ **INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 29.** Pakistan: The Mullahs and the Military. Islamabad-Bruxelas, 2003. pp. 02-03. AHMED, Samina. Reviving state legitimacy in Pakistan. In: CHESTERMAN, Simon (Ed). **Making States Work: State Failure and the Crisis of Governance.** Tóquio, United Nations University Press, 2005. pp. 151-152

⁶⁵ A denominação de “islamização por cima”, ou via Estado, é utilizada para diferenciar o processo paquistanês do iraniano, que ocorreu praticamente no mesmo período (1979), mas operado através da mobilização popular, pelo clero religioso xiita, mas também para indicar os objetivos de cada processo. Enquanto no Irã os Aiatolás adotaram um discurso em favor dos deserdados contra a elite abastada, e os utilizaram para chegar ao poder, no Paquistão “a islamização serviu para associar a burguesia religiosa e os intelectuais islâmicos a um sistema em que as elites governantes, representadas pelos militares, permaneciam no poder, e as massas eram dissuadidas de empreender qualquer tipo de revolta em nome de Alá.” KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, pp. 153-154.

⁶⁶ A Chari’a, de acordo com Mariam Abou Zahab e Olivier Roy, é “o corpo de modelos e obrigações contidas no Alcorão e nas Sunnas, que compõem a lei muçulmana” Cf.: ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2004, p. viii, e segundo o pesquisador Gilles Kepel é a “lei baseada nas Escrituras Sagradas do islã e na tradição da jurisprudência”. Cf.: KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, p. 561.

⁶⁷ COHEN, Stephen Philip. **Op. cit.**, pp. 170-171.

necessitava de estabilidade política interna, ainda que fosse sob uma ditadura. Tal foi o esforço empreendido pelo governo de Washington que não seria exagerado inseri-lo no acima referido “Pacto Mulá-Militar-(EUA)”⁶⁸.

A fim de consolidar seus apoios políticos, o General Zia conseguiu trazer para o governo do Estado um partido minoritário radical islâmico, cujo líder era o inspirador das idéias extremadas do governo militar. Esse partido era o *Jamaat-i-Islami* (Bloco Islâmico) e seu líder religioso o Maulana Syed Mawdudi⁶⁹, um antigo e respeitado pensador do islamismo político. A implantação do islamismo como política ideológica estatal fazia parte da estratégia ditatorial de obstaculizar a volta da democracia, atraindo novos grupos políticos para o poder, principalmente os partidos islâmicos, e legitimar o governo autocrático com base em preceitos religiosos.

Do ponto de vista econômico, Zia contou com outras duas fontes extras de recursos para estruturar sua gestão, a primeira proveniente das remessas de paquistaneses emigrados para as monarquias petroleiras do Golfo pérsico, que enviaram consideráveis quantias para seus aparentados. A segunda fonte de recursos, e essa sim um tanto mais abundante, provinha do auxílio dos EUA e da Arábia Saudita à luta dos *mujahidins* no Afeganistão. As remessas estrangeiras, tanto de armas quanto de recursos financeiros, obrigatoriamente passavam por setores governamentais, como a burocracia ou o Exército e, certamente, foram parcialmente desviadas por estes mesmos setores⁷⁰. Houve uma terceira fonte de renda obtida no curso da aproximação com os afegãos, mas que não passava diretamente pelo Estado, mas por grupos que o apoiavam, consistente no aumento do tráfico transfronteiriço de heroína, o que provocou o aumento vertiginoso de viciados registrados no país, passando “de 130 em 1977 para 30.000 em 1988”⁷¹.

Outra medida econômica islamista do governo de Zia, de caráter doutrinário, foi a cobrança oficial do *zakat*, uma tributação obrigatória aos muçulmanos, prevista no Corão, debitada anualmente de suas contas bancárias. Estavam isentos deste pagamento os grupos sociais mais pobres, que também não tinham renda

⁶⁸ KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, p. 153.

⁶⁹ HAQQANI, Husain. The Ideologies of South Asian Jihadi Groups. **Current Trends in Islamist Ideology**. Vol. 1, pp. 12-26, março/2006, p. 16.

⁷⁰ KEPEL, Gilles. **Ibidem**. pp. 156-157.

⁷¹ ALI, Tariq. **Op. cit.**, p. 271.

significativa ou mesmo condições de manter uma conta bancária. A percentagem da zakat sobre a renda era de 2,5% e sua justificativa se assentava em uma idéia de “solidariedade islâmica” para com os menos abastados⁷². Todavia, de acordo com Gilles Kepel, poucos paquistaneses pobres perceberam melhorias nas suas condições de vida em função dessa arrecadação. Em realidade, esse novo aporte financeiro serviu mais para estimular a formação dos madraçais, as escolas corânicas religiosas tradicionais, incrementando o número de suas unidades ou aumentando a estrutura física das existentes. O que, por seu turno, além da disseminação do islamismo, teve outro propósito malogrado, que era reduzir a crise social, instando jovens de famílias pobres a participar dessas escolas que lhes garantiam habitação, educação, alimentação e cuidados sanitários⁷³.

Tabela 1 – Desenvolvimento Quantitativo dos Madraçais no Paquistão até 1982¹
(aqui se desconsidera o Paquistão Oriental, independente desde 1971)

País e Províncias	Pré-1947	1950	1956	1960	1971	1979	1982
PAQUISTÃO	137	210	244	401	893	1725	1896
Punjab	87	137	159	264	580	1012	910
Sind	19	25	25	44	120	380	277
PFN ²	20	31	43	66	127	218	572
Baluchistão	7	11	12	20	44	135	59
Caxemira ³	4	6	10	11	22	-	12
Áreas do Norte	-	-	-	-	-	-	32
Islamabad	-	-	-	-	-	-	34

¹ – Os números apontados levam em conta apenas os madraçais registrados. No Paquistão é comum que muitos deles existam sem a sanção do Estado.

² – Província da Fronteira Noroeste

³ – Caxemira Paquistanesa (apenas a Caxemira Livre)

Adaptado de MALIK, Jamal. **Op. cit.**, p. 180.

Ao financiar os madraçais e ampliar o número de alunos internados nestas instituições, o General Zia, ainda que não propositalmente, fortaleceu os grupos de poder religiosos sunitas, como as organizações pertencentes ao *Jamaat-e Islami*, aos deobandis e ao movimento Ahle-Hadith, que desempenharam papel preponderante no país, nos anos subsequentes, principalmente no tocante à formação de grupos jihadistas armados. Em linhas gerais, os ulemás e/ou mulás dirigentes destas redes perceberam a potencial força que tinham em suas

⁷² MALIK, Jamal. **Colonialization of Islam: Dissolution of Traditional Institutions in Pakistan**. Nova Delhi, Manohar Publishers and Distributors: 1998. pp. 85-119.

⁷³ KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, pp. 158-159.

respectivas escolas. Viram a possibilidade de formar grupos extensos de militantes fundamentalistas, capazes de compor pequenos exércitos privados. É dessas escolas tradicionais corânicas que saíram os talibãs, atuantes no Afeganistão na década de 1990⁷⁴.

Tabela 2 – Número de Estudantes (*Est.*) e Professores (*Prof.*) em Madraçais de 1960 a 1983

(aqui se desconsidera o Paquistão Oriental, independente desde 1971)

País e Províncias	1960		1971		1979		1983	
	<i>Est.</i>	<i>Prof.</i>	<i>Est.</i>	<i>Prof.</i>	<i>Est.</i>	<i>Prof.</i>	<i>Est.</i>	<i>Prof.</i>
PAQUISTÃO	44407	1846	45238	3186	99041	5005	259827	7394
Punjab	24842	1053	29096	2063	80879	2992	124670	3549
Sind	6218	401	5431	453	8344	1245	37949	1080
PFN ¹	7897	312	8423	515	7749	673	78439	2217
Baluchistão	519	46	1207	95	1814	95	8083	280
Caxemira ²	-	-	-	-	-	-	1644	41
Áreas do Norte	763 ³	23	1083	60	-	-	4384	125
Islamabad	-	-	-	-	-	-	4638	133

¹ – Província da Fronteira Noroeste

² – Caxemira Paquistanesa (apenas a Caxemira Livre)

³ – Os números de docentes e alunos das Áreas do Norte demonstram como é complicada a coleta de dados referentes aos madraçais. Na Tabela 1, anterior, essa província não apresenta quaisquer dados sobre escolas corânicas.

Adaptado de MALIK, Jamal. **Op. cit.**, p. 178.

O Exército nacional também passou por mudanças durante a administração do General Zia. A exemplo do que ocorrera com a burocracia civil, onde eram privilegiados e promovidos os servidores vinculados aos segmentos religiosos, nas forças armadas se observou a substituição de muitos dos oficiais formados pela elite colonial britânica, geralmente defensores de uma perspectiva corporativa mais profissional, por militares pertencentes, ou mesmo simpatizantes, das organizações confessionais sunitas. Os referenciais e valores islâmicos já faziam partes da instituição militar antes do governo de Zia, pois a partir da defesa da jihad e do recrutamento de militantes religiosos radicais foi possível ao exército empreender guerras contra a Índia e na ocasião da separação do Paquistão Oriental, mas até este momento, o islamismo era empregado mais como uma estratégia de ação e não fazia parte da formação de soldados, os rituais religiosos não eram permitidos e o corpo de oficiais tinha grande margem de autonomia em relação aos grupos religiosos⁷⁵. Foi durante as reformas iniciadas com o governo ditatorial imposto em

⁷⁴ KEPEL, Gilles. **Ibidem**. pp. 159-160. MALIK, Jamal. **Op. cit.**, pp. 164-190.

⁷⁵ COHEN, Stephen Philip. **Op. cit.** p. 108 e pp. 110-118.

1977 que as forças armadas viram nascer um setor islâmico nas hierarquias de seus regimentos⁷⁶. Contribuiu para esta alteração institucional o fator étnico punjabi, majoritário entre os membros da corporação militar.

No plano externo, o governo do general Zia se aproveitou da identidade islâmica do país e do apoio dos EUA para incrementar os recursos nacionais e poder regional. A declaração de um “jihad defensivo”⁷⁷ no Afeganistão foi motivada pelo combate aos soviéticos, que ocuparam o país para auxiliar o governo socialista aliado. Por motivos estratégicos, o Paquistão foi o país-base de onde eram elaboradas as estratégias de combate e o centro de onde fluíam os fundos e armas para as operações jihadistas. Recursos estes que eram provenientes do auxílio ofertado pela Arábia Saudita e pelos Estados Unidos, mas também de comunidades muçulmanas espalhadas pelo mundo.

Para gerenciar o fluxo de bens e combatentes destinados ao Afeganistão o governo paquistanês estabeleceu estratégias internas que envolviam as organizações religiosas que lhe davam sustentação política, como as redes deobandis, os vaabitas do *Ahle-Hadith*, de inspiração saudita, e o partido *Jamaat-e Islami*; mas também setores do Estado paquistanês, como altos oficiais do Exército e o principal serviço secreto do país, o ISID, amparado, por sua vez, pelo serviço secreto estadunidense, a CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência).⁷⁸

Sobre o interesse e envolvimento dos Estados Unidos na guerra do Afeganistão e na utilização do aliado paquistanês para o apoio aos mujahidins, há uma bibliografia significativa, indicativa desta manobra e seria necessária outra dissertação para comparar e analisar versões de como se deu essa relação no

⁷⁶ MIR, Amir. Pakistan Army: Islamists vs Reformists. In: _____. **The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror**. Nova Delhi, Roli Books: 2006. pp. 23-25

⁷⁷ De acordo com Gilles Kepel, a declaração da necessidade da Jihad, ou Guerra Santa, na tradição sunita, é emitida através da publicação de um decreto religioso um *fatwa*, por um ou mais ulemás integrante da grande comunidade islâmica (a *Ummah*). Uma “Jihad Defensiva”, nesta linha, é a defesa dos territórios do Islã contra invasores estrangeiros. Nesta guerra é obrigação o engajamento de toda comunidade islâmica, seja na luta pelas armas ou no envio de auxílio financeiro e material. A jihad afegã foi resultado de *fatwas* emitidos em diferentes países com população muçulmana e, em muitos deles, o governo nacional não estava de acordo com a intervenção por manter relações de proximidade com a União Soviética, como a Argélia, por exemplo. Cf. KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, pp. 214-215.

⁷⁸ COOLEY, John K. **Unholy Wars: Afghanistan, America and International Terrorism**. Londres: Pluto Press, 2000. COLL, Steve. **Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and Bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001**. Nova Iorque, Penguin Press: 2004.

contexto dos anos finais da Guerra Fria. Contudo, restrinjo minhas indicações sobre o envolvimento estadunidense na guerra afegã ao testemunho do conselheiro de segurança nacional de Jimmy Carter, de 1977 a 1981, o cientista político e estadista Zbigniew K. Brzezinski.

De acordo com este personagem da política externa dos EUA, em entrevista concedida à revista semanal francesa *Le Nouvel Observateur*, em janeiro de 1998, a “primeira diretriz para ajuda secreta aos opositores do regime pró-soviético em Cabul” já estava assinada julho de 1979, alguns meses antes da intervenção da URSS (ocorrida em dezembro), e que este auxílio foi determinante para “induzir uma intervenção militar soviética”. Quando perguntado se havia algum arrependimento sobre a política de intervenção naquela situação, Brzezinski responde que a “operação secreta foi um sucesso”, pois deu aos soviéticos “o seu Vietnã” e contribuiu para a derrocada do bloco comunista. Mais interessante é a resposta de Brzezinski, sobre algum suposto arrependimento ao apoio oferecido aos fundamentalistas islâmicos e, indiretamente, ao terrorismo contemporâneo, “*O que é mais importante para a história do mundo? O Talibã ou o colapso do império soviético? Alguns poucos muçulmanos enlouquecidos ou a libertação da Europa Central e o fim da guerra fria?*”⁷⁹.

A estratégia utilizada pelo General Zia, para além da base de sustentação política, ofereceu aos grupos islâmicos em seu território competência para atuação internacional e pôs sob seus cuidados o controle e distribuição de um volumoso suporte financeiro. Também permitiu que importantes setores estatais estabelecessem estreitas ligações com essas organizações privadas. Se num Estado com uma história de lutas intestinas e marcado pela fragmentação, como fora o Paquistão de 1947 até meados da década de 1970, já era complicada a manutenção da centralidade do poder e o monopólio do uso da força, a nova realidade trouxe problemas graves para a governabilidade nos anos que se seguiriam.

Por seu turno, a guerra do Afeganistão significou a definitiva concessão de liberdades a grupos de poder particulares que, até então, eram usados

⁷⁹ Entrevista completa no sítio eletrônico do **CENTRE FOR RESEARCH ON GLOBALISATION. The Cia's Intervention in Afghanistan, interview with Zbigniew Brzezinski**. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/articles/BRZ110A.html>>, acesso em 8 de janeiro de 2010.

ocasionalmente nas ações de política exterior e controlados de perto pelo governo central. E ainda, oportunizou o surgimento de um grupo de poder a partir da própria estrutura do Estado, uma vez que o ISID funciona, de fato, com tal margem de autonomia que não é exagero defini-lo como um “Estado dentro de um Estado”, pois participa dessa rede composta por grupos islamistas, de ação transnacional.

Os onze anos da ditadura do General Zia ul-Haq tiveram seu fim em um acidente de aéreo ainda hoje pouco explicado: constataram que a aeronave foi sabotada, mas as investigações não apontaram culpados. Acompanhavam o general no vôo outras 31 pessoas, dentre elas membros do alto escalão do Exército (dois generais e um brigadeiro) e o embaixador dos Estados Unidos no Paquistão, Arnold Raphel. No contexto de sua morte, Zia enfrentava dificuldades políticas internas, causadas principalmente por seus apoiadores oriundos das organizações e partidos religiosos, insatisfeitos com as limitações das reformas religiosas e da implantação do “Sistema Islâmico” (*Nizam-e-Mustafa*)⁸⁰.

1.2.2.3 – O General Pervez Musharraf e o difícil ingresso na Guerra contra o Terror

O último governo militar no Paquistão iniciou com um contragolpe operado pelo General Pervez Musharraf. Em realidade, o Premiê Nawaz Sharif, descontente com as declarações de Musharraf sobre o fracasso da operação Kargil, relacionada à disputa pela Caxemira, e aproveitando uma viagem do general ao exterior, ordenou sua substituição como chefe das forças armadas. Contudo, militares do alto escalão leais a Musharraf garantiram seu retorno e o apoiaram quando efetivou o golpe de Estado contra Sharif. Iniciava-se, então, um novo período ditatorial na história do país que duraria quase nove anos (de outubro de 1999 a agosto de 2008).

A relação de Musharraf com as operações de infiltração em Kargil, bem como seu apoio aos “guerreiros da liberdade” na Caxemira, e o posterior comprometimento na Guerra contra o Terrorismo, liderada pelos Estados Unidos, mostram como esta nova ditadura se viu envolvida nos velhos dilemas enfrentados pelas demais administrações do país, tanto democráticas quanto autocráticas.

⁸⁰ MALIK, Jamal. **Op. cit.**, pp. 85-119.

Em linhas gerais, Musharraf enfrentou os mesmos dilemas que o governo do Marechal de campo Ayub Khan. Apesar de não pertencer ao grupo dos militares islamistas, mas sim aos reformistas, comprometidos com a (re)profissionalização das forças armadas⁸¹, Musharraf utilizou militantes jihadistas em suas medidas de política externa em relação aos vizinhos indianos. Contudo, o alinhamento com os EUA na sua guerra contra as organizações terroristas, em fins de 2001, que também significava o aporte de recursos e novos empréstimos internacionais por parte deste parceiro⁸², obrigou o governo do general a adotar estratégias distintas para os talibãs no Afeganistão e para os jihadistas na Caxemira. Aos primeiros atribuiu rótulo de terroristas e aos segundos a denominação de “guerreiros da liberdade”.

Entretanto, o subterfúgio que Musharraf consistiu em alguns problemas relacionados às organizações religiosas internas, principalmente as deobandis, e também com os parceiros internacionais. Os ulemás deobandis, ligados tanto aos grupos terroristas na Caxemira quanto no Afeganistão, não poderiam apoiar esse discurso e, muito menos, aceitar os decretos de ilegalidade destinados às organizações jihadistas, sediadas no Punjab e na Província da Fronteira Noroeste. A tentativa do general golpista em dividir e perseguir os grupos terroristas, como se tratassem de entidades autônomas, e não interligadas, ocasionou a denúncia de sua administração por parte de uma raivosa elite religiosa.

Da mesma maneira, o apoio estadunidense não deixava a escolha entre terroristas “bons” e “maus”. Logo que perceberam as intenções do novo governo e foram pressionados pelas autoridades indianas, acerca da incoerência do papel do Paquistão na guerra contra o terror, suspenderam o aporte de recursos e exigiram a mudança da postura de Islamabad em relação aos terroristas caxemires. A única alternativa vislumbrada por Musharraf foi a repressão aos grupos envolvidos na jihad

⁸¹ Os chamados “militares reformistas” fazem parte de uma nova geração do exército paquistanês, posterior aos anos da ditadura pró-islâmica de Zia ul-Haq. Seu objetivo era devolver autonomia para as forças armadas, afastando-a das organizações políticas islâmicas. Esse grupo ganha cada vez mais espaço dentro da corporação, mas ainda tem de enfrentar a resistência dos islamistas, principalmente aqueles oriundos das províncias do Punjab e da Província da Fronteira Noroeste (*pashtuns*). Cf.: COHEN, Stephen P. **Op. cit.** pp. 109-110. MIR, Amir. **Op. cit.**, pp. 24-25.

⁸² A contrapartida ao auxílio paquistanês, além de novos empréstimos, se mostrou no perdão de grande parte da dívida externa do país com os EUA e seus associados. Cf.: CORNELL, Svante E. *Pakistan's Foreign Policy: Islamic or Pragmatic?* In: SHAFFER, Brenda. (ed.) **The Limits of Culture. Islam and Foreign Policy.** Cambridge; Londres, MIT Press: 2006. pp. 301-302. Em relação aos empréstimos, cresceram de apenas quatro milhões de dólares no ano de 2000, para 974,2 milhões de dólares em 2002, 251 milhões em 2003 e 310,4 milhões em 2004. Cf.: MOMANI, Bessma. *The IMF, the U.S. War on Terrorism, and Pakistan.* **Asian Affairs.** Vol. 31, n.º 1, pp. 41-50, 2004, p. 45.

caxemir, em 2002, colocando alguns dos mais importantes na ilegalidade, o que, por conseqüência, redundou em duras críticas internas e na transformação do governo central em um alvo para as organizações extremistas sediadas em território nacional⁸³.

A crescente deslegitimação do governo nacional, dado o fracasso da gestão Musharraf em atender os interesses de grupos de poder internos, resultou no aumento dos conflitos sectários e, igualmente, na ampliação dos ataques contra autoridades estatais e inimigos internos, acusados de colaboracionismo em relação ao governo (esse assunto será tratado também no capítulo 3). A tabela abaixo indica o crescimento da violência interna, especialmente nos dois últimos anos da presidência de Musharraf, onde se observa o aumento do número de fatalidades⁸⁴.

Tabela 3 – Fatalidades envolvendo grupos terroristas e forças de segurança em território paquistanês, a partir a segunda metade do governo do General Pervez Musharraf – 2003 – 2008

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Fatalidades - civis	140	435	430	608	1523	2155	5291
Fatalidades – pessoal de segurança	24	184	81	325	597	654	1865
Fatalidades – terroristas / insurgentes	25	244	137	538	1479	3906	6329

Fonte: Dados obtidos no sítio eletrônico: SOUTH ASIA TERRORISM PORTAL - Database.

Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/pakistan/database/sect-killing.htm>>, acesso em 09 de janeiro de 2010.

⁸³ HAQQANI, Husain. Pakistan's Terrorism Dilemma. In: LIMAYE, Satu P.; MALIK, Mohan; & WIRSING, Robert G. **Religious Radicalism and Security in South Asia**. Honolulu, Asia-Pacific Center for Security Studies, 2004, pp. 357-359.

⁸⁴ Segundo o sítio eletrônico, a metodologia utilizada na coleta de dados e elaboração da tabela considera ataques de grupos terroristas contra o governo e seus apoiadores, e ações de repressão das forças de segurança contra grupos extremistas.

1.3 Tendências Centrífugas⁸⁵ Anti-Nacionais

1.3.1. – *Divisões e tensões etnolingüísticas no Paquistão*

O Paquistão pode ser classificado como um “país mosaico” no que se refere às etnias que compõem sua população. O mapa a seguir (Ilustração 5) mostra a predominância dos principais agrupamentos étnicos do país e as províncias onde estão em maioria. Como é possível perceber, a divisão provincial buscou sincronizar os territórios provinciais com a área onde os grupos étnicos majoritários estavam instalados⁸⁶. Apesar das diferenças étnicas, que estavam na base da formação do próprio país (basta lembrar seu próprio nome – ver página 34), não é possível afirmar que a condição multiétnica, por si só, seria responsável pela criação de tendências descentralizadoras e antinacionais.

O fator étnico contribui, de fato, para a decomposição do sistema estatal central e a atual conjuntura de ingovernabilidade, mas esse processo teve por impulsionadores alguns motivos específicos: 1º - não se constituiu, ao longo da história do país, uma relação política onde prevalecesse a convergência de interesses entre centro e periferia, sendo muito mais comum o recurso à repressão dos grupos tribais regionais pelo poder central; 2º – a percepção pelas organizações provinciais (tribais) que a máquina estatal era dominada por grupos étnicos majoritários, como os punjabis, em primeiro lugar, e os pashtuns, em segundo; e 3º – o estímulo estatal concedido a certas etnias em contraposição a outras, aproveitando diferenças históricas entre ambas no plano provincial, com a finalidade última de dividi-las e obstar o surgimento de uma organização política unificada.

Neste item tratarei das tensões entre centro e províncias em quatro casos específicos: a situação de privilégio dos punjabis, os interesses dos grupos pashtuns sediados na Província da Fronteira Noroeste, o nacionalismo balúchi e a referência

⁸⁵ A utilização do termo “tendências centrífugas” tem origem no trabalho de Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts quando se referem à dinâmicas centrífugas “de descentralização e de regionalização, de reconstrução comunitária e de mobilização associativa.” Cf. BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional**. Lisboa: Instituto Piaget, c1995, p. 20.

⁸⁶ Um adendo sobre a representação acima: dos grupos étnicos apontados, os *mohajires* não estão representados por serem numericamente pouco significativos, apenas 7% da população. Contudo, tem grande importância política por pertencerem a esse grupo os primeiros grupos dirigentes nacionais, incluindo M. A. Jinnah, e por ainda ocuparem parcela significativa dos cargos burocráticos do Estado paquistanês na atualidade.

aos distúrbios entre mohajires e demais grupos no Sind. A restrição da apresentação a estes contextos teve por objetivo destacar apenas os mais importantes, visto que os demais conflitos étnicos se circunscrevem ao plano provincial (entre tribos dominantes e minoritárias) e ameaçam apenas de maneira secundária a estabilidade do governo central.

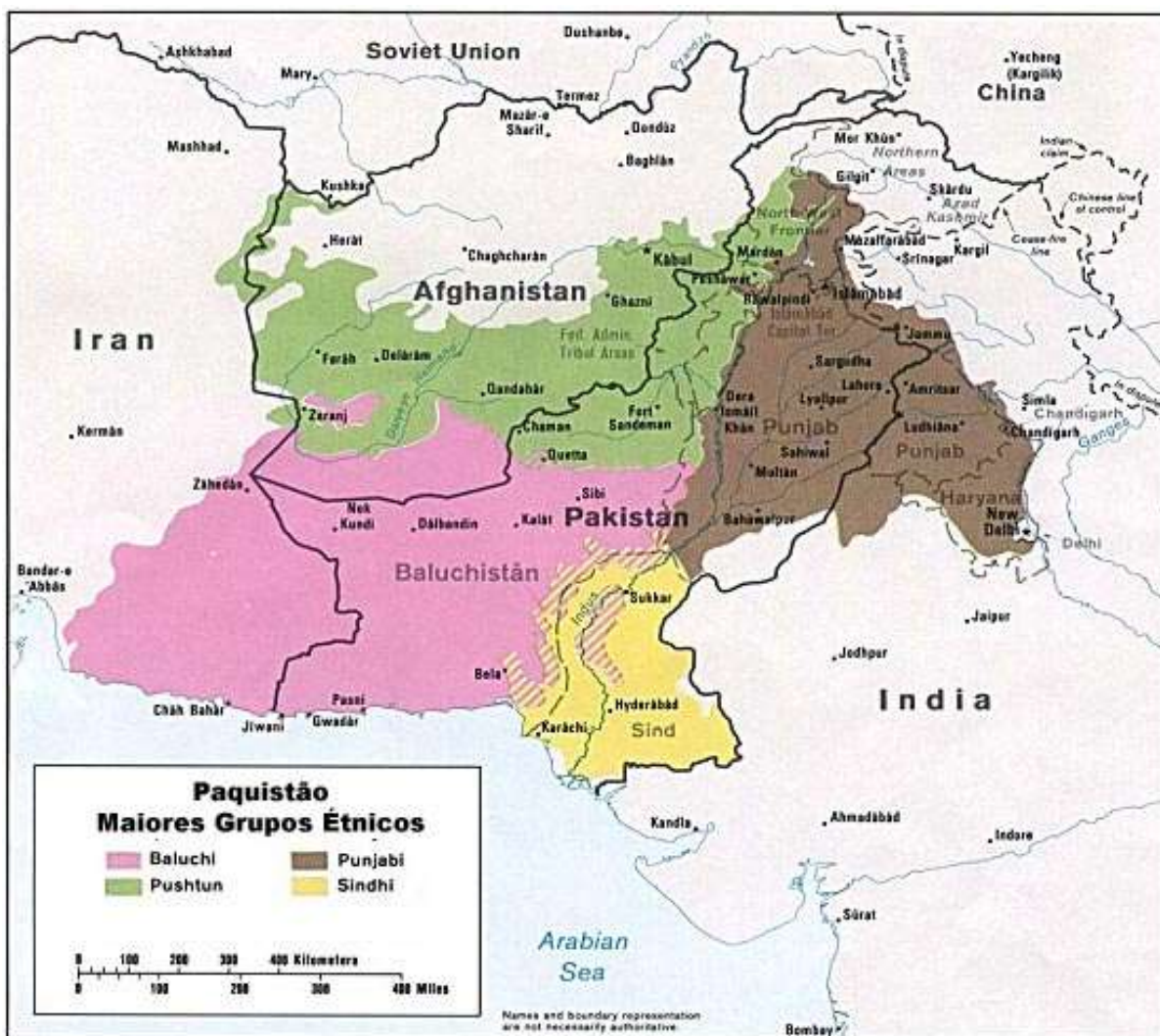


Ilustração 5 - Mapa dos Principais Grupos Étnicos no Paquistão

Fonte: Adaptado de Perry Castaneda Maps. Disponível em:

<http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/pakistan_ethnic_80.jp>, acesso em 25 de abril de 2010.

Em questões demográficas, atualmente, os punjabis são predominantes entre os paquistaneses. Cerca de quarenta e cinco por cento da população nacional é punjabi (em segundo lugar aparecem os pashtuns, com apenas 15%). Essa maioria relativa tem uma representação levemente superior na ocupação de cargos

administrativos na burocracia estatal e na representação da província junto ao Assembléia Nacional de deputados⁸⁷. A importância dessa etnia no cenário nacional aumenta ainda mais quando se observa sua preponderância no Exército nacional. Segundo Jaffrelot⁸⁸, a presença de punjabis nas forças armadas era da ordem de oitenta por cento na década de 1980. Já de acordo com o pesquisador Christopher O. Hurst, na década de 1960 essa relação era de sessenta por cento (60%) e na década de 1990, esse percentual já tinha subido para aproximadamente 90%⁸⁹. A grande proporção de punjabis no Exército tem uma explicação relacionada à colonização britânica, transposta à realidade nacional pós-independência paquistanesa. Essa etnia era preferida pelos colonizadores britânicos, tanto para reprimir revoltas internas quanto para empreender conquistas nas regiões vizinhas, o que lhes garantiu prioridade na composição do exército nacional, após o fim do *Raj*⁹⁰.

Independente de qual versão se escolha, a maioria esmagadora dos punjabis no Exército é visto como uma ameaça para as demais etnias. A percepção que a corporação militar responsável pela segurança nacional e, em tese, detentora do uso exclusivo da força, está em mãos particulares, resulta no armamento dos demais grupos provinciais e faz com que a instituição das forças armadas seja vista como um grupo étnico⁹¹.

Em perspectiva histórica, a vantagem demográfica e a supremacia política das lideranças da etnia punjabi ainda obtiveram avanços significativos em dois momentos do evoluir político do país. O primeiro quando o Marechal de campo Ayub Khan, um pashtun, tomou o poder e estabeleceu uma aliança pashtun-punjabi para legitimar seu governo e, o segundo, quando o país perdeu sua parte Leste, o

⁸⁷ TALBOT, Ian. The Punjabization of Pakistan: Myth or Reality. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi: Manohar Publishers & Distributors, 2002, pp. 51-62. A representação dos Punjabis na Assembléia Nacional, em 1988, chegava a cerca de 55% dos assentos. Nas mudanças apresentadas na eleição de 2002, a proporção se reduzia para aproximadamente 53%. O Anexo K, da página 283 mostra essa distribuição.

⁸⁸ JAFFRELOT, Christophe. Introduction. Nationalism without a Nation. Pakistan Searching for its Identity. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi, Manohar Publishers & Distributors, 2002, pp. 7-48.

⁸⁹ HURST, Christopher O. Pakistan's Ethnic Divide. **Studies in Conflict & Terrorism**. Vol. 19, pp. 179-198, 1996, p. 182

⁹⁰ HURST, Christopher O. **Idem**.

⁹¹ AHMED, Samina. Reviving state legitimacy in Pakistan. In: CHESTERMAN, Simon (Ed). **Making States Work: State Failure and the Crisis of Governance**. Tóquio, United Nations University Press, 2005. p. 150.

Paquistão Oriental, de maioria bengali⁹². As mudanças históricas operadas até meados da década de 1970 oportunizaram que o analista Yunas Samad difundisse o termo referente ao processo de “punjabização do Paquistão”⁹³.

Embora não seja possível acreditar que os punjabis representem uma unidade política sólida, capaz de atuar sempre “em bloco” nas instituições das quais fazem parte e são maioria, como sugere o pesquisador Ian Talbot⁹⁴. Parece ser razoável concluir que seu domínio dos recursos estatais lhes garantiu vantagens sociais e econômicas em relação aos demais grupos étnicos, como é mostrado pela bibliografia em relação aos avanços nos campos da agricultura e produção industrial na província (como mostram os mapas nos anexos C e D, nas páginas 275 e 276, sobre a produção agrícola e industrial no Paquistão).

Os pashtuns, por seu turno, desde a formação do país, defendem a criação de uma região independente, o Pashtunistão. Esse lar para a etnia, todavia, não se limita ao território provincial por eles ocupado, ou seja, a Província da Fronteira Noroeste, mas se estende por grande parte do Afeganistão, chegando à fronteira deste último com o Irã. Os objetivos nacionalistas independentistas da etnia pashtun serviram como ferramenta política aos governantes afegãos para contestar as fronteiras nacionais do Paquistão desde sua constituição. Ao contrário da diversidade política indicada por Ian Talbot em relação à comunidade punjabi, os pashtuns, conforme análise de Fredrik Barth, possuem um forte senso de nação compartilhado, ancorado em três princípios básicos: A - uma descendência patrilinear comum; B - o Islã como religião oficial; e C – um comportamento de acordo com os *costumes pashtuns*, que não se restringem apenas à língua⁹⁵. A divisão desta comunidade foi implementada ainda durante o *Raj* britânico, que impôs

⁹² Na época da cisão, e considerando as duas partes do Paquistão, a etnia bengali representava pouco mais de cinquenta por cento da população nacional, embora não tivesse o peso político nas instituições centrais de poder do país.

⁹³ SAMAD, Yunas. Pakistan or Punjabistan: Crisis of National Identity. Apud: TALBOT, Ian (2002). **Op. cit.**, p. 53.

⁹⁴ TALBOT, Ian (2002). **Ibidem.** pp. 60-61. Isto porque entre os Punjabis há diferenças religiosas, entre sunitas e xiitas, e de cunho partidário político.

⁹⁵ BARTH, Fredrik. A identidade pathan e sua manutenção. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 72.

a chamada Linha Durand⁹⁶, hoje a referência principal na definição dos limites entre os dois países⁹⁷.

As tensões entre o governo central e os grupos pashtuns tiveram oscilações ao longo da história do país. Via de regra, quando a política interna e externa nacional eram convergentes aos interesses provinciais, a relação era positiva, como durante o governo de Ayub Khan e o pacto pashtun-punjabi, ao longo da ocupação soviética no Afeganistão, onde os pashtuns receberam recursos para auxiliar e também lutar contra a ocupação estrangeira; e, por último, quando os talibãs se encontravam no poder no Afeganistão e boas relações foram inauguradas entre os dois países. Todavia, nas demais ocasiões é crescente a indisposição entre poder central paquistanês e a elite governante na Província da Fronteira Noroeste (PFN). A causa mais recente de distúrbios é a luta por renomear a província onde vivem, a PFN, atribuindo-lhe o título já utilizado pela maioria pashtun para referir a região como “Pashtunkhwa”, uma terra para os pashtuns que vivem no Paquistão. Embora essa questão aparente ser apenas uma disputa semântica, ela revela o interesse dos partidos em oficializar um lar autônomo para os pashtuns no país. Mas também surgiu no momento em que se buscava aprovar a construção da barragem de Kalabagh, no rio Indu, que traria impactos ambientais e sociais para a PFN, mas não permitiria o recebimento de *royalties* para a região, uma vez que as turbinas geradoras de eletricidade estariam instaladas do lado punjabi da fronteira⁹⁸.

Tal como ocorreu na PFN, no Baluchistão setores sociais não concordavam que a região devesse compor o Paquistão após sua independência. Defendiam sim que o principado de Kalat, que abrangia praticamente toda a porção territorial da atual província, se tornasse um Estado independente e, de fato, o declararam assim em 1947, justamente quando da criação dos dois estados no subcontinente. Como a alternativa autonomista não era cogitada pelo governo paquistanês, foi lançada uma operação militar em 1948 que anexou a região. Embora derrotados, as forças armadas regionais ainda entraram em combate com o Exército nacional algumas

⁹⁶ Este nome vem de Henry Mortimer Durand, Ministro de Relações Exteriores das Índias britânicas em finais do século XIX.

⁹⁷ HARRISON, Selig. Ethnicity and the Political Stalemate in Pakistan. In: BANUAZIZI, Ali. & WEINER, Myron. **The State, Religion, and Ethnic Politics: Afghanistan, Iran, and Pakistan**. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1986. pp. 284-285.

⁹⁸ O Rio Indu é, praticamente, a linha divisória entre a Província da Fronteira Noroeste e o Punjab. Cf.: JAFFRELOT, Christophe. Introduction. (2002). **Op. cit.**, p. 27.

vezes nas décadas de 1950 e 1960, culminando com uma grande revolta de 1973, fortemente reprimida por Zulfikar A. Bhutto, mas que durou os próximos quatro anos.

O motivo da rebelião, que mobilizou guerrilhas balúchis de cerca de cinquenta mil homens, foi a destituição do governo eleito do Baluchistão pelo presidente Zulfikar A. Bhutto, insatisfeito com a mínima representação de seu partido na província e contrário às reformas administrativas “étnicas” empreendidas pelo governo provincial⁹⁹. A rebelião terminou em 1977, com a chegada do general Zia ul-Haq ao poder. Contudo, até os dias atuais são observadas ataques armados contra forças do governo central, principalmente em áreas onde há exploração dos recursos naturais e minerais da província¹⁰⁰.

A disputa entre grupos étnicos na província do Sind não apenas indica divergências regionais, mas remete às mudanças na participação do grupo mohajir no governo central e na criação de uma identidade étnico-política para o grupo. Os mohajires são os muçulmanos que habitavam o indústão e, com a separação, migraram para o Paquistão. Durante as primeiras décadas de existência do país, ocuparam cargos importantes dentro da burocracia estatal e tinham uma participação minoritária, mas significativa, na composição das forças armadas¹⁰¹. Também era um dos poucos grupos empenhados na construção de uma nacionalidade secular paquistanesa. Contudo, com o auxílio prestado pelo Estado paquistanês aos mujahidins no Afeganistão essa situação se inverte, os mohajires perderam espaço para os punjabes na burocracia estatal e no Exército e se viram obrigados a deixar o programa nacionalista de lado e buscar a constituição de um grupo étnico politicamente organizado no Sind, província onde se concentra a maior parte de seus membros¹⁰².

Desde a década de 1990, portanto, o Sind é palco de uma potencial guerra civil entre os mohajires, organizados no o MQM (Mohajir Quami Mahaz –

⁹⁹ As ditas reformas étnicas previam a demissão de centenas de funcionários públicos provinciais, indicados pelo governo central, e sua substituição por indivíduos balúchis. Cf.: JAFFRELOT, Christophe. Introduction. (2002) **Op.cit.**, p. 29.

¹⁰⁰ JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, pp. 132-136.

¹⁰¹ Os Mohajires no exército não eram numericamente expressivos entre as baixas e médias patentes, mas estavam bem representados no alto escalão da corporação.

¹⁰² SAMAD, Yunas. In and Out of Power but not Down and Out: Mohajir Identity Politics. In: JAFFRELOT, Christophe. **Ibidem**, pp. 63-83.

Organização Nacional dos Refugiados), contra os sindis locais¹⁰³. Em linhas gerais, a luta é por maior espaço e representação dentro das organizações políticas provinciais e no governo central. Mas também há problemas relacionados à diferença de linguagem, opondo os defensores de que o idioma provincial seja o Urdu (os mohajires), que é a língua oficial do país, e os sindis, que sustentam o sind como idioma formal, ensinada nas escolas e utilizada nas repartições públicas. Desde a década de 1990 acordos entre o MQM, o PPP e o PML (Liga Muçulmana do Paquistão – Pakistan Muslim League) buscaram restringir a violência, mas sem sucesso¹⁰⁴.

1.3.2 - Disputas Religiosas Sunitas vs Ahmadiyas e Sunitas vs Xiitas

Os primeiros confrontos entre grupos religiosos no Paquistão ocorreram em 1953, na província do Punjab. Nesta ocasião os membros do partido islâmico *Jamaat-i-Islami* – JI pressionaram o governo nacional a declarar o grupo dos ahmadiyas fora da lei no Islã. Estranhamente, os ahmadiyas não eram tão diferentes assim dos demais muçulmanos do país, o que torna evidente ser uma manobra política orquestrada por Mawdudi, apoiado pelos grupos deobandis. Como afirma Tariq Ali,

Os ahmadiyas eram seguidores de Mirza Ghulam Ahmad (c. 1835 – 1908), um pregador muçulmano que afirmava também ter tido uma revelação religiosa. Como o Alcorão dizia explicitamente que Maomé era o último Profeta, isso era visto pelos estudiosos ortodoxos do seminário Deoband como uma blasfêmia ultrajante. À medida que os seguidores de Mirza começavam a aumentar em número, os deobandis fizeram campanha contra a nova heresia, ainda que em todas as outras questões, afóra a questionada revelação, os ahmadiyas acreditassem exatamente na mesma coisa que qualquer outro muçulmano, com variações regionais. (...) Uma campanha contra os ahmadiyas foi iniciada por grupos religiosos unidos a políticos inescrupulosos e ambiciosos, em particular, o ministro-chefe do Punjab, educado em Oxford, Mumtaz Daultana.¹⁰⁵

A violência contra esta “seita” se espalhou pela província, o que mobilizou as forças de segurança pública para pacificar a situação e forçou o governo nacional a

¹⁰³ Os mohajires ocupam majoritariamente as grandes cidades da província, enquanto os sindis são maioria no campo, o que explica porque referem o conflito entre sindis urbanos e rurais. Cf. JAFFRELOT, Christophe. Introduction. **Op. cit.**, p. 27.

¹⁰⁴ BAXTER, Craig. Political Development in Pakistan. In: MALIK, H. **Op. cit.**, pp. 126-148, p. 138.

¹⁰⁵ ALI, Tariq. **Op. cit.**, p. 246.

discutir o assunto. Afinal, se o Paquistão fora criado como um lar para muçulmanos era necessário saber quem poderia gozar deste recurso¹⁰⁶. Os resultados das discussões sobre a “irregularidade” dos ahmadiyahs, nesta conjuntura, não resultaram em sua expulsão do Islã. As forças seculares dentro do governo ainda detinham capacidade para repelir tal campanha engendrada pelos grupos políticos. Contudo, foi no contexto do começo da década de 1970, especificamente em 1974, durante o governo do primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto, que o JI e seus associados, conseguiram efetivamente excluir a seita ahmadiya do âmbito do Islã, aproveitando-se da estratégia política adotada por Bhutto de favorecimento das organizações religiosas em troca de apoio político¹⁰⁷.

As divergências religiosas entre sunitas e xiitas transcendem a história do Paquistão, muito embora façam parte de sua realidade cotidiana recente. Em linhas gerais, as diferenças se circunscrevem aos problemas relacionados aos direitos de sucessão do profeta como líder da comunidade islâmica que se expandia a partir de Meca e Medina, cidades localizadas no território hoje conhecido como Arábia Saudita. Os sunitas acreditam que a sucessão do profeta Maomé deveria ser definida pela manutenção da integridade de sua herança religiosa, resumida em suas afirmações (os *hadiths*) e nos relatos de suas ações, as *Sunnas* (por isso, o nome de sunitas). Os líderes comprometidos com essa missão teriam, portanto, direito a herdar também a liderança política do profeta, embora não a religiosa¹⁰⁸. Os xiitas, por seu turno, acreditam que a condição básica para a sucessão do profeta remete à hereditariedade e, neste sentido, deveria ter sido Ali ibn Abu Talib, primo e genro de Maomé, seu único herdeiro político (a denominação “xiitas” deriva de *Shiat Ali*, “partido de Ali”) ¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Dois magistrados paquistaneses, Muhammad Munir e M. R. Kayani, elaboraram um relatório, a pedido do governo, para descobrir o que era “ser um muçulmano”, já que a questão colocada envolvia esta identificação. Para tanto, enviaram a seguinte pergunta a diversos ulemás do país: “Como você define um muçulmano?”. As respostas dos doutores da lei islâmica, enfim, divergiram tanto entre si que os responsáveis pelo documento afirmam não encontrar sequer duas definições compatíveis sobre o tema. A ponto que, caso se escolhesse uma delas como a *oficial* do país, todos os outros ulemás e seus respectivos seguidores estariam automaticamente banidos do Islã. Cf.: ALI, Tariq. *Ibidem*. pp. 248-251.

¹⁰⁷ ABBAS, Hassan. *Op. cit.*, pp. 81-82.

¹⁰⁸ Os companheiros do profeta, os *sáhib*, foram as lideranças que herdaram seu poder político, mas não o religioso, uma vez que não receberam a revelação e não eram, assim, profetas.

¹⁰⁹ GUELLOUZ, Azzedine. O Islão. In: DELUMEAU, Jean (dir.) **As Grandes Religiões do Mundo**. Lisboa, Editorial Presença, 1997. pp. 274-276.

A partir desta distinção primária surgem outras relacionadas com a intermediação religiosa nas duas tradições. Os sunitas crêem que Maomé foi o único e verdadeiro profeta e depois dele só pode haver espaço para lideranças políticas, e não religiosas, no Islã. Para os xiitas os imãs assumiram papel de liderança política e religiosa em função dos martírios de Ali, Hassam e Hussein (o pai e seus dois filhos, respectivamente, primeiro, segundo e terceiro imãs). O último destes, Hussein, lutou contra as forças militares dos herdeiros políticos dos *sáhib* e foi assassinado em Karbala (hoje Iraque). É a partir dele é que o imã é adotado como referência religiosa¹¹⁰. Entretanto, há variações dentro do xiismo que refletem a crença em divergentes versões sobre o número de imãs, para alguns apenas sete (os setimanos), para outros doze. Os duodecimanos, maioria no Irã, acreditam que o 12º imã, após a apoteose, exerce sua autoridade através de intermediários, como os mulás e os aiatolás.

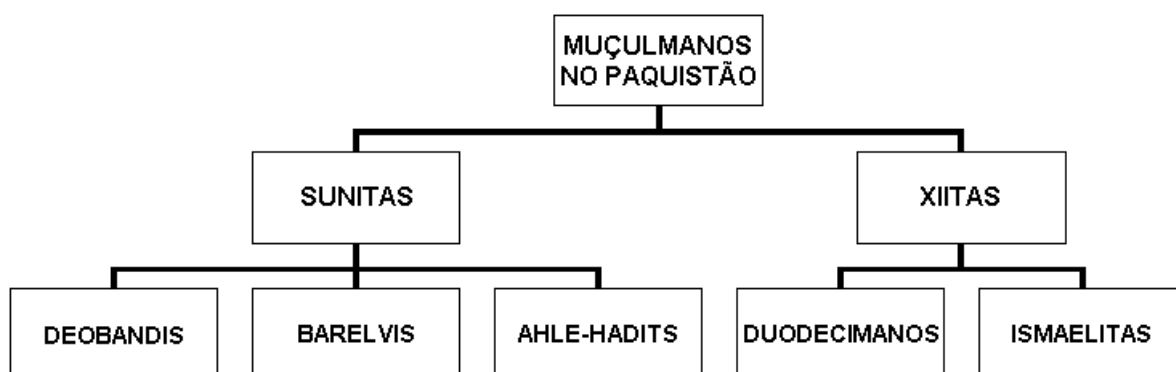


Ilustração 6 – Organograma com as Divisões do Islamismo no Paquistão.

Adaptado de: KHAN, Aarish Ullah. **The Terrorist Threat and the Policy Response in Pakistan**. Solna: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2005. p. 11.

No Paquistão há uma maioria de sunitas, com cerca de 80% dos muçulmanos, e uma minoria de xiitas e outras linhas do islamismo (ver Anexo A, página 273). Mas mesmo dentre as duas principais tradições, há subdivisões. Os sunitas estão separados entre seguidores de movimentos religiosos derivados da escola Hanafi, de jurisprudência do Islã, a mais antiga das quatro principais escolas sunitas. Estes movimentos são o *Deoband* e o *Barelvi*, criados durante a administração colonial britânica no século XIX. Após a guerra do Afeganistão,

¹¹⁰ O imã, no sunismo, é apenas aquele que dirige as preces. GUELLOUZ, Azzedine. **Op. cit.**, p. 278.

contudo, o vaabismo saudita ganhou força dentro da corrente do sunismo paquistanês, representado pelo movimento reformista Ahle-Hadith, e hoje figura com a terceira tendência em grau de importância, tendo como critério a quantidade de seguidores¹¹¹. A divisão entre os xiitas se circunscreve aos já referidos duodecimanos e os *Ismailitas* (setimanos). A ilustração 6, na página anterior, apresenta um esquema com estas separações.

Apesar das distinções acima mencionadas, até o final da década de 1970 as duas tradições conviviam de forma pacífica, com exceção de alguns confrontos localizados, agravados por outros fatores, como os étnicos e/ou clânicos. O contexto específico que faz emergir as disputas entre organizações religiosas é o da revolução islâmica no Irã, em 1979, e as reformas confessionais no Paquistão, colocadas em curso no mesmo ano.

De forma geral, as tensões sectárias religiosas no Paquistão têm sua origem na internalização da disputa entre as duas formas de islamismo em ascensão no mundo muçulmano. Por um lado, os revolucionários populares liderados pelos aiatolás no Irã e, por outro, os defensores de uma abordagem mais aristocrática da religião muçulmana, representados pela nobreza da Arábia Saudita¹¹².

A adoção do islamismo iraniano pela comunidade xiita paquistanesa estimulou a propagação de idéias revolucionárias em suas regiões, no Baluchistão principalmente, organizando passeatas e exigindo do governo melhorias sociais e maior espaço político. O governo do General Zia, temeroso de sublevações xiitas, apostou na mobilização de seus contrapostos, os sunitas, que já davam sustentação ao seu governo e ocupavam cargos públicos. Contudo, o elemento desencadeador da violência foi a implementação do sistema islâmico pelo poder executivo paquistanês, com a obrigação do pagamento do zakat e a imposição da Chari'a para toda a sociedade, incluindo os xiitas¹¹³.

¹¹¹ SYED, Anwar H. The Sunni-Shia Conflict in Pakistan. In: MALIK, Hafez. (Ed.) **Pakistan. Founders' Aspirations and Today's Realities**. Karachi, Oxford University Press: 2001, pp. 244-245.

¹¹² NASR, Seyyed Vali Reza. Islam, the State and the Rise of Sectarian Militancy in Pakistan. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi, Manohar Publishers & Distributors, 2002, pp. 85-114, p. 88.

¹¹³ Com a islamização, como os xiitas, que eram minoria e estavam fora das instituições de maior poder e prestígio, poderiam ser acusados de infiéis (*kafir*) pela maioria sunita, em conformidade com sua interpretação da jurisprudência islâmica. Cf.: NASR, Seyyed Vali Reza. **Idem**.

Após essas reformas, inicia-se um processo de escalada de violência entre as facções e a criação de movimentos e milícias armadas. Do lado xiita as mais importantes são o Tehrik-i Jafaria Pakistan (Movimento dos Xiitas do Paquistão) criado em 1979, e o Sipah-e-Muhammad (Exército de Maomé) formado em 1991. Da parte sunita os mais importantes são o Sipah-e-Sahaba Pakistan (Exército Paquistanês dos Companheiros do Profeta), de 1984, o Lashkar-e-Jhangvi (Exército de Jhangvi), estabelecido em 1990, e o Lashkar-e-Taiba - LeT (Exército dos Justos), formado em 1993, mas com atuação restrita à Caxemira. As disputas violentas entre estas organizações permanecem ativas até os dias atuais, fortalecendo a chamada “cultura do Kalashnikov” na conturbada sociedade paquistanesa¹¹⁴.

1.4 Sobre uma comunidade paquistanesa imaginada e a questão caxemir

Se for aplicado o conceito de nação elaborado por Benedict Anderson o Paquistão está, com efeito, longe de se constituir um Estado nacional. De acordo com a definição deste especialista, a nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”¹¹⁵ [grifo meu]. O destaque na citação reflete a importância dos termos para a explicação da sentença e, por conclusão, o conceito, e auxilia na análise pormenorizada do caso indicado, ou seja, a nação paquistanesa.

A variável “imaginada”¹¹⁶ do conceito acima prevê que qualquer membro de uma dada nação não interagirá ou mesmo conhecerá todos os demais indivíduos daquela mesma comunidade, mas mesmo assim terá em mente “a imagem viva da comunhão entre eles”. Enfim, Anderson trata de uma explicação sobre uma sensação coletiva de pertencimento, uma abstração, e não de uma condição real observável. Analisado o caso paquistanês, tal abstração sensitiva é pouco perceptível. Os grupos étnicos e religiosos se identificam muito mais com seus parceiros tribais e confessionais que com os demais habitantes do país. A falta de

¹¹⁴ Os conflitos, entretanto, não se limitam apenas à esfera da luta armada, ambas as organizações participam das eleições paquistanesas e tem representantes em âmbitos provinciais e nacionais. Cf.: ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op.cit.**, pp. 23-24.

¹¹⁵ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 31-34.

¹¹⁶ ANDERSON, Benedict. **Ibidem**. p. 32.

uma história nacional idealizada ou de heróis nacionais lendários inviabiliza tal construção. Além disso, a ausência do Estado na garantia dos serviços básicos e sua substituição pelas autoridades étnicas e/ou religiosas contribuem ainda mais para a instituição de tal desunião em termos de nação.

Já a comunidade imaginada “limitada”¹¹⁷ remete a uma fronteira nacional, não apenas física, mas social, na qual se observe a existência de outras nações a partir daquele marco. Pois bem, se considerarmos a idéia da instituição do Pashtunistão e do nacionalismo balúchi, que chegam, ambos, até a fronteira iraniana, é indiscutível que a nação paquistanesa carece de uma definição mínima urgente, e isto sem levar em consideração as etnias menores, também implicadas em comunidades transnacionais. Por outro lado, se concebemos as populações muçulmanas, empenhadas na defesa da *Ummah* – uma comunidade religiosa islâmica internacional, as limitações sociais e físicas da nação paquistanesa ficam ainda mais incertas.

Por sua vez, a “soberania” da nação imaginada no trabalho de Anderson está ancorada no Estado soberano criado pelo Iluminismo e pelas grandes revoluções de finais do século XVIII, contrárias à legitimidade divina outorgada às dinastias reinantes na Europa¹¹⁸. O nacionalismo islâmico paquistanês se constitui uma barreira operacional a tal soberania, uma vez que o sentimento de nação está vinculado à gestão daqueles responsáveis por definir o que é o Islã, ou seja, os mulás e ulemás encarregados de interpretar os livros sagrados.

Por “comunidade” Anderson entende uma idéia de fraternidade horizontalizada, comum às nações, mesmo que ainda persistam situações de exploração ou diferenças sociais dentro deste grande grupo¹¹⁹. Pois bem, também considerado este quesito, o Paquistão não possui tal comunidade fraterna. A história do país evidencia a difícil constituição de uma identidade nacional e mostra a opressão de algumas etnias sobre outras, como no caso do Punjab e sua dominação da máquina estatal, e a marginalização de bengalis, balúchis, sindis, entre outros grupos menores.

¹¹⁷ ANDERSON, Benedict. **Op. cit.**, p. 33.

¹¹⁸ ANDERSON, Benedict. **Ibidem.** p. 34

¹¹⁹ ANDERSON, Benedict. **Idem.**

Diante deste quadro e da constatação que há poucas características internas capazes de conformar uma identidade nacional imaginada, a disputa pela Caxemira se apresenta como, quiçá, a única meta de política externa relacionada a essa finalidade. Na ausência de fatores internos, tanto governo quanto organizações sociais vêm na conquista do antigo principado de Jammu e Caxemira e na manutenção da rivalidade com a Índia, a alternativa para instituir um sentimento nacional de pertencimento.

O reiterado discurso de líderes políticos defendendo a imperiosa conquista da Caxemira é, portanto, essencial para a constituição de uma nação paquistanesa. A letra “K” de *Pakistan*, segundo essa perspectiva, perde o sentido se as comunidades muçulmanas da Caxemira não forem assimiladas pela nação criada para justamente abrigar os muçulmanos do subcontinente indiano. A continuidade da batalha neste campo é, enfim, um importante determinante de alguma unidade e sentimento nacional perseguido.

A Caxemira é uma parte inalienável do Paquistão [...] ela cairá em nosso colo como uma fruta madura.

Muhammad Ali Jinnah, primeiro governante do Paquistão, de 1947 a 1948; sobre o destino da Caxemira.

A Caxemira corre em nosso sangue. Nenhum paquistanês pode se dar ao luxo de negar ligações com a Caxemira. Todo o Paquistão e o mundo sabem disso. Nós vamos continuar a oferecer nosso suporte moral, político e diplomático aos caxemires. Nós nunca cederemos um centímetro de nossa posição a respeito da Caxemira.

Pervez Musharraf, presidente militar golpista do Paquistão de 1999 a 2008. Pronunciamento à nação em 12 de janeiro de 2002.

2 Uma História do Conflito pela Caxemira

2.1 *Origens da Guerra pela Caxemira*

A primeira Guerra da Caxemira foi importante para Paquistão e Índia por determinar certas características na política externa entre os dois países. Para ambos significou o estabelecimento de rivalidades regionais persistentes até os dias atuais, e a conformação de posições políticas dicotômicas tão complexas, onde qualquer concessão e fracasso repercutem diretamente na legitimidade do governo, o que, por sua vez, o torna alvo de duras críticas por parte de adversários internos. Ao longo dos anos, tal fórmula se tornou válida para ambos os países.

Para a política exterior do Paquistão, aqui referida como objeto de estudo, se inaugura uma forma alternativa de atuação fronteiriça. O fato de se formar com base no discurso de ser um “lar para os muçulmanos”¹ do subcontinente, o país não só trilhou o caminho da islamização das estruturas estatais e da política externa, como também utilizou essa identidade reclamada para estimular parcela da sua população na jihad contra os vizinhos².

O Estado, auxiliado por grupos de poder em maior ou menor grau vinculados à religião, desde 1947, vem transformando essa disputa fronteiriça em uma questão de fé, tornando cada vez mais difícil sua resolução por não se tratar de tema negociável, visto que as partes estão colocadas, segundo esta perspectiva, em campos de atuação distintos, não compartilhados. Ou seja, ao estimular a dogmatização da disputa, os líderes paquistaneses encontraram uma estratégia política/econômica³ para mantê-la sempre inflamada, por se tratar de batalha contra uma força usurpadora das terras do Islã (e não somente do Paquistão). A derrota, neste caso, simbolizaria não a sujeição ou resignação do país (algo superável considerado o sistema internacional moderno), mas sim da religião como um todo, o que sensibiliza e mobiliza fiéis militantes, inclusive de outras regiões externas ao subcontinente.

¹ Tal qual fizera Israel, para os judeus, mais ou menos na mesma época.

² DELVOIE, Louis. The Islamization of Pakistan's Foreign Policy. **International Journal**. Vol. 31, n.º 1, pp. 126-147, inverno/1995-1996, pp. 129-131.

³ *Econômica* porque utiliza não só efetivos mantidos por setores da sociedade civil para a batalha, como também conta com recursos oriundos de organizações religiosas internas e externas para a manutenção do confronto.

Por outro lado, como conseqüência negativa, os mais hábeis dirigentes paquistaneses não conseguem controlar essas mesmas forças terroristas atuantes na Caxemira e também no Afeganistão. O que debilita as relações com os vizinhos e com os tradicionais aliados ocidentais, uma vez que a luta contra o terrorismo tem adquirido crescente importância no cenário mundial contemporâneo.

2.1.1 Sobre uma “pré-história” do Conflito pela Caxemira

Como interpretar a eclosão do conflito pela Caxemira? Qual o fator preponderante para identificar a causa principal da Primeira Guerra da Caxemira, ocorrida em 1947? A bibliografia referente ao assunto destaca duas circunstâncias primordiais. A primeira delas se refere à formação de tensões entre as religiões islâmica e hindu, tensões estas que teriam sido intensificadas quando da formação de Paquistão e Índia. Esta perspectiva analítica exige que se remeta no tempo até a época da chegada dos muçulmanos à Ásia Meridional, no século XIV, e aos mais de seis séculos de interação entre as duas religiões, em destaque os últimos anos do domínio da dinastia Dogra, acusada de reprimir violentamente os muçulmanos⁴. Uma perspectiva que explicita essa tendência pode ser encontrada na explicação de Robert Wirsing:

as múltiplas e conflituosas identidades religiosas de indianos, paquistaneses e caxemires estão profunda e inevitavelmente implicadas na disputa pela Caxemira. As raízes da disputa pela Caxemira simplesmente não podem ser descritas completamente ou mesmo principalmente em termos seculares. Gostemos ou não, a Caxemira é, em grande parte, uma disputa sobre religião.⁵

Uma forma distinta de compreender o surgimento do conflito caxemir, contudo, é situá-lo estritamente no campo político, privilegiando as disputas

⁴ Um exemplo de interpretação dedicada às disputas religiosas pode ser encontrado em Victoria Schofield. SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in the Crossfire**. Londres: I.B. Tauris Publishers, 1996. Em seu livro, a autora retoma a história antiga da Caxemira e enfatiza a sucessão de governantes hindus e muçulmanos e suas posturas repressoras em relação ao outro. Concede especial destaque ao domínio e repressão que os pró-hinduístas da dinastia Dogra empreenderam.

⁵ WIRSING, Robert G. Kashmir the Shadow of War Regional Rivalries in a Nuclear Age. Apud. AHMAR, Moonis. Kashmir and the Process of Conflict Resolution, **Pakistan Security Research Unit. Brief n.º 16**, 08/2007. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/Brief16finalised.pdf>>, acesso em 6 de outubro de 2009. p.5.

fronteiriças, a descolonização e a formação dos dois Estados do subcontinente indiano. Caso a tônica esteja nesta segunda interpretação, é possível localizar as raízes do conflito em poucos anos antes de 1947, quando as elites coloniais se organizavam contra a dominação britânica e arquitetavam projetos de governo independentes⁶, e também na decadência do *Raj*, evidenciada na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para a Europa e seus domínios extracontinentais, principalmente.

Entretanto, considero que as duas formas de expor a causa principal da contenda podem ser combinadas de maneira a estabelecer uma explicação mais satisfatória ao objeto, que tenha validade até os dias atuais e remeta à hipótese sustentada nesta dissertação⁷.

A disputa entre os dois maiores países do Sul da Ásia pela Caxemira tem sim no campo da política o maior mérito para explicar sua origem, em comparação ao fator confessional. Mas, foi a partir da presença de distintas religiões nos dois países, e na região específica, que foi possível (em maior grau no Paquistão) mobilizar efetivos para o campo de batalha e legitimar, perante suas respectivas opiniões públicas, os esforços de guerra. Assim, neste sentido, os governos estatais, recém criados em 1947, e ainda carentes de um sentimento e valores nacionalistas (seculares) significativos, utilizaram o recurso religioso como combustível para a guerra pelo controle de uma porção territorial que consideravam vital para suas estratégias de poder regional. Assim, a utilização de forças internas para a Guerra

⁶ Como marco temporal, refiro o ano de 1940, onde a Liga Muçulmana, liderada por Muhammad Ali Jinnah, adotou oficialmente a “teoria das Duas Nações” como objetivo político oficial. Sobre a esta teoria, ver página 33.

⁷ Entretanto, existem outros fatores que podem ser indicados para explicar o surgimento da disputa. A que mais se destaca a reação de Índia e Paquistão à proposta de independência da Caxemira, como um Estado nacional autônomo, idéia que teria mobilizado os dois países para conquistar esta região, estratégica para ambos. Há ainda uma outra linha de argumentação que ressalta as defesas jurídicas contraditórias de cada país para a anexação da Caxemira. De acordo com esta proposição, a guerra teria sua causa em desentendimentos entre Índia e Paquistão sobre os critérios a serem utilizados para a acessão, pois no caso de outros principados, os dois países defenderam fundamentos distintos daqueles apresentados no caso da Caxemira, o que acabou com a pretendida pacificidade esperada pelas autoridades envolvidas na emancipação do subcontinente. Essa explicações serão abordadas nesta dissertação, contudo com menor relevância explicativa. KHAN, Ali. *The Kashmir Dispute: A Plan for Regional Cooperation*. **Columbia Journal of Transnational Law**. Vol. 31, pp. 495-550, 1994.

da Caxemira só foi possível através da mobilização com base em argumentos religiosos dos dois lados da fronteira⁸.

Assim, entendo indispensável remeter a uma pré-história⁹ do conflito caxemir, que mostre o evolver das duas religiões ao longo dos anos de convivência, justamente para demonstrar não haver entre elas desentendimentos suficientes para caracterizar o surgimento da guerra em 1947.

O recuo histórico proposto para entender a convivência entre muçulmanos e hindus não é, de modo algum, apenas uma cronologia dessa relação. A meta não é traçar uma linha temporal que explique o evolver entre os dois dogmas, mas sim recortar determinados pontos desta história onde fique claro o resultado da interação entre as duas orientações e se houve circunstâncias de tensão tais que justificassem as guerras e as décadas de enfrentamento. Para tanto, os principais períodos serão os da chegada e os de dominação dos muçulmanos na Caxemira, com os sucessivos governantes mogóis e afegãos¹⁰; e também o período que mostra a chegada dos últimos governantes siques e hindus, estes últimos os membros da dinastia Dogra, estreitamente envolvidos nos acontecimentos que redundaram na guerra de 1947.

Obviamente, entre estes recortes temporais serão abordadas também, a questão do surgimento de outras religiões, conformadas pela junção e adaptação de

⁸ Ainda hoje, com mais força ainda, na argumentação contemporânea de setores dos governos paquistaneses e indianos e dos grupos radicais fundamentalistas sediados nos dois lados da fronteira, é evidente um discurso onde o fator religioso recebe demasiado destaque. Refiro-me aqui a certos setores dentro do governo paquistanês, à organizações terroristas jihadistas e em certos partidos políticos fundamentalistas indianos, como o BJP - Bharatiya Janata Party (Partido do Povo Indiano). Em suas versões, as sucessivas guerras e conflitos menores pela Caxemira foram causados pela repressão de um grupo religioso pelo outro, amparados pelas forças regulares ou paramilitares dos respectivos Estados nacionais envolvidos. Essa interpretação essencialmente religiosa apresenta alguns problemas de compreensão que devem ser, pelo menos, melhor examinados. Primeiro, estas explicações remontam até antes do começo da contenda, em 1947, situando-a em um passado longínquo, muito anterior ao tempo de vida de muitos daqueles hoje diretamente envolvidos, o que, por sua vez, lhe atribui certa propriedade de “permanente”, como se fosse um tipo de dever histórico para os que lutam, em cada um dos lados, continuar sem contestar, sem almejar outra realidade onde o conflito não exista. Em segundo lugar, a concepção histórica de guerra e repressão religiosa compreende alta carga de irracionalidade política e muito de maniqueísmo, onde aqueles que estão do outro lado representam o “mal” enraizado, que deve ser sempre combatido e aniquilado para a vitória do “bem”. O que também, da mesma forma, contribui para a anulação de qualquer possibilidade de negociação e encerramento do confronto.

⁹ Aqui o conceito de pré-história remete ao período mais antigo, relativo à interação entre as duas religiões majoritárias na Caxemira. Também é operacional este conceito por ressaltar a opção pelo fator político como mais relevante na compreensão da disputa caxemir.

¹⁰ Uma vez que o recuo à história mais antiga mostrará apenas a presença regional de versões ancestrais do hinduísmo. Cf. SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in the Crossfire**. Londres: I.B. Tauris Publishers, 1996.

ritos tradicionais do islamismo e do hinduísmo, como o Xivaismo¹¹ (natural da Caxemira), o Sufismo, e o Siquismo. Também será abordado o papel do colonialismo britânico, durante o período Dogra, em relação aos grupos sociais religiosamente orientados.

2.1.2 A chegada dos muçulmanos ao subcontinente indiano

A chegada de povos de crença islâmica na região do Vale da Caxemira data do século XIV, mais especificamente de 1324 d.C., quando invasores da Ásia Central dominaram a região. A disseminação cultural islâmica foi contida, em um primeiro momento, uma vez que o peso demográfico dos ocupantes era restrito¹². Contudo, com a política de conversão forçada implementada ao longo do século XV, a maioria dos caxemires “abraçou” o Islã¹³. Mas foi somente com a presença e conquista mogol, no século XVI, que o islamismo se consolidou, de fato.

A prática da maioria dos governantes mogóis favoreceu esse processo, pois permitia a liberdade religiosa, facilitando a aproximação com a população local no intuito de convertê-la. Foi também neste íterim que o sufismo¹⁴ atingiu seu auge na Caxemira e passou a influenciar na orientação dos governantes e o cotidiano popular¹⁵. Apenas os últimos governantes mogóis reprimiram radicalmente a crença hindu. Esta fase final de declínio da administração mogol data da primeira metade do século XVIII. A repressão por eles executada fez com que a nobreza caxemir buscasse apoio no Afeganistão.

¹¹ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, p. 8. Segundo esta autora, o culto à Xiva na Caxemira é diferente de todos os demais do restante do subcontinente indiano. Pela primazia desta seita na região, os hindus a consideram um lugar sagrado, a “morada de Xiva”, e freqüentemente organizam grandes peregrinações.

¹² MOHAN, Anand. The Historical Roots of the Kashmir Conflict. **Studies in Conflict and Terrorism**. vol. 15, pp. 283-308. 1992. p. 284.

¹³ ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 306-308

¹⁴ De acordo com o Dicionário Aurélio, o sufismo é “um misticismo arábico-persa, que sustenta ser o espírito humano uma emanção do divino, no qual se esforça para reintegrar-se” Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Sufismo*. In: **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1625. O dicionário eletrônico Houaiss afirma que é uma “forma de misticismo e ascetismo islâmico, hostil à ortodoxia muçulmana, caracterizado por uma crença de fundo panteísta e pela utilização da dança e da música para uma comunhão direta com a divindade [Propagou-se especialmente na Índia e na Pérsia, do século IX ao XII e foi influenciado pelo hinduísmo, budismo e cristianismo.]”. HOUAISS, Antônio. **Sufismo**. In: Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva, 2001.

¹⁵ MOHAN, Anand. **Op. cit.**, pp. 284-285.

De acordo com Anand Mohan, o domínio exercido pelos vizinhos pashtuns afegãos na Caxemira foi considerado o mais cruel e tirânico da história da região¹⁶. No mesmo sentido, e de acordo com o escritor e pesquisador paquistanês Tariq Ali, a perseguição afegã aos xiitas na Caxemira assustou a aristocracia local, mais acostumada com certa margem de tolerância religiosa, comportamento de forma alguma compartilhado pelas autoridades sunitas afegãs¹⁷. O extremismo religioso demonstrado pelos governantes vizinhos se fez valer também contra as demais organizações religiosas locais. Os atos de destruição de templos hindus e monastérios budistas proliferaram, bem como, a perseguição e condenação das lideranças dessas organizações.

A dominação dos mogóis e monarcas afegãos durante alguns séculos, incluindo os períodos de maior repressão às demais religiões, não ocasionou, contudo, o surgimento de rebeliões populares, religiosamente guiadas, contra os governantes. Os descontentamentos se circunscreveram às elites religiosas reprimidas, como quando os pânditas insatisfeitos com os últimos reis mogóis, procuraram auxílio entre a nobreza afegã. Infelizmente, as conseqüências dessa manobra política acabaram por mostrar resultados contrários àqueles esperados pelas lideranças hindus, já que a perseguição dos afegãos em relação aos demais grupos confessionais foi ainda mais intensa.

Destaque-se deste contexto, acerca da pré-história do conflito caxemir, dois fatores importantes para melhor esclarecer as causas da primeira guerra em 1947. O primeiro é que entre a população muçulmana, hindu e budista (e de outras religiões) não foi criado um ambiente de animosidade tal que levasse a uma guerra civil. Os privilégios concedidos a certos grupos muçulmanos, tanto por governantes mogóis quanto afegãos, não direcionaram os descontentamentos em razão das diferenças religiosas. Na Caxemira, a brutalidade ou radicalismo dos governantes islâmicos eram mais identificados pela sua origem externa e não em suas orientações religiosas¹⁸. E, ainda assim, quando se criava um sentimento de resistência em relação ao grupo dominante, este se originava e desenvolvia de maneira restrita à

¹⁶ MOHAN, Anand. **Op. cit.**, p. 285.

¹⁷ ALI, Tariq. **Op. cit.**, p. 311.

¹⁸ Uma comparação válida é a situação conflituosa criada entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte. Naquele caso, ocorreu desde a eclosão do conflito uma diferenciação marcante entre os dois grupos religiosos e também o evidente envolvimento do Estado. Cada parte envolvida tinha claro a identidade do inimigo a ser combatido, o que no caso da Caxemira acabou sendo construído ao longo dos sessenta anos e até hoje, as distinções não são tão claras assim.

elite oposicionista¹⁹. A grande maioria do povo estava marginalizada do campo político, seja por prudência daqueles que detinham algum poder ou pela sua incapacidade em mobilizar a população em rebeliões de grandes dimensões.

Outro fator que colabora para descaracterizar as tensões religiosas como sua causa é a profusão de crenças menores, criadas a partir de adaptações do hinduísmo e do islamismo e também as características específicas demonstradas por estes dois maiores dogmas. Além do Xivaísmo, há o misticismo sufista, que mescla ritos das duas maiores religiões, mas também inclui textos filosóficos greco-persas. Outra religião marcante da região é o siquismo²⁰, que foi levado para a Caxemira pelos punjabis, ainda antes do domínio britânico.

A presença de demais cultos na Caxemira, além de descaracterizar um processo de “purificação” do islamismo e do hinduísmo, enfraquecendo potenciais radicalizações entre ambos, induziu governantes mais iluminados a liberar e legitimar a pluralidade de crenças. Transformando essa característica de multiplicidade em virtude regional, pois enriquecia a cultura religiosa através do desenvolvimento de ritos e doutrinas emprestados e/ou adaptados das demais. A diversidade cultural regional obstaculizou, de fato, as tensões entre as duas maiores religiões, e não a estimulou (como certos discursos atuais e uma bibliografia, reduzida, é verdade, sustentam). Em suma, uma rivalidade religiosa artificial entre os dois países é defendida por parte de setores paquistaneses e indianos, o que auxilia

¹⁹ A grande maioria pobre, hindu e islâmica, ainda rural, não sentiam diferenças em relação à alternância entre governos. Via de regra, seu cotidiano pouco se modificava, pois ainda se mantinham relações servis no campo, não havia políticas sociais quaisquer e a repressão se fazia presente sempre que necessária, não discriminando entre uma ou outra religião.

²⁰ O siquismo é uma religião originada na região do Punjab. Apesar de, geralmente, atribuírem sua origem a um processo de sincretismo entre o hinduísmo e islamismo, sua origem e ritos são bem mais complexos. Seu referencial religioso principal é o Guru Nânak (1469-1539), que estabeleceu os princípios doutrinários da seita. De acordo com essa linha, os fiéis crêem em apenas um Deus Eterno, seguem dez gurus (de Nânak até Gobind Singh), tem um livro sagrado, e outros escritos, elaborados pelos mesmos dez gurus e a cerimônia de iniciação é chamada Khâlasâ, que foi criada pelo último guru (Gobind Singh). Foi a partir das reformas de Gobind que o siquismo passou a tratar também de questões políticas, o que permitiu tanto a defesa contra os mogóis e os hindus quanto a expansão de suas conquistas territoriais. Interessante notar que os ensinamentos puramente pacifistas do primeiro Guru (Nânak) foram reinterpretados para que a vertente guerreira se tornasse preponderante. Cf.: KAPANI, Lakshmi. O Sikhismo. In: DELUMEAU, Jean. (org.) **As Grandes Religiões do Mundo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997, pp. 418-428.

na mobilização de efetivos, mas não encontra amparo na realidade observada na história da Caxemira²¹.

2.1.3 O governo sique, o domínio dos britânicos e a ascensão da dinastia Dogra

A penúltima administração colonial da Caxemira não foi islâmica, mas sim de governantes siques provenientes do Punjab. O líder Ranjit Singh, depois de conquistar territórios no norte da Índia, chega finalmente à Caxemira e a subjuga em 1819. Seu governo durou vinte e sete anos e foi marcado pela perseguição a todos os outros tipos de culto religioso. Tariq Ali relata severas medidas contra outras religiões na Caxemira, dentre elas destaca que

A principal mesquita de Srinagar foi fechada, outras foram transformadas em propriedades do Estado, a matança de vacas foi proibida e, de novo, o fardo dos impostos tornou-se insuportável – diferentemente dos mogóis, Ranjit Singh cobrava impostos dos pobres. O empobrecimento em massa levou à emigração em massa. Os caxemires fugiram para as cidades do Punjab: Amristar, Lahore e Rawalpindi tornaram-se os novos centros da vida e da cultura caxemir.²²

Por fim, depois das quase três décadas de governo sique do Punjab, chegara a hora de se consolidar o domínio da Companhia das Índias Orientais sobre o subcontinente indiano, uma vez que já estavam instalados em Calcutá desde o século XVIII. A guerra anglo-sique ocorreu em 1846 e através dela a Caxemira trocou de mãos novamente, passando agora à tutela da referida Companhia. Entretanto, como forma de beneficiar aliados regionais, a Companhia vendeu o vale caxemir aos Dogras²³, uma nobreza que já controlava o principado vizinho de

²¹ O que, é imperativo lembrar, tem estimulado o crescimento de uma vontade regional pela independência da região do antigo principado e o surgimento de uma identidade própria separatista, pouco inclinada à acessão à Índia ou ao Paquistão. PURI, Balraj. Kashmiriyat: The vitality of Kashmiri identity. **Contemporary South Ásia**. Vol. 4, n.º 1, Mar/1995. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=2&hid=8&sid=95c93b92-eba0-4b43-9e96-824feb7e7b46%40sessionmgr10&bdata=JnNpdGU9ZWZWhvc3QtbGl2ZQ%3d%3d#db=aph&AN=9508220875#db=aph&AN=9508220875>>, acesso em 10 de dezembro de 2009.

²² ALI, Tariq. **Idem**.

²³ O valor pago aos britânicos pela Caxemira foi de 7,5 milhões de rúpias. ALI, Tariq. **Op. cit.**, p. 312.

Jammu. Iniciava-se o governo da família dos Singh²⁴, que durou até pouco depois da partição do subcontinente.

Em 1857, vencida a Revolta dos Cipayos²⁵, a administração indiana do subcontinente passou ao controle direto da Coroa Britânica que, então, instaurou o Vice-Reinado como sistema de governo. Porém, o Tratado de Amristar (1846), assinado ainda pela Companhia e que consolidou o domínio Dogra, ainda restava válido, pois o *Raj* britânico implementou no subcontinente o sistema do “indirect rule”, já aplicado em outras colônias, onde a metrópole permite certa autonomia aos administradores nativos em troca do compromisso de obediência à Grã-Bretanha²⁶.

De fato, era instituída uma relação muito similar ao da vassalagem, comum ao medievo, condicionando certa independência colonial à submissão em relação aos colonizadores. Em termos jurídicos, a soberania dos Estados se estrutura em quatro pilares: ter uma população fixa, possuir uma extensão territorial, contar com um governo efetivo e dispor da capacidade de estabelecer relações com outros Estados²⁷. Através do “indirect rule” os britânicos suprimiam a última destas capacidades, proibindo ao chefe local celebrar acordos com outras entidades internacionais²⁸. Assim, os sucessivos governantes Dogra tiveram ampla liberdade

²⁴ O nome “Singh” não é um sobrenome tal como o entendemos no Ocidente, mas sim um título dado aos seguidores do Guru Gobind Singh e significa “leão”. Pertence à tradição sique no Punjab. Cf. KAPANI, Lakshimi. **Op. cit.**, p. 424. Apesar de o possuírem, o líder dos siques, Ranjit Singh, e o governante de Jammu, Gulab Singh (o primeiro da dinastia Dogra), não tinham parentesco evidente. Em realidade, Gulab fazia parte da corte sique no Punjab, sendo um vassalo de Ranjit. Com a morte de Ranjit, em 1839, Gulab passou a controlar Jammu e em 1846, adquiriu o Vale da Caxemira dos britânicos. Cf.: SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, p. 39.

²⁵ O acontecimento referenciado como Revolta dos Cipayos foi, em realidade, uma onda de levantes ocorridos em diversas partes do território indiano contra o domínio britânico, no ano de 1857. Os Cipayos eram soldados indianos utilizados pela Companhia Britânica das Índias Orientais, sob ordem de oficiais britânicos. Eram a maior força que os colonizadores utilizavam em sua colônia indiana - o número de recrutas cipayos chegava a duzentos mil contra os quarenta mil soldados britânicos no subcontinente. Esse exército, obviamente, não gozava das mesmas condições que aqueles provenientes da metrópole, seu soldo era bem mais baixo, bem como, seus recursos para o combate. No entanto, embora as péssimas condições em que eram mantidos, o fator detonador da Revolta foi de natureza peculiar. O levante ocorreu porque os soldados cipayos se negavam a utilizar os novos cartuchos dos fuzis enviados pelos britânicos, que continham gordura animal. Como não fora esclarecido que tipo de gordura era empregado na impermeabilização, se difundiu a especulação que poderia ser gordura de boi, inaceitável para os soldados hindus, ou gordura de porco, também abominada pelos muçulmanos. A revolta fez com que a Coroa britânica conduzisse mais de perto seus negócios na Índia. Cf.: McLEOD, John. **History of India**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2002. pp. 81-83.

²⁶ McLEOD, John. **Op. cit.**, pp. 74-75.

²⁷ KHAN, Ali. **Op. cit.**, pp. 495-550.

²⁸ Obviamente, caso os colonizados empreendessem algum projeto de ampliação territorial, como veio a ocorrer no caso caxemir, não haveria incompatibilidades com os britânicos, já que as posses controladas por estes últimos seriam incrementadas.

para implementar as políticas públicas que considerassem necessárias e que atendessem seus interesses, desde que não implicassem em perdas para a metrópole e ficassem devidamente resguardadas para ela a percepção de tributos, o recrutamento de tropas, a emissão de moeda e o direito de legação.

Interessa aqui destacar duas características do domínio Dogra, essenciais para entender a história moderna do conflito pela Caxemira: 1 - a ampliação territorial que seus sucessivos governantes empreenderam, e 2 - a situação social e política do principado, ao longo do século em que o controlou exclusivamente (1846 – 1947), situação essa que também contribuiu para o conflito iniciado durante a formação de Paquistão e Índia.

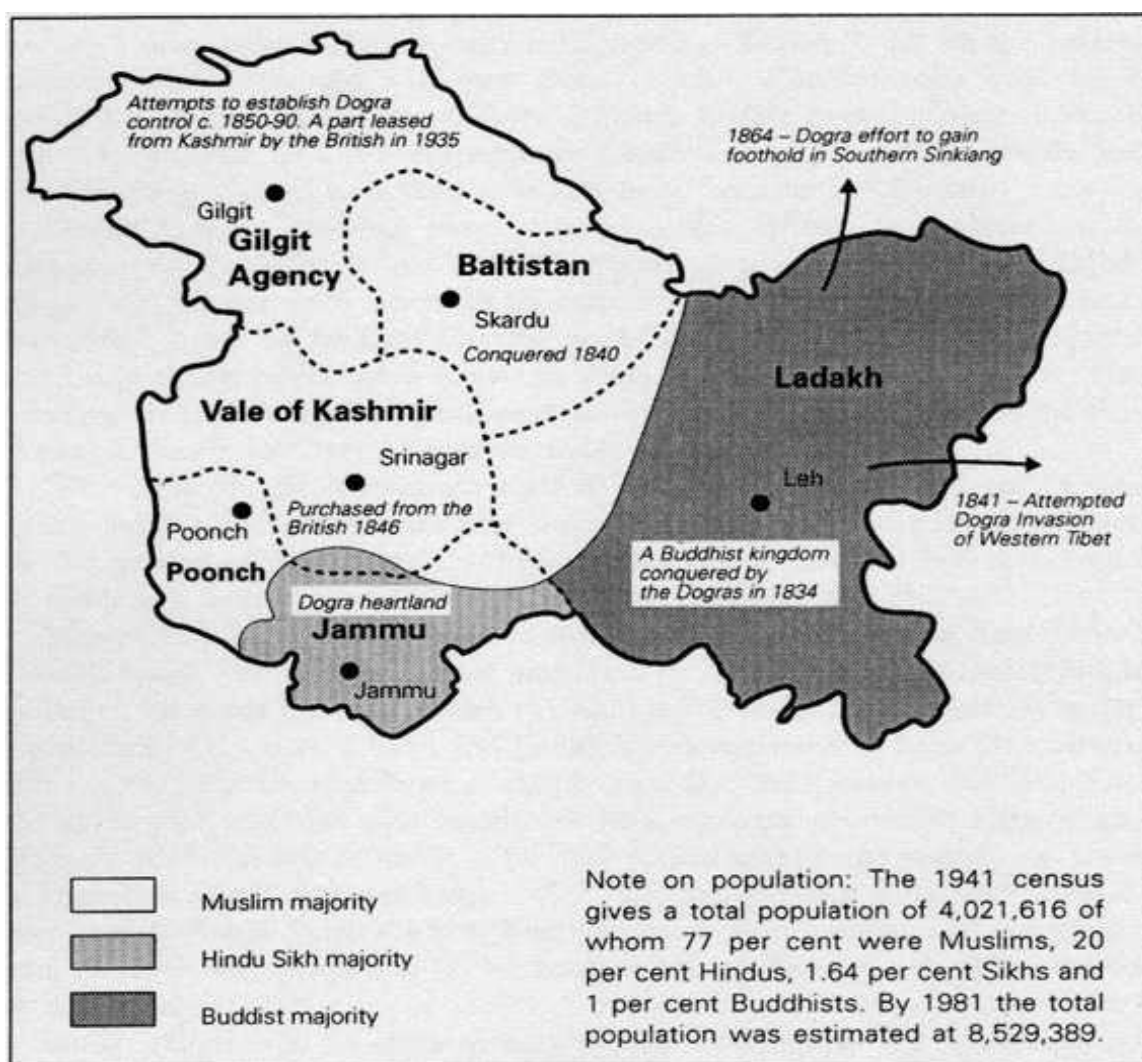


Ilustração 7 – Mapa – Avanço da Dinastia Dogra
 Fonte: SCHOFIELD, Victoria. *Op. cit.*, p. 48.

A expansão territorial pode ser acompanhada na Ilustração 7, que mostra todas as conquistas Dogra, efetuadas com o auxílio e no interesse político e estratégico dos britânicos. A anexação de novas porções à Caxemira atendeu aos propósitos de Londres por garantir o desenvolvimento do seu projeto geopolítico regional. O avanço para o Noroeste está inscrito na disputa com a Rússia pelo sul da Ásia e Oriente Médio. Os ingleses temiam movimentações de forças russas por esta região de altas altitudes e difícil defesa, e após a sua anexação ao principado caxemir, ali se estabeleceram com bases militares.

As anexações no sentido Nordeste, para o Ladakh, por seu turno, evidenciaram a necessidade de fortificação das fronteiras do subcontinente indiano sob posse britânica, já que os limites com o Tibete eram fonte de contestação por parte do governo chinês. A ocupação das porções pouco povoadas do Ladakh, ademais, proporcionava ao vice-reinado estender suas possessões até as montanhas himalaicas, tendo ali um limite natural²⁹. Interessa para o trabalho de pesquisa que desenvolvo compreender essas ondas de ampliação fronteiriças porque é em relação a esta configuração territorial, delineada definitivamente em fins do século XIX, que as disputas ocorrem até os dias atuais.

Sobre os sucessivos governos Dogra a historiografia consultada, em sua maioria, acentua a continuidade da política dos antecessores, ou seja, uma monarquia absolutista sem projeto de governo, pouco preocupado com a situação social interna no principado e, ainda, legitimada pelo dominante britânico. Algumas pequenas concessões só foram permitidas nas épocas em que os abusos causaram a reação e mobilização de grupos populares, excluídos do campo político³⁰.

Uma referência bibliográfica apenas defende uma perspectiva bem diferente da demonstrada por Victoria Schofield, Tariq Ali e Ali Khan, os autores referenciados anteriormente. De acordo com artigo de Anand Mohan, em sua descrição dos anos de domínio da dinastia Dogra, houve praticamente uma radical reforma política e social, na qual os grandes beneficiados não eram os setores sociais dominantes ou as castas superiores, mas sim a população pobre. Por exemplo, sobre um dos

²⁹ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, pp. 141-152.

³⁰ SCHOFIELD, Victoria. **Ibidem.** pp. 63-74. Ressalte-se que essas mudanças acabaram sendo mais conseqüências da pressão dos representantes ingleses do que um processo de conscientização da família Singh.

governantes do principado, no período de 1885 a 1925, Pratap Singh, este pesquisador escreve que,

[...] seu benevolente governo durou 40 anos. Ele procurou conselhos de homens sábios, tanto muçulmanos quanto hindus, para os negócios do Estado; a harmonia da comunidade prevaleceu; estradas foram construídas, canais escavados, e fábricas estabelecidas. Pratap Singh aboliu, em 1920, o sistema de trabalho agrícola forçado que fora introduzido pelos governantes afegãos, implementou reformas agrárias, e racionalizou as receitas administrativas a conselho de Henry Lawrence e outro perito britânico. Mais cedo, em 1916, ele convidou o comissário educacional do governo da Índia para sugerir medidas e meios para disseminar a educação entre as massas de muçulmanos.³¹ [grifo meu].

A respeito do sucessor de Pratap, seu sobrinho, o “moderno e iluminado” Hari Singh, Mohan faz também ótimas referências, principalmente no campo jurídico, por promover a separação deste com o Poder Executivo e criar um *Superior Tribunal de Justiça*³² para a Caxemira³³. A modernidade do governo deste último Dogra, segundo o autor, atinge níveis bem superiores, inclusive, aos do restante do subcontinente, incluindo a instituição de um organizado sistema de eleições executivas e legislativas em âmbito local e distrital que teria, além de suas atribuições formais, a função de legitimar o poder central.

Merecem destaque as afirmações de Mohan porque a bibliografia consultada sobre o período afirma justamente o contrário a respeito tanto de Pratap, quanto de Hari Singh. Em relação às várias reformas e medidas governamentais de Pratap, assevera Schofield, que realmente elas foram anunciadas, mas nunca chegaram a bom termo porque a corrupção em sua Corte era incontrolável e o próprio Pratap, ou por desinteresse ou por estar envolvido, não buscou descobrir e/ou corrigir os problemas de sua administração³⁴.

Sobre a aludida “iluminação” do último dos marajás, Hari Singh, Victoria Schofield e Tariq Ali são categóricos em afirmar sua total falta de comprometimento em relação à administração do Principado. Na mesma tendência que seu antecessor,

³¹ MOHAN, Anand. **Op. cit.**, pp. 285-286.

³² A referência no texto é sobre a criação de uma “High Court”, o que considereei similar a um Supremo Tribunal de Justiça.

³³ MOHAN, Anand. **Ibidem.** p. 286.

³⁴ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, pp. 80-81. Inclusive, parte da autonomia do principado foi suspensa quando este herdeiro assumiu, pois o governo britânico da Índia destacou para a região o Coronel Oliver St John, para assumir o cargo de “residente”, uma espécie de representante do poder central do *Raj*, que tinha o poder de interferir nas decisões do dignatário quando ferissem os interesses britânicos.

permitiu a proliferação da corrupção, contribuiu em muito para a dilapidação do erário público oferecendo grandes e luxuosas festas, e reprimiu com mão de ferro as manifestações contrárias ao seu governo. Sua gestão atingiu tal grau de arbitrariedade que estimulou a rápida formação de sindicatos trabalhistas e partidos políticos de esquerda. Já nas primeiras décadas do século XX se observam a ocorrência de greves e outras mobilizações populares, todas duramente reprimidas. É neste contexto que entra em cena, na década de 1930, um dos personagens mais importantes para a história contemporânea da Caxemira, o líder “populista” Sheikh Mohammed Abdullah.

Nascido em 1905, oriundo de família convertida ao islamismo ainda no século XVIII, o Sheikh Abdullah teve toda sua educação realizada em instituições islâmicas, obtendo o grau de mestre em ciências pela Universidade de Aligarh, em Uttar Pradesh, na Índia. Voltou para a Caxemira em 1930 e nas rodas de leitura de intelectuais locais passou a se interessar pelas questões políticas do principado.

Quando a repressão aos movimentos de trabalhadores e às organizações políticas islâmicas, perpetradas por Hari Singh, atingiu níveis críticos, Abdullah decidiu que era o momento para formar um partido empenhado na defesa dos setores sociais islâmicos. Assim nascia a “Conferência Muçulmana Toda-Jammu e Caxemira”, sob presidência de Abdullah, que era alinhada com a Liga Muçulmana, uma organização fundada em 1906 com o objetivo de proteger os interesses islâmicos no subcontinente indiano.

Contudo, insatisfeito com o caráter separatista da Liga (como a adoção da teoria das duas nações), começou, ainda na década de 1930, a se aproximar do Congresso Nacional Indiano e de um de seus mais proeminentes líderes, Jawaharlal Nehru. Em 1939 mudou o nome de sua organização para “Conferência Nacional de Toda-Jammu e Caxemira”, congregando políticos hindus, siques, budistas e de outras minorias. Na esteira destes acontecimentos, este líder, apelidado de “leão da Caxemira”, passou abertamente a defender que os problemas locais só poderiam ser resolvidos pela ação conjunta de muçulmanos, hindus e siques. Estava montada, desde então, uma plataforma política de orientação nacionalista para a Caxemira³⁵.

³⁵ BOSE, Sumantra. **Kashmir. Roots of conflict, paths to peace.** Cambridge: Harvard University Press, 2003, pp. 18-26.

A importância do Sheikh Abdullah no contexto da Caxemira se revelará, contudo, somente quando finalizada a Primeira Guerra pela Caxemira em 1949³⁶, com sua chegada ao poder na porção administrada pela Índia, que perfazia dois terços do antigo principado. Em realidade, foi seu carisma enquanto governante, seu poder de conciliar interesses dos diversos grupos sociais e religiosos e um programa de reformas sociais que garantiram a estabilidade no imediato pós-guerra. Relato brevemente sua história pela importância nas negociações referentes à acessão da Caxemira e no papel político que assumirá ao longo da história regional.

2.2 A eclosão da Primeira Guerra pela Caxemira

Neste subitem foco a atenção nos percepções e ações exercidas pelas principais lideranças envolvidas na disputa pela Caxemira. Primeiro, quais as inclinações dos principais atores internos no principado, ou seja, a casa reinante dos Dogra, liderada pelo marajá Hari Singh, e os chefes dos dois principais partidos políticos locais, a já referenciada “Conferência Nacional de Toda-Jammu e Caxemira”, de Abdullah, e o partido islâmico, “Conferência Muçulmana Toda-Jammu e Caxemira”, que fora fundado por Abdullah, mas que com sua saída passou a ser dirigido por Ghulam Abbas (outro destacado político do cenário interno caxemir). Também refiro os papéis dos “atores externos” em relação à guerra: governos de Índia e Paquistão e a pressão das potências internacionais diretamente envolvidas – os dirigentes britânicos principalmente, e em menor grau³⁷, os líderes do mundo (recentemente) bipolarizado, EUA e URSS³⁸. Mas antes, é necessário um sucinto relato da conjuntura local, condicionada pela saída dos britânicos e pela formação de Paquistão e Índia. Fatores estes diretamente relacionados ao surgimento da disputa.

A decisão pelo fim do *Raj* britânico no subcontinente indiano e sua gradual retirada deixou problemas complexos sobre como se conformariam as fronteiras dos

³⁶ Entretanto, destaco também e discutirei o papel de Abdullah nas negociações de acessão da Caxemira, onde sua postura variou entre a luta pela independência do Estado e a adesão à Índia.

³⁷ Isto porque a atuação dos EUA e da URSS em relação às negociações de acessão da Caxemira foi muito restrita.

³⁸ Em relação às posições políticas dos principais atores envolvidos na disputa pela Caxemira me referirei apenas às ações e discursos manifestados pelas lideranças de cada bloco político por compreender serem representantes de grupos menores.

novos estados independentes³⁹. A resolução pela saída foi influenciada tanto pelos acontecimentos na Europa, com o fim da Segunda Guerra Mundial, quanto pelo papel das colônias nesta mesma guerra e suas conseqüentes exigências de maior autonomia e liberdade.

Com o fim do controle britânico ficara estabelecida a formação de dois países independentes, Índia e Paquistão, este último criado para ser um “lar para os muçulmanos”. Mais especificamente, pelo acordo de independência, a população seria dividida entre os dois países tendo como primeiro critério suas características religiosas, e em segundo, seus aspectos geográficos. Assim, no caso das possessões administradas diretamente pela Grã-Bretanha, onde havia maioria muçulmana, seria criado o Paquistão, e naquelas onde se percebia maior número de hindus, se conformaria a Índia. Em regiões fronteiriças de definição demográfica e religiosa mais complexa, como o Punjab e Bengala, optou-se pela segmentação em duas partes, instituindo-se uma comissão mista, chefiada por representante britânico, encarregada da definição dos limites⁴⁰.

Contudo, restava a irresolúvel questão dos mais de quinhentos e cinqüenta principados do subcontinente, não incluídos nos acordos de independência⁴¹ pelas relações estabelecidas com os mandatários britânicos⁴². Em linhas gerais, foi sugerido pelos dirigentes ingleses que cada um destes principados deveria optar por um dos dois recém criados países⁴³, obedecendo a critérios relativos à vontade do soberano, mas observando também fatores de contigüidade geográfica e vontade da maioria da população, para evitar distúrbios.

³⁹ O problema a que me refiro está relacionado à formação de Paquistão e Índia, já discutidos no capítulo 1.

⁴⁰ McLEOD, John. **Op. cit.**, pp. 123-128.

⁴¹ “Os principados, entretanto, estavam isentos de qualquer divisão no âmbito do plano britânico [de partilha]. A Coroa Britânica revogou seu poder de supremacia, declarando que todos os direitos cedidos pelos Estados ao poder soberano voltariam para os Estados. Houve um consenso geral nos círculos jurídicos britânicos que a revogação da soberania sobre os Estados lhes garantia a autorização jurídica para escolher o seu futuro.” KHAN, Ali. **Op. cit.**, p. 505.

⁴² Os príncipes hindus, siques ou muçulmanos detinham ampla autonomia para governar suas possessões e somente, num ritual simbólico, pagavam tributos aos britânicos. Por exemplo, o príncipe Hari Singh, anualmente, realizava o pagamento do tributo ao vice-rei inglês. Esse “tributo” era composto por “um cavalo, doze cabras e seis dos famosos xales e lenços caxemires”. Cf. JONES, Owen Bennett **Pakistan. Eye of the Storm**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003. p. 56.

⁴³ A sugestão pela adesão a um dos dois países e não pela absoluta autonomia, se deu por razões práticas e políticas. Em outras palavras, era imperativo fazer parte da Índia ou do Paquistão porque suas lideranças não aceitariam o fracionamento dos recém criados Estados e certamente interviriam contra interesses regionais independentistas.

Na maioria dos principados a questão da acessão a um dos países ocorreu na normalidade e dentro do prazo, que expiraria em agosto de 1947, quando encerrava, formalmente, o domínio britânico sobre o subcontinente. Entretanto, em três destes Estados autônomos a opção pela adesão não ocorreu dentro do tempo determinado, provocando ainda mais instabilidade e contribuindo para a guerra entre Índia e Paquistão. São eles Hiderabad, Junagadh e o Estado de Jammu-Caxemira.

As negociações a respeito do destino da Caxemira e dos outros dois principados estão na raiz das explicações para as tensões presentes no subcontinente há mais de sessenta anos. Indicar os termos em que se desenvolveram estas negociações auxiliará no entendimento da permanência do impasse e porque, até o momento, apresentou tão poucos resultados para a consolidação da paz.

2.2.1 Diferentes papéis nas negociações de acessão e os motivos para a 1ª Guerra

A administração da Caxemira pela dinastia Dogra, como já ressaltado anteriormente, estava pouco preocupada com o bem-estar da maioria de sua população que, por sinal, era majoritariamente composta de muçulmanos (cerca de 80%). Hari Singh fazia parte do tradicional grupo aristocrático indiano, pouco afeito a considerar a vontade popular e aceitar suas manifestações, extremamente conservador em relação à forma de conduzir seus domínios e parasitários do erário público⁴⁴.

Essa perspectiva, pouco favorável ao seu papel enquanto dirigente, contribuiu para entender sua postura quando das negociações de independência e partilha do subcontinente. Uma vez pressionado por lideranças indianas e paquistanesas para a definitiva adesão, o líder da dinastia Dogra se valeu da importância da Caxemira para adiar o mais possível sua decisão. Até a saída oficial dos britânicos da Índia, finalizada em agosto de 1947, *sir* Hari Singh ainda não havia optado por um dos

⁴⁴ Segundo Owen B. Jones, as maiores paixões de Hari Singh eram as caçadas, as festas e as mulheres, poucas vezes se dedicou a elaborar algum projeto de governo ou se preocupou em aparentar ser um bom governante. Seu próprio filho, em sua autobiografia, afirmava que os únicos contatos que seu pai tinha com os muçulmanos se restringiam aos jardineiros do palácio e ao pessoal de segurança que o escoltava em caçadas e pescas. Cf. JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, pp. 57-58.

lados, mas, contraditoriamente, tinha acenado com a possibilidade de adesão aos dois países.

Em realidade, a esperança do príncipe era que a Caxemira se tornasse um Estado independente, de fato⁴⁵. Obviamente, não era sem motivos que apostava nesta alternativa. Além da longa extensão territorial e da alta densidade demográfica em algumas regiões (como no Vale da Caxemira e em Jammu), o principado está localizado em um ponto estratégico no norte do subcontinente, sua proximidade com a Rússia e suas fronteiras com a China faziam do Estado uma área vital para Índia e Paquistão. Tendo essa característica em destaque, Singh esperava ter um destino diferenciado dos demais principados já anexados e obter autonomia plena, como um “estado-tampão”, ao estilo dos vizinhos Afeganistão e Nepal. Indesejavelmente, para a casa dinástica dos Dogra, as vontades independentistas e a demora para decidir pela adesão contribuíram para seu afastamento definitivo do poder na Caxemira.

Dentre os demais grupos internos atuantes na Caxemira, as posições sobre a acessão variaram de acordo com as etapas do contexto da independência e com as mudanças no quadro geral de apoios políticos recebidos.

O líder Abdullah, da Conferência Nacional de Toda-Jammu e Caxemira, em finais da década de 1930 postulava que o caminho a ser seguido pelo Estado deveria ser o da autonomia total, com a declaração de independência. Contudo, desejava a formação de uma república democrática, com o afastamento dos absolutistas da família Singh. Em relação aos grupos religiosos, os planos políticos de Abdullah remetiam a um projeto nacionalista secular, capaz de garantir ampla liberdade de fé no Estado.

Entretanto, em meados da década de 1940 uma conjuntura política distinta se configurava, o que oportunizou uma mudança nos planos de Abdullah. Sua crescente aproximação com o Congresso Nacional Indiano, em particular sua amizade com o líder Jawaharlal Nehru, combinada com a perseguição que sofria por parte do governo do marajá (o que culminou na sua prisão em 1946), resultou na mudança de seus discursos e objetivos políticos⁴⁶. Passou a defender com veemência a acessão da Caxemira à União indiana, condicionada pelo afastamento de Hari Singh do

⁴⁵ GAJENDRAGADKAR, P. B. **Kashmir – Restrospect and Prospect**. Bombaim: Bombay University Press: 1967, pp. 48-52.

⁴⁶ GAJENDRAGADKAR, P. B. **Op. cit.**, pp. 45-48

poder. Obviamente, o favorecimento aos indianos fora garantido pela promessa de recompensa futura, com a indicação de Abdullah para a direção do Estado, quando efetivada a união⁴⁷.

A mudança na estratégia de Abdullah em favor da adesão também pode ser explicada pela prioridade concedida pelo governo indiano em relação à questão caxemir. O *lobby* indiano para a acessão foi intenso, marcado por sucessivas reuniões entre representantes do governo regional e representantes de Nova Delhi, bem como, recorrentes visitas dos líderes do Congresso Nacional, Nehru e Gandhi, ao Estado em disputa. Alguns autores, como Victoria Schofield e Robert Wirsing, sujeitam o chamado *lobby* indiano ao personagem de J. Nehru. De acordo com estes pesquisadores, a importância atribuída à Caxemira se devia, em primeiro lugar, aos laços de origem e parentesco que o governante indiano mantinha em relação ao Estado⁴⁸, o que explicaria sua vontade de vê-la integrante do país que dirigia.

Independente dos desejos e nostalgias do líder indiano, considero que deve ser ressaltado na explicação do *lobby* e dos esforços para a conquista da Caxemira, primeiro, a sua já referida posição estratégica e, segundo, o propósito das lideranças do Congresso em invalidar a argumentação dos dirigentes da Liga Muçulmana sobre a necessidade de se criar um país exclusivo para os povos de orientação islâmica. A confirmação da teoria das duas nações, defendida pela Liga, afetava diretamente a própria existência do Estado indiano, que confinava em seu território não só muçulmanos, mas também cidadãos comprometidos com outras religiões distintas do hinduísmo⁴⁹.

Além destes pontos, a persistência de Nehru também pode ser entendida se lembrarmos da existência de uma maioria de muçulmanos habitantes no principado e que era necessário demonstrar para este grande público uma constante preocupação por parte dos representantes do Congresso Nacional, como forma de se contrapor aos membros da Liga, que apostavam na “identidade religiosa” da maioria como ferramenta para a acessão ao Paquistão.

⁴⁷ O que de fato ocorreu, mas infelizmente não foi duradouro. Sobre os transtornos ocorridos no governo do Sheikh Abdullah, dedicarei uma subitem neste mesmo capítulo.

⁴⁸ Os ancestrais de Nehru eram provenientes da Caxemira.

⁴⁹ RIZVI, Gowher. Nehru and the Indo-Pakistan rivalry over Kashmir 1947-64. **Contemporary South Ásia**. Vol. 4, n.º 1, março/1995, Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=9508220873&site=ehost-live>>, acesso em 10 de outubro de 2009.

Por seu turno, os líderes paquistaneses mantiveram uma postura um tanto quanto passiva e confiante em relação ao destino da Caxemira. Acreditavam que a maioria muçulmana seria recurso suficiente para influenciar a decisão do marajá quanto à adesão. Também consideravam que, no caso de um impasse, seria respeitado o direito de autodeterminação dos povos, e neste caso, a identificação da maioria com o Islã faria a diferença. Por esse motivo, não se encontram referências a um *lobbie* paquistanês para a acessão, bem como, relatos de reuniões de lideranças paquistanesas com o marajá ou mesmo com o representante regional da Liga, o líder Ghulam Abbas⁵⁰. Essa postura “comodista” pode ser exemplificada pela declaração do dirigente da Liga, Muhammad Ali Jinnah, em referência ao destino do principado: “A Caxemira vai cair no nosso colo como um fruto maduro”⁵¹.

A inação do governo paquistanês na disputa caxemira e sua falta de habilidade nas negociações durante o conflito foram muito criticadas à época da partição. Via de regra, os especialistas indicam a falta de capacidade de análise de conjuntura por parte do governo de Karachi. Isto porque não era apenas a Caxemira a sofrer as conseqüências da independência do subcontinente. Em situação bastante similar estavam os principados de Hiderabad e Junagadh, onde príncipes muçulmanos (nababos⁵²) governavam uma maioria populacional hindu, e que também ainda não haviam decidido para qual dos países iriam se anexar.

Argumentam os especialistas que durante as reuniões entre representantes da política externa de Paquistão e Índia foi sugerida, pelos indianos, a renúncia sobre a Caxemira em troca do reconhecimento de soberania em relação aos territórios de Hiderabad e Junagadh. Naquelas circunstâncias, para o governo indiano significava muito mais garantir a integridade e contigüidade territorial de seu recém criado país, o que seria impossível caso Hiderabad, principalmente (para sua localização, ver mapa político da Índia, Anexo F, página 272⁵³), caísse em poder paquistanês ou se

⁵⁰ Personagem este que pouco se destacou nas negociações de acessão justamente pela falta de estímulo por parte dos altos quadros da Liga Muçulmana.

⁵¹ JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, p. 56.

⁵² No caso de Hiderabad, o título do nobre no poder era de “Nizam”, de acordo com as tradições do principado.

⁵³ Hiderabad é a capital do Estado de Andhra Pradesh.

tornasse um país independente⁵⁴. Enfim, a guerra pela Caxemira não era desejável para a elite dirigente em Nova Delhi.

Mesmo diante da oferta de permuta indiana e da pressão de organizações e da população hindu, favoráveis à acessão à Índia, as lideranças paquistanesas não cederam e incentivaram os nababos de Hiderabad e de Junagadh⁵⁵ a optarem pelo Paquistão. Em sua defesa argumentavam que era prerrogativa exclusiva do mandatário regional escolher pela adesão⁵⁶, em consonância com os termos presentes no acordo de partilha. Como resposta, o exército indiano invadiu ambas as regiões e realizou consulta popular na qual a maioria hindu garantiu a união à Índia. Uma certa inflexibilidade nas negociações bilaterais, portanto, precipitou o destino da Caxemira e dos dois outros estados contestados no subcontinente.

As grandes potências do pós-guerra, EUA e URSS, praticamente não se manifestaram sobre as transações para a acessão, apenas a delegação diplomática dos Estados Unidos em Nova Delhi se posicionou ao lado dos indianos na oferta de permuta de Hiderabad e Junagadh pela Caxemira⁵⁷, mas mesmo assim não se envolveram diretamente nas negociações⁵⁸. A única força externa imersa nas negociações de independência foi a ex-metrópole, a Grã-Bretanha. Ainda assim, no que diz respeito aos conflitos por territórios, a postura dos representantes britânicos foi marcada pelo que classifico de “indiferença como estratégia”.

As ações e discursos do último vice-rei, Lord Mountbatten, bem como de outros súditos da Coroa, encarregados de altos postos na administração de Paquistão e Índia, são permeadas pela omissão. Tanto que é emblemático o

⁵⁴ GAJENDRAGADKAR, P. B. **Op. cit.**. Sobre as negociações, um excerto extraído dos relatórios dos encontros entre os representantes demonstra o que o líder indiano, o Ministro de Assuntos Internos, Sardar V. Patel, esperava da negociação por Hyderabad: “Por que você compara Junagadh com a Caxemira? Fale sobre Hyderabad e a Caxemira e poderemos alcançar algum acordo”. JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, pp. 68-69.

⁵⁵ O nababo de Junagadh tinha como Ministro-Chefe um político pró-paquistanês que muito influenciou em suas decisões, trata-se de Shah Nawaz Bhutto, pai e avô de dois personagens políticos que seriam chefes de Estado do Paquistão: Zulfikar Ali Bhutto e Benazir Bhutto.

⁵⁶ Paradoxalmente, contudo, no caso da Caxemira apostavam na capacidade do povo para determinar a acessão e, em última instância, lutarem contra a dominação indiana pela incorporação ao Paquistão. Cf.: KHAN, Ali. *The Kashmir Dispute: A Plan for Regional Cooperation*. **Columbia Journal of Transnational Law**, Vol. 31, pp. 495-550, 1994.

⁵⁷ JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, p. 69.

⁵⁸ A URSS, inclusive, se absteve de qualquer decisão durante a primeira guerra da Caxemira. Só veio a ter alguma participação no conflito quando iniciava aproximações com a Índia, em fins da década de 1950, em resposta à criação da SEATO (South East Asian Trade Organization), onde Paquistão e EUA eram parceiros. MAHAPATRA, Debidatta Aurobinda. *Russia's Policy Towards the Kashmir Issue in the Changing World Order*. **International Studies**. Vol. 1, n.º 41, pp. 129-143, 2004, p. 131.

pronunciamento do representante do Reino Unido no Conselho de Segurança da ONU, em agosto de 1948, acerca da guerra pela Caxemira, no qual foi declarado um total “desconhecimento” das suas causas, por parte do governo britânico, e que essas mesmas causas estariam “envoltas em mistérios da história”⁵⁹. Certamente, nenhuma potência estrangeira conhecia melhor a história e as causas dos conflitos regionais que tomaram lugar no subcontinente indiano e, especificamente, na Caxemira.

No mesmo sentido, as ações e reuniões de Mountbatten, com os líderes de Índia e Paquistão, e com o mandatário da Caxemira em nada resultaram. Os documentos oficiais trocados entre os representantes remanescentes do vice-reinado, que traziam informações detalhadas sobre como os países agiam diante do impasse, bem como, sobre as movimentações para a guerra não foram utilizados pelos diplomatas britânicos para esclarecer a situação diante do Conselho de Segurança⁶⁰.

Em realidade, a postura política dos britânicos, entendida aqui como “indiferente”, está de acordo com a interpretação sustentada pelo pesquisador B. L. Sharma, que a explica como uma estratégia por manter instável e dividida a colônia da qual estavam se retirando e com a qual ainda mantinham pretensões comerciais, pelo menos.

2.2.2 A eclosão da Primeira Guerra da Caxemira e o desenvolvimento da batalha

A eclosão da 1ª Guerra da Caxemira teve início com a invasão de forças irregulares jihadistas paquistanesas provenientes da Província da Fronteira Noroeste e do Punjab do Oeste, em meados de outubro de 1947. A presença de invasores articulada com rebeliões ocorridas no distrito do Poonch, próximo ao Vale da Caxemira (ver Ilustração 1, página 25) e também de Srinagar, precipitou a decisão

⁵⁹ SHARMA, B. L. **The Kashmir Story**. Bombay: Ásia Publishing House, 1967. pp. 16-18.

⁶⁰ Por exemplo, quando o representante paquistanês foi inquirido, no Conselho, a respeito de invasões paramilitares provenientes de seu território, e as negou com veemência, poderia ter sido desmentido pelos britânicos, uma vez que o governante das Províncias do Noroeste paquistanês era um oficial das forças armadas ligadas ao vice-rei Mountbatten que já havia reportado a formação das referidas milícias ao seu superior, e também sua intenção de invadir o Estado caxemir. Cf. SHARMA, B. L. **Op. cit.**, p. 16.

do marajá Hari Singh em assinar o Instrumento de Acessão, em 27 de outubro de 1947, tornando a Caxemira parte do Estado indiano e autorizando o envio de tropas do exército da Índia para o principado⁶¹.

As condições impostas pelo governo de Nova Delhi para o envio de auxílio militar foram basicamente duas: a já referida acessão da Caxemira ao Estado Indiano e que o acordo de acessão fosse sancionado pelo popular líder político oposicionista, o Sheikh Abdullah, que também teria de integrar o novo governo, caso as forças invasoras fossem rechaçadas. A intenção de Nehru com essa “sanção” era tornar o ato de união legítimo perante a população caxemir, já que Abdullah detinha prestígio junto à maioria muçulmana e também com os hinduístas e budistas⁶².

A situação das forças armadas de Paquistão e Índia era muito distinta. Em praticamente todos os aspectos relacionados a um conflito direto entre os dois países o Paquistão levava grande desvantagem. Em relação aos meios indiretos para se manter um confronto com os indianos⁶³, o governo paquistanês ficou com apenas cerca de dezoito por cento (18%) da população do subcontinente, e em relação à estrutura industrial, apenas dez por cento (10%). Seus ativos industriais alcançavam apenas cento e doze milhões de dólares, o que para os padrões regionais da época era muito pouco e reduziam a economia do país ao setor agrícola⁶⁴.

Em relação aos recursos militares, a situação era bastante desigual também. O Paquistão ficou com cerca de trinta por cento dos efetivos militares deixados pelos britânicos⁶⁵. Além disso, a “grande maioria das bases militares do ex-Exército

⁶¹ Há controvérsias sobre a data da assinatura da Acessão e o envio de tropas. Alguns autores afirmam que o governo em Nova Delhi já enviara suas forças armadas para a região antes mesmo de assinado o documento, o que tornaria sua intervenção irregular. Contudo, as divergências se circunscrevem às versões sustentadas pelos dois governos, o que pouco contribui para entender ou resolver o conflito. Cf. LAMB, Alastair. **Birth of a Tragedy. Kashmir 1947**. Karachi: Oxford University Press, 1994, pp. 96-97.

⁶² GANGULY, Sumit. **Conflict Unending. India-Pakistan Tensions since 1947**. Washington: Columbia University Press, 2001, p. 17.

⁶³ Aqui considero como meios indiretos o pessoal disponível para recrutamento e as atividades de produção de subsídios para abastecer tropas e o restante da população não envolvida no conflito.

⁶⁴ WIRSING, Robert G. **India, Pakistan, and the Kashmir dispute: on regional conflict and its resolution**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998, pp. 87-88.

⁶⁵ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 19.

britânico-indiano, as fábricas de munições, e campos de treinamento estavam localizados nas regiões que se tornaram parte da Índia”⁶⁶.

Constatada essa diferença, resta perguntar qual a motivação da administração do Estado paquistanês para entrar em um conflito estando em condições tão pouco vantajosas? A resposta remete à perspectiva de interpretação adotada nesta dissertação. Já em 1947, embora de maneira modesta, o Paquistão inaugurou em sua prática de política exterior o recurso da “guerra por procuração”, impulsionada pela idéia de jihad. O que, por um lado, lhe garantiu provisão constante de efetivos para o campo de batalha, tanto na fronteira indiana, na disputa pela Caxemira, quanto em território afegão, contra os soviéticos, mas, por outro, reduziu cada vez mais a capacidade centralizadora do Estado para tomar decisões, no plano interno e externo.

Ainda sobre as motivações e sobre a idéia de jihad como estratégia política, o pesquisador Sumit Ganguly fornece uma esclarecedora (embora não operacional) declaração do General Akbar Khan sobre os motivos para o entusiasmo do Paquistão para a guerra:

Na mais remota das nossas vilas, os mais humildes dos nossos povos possuem autoconfiança e vontade imediata em marchar contra a Índia - um espírito o equivalente não pode ser encontrado no outro lado [...] No presente, e por um longo período ainda, a Índia está na mesma posição em que se encontra há séculos, exposta à desintegração em situações críticas.⁶⁷

Enfim, sobre o evoluir da guerra, depois de um avanço rápido das forças milicianas paquistanesas, até quase atingirem a capital do principado, Srinagar, o exército indiano entrou em cena. Com a superioridade já citada, empurraram os paramilitares paquistaneses até as proximidades de Muzaffarabad, hoje capital da Província da Caxemira Livre. Entretanto, a guerra não foi tão fácil quanto era esperada pelos generais indianos⁶⁸, as elevadas altitudes e o clima extremamente

⁶⁶ Sobre a divisão dos efetivos das forças armadas, Wirsing indica que o Paquistão ficou com 30% do pessoal do Exército, 40% do pessoal da Marinha e 20% do pessoal da Aeronáutica. WIRSING, Robert G. **Op. cit.**, p. 87.

⁶⁷ KHAN, Akbar. **Raiders in Kashmir**. Apud: GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 20.

⁶⁸ Entre os oficiais dos exércitos da Índia e do Paquistão ainda restavam muitos quadros britânicos, remanescentes do *Raj*, que continuaram prestando seus serviços pelos anos subseqüentes.

frio de finais de 1947 debilitaram em muito os regimentos indianos, a maioria recrutada nas regiões quentes, mais ao sul do subcontinente.

A resposta indiana, logo depois de formalizada a acessão pelo Marajá, foi dura e igualmente rápida, mostrando a superioridade de suas forças armadas já naquele contexto histórico. O exército indiano empurrou de volta, até Muzaffarabad, as tropas regulares e irregulares⁶⁹ invasoras, e quando alguns de seus comandantes militares cogitaram ocupar o território paquistanês, aniquilando em definitivo suas defesas e oportunizando a sua anexação, foram contidos por pressões estrangeiras, principalmente da Grã-Bretanha, ainda comprometida a seguir o plano de partilha no subcontinente e, também, mantê-lo dividido e enfraquecido.

Via de regra, após a entrada das forças armadas enviadas por Nova Delhi, as posições no campo de batalha não se alteraram significativamente. A Índia ocupava dois terços da área total do principado, enquanto o restante, a Caxemira Livre (Azad Kashmir) e as áreas do norte, o Baltistão e a Agência Gilgit, era mantido pelas forças paramilitares e regulares paquistanesas, que oficialmente entraram no confronto em maio de 1948⁷⁰. Essa situação permaneceu inalterada até a definição da primeira Linha de Controle em janeiro do ano seguinte.

2.2.3 Sobre o emprego da jihad como política exterior do Estado paquistanês – um primeiro ensaio terrorista?

O início da Primeira Guerra pela Caxemira foi marcado pelo extraordinário avanço dos grupos paramilitares paquistaneses, que, como dito, em poucos dias quase chegaram a Srinagar, a capital do Estado. A rapidez da operação se deveu à apatia e deserção das forças de segurança do marajá, raras vezes capazes de oferecer alguma resistência aos invasores⁷¹.

⁶⁹ As tropas da Índia sofreram alguns reveses nesta campanha, principalmente durante o intenso inverno de 1947. Cf.: GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 18.

⁷⁰ A entrada do Exército paquistanês em maio de 1948 é aqui indicada apenas como marco oficial, pois foi essa a declaração dos representantes do Estado paquistanês aos representantes das Nações Unidas em visita ao país. Contudo, não se sabe ao certo quando forças regulares passaram a atuar no conflito, juntamente com as milícias. Ademais, cabe ressaltar, mesmo com a entrada das tropas paquistanesas não houve modificações com relação ao campo de batalha. MOHAN, Anand. **Op. cit.**, pp. 293-294.

⁷¹ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, pp. 17-18.

A violência praticada pelas forças de assalto paquistanesas contra supostos inimigos hindus e outras minorias mereceu destaque em praticamente todas as referências bibliográficas consultadas. Esse fator foi determinante, inclusive, para o distanciamento da população muçulmana caxemir, estarrecida pela constatação dos brutais acontecimentos⁷².

As forças irregulares paquistanesas iniciaram sua campanha por Muzaffarabad, próxima à fronteira com o Paquistão, onde a entrada não foi de modo algum obstaculizada em função da grande presença de muçulmanos na cidade e pela quase ausência de forças de segurança estatais. Deste ponto partiram para Poonch, onde uma revolta de caráter islâmico estava em processo, tendo como causa a opressão governamental contra seus habitantes. Neste distrito os atos de crueldade tiveram seus primeiros exemplos, notadamente contra as minorias hindus nativas.

Contudo, foi na cidade de Baramula, situada às margens da estrada para Srinagar, que as condutas mais brutais ocorreram. Naquela localidade foram observados os primeiros atos terroristas oficialmente autorizados pelo Estado paquistanês, uma vez que parte das milícias era composta por oficiais do exército. Muito embora, até os dias atuais o governo de Islamabad rejeite qualquer vínculo com os invasores terroristas de 1947, apesar dos excessivos indícios desse envolvimento. Praticamente toda a bibliografia consultada e, inclusive, as declarações e determinações do Conselho de Segurança da ONU, inferem a existência de grupos paramilitares apoiados, treinados e aparelhados pelo Exército paquistanês. Sem esse auxílio estatal seria impossível um avanço tão rápido e também a organização de resistência contra as tropas indianas enviadas em 1947.

De acordo com Tariq Ali, um pesquisador aparentado de membros das forças militares paquistanesas, os militantes tribais jihadistas em Baramula

[...] começaram uma farra que durou três dias, saqueando casas, agredindo tanto muçulmanos quanto hindus, estuprando homens e mulheres e roubando dinheiro do Tesouro da Caxemira. O cinema local foi transformado em centro de estupros; um grupo de pashtuns invadiu o convento de São José, onde estuprou e matou quatro freiras, inclusive a madre superiora, e matou a tiros um casal europeu que tinha procurado abrigo. As notícias das atrocidades espalharam-se, fazendo com que grandes números de caxemires se voltassem contra os pretensos

⁷² WIRSING, Robert G. **Op. cit.**, pp. 39-54.

libertadores. Quando finalmente chegaram a Srinagar, os pashtuns estavam tão ansiosos para saquear lojas e bazares que deixaram de lado o aeroporto, já ocupado pelos sikhs.⁷³

Esses grupos, como já adiantado por Ali, eram membros de tribos pashtuns deslocados da Província da Fronteira Noroeste, no Paquistão, uma região autônoma caracterizada por abrigar senhores da guerra antes mesmo da criação do país⁷⁴. Essas hordas contavam com a anuência do seu Estado que, logo depois da entrada das tropas indianas no cenário de batalha, enviou seus regimentos militares regulares em auxílio aos militantes tribais. No geral, esses segmentos armados eram compostos por uma série de organizações muçulmanas comprometidas com a idéia de “guerra santa” contra os hindus e siques, invasores das terras do Islã. O discurso sobre a necessidade da jihad contra os infiéis praticamente nasceu com o Paquistão, não como uma característica da política interna do governo estatal em relação aos seus cidadãos, mas sim como instrumento da política exterior empregada para mobilizar recursos e recrutas e legitimar as ações de ampliação territorial.

A elaboração e fornecimento de uma ideologia do Islã guerreiro tiveram origem, neste primeiro momento, na atuação de pelo menos duas organizações religiosas ligadas aos grupos de poder da Liga Muçulmana. A primeira delas, um partido derivado do movimento sunita reformista Ahle-Hadith, o *Jamaat al-Mujahidin Ahle-Hadith*, o mais antigo partido político-religioso do Paquistão. A segunda organização é o *Jamaat-i-Islami - JI* (Bloco Islâmico), que se tornaria o mais importante grupo na defesa da criação de um Estado islâmico no país. O JI, liderado pelo Maulana Abul Ala Mawdudi, defensor da jihad na Caxemira, utilizava um discurso muito similar àquele que seria empregado anos depois contra os soviéticos no Afeganistão, acerca da necessidade de libertar as terras do Islã dos usurpadores estrangeiros. Sobre a atuação direta destas organizações na 1^o Guerra pela

⁷³ ALI, Tariq. **Op. cit.**, p. 328.

⁷⁴ Há indícios que grupos oriundos do Punjab, principalmente de Rawalpindi, tenham participado das movimentações para a jihad em 1947, em função das ligações que possuíam com famílias rebeldes na região de Poonch. Cf.: LAMB, Alastair. **Op.cit.**, p. 63.

Caxemira, as referências são pouco esclarecedoras, apenas inferem a presença de militantes jihadistas isolados, não organizados em grupos⁷⁵.

2.2.4 O papel das Nações Unidas: a UNCIP e a criação da UNMOGIP

Já no final de 1947, as Nações Unidas se envolveram na Primeira Guerra caxemir por meio de reclamação do governo indiano contra os ataques perpetrados por grupos mistos, militares e paramilitares, paquistaneses⁷⁶. Sua reclamação se baseou nos artigos 34 e 35 da Carta da ONU⁷⁷, sobre a resolução de controvérsias entre seus membros. Os indianos argumentavam que esses invasores deveriam ser detidos porque seus atos representavam uma agressão à região de Jammu e Caxemira, que pertencia ao território nacional da Índia desde 27 de outubro de 1947, de acordo com o Instrumento de Acesso assinado pelo chefe de Estado, o Marajá Hari Singh. Ainda, tal agressão era considerada uma ameaça à paz e à segurança internacional.

A resposta paquistanesa, apresentada pelo Ministro do Exterior, Mohammed Zafrullah Khan, negava todas as acusações. O representante deixou claro em sua explicação ao Conselho de Segurança que o Paquistão não prestou quaisquer formas de auxílio aos “supostos invasores” e não cometeu atos de agressão contra o país vizinho. Rejeitava, também, que esses grupos invasores utilizassem o território nacional paquistanês para recrutamento e organização dos ataques⁷⁸.

Como não houve acordo nas negociações formais entre os envolvidos, o Conselho de Segurança determinou a formação de uma Comissão composta por três países-membros. Um seria indicado pela Índia, outro pelo Paquistão e um terceiro escolhido por comum decisão entre os dois países, o que não ocorreu, sendo

⁷⁵ Cf.: **THE FRIDAY TIMES**. The Power of the Ahle-Hadith. Khaled Ahmed. 12 de julho de 2002, Disponível em: <<http://www.indianet.nl/indpak87.html>>, acesso em 20 de abril de 2010. NASR, Vali. **International Relations of an Islamist Movement: The case of the Jama'at-i-Islami of Pakistan**, Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 2000, pp. 25-29.

⁷⁶ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, pp. 20-21.

⁷⁷ “Artigo 34.º - O Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer controvérsia ou situação susceptível de provocar atritos entre as Nações ou de dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais.” **CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-VI-33-38.htm>>, acesso em 18 de outubro de 2009.

⁷⁸ SHARMA, B. L. **Op. cit.**, pp. 5-8.

necessária a indicação do presidente do Conselho de Segurança⁷⁹. Estava, assim, instituída a UNCIP (*United Nations Commission for India and Pakistan*).

Ainda antes da visita da Comissão ao Paquistão e à Índia, foi tomada a resolução n.º 47, em 21 de abril de 1948, que recomendava: 1 – o cessar-fogo imediato entre os dois países; 2 – a saída das forças paramilitares e quaisquer outros grupos que os apoiem; 3 – após a saída dos invasores paquistaneses, a retirada das tropas indianas da Caxemira, deixando uma força mínima para manter a lei e a ordem; 4 – a criação de um gabinete de coalizão no Estado que buscaria representar os interesses da população; e 5 – após o cessar-fogo e o fim das hostilidades, a realização de um plebiscito, onde a maioria da população decidiria qual o destino final da Caxemira: se deveria se incorporar integralmente ao Paquistão ou à Índia⁸⁰. Interessante notar que a opção pela independência do Estado não constava no texto⁸¹.

O referido cessar-fogo só foi alcançado, contudo, em janeiro de 1949, mas não foi acompanhado da retirada das tropas e nem da aceitação da realização do plebiscito (a Índia ainda evita, desde então, a realização desta consulta). Em julho do mesmo ano foi estipulada, pelo Acordo de Karachi, a primeira Linha de Controle (conhecida pela sigla LoC – Line of Control) e também instituída um “Grupo de Observadores” para a região, a UNMOGIP. Tratava-se de uma pequena força composta por civis e militares, responsáveis por relatar os acontecimentos relacionados à manutenção da paz na Caxemira⁸².

⁷⁹ O Paquistão escolheu a Argentina, que foi representada por Ricardo J. Siri e seu substituto Carlos A. Leguizamon; a Índia indicou a Tchecoslováquia e seu diplomata Josef Korbel. Como os dois países não chegaram a um acordo sobre um terceiro país, o presidente do Conselho de Segurança indicou os Estados Unidos e Jerome Klahr Huddle como representante. Em outra resolução, meses depois, o CS resolve ampliar para cinco os membros da UNCIP, agora contando com diplomatas da Bélgica e da Colômbia. Cf. SCHOFIELD, Victoria. *Op. cit.*, pp. 159-162. **UN Documents. 47 (1948) Resolution of 21 April 1948 – Security Council.** Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/047/72/IMG/NR004772.pdf?OpenElement>>, acesso em 16 de outubro de 2009.

⁸⁰ UN Documents. *Op. cit.*

⁸¹ Outro fator interessante é que, ao chegar à Karachi, a UNCIP foi informada pelo Ministro do Exterior, o mesmo Mohammed Zafrullah Khan, que seu país havia enviado, em maio de 1948, três brigadas do exército nacional para a frente caxemir, e justificava a medida argumentando haver um temor entre os governantes sobre uma possível invasão da Índia, primeiro às regiões ocupadas na Caxemira e depois ao próprio território paquistanês. A notícia da intensificação do conflito, após a chegada da Comissão, deixou claro para seus membros o quanto a resolução 47, tomada em abril, não teve efeito imediato algum. Cf. GANGULY, Sumit. *Op. cit.*, p. 21.

⁸² **UNMOGIP - United Nations Military Observer Group in India and Pakistan.** Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/unmogip/index.html>>, acesso em 18 de outubro de 2009.

O papel do Conselho de Segurança e de sua Comissão no conflito da Caxemira não se mostrou tão significativo quanto era esperado pelas partes beligerantes e pelas lideranças caxemires para pacificar o Estado. Em primeiro lugar, entre os membros permanentes do Conselho havia muita discórdia causada pelo desconhecimento a respeito do que ocorrera, de fato, na frente de combate. Por sua vez, para a UNCIP era difícil tomar rápidas resoluções ou recomendações ao CS porque o acesso ao Estado da Caxemira era dificultado e as informações recebidas eram provenientes dos governos em guerra, o que as tornavam contraditórias e, portanto, inúteis.

Por fim, as medidas sugeridas pelos representantes da ONU, para a realização de um plebiscito e sobre a retirada das tropas e milícias, não foram aceitas pelas partes por se mostrarem contrárias aos seus interesses. Ambas oportunizavam ao “inimigo” alguma vantagem: no caso do plebiscito, por ser, no entender da Índia, favorável ao Paquistão, em função da maioria muçulmana no Estado; e a retirada de uma das tropas, sem a mediação de uma terceira força, poderia ocasionar o rápido avanço da outra, a juízo dos paquistaneses.

2.3 A Caxemira entre a pacificação de 1949 e Segunda Guerra de 1965.

O período entreguerras foi marcado por profundas mudanças sócio-econômicas na Caxemira da Índia e na continuidade de estagnação social nas porções administradas pelo Paquistão. Papel central nestas alterações, do lado indiano, teve o premier nacionalista Sheikh Mohammed Abdullah e as radicais reformas sociais implementadas em seu breve governo. Modificações que, justamente pela sua radicalidade, levaram ao desentendimento entre governo regional e nacional indiano e a maior intervenção do segundo sobre o primeiro.

Também foi nesta época da história do antigo principado caxemir que a Guerra Fria se fez perceber nas negociações bi e multilaterais envolvendo as duas potências do subcontinente indiano. As alianças internacionais estabelecidas fizeram com que o papel do Conselho de Segurança se tornasse ainda menos efetivo, em função da utilização dos vetos de seus membros permanentes em auxílio de seus

afiliados regionais quando se propunham quaisquer medidas, qual seja os EUA em favor do Paquistão e a URSS em auxílio à Índia.

2.3.1 *O fracasso das nas negociações bilaterais e a influência Guerra Fria na Caxemira.*

O ano do cessar-fogo na Caxemira, 1949, foi também marcado pelo início das negociações bilaterais entre Paquistão e Índia, sobre a situação da região em disputa. Em realidade, a “boa vontade” das duas administrações para o diálogo se deu em função dos seguidos tumultos ocorridos nos anos de 1950 e 1951, nas regiões próximas à fronteira entre os dois Estados. Estas revoltas populares acabaram por causar o deslocamento de minorias hindus e muçulmanas, o que preocupava os dois Executivos pelos gastos decorrentes da recepção de refugiados e também pela instabilidade política conseqüente⁸³.

Assim, em 1950, o premiê indiano (Nehru) e o paquistanês (Liaquat Ali Khan) após reunião, decidiram assinar um acordo para a proteção de minorias nos dois lados da fronteira. Esse acordo, embora celebrado como um possível início de entendimento sobre a Caxemira, não teve o sucesso esperado, uma vez que as caravanas de refugiados proliferavam, bem como, os distúrbios. A causa do fracasso pode ser explicada pelo pouco controle que as forças estatais possuíam sobre certas regiões de seu território, onde alguns líderes tribais ou autoridades policiais ainda se ressentiam dos resultados da guerra entre os países e perseguiram grupos populares comprometidos com religião distinta da majoritária.

A continuidade das negociações bilaterais teve lugar apenas em 1953, quando da indicação do político Mohammed Ali Bogra para o cargo de Primeiro-Ministro do Paquistão. Logo depois de assumir, Bogra buscou estreitar relações com o país vizinho, com vistas a resolver questões pendentes, especialmente aquelas relacionadas à Caxemira. Os acordos entre os governos resultaram na aceitação do plebiscito sugerido pela ONU e também na indicação de um novo nome, neutro, para dirigir a referida consulta ao povo caxemir. A breve convergência de interesses entre as duas administrações ocorria em um momento em que ambos os contendores

⁸³ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 23.

consideravam estar em melhores condições no caso de um “desfecho democrático” para a guerra⁸⁴. A Índia confiava no carisma do líder e aliado Sheikh Abdullah, chefe do Partido da Conferência Nacional Toda Jammu e Caxemira, para a vitória nas urnas, e o Paquistão, por seu turno, continuava apostando em uma “identidade nacional muçulmana”, atribuída à maioria populacional caxemir. Mais uma vez, a opção pela independência regional não estava colocada.

Entretanto, esse breve período de aproximação bilateral teve seu fim de forma abrupta (pelo menos até meados da década de 1970⁸⁵), por divergências intergovernamentais e pelo incremento da Guerra Fria e sua influência na questão. As divergências entre Índia e Paquistão ocorreram porque discordavam sobre o nome a ser indicado para dirigir o plebiscito. Os líderes indianos rejeitavam qualquer membro dos EUA, que acusavam de ter tomado parte no conflito em favor aos paquistaneses.

No tocante ao contexto da Guerra Fria, as negociações ficaram inviáveis pela aproximação do Paquistão com os Estados Unidos, em 1954. A formação da SEATO (Southeast Asia Treaty Organization - Organização do Tratado do Sudeste Asiático) neste ano, e a participação do Paquistão ao lado dos EUA, e outros países, como a própria Grã-Bretanha, desequilibrou a balança de poder regional (de acordo com a perspectiva de Nova Delhi). Além de compromissos de auxílio financeiro e militar, assumidos pelo governo de Dwight Eisenhower⁸⁶, os Estados Unidos passaram a vetar toda proposição proveniente da representação indiana no Conselho de Segurança da ONU.

⁸⁴ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, p. 176.

⁸⁵ Após a assinatura dos Acordos de Simla, em 1972, resultante do fim da guerra envolvendo Paquistão, Índia e Bangladesh (antes, Paquistão Oriental), se retomaram tímidas negociações bilaterais acerca da questão caxemir. Contudo, as discussões só retomaram força na década de 1980, com a criação de projeto de integração regional posto em curso pelos governos dos países do subcontinente indiano – o SAARC - South Asian Association for Regional Cooperation – onde estava referido, explicitamente, a necessidade de resolução do conflito pela Caxemira. Esse tema será abordado posteriormente.

⁸⁶ Poucos meses antes da formação da SEATO os EUA já tinha se comprometido com o treinamento e aparelhamento do exército paquistanês. A instituição desta Organização somente consolidou algo já em curso. O favorecimento ao Paquistão ocorreu porque, de acordo com a compreensão dos líderes estadunidenses, o socialismo democrático de Nehru e sua política de não-alinhamento favoreceriam, naturalmente, a União Soviética. Cf. GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 25; SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, pp. 177-178; INDURTHY, Rathnam. The Turns and Shifts in the U.S. Role in the Kashmir Conflict since 1947: Today's Propitious Times for a Facilitator to Resolve It. **Asian Affairs**. Vol. 32, n.º 1, pp. 31-56. set/2005.

A atuação dos Estados Unidos no período que vai do pós-guerra, 1949, até a assinatura de acordos com o Paquistão, foi bem pouco incisiva. Via de regra, o governo de Harry Truman, via corpo diplomático e também por seus próprios esforços, objetivou que a situação da Caxemira se resolvesse via a realização do plebiscito sugerido pelas Nações Unidas. As conversações entre Truman e Nehru, contudo, não reverteram em nenhuma ação prática para a realização da consulta popular aos caxemires. A atuação dos EUA durante esse breve período foi marcada pelas investidas diplomáticas, até porque o governo de Washington preservava a esperança de que a Índia ainda poderia se converter em um aliado na região.⁸⁷

2.3.2 – O governo do Sheikh Abdullah e as revoltas populares.

Paralelamente às disputas entre os governos de Índia e Paquistão, se desenvolvia e organizava na porção da região caxemir dominada por Nova Delhi um novo governo dirigido pelo Sheikh Abdullah, que também não foi estável, seguindo o curso histórico observado desde 1947⁸⁸. Esse seu primeiro governo foi marcado por irregularidades na relação de subordinação com os dirigentes indianos e por reformas sociais voltadas para a maioria muçulmana da Caxemira.

A postura favorável de Abdullah em relação ao governo de Nehru, bem como a sua política de anexação da Caxemira, ocorreu mediante acordos prévios nos quais se garantia plena autonomia ao Estado⁸⁹, caso viesse a fazer parte da federação indiana⁹⁰. A política e a fidelidade do dirigente caxemir estavam, portanto, vinculadas ao grau de liberdade interna concedida e não obrigatoriamente por

⁸⁷ INDURTHY, Rathnam. **Op.cit.**, pp. 32-33.

⁸⁸ O novo governo, entretanto, não estava completamente livre da família Singh. Karan Singh, o filho do marajá Hari Singh, ocupou o cargo deixado pelo pai, mas teria seus poderes reduzidos. De certa forma, o governo absolutista dos Dogra se transformou em uma administração constitucional bem pouco democrática, uma vez que a Índia mantinha estrito controle sobre o Estado. O cargo assumido por Abdullah foi o de Primeiro-Ministro e o de “Sadr-i-Riyasat” (governador) por Karan Singh, posto que ocupou até a década de 1960.

⁸⁹ Um acordo de 1952 entre Nehru e o Sheikh Abdullah, mais conhecido como, *Delhi Agreement* (acordo de Delhi), estabelece ampla autonomia para o Estado. Cf. GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 25. A íntegra deste texto pode ser encontrada no site do governo de Jammu e Caxemira, a parte controlada pela Índia. Disponível em: <<http://jammukashmir.nic.in/profile/cntit5.htm>>, acesso em 25 de novembro de 2009.

⁹⁰ Essa autonomia garantia ao governo caxemir amplos poderes em vários campos, deixando ao governo central em Nova Delhi apenas as decisões referentes aos negócios externos, à defesa e às comunicações.

convergências ideológicas entre os projetos do partido nacional e do regional. A insatisfação do Sheikh teve início quando a autonomia de sua administração começava a ser minada pelos representantes indianos na Assembléia Estadual e pelos partidos da oposição, compostos por militantes religiosos conservadores hindus, defensores de uma política “comunalista” para o Estado e, por consequência, mais próxima à Índia⁹¹.

Outro fator que causou descontentamento do governo indiano em relação ao novo premier caxemir foram as medidas socioeconômicas implementadas já no começo de seu governo. Os referidos projetos sociais foram, basicamente, dois: o perdão das dívidas dos camponeses e um processo de reforma agrária intitulado “terra para os lavradores”⁹². Tais políticas aumentaram o prestígio de Abdullah junto à população muçulmana da Caxemira, que era majoritária e composta de camponeses pobres. Contudo, essa reforma agrária afetou de maneira negativa os proprietários de terra hindus e budistas (as terras pertenciam aos templos budistas), que passaram a exigir, junto ao governo de Nehru, a retirada do Sheikh do cargo de Primeiro-Ministro.

As reformas sociais associadas às crescentes críticas à legitimidade do domínio indiano e a aproximação com o Paquistão redundaram na prisão de Abdullah em 1953. Este importante personagem político só voltaria ao poder no Estado na metade da década de 1970, com a celebração do Acordo Indira-Sheikh, em 1974. Desde então, a família Abdullah mantém o domínio sobre o governo regional⁹³.

2.3.3 *Vantagens da Caxemira indiana e o status especial da Caxemira paquistanesa*

⁹¹ O comunalismo, de acordo com definição do dicionário Houaiss, é a “existência de uma situação de tensão ou de choque entre comunidades de raças, idiomas, religiões ou memória histórica diferentes, por coexistirem num mesmo espaço territorial”. Cf. HOUAISS, Antônio. **Comunalismo**. In: Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva, 2001.

⁹² RAY, John. Kashmir 1962 to 1986: A Footnote to History. **Asian Affairs**. Vol. 33, n.º 21, pp. 194-205, 2002, p. 197. As reformas sociais foram implementadas pelo Sheikh em 1950.

⁹³ Com a morte do Sheikh Abdullah em 1982, seu filho, Dr. Farooq Abdullah assumiu o poder no Estado e se reelegeu por mais duas vezes. Atualmente, o filho do Dr. Farooq, Omar Abdullah, é o *premier* da porção caxemir administrada pela Índia.

A Caxemira dividida, como dito anteriormente, ficou na proporção de dois terços sob administração indiana e o restante ao Paquistão. Contudo, esta simples divisão territorial não refletia as condições econômicas, o desenvolvimento e a relação entre meio urbano e rural em cada uma das partes. Em outras palavras, a divisão do principado foi ainda mais desigual quando se observam a economia e a situação social nas porções obtidas por cada um dos adversários.

Dentro dos dois terços anexados pelos indianos estavam as maiores e mais desenvolvidas cidades do Estado e a capital, bem como era também onde se localizava a maior parte das indústrias. Esse fator, obviamente, determinou o contentamento do governo de Nova Delhi e sua rápida mobilização para regularizá-los⁹⁴. Além disso, era também nas regiões sob seu controle que habitavam a maioria hindu caxemir, principalmente no distrito de Jammu ⁹⁵ (Ver Anexo I, página 281).

Já na porção administrada pelos paquistaneses restou a parte mais pobre e rural do antigo principado. A Agência das Áreas do Norte e a região da Caxemira Livre (*Azad Caxemira*), com exceção de Muzaffarabad, são partes escassamente povoadas, e a maioria de seus habitantes é composta por camponeses e lavradores migrantes. A economia dessa região é marcada, quase que exclusivamente, pela produção agrícola com baixo grau de inovação tecnológica. Realidade, infelizmente, observada até os dias atuais, como relata Alexander Evans em artigo comparando os dois Vales, o da Caxemira (em território indiano) e o de Neelum (na parte paquistanesa, mais especificamente o Estado da Caxemira Livre) ⁹⁶.

A divisão desigual, tanto no que se refere ao território, quanto em relação às condições sócio-econômicas e institucionais⁹⁷, foi outro estímulo para que os governantes paquistaneses persistissem em seus intentos belicosos. Essa

⁹⁴ Muito embora, os indianos demonstrassem maior aceitação em relação aos territórios obtidos, ainda defendem, formalmente, a incorporação de todo o principado, nos termos do acordo de acesso de 1947, assinado pelo mandatário legal do principado, o marajá Hari Singh. Já em 1952 a assembléia constituinte de Jammu e Caxemira aprovou a aceitação do artigo 370 da constituição indiana, segundo o qual o Estado fazia parte da Federação Indiana, mas desfrutava de condição autônoma especial. Cf.: SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, p. 172.

⁹⁵ Inclusive, a população hindu remanescente nas áreas caxemires paquistanesas trataram de se deslocar para o lado indiano, ao longo da década de 1950, atraídos por incentivos governamentais ou expulsos por tropas irregulares jihadistas.

⁹⁶ EVANS, Alexander. Kashmir: A Tale of Two Valleys. **Asian Affairs**. Vol. 36, n. ° 1, pp. 35-47, mar/2005, p. 41.

⁹⁷ Ainda sobre a divisão, cabe lembrar que a maioria das instituições públicas (ou seja, a burocracia do Estado), ficou sediada na parte controlada pelos indianos, o que dificultou a organização administrativa nas áreas vizinhas separadas.

insatisfação acabou por determinar um estratégico “status especial” atribuído pelo governo paquistanês às regiões obtidas no pós-guerra. As Áreas do Norte (Gilgit e Baltistão) e a Caxemira Livre contam com alto grau de autonomia em relação ao governo central, tendo no Ministério dos Assuntos da Caxemira, Baltistão e Gilgit, a instituição federal responsável pelas relações com o governo central. Além disso, essas áreas não tem representantes nas instituições políticas legislativas do país, como na Assembléia Nacional e no Senado, por exemplo⁹⁸.

A referida estratégia paquistanesa para “a sua” Caxemira pode ser entendida em duas distintas e complementares linhas de interpretação. A primeira remete à posição oficial do governo, que reafirma a autonomia com base em diferenças sociais e culturais da região em relação ao resto do país e também que, no caso da realização do plebiscito de acessão sugerido pela ONU⁹⁹, essas porções teriam que continuar autônomas para poder exigir participação efetiva na consulta popular.

Por outro lado, em uma interpretação não-oficial das opções do governo paquistanês, tal artifício (a grande autonomia) permitiria a formação e abrigo para grupos paramilitares, liderados por senhores da guerra, que manteriam ativo o conflito pela Caxemira e estariam desvinculados, formalmente, do governo de Islamabad. Lembro que a proposta de autonomia para as regiões da Caxemira Livre e das Áreas do Norte inclui a formação de forças de segurança próprias, independentes do exército nacional paquistanês, portanto, livres da ingerência política de Islamabad¹⁰⁰.

De qualquer forma, embora estratégica para a política externa paquistanesa, a independência desta parte da Caxemira reverteu em poucas vantagens sociais e econômicas para a população. Essa situação acabou por se configurar em um exemplo aos dirigentes indianos, quando comparadas as duas Caxemiras, uma vez que pode legitimar seu controle com base no argumento de que tem comprometimento com o desenvolvimento das unidades que integram a federação

⁹⁸ JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, pp. 70-71.

⁹⁹ Ainda sobre o plebiscito, o governo indiano, desde o fracasso das negociações bilaterais e contanto com o apoio de certos setores sociais hindus e muçulmanos, defende que sua realização é dispensável já que os interesses da maioria são atendidos na Assembléia do Estado de Jammu e Caxemira, que aprovou a anexação à Índia.

¹⁰⁰ CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **The Armed Forces of Pakistan**. Crows Nest-Australia, Allen and Unwin Book Publishers: 2002, p. 181.

da Índia, incluindo o Estado de Jammu e Caxemira, independentemente da orientação religiosa de seus cidadãos.

2.4 – A Segunda Guerra pela Caxemira – 1965

A Segunda Guerra travada pelo controle da Caxemira pode ser compreendida como uma “circunstância de oportunidade” para ambas as partes beligerantes. Para o Paquistão tratava-se de obter, enfim, sua vitória, dado o específico contexto político da época, onde seu adversário se via enfraquecido. Já em relação à Índia, se mostrava uma ocasião conveniente para recuperar a autoconfiança perdida após a derrota para a China em 1962¹⁰¹. Ao final do conflito, entretanto, poucos ganhos reais foram obtidos, o cessar-fogo reafirmou uma linha de controle com contornos praticamente idênticos àqueles definidos em 1949 e os desentendimentos sobre a posse da região prosseguiram inalterados até o ano de 1971, quando se desenvolve uma nova, a terceira, guerra entre os países, desta vez não diretamente pela Caxemira, mas em função do Paquistão Oriental.

Embora não tenha demonstrado grandes alterações na disputa regional, dedico especial atenção a este conflito pela reiterada estratégia paquistanesa no uso de grupos jihadistas para empreender a primeira fase do conflito, conhecida pela

¹⁰¹ Em 1962 ocorreu uma guerra envolvendo Índia e China, pelo controle de uma porção da Caxemira administrada pelos indianos, conhecida como *Aksai Chin*, e pelo Estado indiano de *Arunachal Pradesh*, que os chineses definem como Tibete do Sul. A causa principal deste conflito foi a iniciativa chinesa de assegurar suas possessões no Tibete, após levante ocorrido no ano de 1959, uma vez que o território de *Aksai Chin* possui algumas estradas que ligam a região de Xinjiang com o Tibete. Mas, também, envolve outros fatores, como o não reconhecimento, por parte dos chineses, das fronteiras demarcadas pela “Linha MacMahon”, garantidas por acordo assinado entre Reino Unido e o Tibete em 1914. O governo de Pequim argumenta que o Tibete não era soberano neste período, mas sim uma região autônoma integrante da China, não podendo assinar quaisquer acordos internacionais em nome próprio. Também pode ser indicado como causa da guerra o apoio concedido pelo governo de Nova Delhi ao Dalai-Lama, que foi acolhido após o término do levante tibetano. O conflito durou de junho a novembro de 1962, resultando na anexação da região do *Aksai Chin* pelos chineses (o Estado de *Arunachal Pradesh* ficou com os indianos, mas continua sendo reclamado por Pequim). Ainda, como resultado do conflito, o Paquistão, apostando em apoios estratégicos na região, cedeu aos chineses um pequeno território caxemir, contíguo ao *Aksai*, por onde passam parte das estradas consideradas importantes para o domínio do Tibete. Cf. FENG, Cheng & WORTZEL, Larry M. *PLA Operational Principles and Limited War: The Sino-Indian War of 1962*. In: RYAN, Mark A. et. al. (Ed). **Chinese Warfighting: The PLA Experience since 1949**. Nova Iorque: M.E. Sharpe, 2003. pp. 173-192. A guerra de 1962 é fator importante para entender o conflito pela Caxemira e a geopolítica regional entre o sul e o extremo asiático. Contudo, não dedico maior espaço para o relato deste conflito porque nele não consta o objeto principal da pesquisa, qual seja o terrorismo na Caxemira.

historiografia como “Operação Gibraltar”. Tal estratégia consistia na infiltração de forças armadas irregulares na Caxemira indiana com o objetivo de incitar a rebelião popular acreditando, novamente, que uma suposta (e desejada) identidade islâmica do povo caxemir pudesse definir os rumos da disputa em favor do Paquistão.

É após a guerra de 1965 que o governo de Islamabad se convence da necessidade de continuar a disputa pela Caxemira utilizando quase que exclusivamente forças irregulares¹⁰², motivadas pela idéia da jihad¹⁰³, uma vez que o Estado não podia mais arcar com as despesas da batalha e que havia se criado, para os senhores da guerra (pashtuns e punjabes), instalados em regiões federativas e autônomas do país, um sentimento identitário e um estímulo para libertar os territórios islâmicos usurpados pelos “infiéis” indianos. A “guerra por procuração” estava então, de fato, legitimada. Contudo, a formação de organizações jihadistas terroristas privadas só ocorrerá no final da década de 1980.

2.4.1 *Causas da Guerra*

Dentre as causas para a guerra de 1965 é necessário averiguar, por um lado, as argumentações do Paquistão, que foi quem iniciou o conflito; e a perspectiva indiana que, embora atacada, já esperava alguma ação de seu adversário regional, pois estava enfraquecida pela derrota para os chineses e pelos sucessivos levantes populares ocorridos na sua porção da Caxemira, na primeira metade da década de 1960. Estes fatores, observados em combinação, fornecem indícios suficientes para entender como foi possível mais esta guerra entre os dois países.

A razão para a mobilização à 2ª guerra pela Caxemira deve ser buscada na importância que o antigo principado teria para garantir a legitimidade da existência do Estado paquistanês. Como já apontado no capítulo anterior, o Paquistão nasceu como promessa de um “lar para os muçulmanos”. A teoria das duas nações, elaborada e defendida por M. Ali Jinnah, sustentava a necessidade de um país para

¹⁰² Embora as forças irregulares continuem recebendo apoio financeiro e logístico do governo paquistanês.

¹⁰³ Lembro que a jihad aqui referenciada é uma interpretação simplória e funcional depreendida do islamismo, utilizada para finalidades políticas interessantes tanto para os governantes paquistaneses quanto para o aumento do poder dos líderes religiosos/tribais empenhados em sua execução.

a população islâmica como recurso essencial para a sua preservação, política e cultural, perante a maioria hindu/indiana presente no subcontinente. Assim, a existência de uma porção territorial majoritariamente habitada por muçulmanos, externa aos limites do estado paquistanês – A Caxemira –, controlada pelos vizinhos adversários, deslegitimava a execução do projeto pensado pela Liga Muçulmana e, portanto, a própria existência do Paquistão.

A necessidade da anexação da Caxemira foi, reiteradas vezes, defendida pelos líderes paquistaneses. Nos anos pretéritos ao segundo conflito, foi o líder paquistanês Zulfikar Ali Bhutto¹⁰⁴ aquele que com mais veemência argumentou em prol da imprescindibilidade da reversão da atual configuração territorial no subcontinente. Exigia a incorporação de toda a região do antigo principado da Caxemira a quem pertencia, de fato: o Paquistão.

Em um de seus livros, publicados após da guerra de 1965, Z. A. Bhutto é enfático ao afirmar a importância da Caxemira para o Paquistão:

Se uma maioria muçulmana pode continuar a ser uma parte da Índia, então a *raison d'être* do Paquistão entra em colapso. Estas são as razões pelas quais a Índia, para continuar sua dominação de Jammu e Caxemira, desafia a opinião pública internacional e viola seus compromissos. Pelas mesmas razões, o Paquistão deve continuar, incessantemente, sua luta pelo direito à autodeterminação deste povo dominado. **O Paquistão é incompleto sem Jammu e Caxemira, tanto territorial quanto ideologicamente. Seria fatal se, de pura exaustão ou de intimidação, o Paquistão abandonar esta luta;** e um mau compromisso, neste caso, seria o equivalente ao abandono, o que poderia, por sua vez, levar ao colapso do Paquistão. Se, no entanto, estabelecerem-se relações pacíficas com a Índia, sem uma resolução equitativa dos litígios, seria o primeiro grande passo na instauração da liderança indiana em nossa região, com o Paquistão e outros Estados vizinhos tornando-se os satélites indianos. [grifo meu]¹⁰⁵

Em discurso pronunciado para o Conselho de Segurança da ONU, durante a guerra de 1965, em setembro, intitulado “India’s Aggression”, Z. A. Bhutto, utilizando uma oratória rebuscada defende que a Caxemira faz parte do Paquistão e que nunca seria parte legítima da Índia. Defende o direito à autodeterminação dos povos caxemires e afirma que a Caxemira é

¹⁰⁴ Z. A. Bhutto, de 1963 a 1966, ocupou o cargo de Ministro de Assuntos Externos do Paquistão. Nesta época, o presidente do país era o Marechal de campo Ayub Khan.

¹⁰⁵ BHUTTO, Zulfikar Ali. **The Myth of Independence**. Londres: Oxford University Press, 1969. pp. 136-137.

[...] mais uma parte do Paquistão do que poderia ser da Índia, apesar da eloquência indiana e de todas as suas extravagâncias com palavras. O povo de Jammu e Kashmir é parte do povo do Paquistão no sangue, na carne, na vida, na cultura, na geografia, na história e em todos os sentidos e em todas as formas. Eles são uma parte do povo do Paquistão.¹⁰⁶

Cabe lembrar que Z. A. Bhutto não era um político vinculado aos partidos religiosos e a plataforma de seu grupo político raras vezes referia o Islã para sustentar suas propostas¹⁰⁷, o fato de ser muçulmano não o tornava um político orgânico dos movimentos confessionais. Era sim membro fundador do partido secular nacionalista “PPP – Pakistan People Party”, que defendia um nacionalismo baseado na identidade islâmica da população, mas com a instituição de um Estado laico. Entretanto, para o caso da Caxemira, seu discurso se parece, e muito, com uma chamada à luta contra aqueles que tomaram terras habitadas por muçulmanos. Ademais, vincula a existência do Estado nacional paquistanês à incorporação de Jammu e Caxemira, tornando a guerra um símbolo do nacionalismo que se procurava consolidar e uma condição necessária para a sobrevivência do país, que não tinha sentido sem a porção islâmica caxemir¹⁰⁸.

Obviamente, nos termos colocados por este líder, a idéia de construção e afirmação de uma identidade nacional religiosa tem fronteiras muito tênues com a defesa de uma luta religiosa contra “adversários usurpadores do Islã”. Analisadas de forma geral (e considerados também apenas os excertos aqui apresentados), suas palavras poderiam ser muito bem aceitas tanto em assembléias de seu partido quanto em reuniões das organizações políticas islâmicas de ulemás paquistaneses. E, além disso, servem não só à construção do já referido sentimento de identidade nacional, mas como estímulo para uma a guerra (santa). Para um conhecido defensor do nacionalismo, suas palavras induzem a crer em uma crescente islamização da política externa do Paquistão, motivada pela disputa territorial com a Índia.

¹⁰⁶ JALAL, Hamir & HASAN, Khalid. **Politics of the people, 1948-1966. Reshaping Foreign Policy. A collection of articles, statements and speeches by Zulfikar Ali Bhutto.** Rawalpindi: Pakistan Publications, [197-], p. 224.

¹⁰⁷ Inclusive, Zulfikar A. Bhutto teve uma formação no ensino superior ocidental bem pouco voltada para o campo religioso. Graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Berkeley, na Califórnia, e depois se bacharelou em Direito, na Universidade de Oxford, na Inglaterra. Cf.: TALBOT, Ian. **Pakistan. A Modern History.** Nova Delhi: Foundation Books, 2009, pp. 449-450.

¹⁰⁸ Está análise tem amparo no trabalho de Owen B. Jones. JONES, Owen Bennett **Pakistan. Eye of the Storm.** New Haven/Londres: Yale University Press, 2003, pp. 74-75.

Por fim, ainda sobre os trechos reproduzidos, resta evidente, em meio às justificativas para a guerra, um objetivo político estratégico maior defendido por Z. A. Bhutto: a necessidade de combater a Índia para que não se torne uma potência regional capaz de eclipsar os demais atores estatais regionais. A guerra pela Caxemira extrapolava, então, na perspectiva de líderes paquistaneses, o objetivo de incorporação territorial, pois se tratava de uma questão relacionada à identidade nacional, e ainda, uma batalha por poder e prestígio regional, vinculado ao contexto internacional do período.

Ainda sobre as motivações paquistanesas para a guerra é possível citar a expectativa em torno do ingresso da China a seu lado no conflito, uma vez que os paquistaneses haviam cedido parte de sua Caxemira aos chineses para que se efetivasse a ligação entre as províncias de Xinjiang e do Tibete.

Para os indianos, por seu turno, embora, de certa forma satisfeitos com sua porção da Caxemira, uma segunda guerra pelo controle desta região já era esperada. Isto pelos acontecimentos que tiveram lugar no ano de 1962, com a derrota para os chineses; pelos levantes populares ocorridos na Caxemira durante a primeira metade da década de 1960; e, no começo de 1965, na disputa com o Paquistão pela posse do Pântano de Kutch, região limítrofe entre a Província de Sind, paquistanesa, e a região de Kutch, pertencente ao Estado indiano de Gujarat.

O conflito travado com a China é importante para ilustrar as causas da guerra de 1965 porque remete à conjuntura regional e ao jogo da Guerra Fria. Foi nesta ocasião que ocorreu a primeira tensão nas relações entre Paquistão e EUA, reduzindo o apoio que o governo de Washington fornecia aos aliados no subcontinente. Como a Índia entrou em conflito contra os comunistas chineses, os EUA ofereceram auxílio ao Exército indiano, esta ajuda se concretizou em armamentos e treinamento, muitos dos quais eram anteriormente destinados ao Paquistão, como resultado da assinatura de tratados bilaterais e do acordo da SEATO¹⁰⁹.

Para os líderes paquistaneses era imperativo manter as boas relações com os Estados Unidos e, principalmente, preservar o fluxo de recursos provenientes daquele parceiro. Assim, do ponto de vista político-estratégico era necessário,

¹⁰⁹ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, pp. 36-38.

depois das reviravoltas de 1962, mostrar aos EUA que Islamabad era seu primeiro aliado no subcontinente indiano e, se necessário, forçar o posicionamento deste país em favor do Paquistão. Uma nova guerra contra a Índia, na percepção dos estrategistas paquistaneses, poderia resultar neste objetivo, uma vez que a Índia já havia demonstrado estar cada vez mais próxima dos soviéticos e que o Paquistão era um aliado mais confiável, considerado o contexto regional e o jogo da Guerra Fria¹¹⁰.

Já os distúrbios na porção caxemir administrada pelos indianos tiveram como motivo dois acontecimentos ligados ao contexto local, agravados pelo descontentamento da população com as denúncias de corrupção contra o governo imposto por Nova Delhi. Esta situação repercutiu, por um lado, positivamente aos interesses paquistaneses, por sugerir falhas na administração indiana e também, por pressuposto, reafirmar uma identidade islâmica da população caxemir e negativamente para o governo indiano, que se sentia inseguro quanto à legitimidade de seu controle do território. Os referidos acontecimentos que sublevaram a população foram, em primeiro lugar, as desgastantes fases do julgamento do líder populista Sheikh Abdullah, ao longo de 1959 e 1963, acusado de conspiração¹¹¹, e em segundo, o roubo, em 1963, de uma “reliquia muçulmana” da Mesquita de Hazratbal, localizada em Srinagar. Tal objeto de adoração era um (suposto) pêlo da barba do profeta Maomé, subtraído do local onde jazia exposto.

O julgamento de Abdullah indicava para os caxemires muçulmanos um maior rigor no controle indiano sobre o Estado¹¹² (fato cada vez mais notório inclusive entre a elite que apoiava Nova Delhi), e também contrariava os interesses desta mesma maioria popular religiosa, ainda interessada na defesa e libertação de seu líder. Para inflamar este contexto, ocorre o roubo da relíquia, tornando a já difícil situação, insustentável.

Relata o diretor da escola cristã “Tyndale Biscoe”, em Srinagar, o reverendo John Ray (no cargo quando dos acontecimentos relacionados ao furto e julgamento),

¹¹⁰ GANGULY, Sumit. *Ibidem*, p. 38.

¹¹¹ O julgamento de Abdullah durou mais de um ano nas cortes caxemires. Depois disso, por motivos políticos, o caso foi transferido para um tribunal superior indiano, onde existia a pena de morte e de prisão perpétua. Cf. ALI, Tariq. *Op. cit.*, p. 333.

¹¹² Dado os cada vez mais conhecidos desejos independentistas deste líder e a dureza com que era tratado pelas autoridades de Nova Delhi. Em 1958 foi solto, participou de um comício e dias depois se viu novamente retido. Ficou na prisão até 1964.

que a população muçulmana da cidade já estava insatisfeita com o andamento do processo de Abdullah e, quando a notícia do sumiço do pêlo da barba profetal se disseminou, ficou inconsolável. A multidão rebelada, composta de indivíduos deslocados de todas as regiões do Vale da Caxemira, atribuiu a culpa pelo furto aos administradores indianos e passou a destruir patrimônios estatais, além de organizarem passeatas pela cidade exigindo a restituição da relíquia. Os distúrbios demoraram dez dias até que o “pêlo” foi devolvido ao seu lugar de destaque, muito embora tenham restado dúvidas acerca da sua autenticidade¹¹³.

Os levantes populares de 1963 combinados ao julgamento do líder Abdullah e às denúncias de corrupção no governo da Caxemira fizeram com que o Paquistão intensificasse a batalha nos espaços de discussão internacionais e defendesse com ainda mais vigor o direito de autodeterminação dos povos caxemires. Seus representantes argumentavam, nos fóruns das organizações mundiais, que o cessar-fogo estabelecido em princípios de 1949 havia sido rompido unilateralmente pela Índia por vários motivos: a prisão de Abdullah, a não realização do plebiscito, e a definitiva integração da sua porção da Caxemira através do artigo 370 da Constituição Indiana. Na concepção de Islamabad, todos estes fatores articulados e acrescidos das denúncias de corrupção contra o governo pró-indiano estariam levando a própria população do Estado a combater o controle de Nova Delhi. De forma explícita, o governo paquistanês buscava justificar uma nova intervenção.

A disputa pelo pântano salino de Kutch, embora muito mais simbólica do que estratégica, foi um ensaio para a guerra de 1965. Conhecido como “Rann of Kutch” (o desabitado ou despovoado de Kutch, de acordo com tradução do índi¹¹⁴), essa porção limítrofe entre Paquistão e Índia não entrou nos acordos de partição do subcontinente pela sua pouca importância para ambos os lados. A área não pode ser ocupada porque durante o período das monções fica submersa e, nas outras épocas do ano, é um solo seco, infértil e dificilmente transitável. Portanto, os enfrentamentos que tiveram lugar em abril de 1965 podem ser entendidos como

¹¹³ Ray ainda comenta que, na época, surgiram boatos que o pêlo do profeta fora subtraído da Mesquita de Hazratbal pelo chefe de governo caxemir, Rashid Bakshi, substituto do Sheikh Abdullah. O suposto motivo do “empréstimo” é que Bakshi estava com a mãe enferma e acreditava que a relíquia poderia reverter tal condição. De qualquer forma, a devolução do precioso objeto só foi aceita depois que uma comissão governamental garantiu à população que ela era, “sem dúvida”, parte autêntica dos restos mortais do Profeta. RAY, John. **Op. cit.**, pp. 198-200.

¹¹⁴ SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in the Crossfire**. Londres: I.B. Tauris Publishers, 1996, p. 201.

meramente simbólicos, servindo apenas como medição de forças entre o governo indiano e o paquistanês para uma iminente disputa Caxemira.

Na prática, os enfrentamentos pelo Pântano iniciaram com troca de hostilidades entre forças policiais da fronteira, e depois, atritos envolvendo as forças armadas dos dois países, até que a pacificação foi alcançada mediante intermediação britânica¹¹⁵. Como resultado evidente, o Paquistão obteve uma vitória política, pois conseguiu o reconhecimento de seu direito de posse sobre parte da região disputada e, ademais, suas forças armadas impuseram (pequenas) derrotas às indianas.

Sem dúvida, o conflito pelo Pântano de Kutch teve grande importância para o Paquistão porque foi considerada uma vitória sobre os indianos, fazendo-os recuar, o que aumentou sua confiança em uma possível vitória na Caxemira, caso contasse com o apoio popular rebelado. Assim, fez crescer entre os membros de seu grupo dirigente, político e militar, a já existente percepção que a derrota para a China teria abalado profundamente as forças armadas indianas. Surgiu, portanto, a oportunidade ideal, e tão esperada, para que fosse revertida a ocupação indiana na Caxemira mediante a força e, dado o exemplo de Kutch, os paquistaneses nunca se sentiram tão confiantes na vitória¹¹⁶.

Considerados todos estes acontecimentos, ações e percepções, coube ao Paquistão dar início à Segunda Guerra pela Caxemira, em agosto de 1965, primeiro com a “Operação Gibraltar” e depois, em primeiro de setembro, lançando mais uma manobra militar intitulada “Operação Grand Slam”.

2.4.2 Operação Gibraltar - uma nova chamada à Jihad

A Operação Gibraltar¹¹⁷ foi idealizada pelo alto escalão do governo e do exército paquistanês, tendo a sua frente o Ministro dos Negócios Exteriores, Zulfikar

¹¹⁵ A pacificação não teve apenas o intermédio britânico como determinante, mas também as forças da natureza, uma vez que os dois exércitos perceberam que chegava a época das monções e a região ficaria submersa. Cf. JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, p. 76.

¹¹⁶ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, pp. 201-202.

¹¹⁷ O nome “Operação Gibraltar” foi teria origem religiosa e faz referência à conquista espanhola realizada pelo General Omíada, Tariq ibn Ziyad, em 711 d.C., que iniciou sua campanha com o desembarque no rochedo que depois ficou conhecido como Gibraltar. O nome Gibraltar seria uma adaptação do árabe “Jabal al-Tariq”, que significa “Montanha de Tariq”.

A. Bhutto. A idéia surgiu como decorrência da percepção generalizada de que, nos últimos anos, se criara uma identidade islâmica entre a maioria populacional da Caxemira, fruto do governo autoritário e corrupto, imposto pelos indianos, e exemplificada nas sublevações da primeira metade dos anos 1960. Identidade esta que, bem explorada e auxiliada, poderia ser aproveitada pelo governo paquistanês para fazer surgir uma rebelião popular capaz de enfraquecer o controle indiano e reverter o quadro geopolítico do subcontinente¹¹⁸.

A ação e o objetivo esperados pelos líderes paquistaneses com essa manobra de dividia em algumas fases. A primeira era infiltrar tropas, regulares e irregulares, e armas na parte caxemir administrada pela Índia e, através deste recurso, estimular levantes populares contra o governo estadual. A segunda, a população rebelada e a ingovernabilidade instaurada, enviar as forças militares regulares para uma guerra rápida (“Operação Grand Slam”), visando tomar toda a região do antigo principado de Jammu e Caxemira. E a terceira, depois de ocupada, solicitar a intervenção e mediação de países estrangeiros, realizar o plebiscito sugerido pelo Conselho de Segurança da ONU e, após a suposta vitória nas urnas, anexar oficialmente a região. De certo modo, esclarece o pesquisador Hassan Abbas, a estratégia elaborada por Islamabad era baseada nos acontecimentos relacionados à disputa do Pântano de Kutch, que este autor relata com o título de “a rota de Kutch”, termo utilizado por autoridades e meios de comunicação paquistaneses na época da guerra¹¹⁹.

A Operação Gibraltar apostava, como dito, e uma suposta identidade islâmica da população caxemir, que veria nos “infiltrados” os salvadores ou libertadores do povo oprimido pelos hindus. Para a sua execução, portanto, foram utilizados grupos mistos, compostos de guerreiros mujahidins vinculados a lideranças tribais das regiões autônomas, como a Província da Fronteira Noroeste e a Caxemira Livre (Azad Kashmir), e soldados oficiais do Exército nacional. O quartel-general das operações foi instalado em Murree (cidade tradicional do islamismo no

¹¹⁸ JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, pp. 76-77.

¹¹⁹ O caso da disputa pelo referido pântano, o Paquistão empreendeu uma operação militar ágil, que impingiu uma derrota e o recuo das tropas indianas. Logo depois, solicitou a mediação estrangeira, dos britânicos, principalmente, obtendo, ao fim, pela negociação, a garantia de posse de uma porção do pântano. O êxito da campanha em Kutch, associado aos outros fatores indicados no item anterior, sugeria aos governantes paquistaneses uma fórmula de sucesso na batalha contra a Índia, uma “rota” que poderia ser usada na Caxemira. ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, p. 43.

subcontinente indiano), e era comandado pelo General Akhtar Hussain Malik¹²⁰. Para uma maior identificação com o Islã, os pelotões que o General Malik comandava foram batizados com nomes de antigos generais da história islâmica, como Tariq, Ghaznavi e Saladino¹²¹.

Ademais, na Segunda Guerra pela Caxemira, foi utilizado um novo tipo de guerreiro religioso, os chamados *razakars* (voluntários). Estes combatentes, ao contrário dos mujahidins (submetidos a líderes tribais), eram recrutados pelo Estado para as questões de interesse nacional, geralmente legitimadas como atividade de “proteção do Islã”, e reconhecidos pela Constituição do Paquistão como uma força de combate privada, ocasionalmente submetida aos desígnios do Estado.

Através da ordem governamental nº XXVIII, do Paquistão do Oeste, aprovada em fins da guerra de 1965, em setembro, o corpo de *razakars* do Punjab foi legalizado e submetido ao governo do próprio Punjab¹²², embora pudesse atuar em todo o país, nas questões relacionadas à “lei e ordem, segurança pública e calamidades naturais”. Durante a guerra, estes voluntários foram utilizados na Operação Gibraltar, de infiltração, e na Operação Grand Slam, logo em seguida. Entretanto, foi somente no conflito de 1971, entre o Paquistão do Oeste e o do Leste (hoje Bangladesh), que o corpo de combatentes *razakars* teve aumento significativo em seu volume e utilização pelo governo de Islamabad contra os insurretos do Leste.¹²³

Na primeira semana de agosto de 1965 iniciou a invasão aos territórios caxemires administrados pela Índia, principalmente pela Caxemira Livre e pelas fronteiras do Punjab paquistanês com a Caxemira. Além de armas, os agentes disfarçados levavam material de propaganda e equipamentos de rádio com o objetivo de disseminar entre a população do Estado que “revoltas populares” estavam irrompendo em várias cidades vizinhas. Contudo, tal mobilização transfronteiriça, pelo seu volume ou pelas lembranças das atrocidades perpetradas pelos jihadistas “salvadores” em 1947-48, ao invés de inflamar a população contra

¹²⁰ Este chefe militar estava envolvido em organizações religiosas no Paquistão. Cf. SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, p. 202.

¹²¹ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, Sobre o número de agentes invasores disfarçados, a historiografia sugere, pelos relatos de jornais da época, que eram cerca de mil e quinhentos homens.

¹²² **THE [PUNJAB] QAUMI RAZAKARS ORDINANCE, 1965. (West Pakistan Ordinance XXVIII of 1965)**. Disponível em: <http://punjablaws.gov.pk/laws/192.html#_ftnref2>, acesso em 29 de dezembro de 2009.

¹²³ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 43.

as autoridades, teve efeito contrário, e logo nos primeiros dias após a infiltração as forças policiais locais já haviam sido informadas sobre a presença dos invasores¹²⁴.

De acordo com Victória Schofield, já no dia 5 de agosto um jovem pastor da cidade de Tanmarg informou à polícia sobre estrangeiros que estariam oferecendo suborno em troca de informações. No dia seguinte o pastor levou as autoridades ao acampamento do pelotão chamado “Saladino” (um dos principais da operação), onde ocorreram os primeiros combates. A dificuldade enfrentada pelos invasores revela que, por um lado, os caxemires não estavam prontos ou mesmo inclinados às rebeliões deles esperadas pelos líderes paquistaneses, e por outro, que os idealizadores da operação Gibraltar não procuraram auxílio prévio entre membros ativistas religiosos das comunidades onde se instalaram, dado o estranhamento com que foram recebidos na maior parte das regiões¹²⁵. Logo que as autoridades indianas souberam da invasão, lançaram suas tropas em defesa das possessões caxemires, forçando o recuo dos pelotões instigadores.

Enfim, a Operação Gibraltar pouco contribuiu para os objetivos planejados pelo alto escalão paquistanês. Embora reconhecido o fracasso da primeira fase do plano, o Exército manteve a segunda fase, colocando em prática a Operação Grand Slam, que envolvia oficialmente as forças armadas do país.

2.4.3 O fracasso da Operação Grand Slam e as conseqüências da guerra.

A Operação Grand Slam foi colocada em prática em finais de agosto, por ordem do presidente paquistanês Ayub Khan, e determinava a entrada oficial das forças armadas do país na guerra contra a Índia, sob o comando do mesmo oficial envolvido nas atividades de infiltração e incitação à rebelião, o General A. Malik. O objetivo esperado no seu planejamento foi, em articulação com as pretendidas rebeliões resultantes da Operação Gibraltar, cortar as linhas de comunicação e

¹²⁴ Interessante notar que, tal qual na Primeira Guerra de 1947-1948, o governo paquistanês informou à ONU que nenhuma influência tinha sobre estes acontecimentos. Tratavam-se de levantes populares contra a opressão indiana, na perspectiva declarada por representantes do governo de Islamabad. Muito embora, segundo afirmações de observadores estrangeiros – correspondentes internacionais da imprensa, em geral –, não havia relato de quaisquer mobilizações populares na Caxemira indiana. MOHAN, Anand. **Op. cit.**, pp. 296-297.

¹²⁵ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, pp. 202-203.

abastecimento das forças armadas indianas na Caxemira, via tomada das principais rotas que ligam o Punjab indiano à capital Srinagar. De acordo com sua estratégia, era imperativo controlar pontos estratégicos na região: a ponte na cidade de Akhnur, que garante a transposição do rio Chenab, a cidade de Naoshera, no Poonch e a passagem Banihal, que permite o acesso à capital de Jammu e Caxemira através da Cordilheira de Pir Panjal¹²⁶.

As primeiras fases da Operação foram exitosas. As tropas indianas sofreram reveses e perderam o controle de algumas cidades e de alguns dos referidos pontos estratégicos pretendidos pelos paquistaneses. Contudo, uma seqüência de disputas políticas entre o alto escalão do governo paquistanês e cálculos militares equivocados determinaram o fracasso da operação.

Quando o presidente Ayub Khan percebeu que suas forças armadas poderiam obter a vitória, dados os avanços em território caxemir, substituiu a liderança de Malik pela de seu “favorito”, o General Yahya Khan¹²⁷. Uma vez no comando do exército, Yahya Khan mudou os planos estipulados pelo seu predecessor, abandonando a tomada daqueles pontos estratégicos e alterando a rota de ataque. O tempo necessitado para essa alteração foi o suficiente para os oficiais indianos organizarem seu contra-ataque e retomarem o controle de regiões importantes para a vitória paquistanesa¹²⁸. Com essa manobra política, a troca de comando, Ayub Khan não só prejudicou os planos e o curso da guerra, como também causou atritos com os oficiais de seu Exército, pouco afeitos à figura de Yahya, considerado mais político que militar¹²⁹.

¹²⁶ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, p. 202.

¹²⁷ De acordo com o pesquisador e ex-assessor de Benazir Bhutto, Hassam Abbas, o general Malik, que comandava a 12ª divisão de infantaria, além de ter obtido as célebres vitórias iniciais sobre o Exército indiano, era prestigiado pelos soldados e conhecido como um bom estrategista por seus colegas oficiais, posição da qual não desfrutava seu substituto, o general Yahya. Cf. ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, p. 46.

¹²⁸ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, pp. 44-45.

¹²⁹ Curiosamente, o mesmo General Yahya Khan foi responsável pela manobra militar que tirou do poder o Marechal de Campo Ayub Khan, por sua vez, também um presidente golpista. A contínua presença de militares no governo paquistanês oportunizou a ocorrência de fenômenos, no mínimo, inusitados como estes, onde governos ditatoriais militares sofrem golpes militares. COHEN, Stephen Philip. **The Idea of Pakistan**. Washington: Brookings Institution Press, 2004, p. 8.

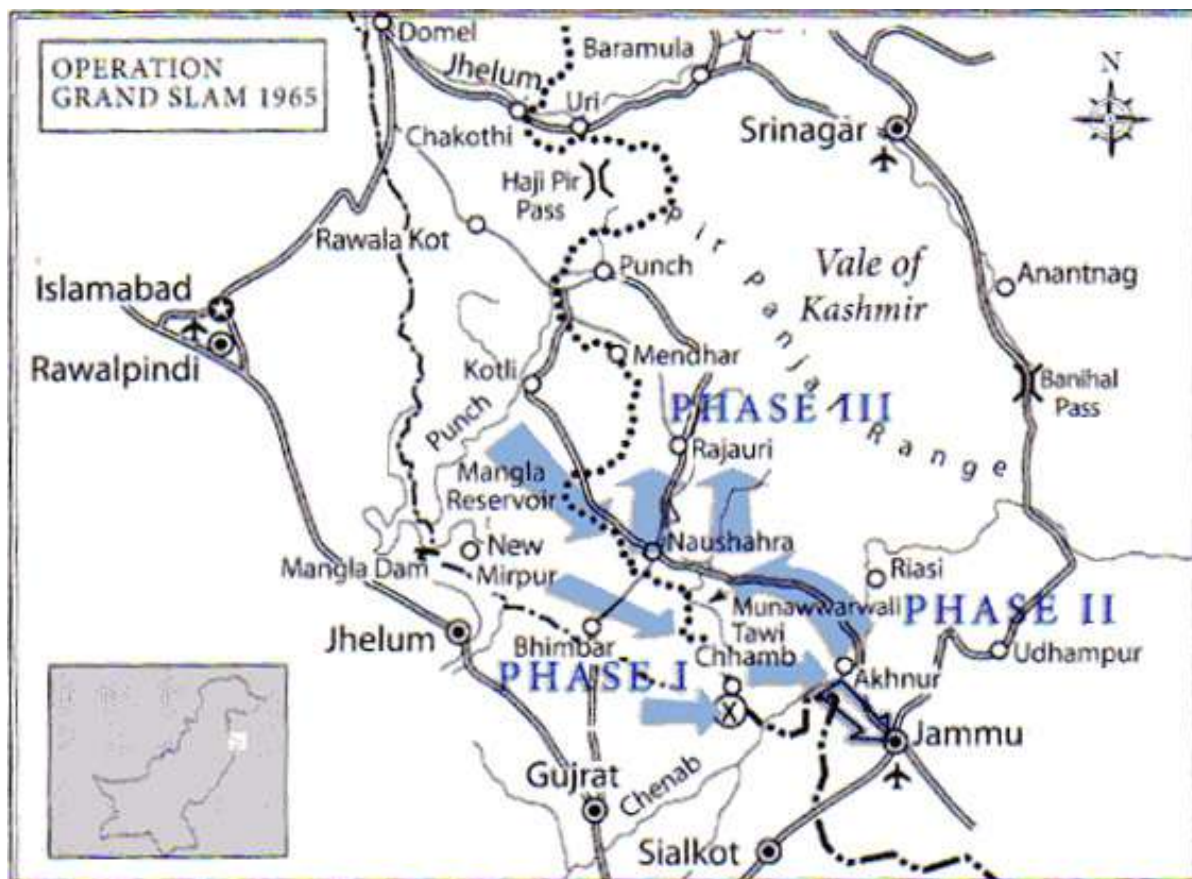


Ilustração 8 – Mapa com as Fases da Operação “Grand Slam” do Exército paquistanês na guerra de 1965. Fonte: NAWAZ, Shuja. *Crossed Swords. Pakistan, its Army, and the Wars Within*. Karachi: Oxford University Press, 2008, p. 210.

Os erros de cálculo, por seu turno, se circunscrevem à percepção dos oficiais do Exército paquistanês em relação à reação indiana, à garantia de segurança do território de seu país e a respeito do auxílio dos aliados chineses na guerra. Os líderes paquistaneses, confiantes na estratégia colocada em prática e no enfraquecimento das forças armadas indianas, acreditavam que as batalhas se limitariam ao cenário do Estado de Jammu e Caxemira e não consideraram que a Índia pudesse atacar regiões paquistanesas. Esta crença caiu por terra quando em 6 de setembro as forças indianas atacaram, simultaneamente, duas importantes cidades do Punjab paquistanês – Lahore e Sialkot, cortando as linhas de abastecimento e comunicação das forças armadas paquistanesas atuantes no sul da Caxemira, os obrigando a retroceder; e também lançou um ataque rápido contra cidades da Província do Sind. Esse revés no desenvolvimento da Operação Grand Slam praticamente determinou a derrota das tropas comandadas por Islamabad e restabeleceu as possessões prévias à guerra.

Outro equívoco de Ayub Khan e Zulfikar Bhutto foi acreditar que a China prontamente interviria na guerra em seu apoio, em função da aproximação dos dois países na primeira metade da década de 1960 e também pelas recentes disputas fronteiriças mantidas com a Índia. De fato, em meados de setembro os chineses ameaçaram entrar no conflito caso algumas instalações militares indianas montadas em território chinês não fossem desmontadas¹³⁰ e se não fossem devolvidos alguns animais tomados de camponeses instalados perto da fronteira com a Índia. Em números exatos, se tratava de 800 ovelhas e 59 iaques¹³¹ seqüestrados pelos indianos¹³². Logo que as exigências chinesas foram atendidas, não havia mais motivos para sua entrada no conflito, o que determinou a vitória definitiva da Índia em 23 de setembro de 1965¹³³.

Como ao final da guerra os EUA estavam mais preocupados com o agravamento da situação do Vietnã, poucos esforços dedicaram às negociações de pacificação entre os rivais do subcontinente indiano. A paz negociada em Tashkent, importante cidade da Ásia Central e atual capital do Uzbequistão, foi mediada pela União Soviética, o que permitiu ampliar a influência deste país no sul asiático. Pelo acordo estabelecido em Tashkent os dois lados se comprometiam a terminar as hostilidades e retornar às posições anteriores ao começo da guerra, restabelecendo o *status quo* anterior ao conflito. Além desta cláusula, os dois governos assumiram o compromisso de renunciar ao uso da força para resolver quaisquer futuras disputas pendentes¹³⁴.

¹³⁰ As instalações estavam montadas perto da cidade de Sikkim e no Tibete. Cf. GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 46

¹³¹ O caso das ovelhas e dos iaques ainda foi tema de divertimento para o governo indiano. Logo depois do ultimato chinês, alguns cidadãos indianos reuniram cerca de 800 ovelhas e as estacionaram na frente da embaixada chinesa em Nova Delhi. As ovelhas carregavam placas em seu pescoço com os dizeres: *Nós estamos aqui, não é necessário começar uma guerra!* e também, *Comam-nos, mas salvem o mundo!* Cf. GANGULY, Sumit. **Ibidem.**

¹³² JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, p. 79.

¹³³ Além da solução encontrada para as construções militares irregulares na China e para o caso dos animais seqüestrados (e a conseqüente reversão do ultimato chinês), há que se considerar também a importância das intervenções soviética e estadunidense, realizadas no começo de setembro, para dissuadir o governo chinês de ingressar no conflito, visto o perigo de uma guerra indesejada em todo continente asiático.

¹³⁴ WIRSING, Robert G. **India, Pakistan, and the Kashmir dispute: on regional conflict and its resolution**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998, p. 190. Embora nos acordos de Tashkent se determinasse exclusivamente a negociação como forma de evitar novos conflitos, na prática, o uso da força não foi abandonado até os dias atuais. Em linhas gerais, apenas a União Soviética se saiu como a "grande vencedora diplomática" nesta ocasião, por obter tal pacto entre os dois rivais, já que nenhuma mudança na configuração territorial não foi alcançada.

As conseqüências da guerra foram sentidas de formas diferentes pelos dois países. Para a Índia, apesar da vitória, os problemas e reveses enfrentados durante a batalha com um adversário tido como inferior mostraram que suas forças armadas necessitavam de significativas mudanças e melhorias. Estas melhorias foram obtidas, a partir de então, com a ajuda da União Soviética, país com o qual a Índia passou a ser mais próximo, apesar da continuidade da política do “terceiromundismo”.

Já o governo paquistanês perdeu várias de suas crenças em relação aos conflitos com a Índia, em relação à Caxemira e deixou de confiar na consistência de seu território (no tocante à permanência do Paquistão Oriental junto à Federação). Percebeu que não havia uma “fórmula” exitosa para vencer a guerra contra seu vizinho, apesar dos acontecimentos relacionados ao pântano de Kutch. Também descobriu, dolorosamente, que seu território não estava imune às investidas indianas, como pensava o alto-escalão político e militar. E, por fim, compreendeu que não havia um forte sentimento pró-paquistanês, entre a população muçulmana da Caxemira, capaz de reverter as condições de anexação ocorridas em 1947. Embora parte do povo estivesse insatisfeito com a administração indiana, tal descontentamento, contudo, não era suficiente para garantir o apoio a uma guerra pela anexação ou libertação do Estado.

Foi também uma conseqüência da guerra de 1965 a mudança na relação com o Paquistão Oriental. Tendo em vista o enfraquecimento com a derrota para a Índia, a relação de subordinação imposta por Islamabad aos grupos políticos do Leste e as diferenças culturais (distinções étnicas, principalmente) entre as duas partes, os líderes bengalis, do que hoje é Bangladesh, perceberam a oportunidade de mudança. Iniciaram um movimento de libertação da Província que resultou na guerra civil de 1971 (de março a dezembro) e na sua continuação, a guerra de 1971 (dezembro), novamente entre Índia e Paquistão pela independência do Paquistão Oriental.

2.5 Conseqüências da Guerra de 1971 para a Caxemira.

2.5.1 *Causas e Desenvolvimento da Guerra*

A guerra civil de 1971, envolvendo as duas partes do Paquistão, começou em 26 de março, com a investida dos militares do Paquistão Oeste contra as principais cidades do Leste, Dacca em especial, visando eliminar as lideranças e qualquer organização política bengali favorável à independência. Esta brutal mobilização militar ficou conhecida como “Operação Searchlight” (Holofote)¹³⁵. Contudo, o motivo inicial para a intervenção do Paquistão Ocidental pode ser encontrado na vitória esmagadora da Liga Awami (Liga Popular), liderada pelo Sheikh Mujibur Rahman, nas eleições gerais ocorridas em 1970, onde obteve 160 dos 162 lugares destinados ao Paquistão Oriental no Congresso Nacional¹³⁶.

Com essa vitória, a Liga passava a ter maioria simples na Assembléia Nacional e, então, exigiu do governo federal a adoção de “seis pontos” relacionados à administração do Paquistão Oriental, pontos estes que praticamente suprimiam o controle de Islamabad sobre o governo provincial de Dacca¹³⁷. Obviamente, esta reforma política não foi aceita pelo governo do General Yahya Khan, que iniciou um processo de perseguição e repressão aos políticos do Paquistão Oriental¹³⁸.

A repressão sobre os bengalis teve duas conseqüências determinantes para o futuro do Paquistão. Os grupos políticos sobreviventes formaram milícias guerrilheiras e iniciaram uma guerra de libertação nacional. Outra conseqüência foi o deslocamento de cerca de dez milhões de bengalis para o território indiano, principalmente para o Estado de Bengala Ocidental, no nordeste. Fato, por sua vez,

¹³⁵ ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, pp. 62-63.

¹³⁶ MANKEKAR, Dinker Rao. **Pakistan Cut to Size**. Nova Delhi: Indian Book Company, 1972, pp. 23-38.

¹³⁷ Dentre os “seis pontos” estava a exigência de criação de forças militares e paramilitares provinciais, a redução da taxaço pela Fazenda nacional, e a restrição dos poderes do governo central apenas aos negócios relacionados à defesa e à política externa. Cf. GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, pp. 55-57.

¹³⁸ O Paquistão Oriental já detinha mais de sessenta por cento da população nacional e, após a vitória nas urnas, a elite bengali esperava chegar o poder nacional, via indicação de Sheikh Mujibur Rahman como Primeiro-Ministro. O governo dominado pelos punjabis, obviamente, não deixou que tal procedimento ocorresse. ALI, Tariq. **Op. cit.**, p. 339.

decisivo para a participação da Índia neste conflito que estava, até o momento, restrito ao âmbito civil¹³⁹.

A chegada de tal volume de refugiados colocava um grave problema para o governo indiano. Tal contingente requeria gastos públicos com infra-estrutura e assistenciais inexistentes no planejamento estatal. Além disso, estes grupos eram religiosamente distintos daqueles já instalados nos estados do norte (eram muçulmanos), o que poderia causar distúrbios populares indesejáveis à manutenção da ordem no país. Em outros termos, a guerra civil e a libertação do Paquistão Oriental foi uma oportunidade ímpar para que a Índia resolvesse um problema geoestratégico contando, ainda, com recursos materiais e humanos provenientes dos grupos bengalis insurretos. Segundo um proeminente analista político e conselheiro do governo indiano da época, adepto da *Realpolitik*, Krishnaswamy Subrahmanyam, a entrada na guerra ao lado dos grupos bengalis era interessante por três motivos. Primeiro, os custos para assimilação dos refugiados seriam bem superiores aos despendidos em um conflito com o Paquistão. Segundo, era imperativo que a China não tivesse motivos para ingressar no conflito. E terceiro, uma política de inação poderia encorajar os militares do Paquistão Ocidental em empreender um ataque contra o território indiano, caso a repressão aos rebeldes fosse exitosa.¹⁴⁰

Considerados estes problemas demográficos e observada a oportunidade de, enfim, terminar com uma situação estratégica há tempos indesejada, qual seja, de estar localizada entre duas partes do Paquistão e ter de, possivelmente, lutar contra o esse inimigo em duas frentes; a Índia optou por resolver os dois problemas entrando no conflito, ao lado dos bengalis, no começo de dezembro de 1971.¹⁴¹

Embora tenha decidido apoiar militarmente a resistência bengali, foi o Paquistão que trouxe a Índia para o conflito atacando suas regiões fronteiriças no

¹³⁹ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, pp. 60-61.

¹⁴⁰ GANGULY, Sumit. **Ibidem.** pp. 64-65.

¹⁴¹ Contudo, antes da tomada desta decisão a primeira-ministra Índira Gandhi procurou tentar resolver o conflito pelas vias diplomáticas, ainda que a vitória contra o governo paquistanês trouxesse vantagens à Índia. Mas mesmo assim, desde março de 1971, o governo indiano já vinha oferecendo abrigo às organizações rebeldes bengalis, como o Mukti Bahini (Exército de Libertação), e aos membros exilados da Liga Awami.

Oeste, incluindo a Caxemira ocupada, no dia 03 de dezembro de 1971¹⁴². Tal manobra, do ponto de vista político, exonerou os indianos da culpa por começarem uma nova guerra no sul da Ásia. Após a entrada da Índia, que ocorreu oficialmente no dia seguinte (04/12), a guerra teve duração de apenas mais algumas semanas de dezembro. Terminou com a independência do Paquistão Oriental, agora batizado de Bangladesh, a captura e detenção de cerca de noventa mil soldados paquistaneses como prisioneiros de guerra pelo governo indiano, fato que obrigou negociações ao longo da primeira metade do ano seguinte, finalizadas pelo Acordo de Simla, de julho de 1972¹⁴³.

O impacto que a guerra indo-paquistanesa de 1971 teve para a Caxemira se restringe aos dispositivos constantes no acordo de Simla. Através deste acordo se modificou a nomenclatura da “linha” que dividia o Estado, que de *Linha do Cessar-Fogo* passou a se chamar, finalmente, *Linha de Controle* (mais conhecida pela sigla em inglês LoC – Line of Control). E determinou que as disputas entre Paquistão e Índia seriam resolvidas exclusivamente pelas negociações bilaterais, sem o uso da força, reforçando o que fora estipulado pelo Acordo de Tashkent¹⁴⁴. O acordo de Simla foi visto por muitos políticos paquistaneses como um sinal de fraqueza do então presidente Zulfikar A. Bhutto¹⁴⁵. A mudança da nomenclatura para a LoC fora entendida como a aceitação das fronteiras com a Índia. E, também, o abandono da estratégia de recorrer a mediadores internacionais para a resolução do conflito excluía importantes aliados das negociações, como os EUA e a China¹⁴⁶.

Na esteira do acordo de Simla¹⁴⁷, a primeira-ministra Indira Gandhi buscou reduzir a rejeição da população caxemir em relação à administração indiana. Perseguindo este propósito iniciou negociações com o antigo chefe de governo Sheikh Abdullah, que foi reconduzido ao cargo através do Acordo Sheikh-Indira,

¹⁴² O ataque à Caxemira foi a única ocasião em que a região foi envolvida na disputa, que se desenvolveu quase exclusivamente no Paquistão Oriental. Cf. MOHAN, Anand. **Op. cit.**, pp. 298-299.

¹⁴³ O acordo de Simla foi o primeiro sem a mediação de quaisquer atores internacionais. Portanto, o primeiro onde houve possibilidade de que as negociações bilaterais tivessem sucesso. Cf. WIRSING, Robert G. **Op. cit.**, p. 87.

¹⁴⁴ SCHOFIELD, Victoria. **Op. cit.**, pp. 216-217.

¹⁴⁵ MOHAN, Anand. **Op. cit.**, p. 299.

¹⁴⁶ JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, p. 80.

¹⁴⁷ Após as negociações em Simla a Caxemira conheceu um período de “ausência de guerras” por pouco mais de dez anos, até surgirem novas batalhas pela geleira Siachen, em 1984. A inexistência de guerras formais, contudo, não deve ser confundida com a paz, pois neste período se iniciou a atuação de organizações guerrilheiras privadas, como Frente de Libertação de Jammu e Caxemira, tratada a seguir.

celebrado em 1975¹⁴⁸. Por meio deste tratado se reafirmava a validade do artigo 370 da Constituição Indiana, que oficializava a Caxemira como parte da União e determinava o domínio do presidente nacional sobre as estruturas governamentais regionais. Visando sua continuidade no poder (e também para evitar seu retorno para a prisão) o Sheikh Abdullah apoiou integralmente as medidas contidas no texto e ainda, em seus discursos, passou a defender a democracia no Estado como a forma legítima de participação popular sem, embora, mencionar a realização do plebiscito, que se tornou letra-morta.

O pesquisador paquistanês Tariq Ali é bem esclarecedor ao oferecer uma explicação sobre a volta do Sheikh Abdullah e os seus objetivos políticos, agora um pouco mais modestos, no comando do governo caxemir:

Abdullah parecia velho e cansado, o tempo na prisão tinha afetado sua saúde e sua política. Agora ele imitava outros potentados do subcontinente tentando criar uma dinastia política. Dizem que Akbar Jehan [sua esposa] insistiu para que ele fizesse isso, e que ele estava velho e fraco demais para resistir. Em um grande comício em Srinagar, ele nomeou seu filho mais velho, Faruk Abdullah – um médico amável, amante do vinho e da fornicação, mas não muito inteligente -, como seu sucessor.¹⁴⁹ [grifo meu]

2.5.2 O emprego do Islã contra o nacionalismo bengali no Paquistão Oriental

As forças empregadas na Operação Searchlight não se constituíam apenas de membros do Exército nacional paquistanês. Diante da postura independentista da Liga Awami nas negociações posteriores à eleição de 1970, os partidos religiosos do Paquistão consideraram a separação uma ofensa ao islamismo e se uniram contra a proposta, primeiro através do convencimento e depois, pela força. De acordo com o pesquisador H. Abbas,

Neste drama profano, o Jamaat-i-Islami [partido religioso paquistanês] formou uma aliança com o Exército no Paquistão Oriental e atuou ativamente na ação militar contra aqueles que acreditavam ser os 'inimigos do Islã'. Este partido, juntamente com outros partidos de direita, tinha lançado uma campanha de propagandas para convencer os bengalis que sua lealdade era primeiro com o Islã e o Paquistão e não com seus laços étnicos, mas esse recurso não adiantou.¹⁵⁰

¹⁴⁸ SHEIKH-INDIRA ACCORD, 1975. Disponível em: <<http://jammukashmir.nic.in/profile/cntit8.htm>>, acesso em 03 de janeiro de 2010.

¹⁴⁹ ALI, Tariq. *Op. cit.*, p. 340.

¹⁵⁰ ABBAS, Hassan. *Op. cit.*, p. 63.

Além dos militantes religiosos convocados pelos partidos confessionais, as instâncias públicas coordenadas por líderes leais ao Paquistão Ocidental e movimentos políticos contrários à independência conseguiram recrutar um número significativo de *razakars* entre a população local que, ao longo do conflito, foram os que mais atrocidades cometeram em nome da defesa do Islã. Em geral, esses grupos armados eram indivíduos comuns, defensores da unidade paquistanesa, ou mesmo membros de comunidades migradas para o Paquistão do Leste. Em ambos os casos, o argumento islamista acabou por prevalecer para a convocação dos voluntários.

Em, mais uma ocasião, portanto, o governo paquistanês mostrava a necessidade da utilização de grupos religiosos paramilitares para empreender seus objetivos políticos no exterior, tal como ocorrera na Caxemira alguns anos antes. Via de regra, a brutalidade da Operação Seachlight, exemplificada nos relatos de estupros, incêndios criminosos e mortes de centenas de inocentes, como estudantes desarmados da Universidade desta cidade, foi cometida pelos voluntários jihadistas dos partidos confessionais paquistaneses enviados para a região¹⁵¹.

2.6 O alto custo dos conflitos pela geleira de Siachen

A geleira de Siachen esta situada na parte norte da região da Caxemira, a leste da cordilheira Karakoram, mais exatamente, ocupa o último trecho do traçado da Linha de Controle, estabelecida em 1949 e oficializado em 1972 (ver o mapa da Caxemira, com o destaque da geleira na Ilustração 9, a seguir). As altitudes mínimas e máximas da geleira são de 3620 e 5753 metros, respectivamente. No inverno, a temperatura pode chegar a cerca de 40 graus Celsius negativos. A área era desabitada até 1984, quando Índia e Paquistão iniciaram um conflito pelo seu domínio.¹⁵²

¹⁵¹ ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, pp. 62-63.

¹⁵² MARGOLIS, Eric S. **War at the Top of the World. The Struggle for Afghanistan, Kashmir and Tibet**. Nova Iorque: Routledge Books, 2001. pp. 134-135.



Ilustração 9 – Mapa Destacando a Geleira Siachen

Fonte: HAKEEM, Asad et al, SANDIA REPORT. DEMILITARIZATION OF THE SIACHEN CONFLICT ZONE: CONCEPTS FOR IMPLEMENTATION AND MONITORING. Sandia National Laboratories, Albuquerque/Novo México, 2006, p. 13.

As causas principais para a eclosão do conflito pela geleira se resumem, em primeiro lugar, à imprecisão de sua posse e, em segundo, a sua importância estratégica, principalmente para a Índia. Desde o início da disputa pela Caxemira o glaciar Siachen não se mostrou uma área interessante às partes contendoras, isto porque era difícil alcançá-la e, ademais, era uma região desértica. Tanto que nas

negociações para o estabelecimento da Linha de Controle não havia especificações sobre a divisão dessa massa de gelo¹⁵³. Contudo, quando em janeiro de 1984 o governo indiano determina a instalação de tropas na geleira, iniciando a operação intitulada “Meghdoot” (*Mensageiro das Nuvens*) ela se torna interessante também para Islamabad, que lança a Operação Abadeel (*Garganta*) e tem início esta guerra de montanha que dura até os dias atuais.

A geleira de Siachen tem relevância geoestratégica para a Índia porque permite o acesso à região da Caxemira chinesa (o Aksai Chin), através da passagem de Karakoram (ver Ilustração 9), e também porque o seu domínio garante o controle do fornecimento de água para a Caxemira indiana¹⁵⁴. Para o Paquistão, a conquista do glaciar trata-se, em resumo, além de manter suas possessões no Baltistão, de manter ativa a batalha contra os indianos, o que se reflete no plano político interno como prova de força, e também manter as boas relações com a China.

O conflito em si não tem tanto volume quanto esperado, embora, contraditoriamente, apresente um grande número de vítimas. Quanto ao primeiro ponto, a guerra direta em condições espaciais e climáticas tão adversas faz com que os ataques sejam limitados e pouco precisos. Contudo, o elevado número de mortos deste conflito é responsabilidade quase que exclusiva da própria montanha, já que a maior parte das baixas é causada por congelamento e edema pulmonar¹⁵⁵.

Apesar dos dois países terem demonstrado vontade de se livrar dos altos custos deste cenário de batalha¹⁵⁶, a desconfiança mútua impede que se avancem quaisquer negociações para a pacificação da geleira. A situação se tornou mais drástica quando, em 1999, militares e extremistas religiosos utilizaram as bases paquistanesas na geleira para se infiltrar na Caxemira indiana, o que, por seu turno, desestabilizou as negociações em curso pelos dois governos para desmilitarizar a região. A título de nota, a Índia ocupa a maior parte da geleira.

¹⁵³ GANGULY, Sumit. **Op. cit.**, p. 84.

¹⁵⁴ GANGULY, Sumit. **Idem.**

¹⁵⁵ GANGULY, Sumit. **Idem.**

¹⁵⁶ HAKEEM, Asad; KANWAL, Gurmeet; RAJEN, Gaurav & Vannoni, Michael. **SANDIA REPORT. DEMILITARIZATION OF THE SIACHEN CONFLICT ZONE: CONCEPTS FOR IMPLEMENTATION AND MONITORING.** Sandia National Laboratories. Albuquerque –Novo México, 2006. 51p.

2.7 O nacionalismo e o secularismo da Frente de Libertação de Jammu e Caxemira (JKLF¹⁵⁷)

Antes de expor a história da JKLF, é necessário remeter à organização que lhe antecedeu, a JKNLF¹⁵⁸. A Frente Nacional de Libertação de Jammu e Caxemira (JKNLF) foi fundada em 1965, tendo como centro de operações a cidade de Muzaffarabad, capital do Estado de *Azad Kashmir* – Caxemira Livre. Seus primeiros líderes e fundadores foram Amanullah Khan e Maqbul Butt. O JKNLF era o “braço armado” do movimento conhecido como a “Frente pelo Plebiscito”, liderado por sua vez, pelo Sheikh Abdullah, ex-Primeiro-Ministro de Jammu e Caxemira indiana, que defendia a realização dessa consulta popular, aprovada pelas Nações Unidas em 1949 e pela qual, supostamente, seria resolvido o destino do território correspondente ao antigo principado de Jammu e Caxemira¹⁵⁹. Contudo, com a assinatura do Acordo Sheikh-Indira em 1975¹⁶⁰, e a restituição de certa autonomia política ao Estado, bem como o retorno de Sheikh Abdullah ao seu comando, foi determinado o fim das manifestações da “Frente pelo Plebiscito” e a encerramento das atividades guerreiras da JKNLF¹⁶¹.

A mudança na orientação do Primeiro-Ministro de Jammu e Caxemira não agradou aos líderes da JKNLF, que continuaram com suas atividades armadas, mas agora organizados em um novo grupo, com uma não tão nova insígnia. Assim, foi formado, em 1976, o Jammu e Kashmir Liberation Front – JKLF (Frente de Libertação de Jammu e Caxemira). O afastamento em relação ao governo formal da Caxemira Indiana fez com que o JKLF continuasse a exigir a realização do plebiscito

¹⁵⁷ Utilizarei a sigla em inglês, JKLF (Jammu and Kashmir Liberation Front), porque esse grupo tem reconhecimento interna e internacionalmente por essa denominação e também devido ao fato de que todas as referências bibliográficas consultadas utilizam esta sigla.

¹⁵⁸ JKNLF – Jammu and Kashmir National Liberation Front.

¹⁵⁹ A “Frente pelo Plebiscito” foi um movimento organizado como resposta à suspensão de liberdades políticas e ao maior controle aplicado pelo governo indiano sobre a sua porção da região da Caxemira, retirando muito da sua autonomia. A razão desta radicalização do governo indiano foi o término Segunda Guerra com o Paquistão (1965), que determinou, por sua vez, maior ingerência sobre a administração e negócios de Jammu e Caxemira. Cf.: EVANS, Alexander. *Warlordism and political violence in Jammu and Kashmir, 1988 – 97: Gun Rule?* In: RICH, Paul B. (ed.) **Warlords in International Relations**. Nova Iorque, Palgrave Publishers, 1999. **SATP – South Asia Portal Terrorismo**. Jammu and Kashmir Liberation Front. Disponível em: <http://satp.org/satporgtp/countries/india/states/jandk/terrorist_outfits/jammu_&_kashmir_liberation_frontend.htm>, acesso em 15 de abril de 2009.

¹⁶⁰ Este acordo também ficou conhecido como Acordo da Caxemira

¹⁶¹ Entre as ações da JKNLF está o seqüestro de um avião da Indian Airlines em 1971, no qual estava envolvido um de seus líderes fundadores, Maqbul Butt. Cf. EVANS, Alexander. **Op. cit.** p. 145.

e fazia campanha aberta pela anexação ao Paquistão, de quem recebia apoio e financiamento. Na década de 1980, o grupo declarava que suas atividades se organizavam em três frentes: a *política*, encarregada de convencer a opinião pública regional da necessidade de maior liberdade e anexação ao Paquistão; a *diplomática*¹⁶², que buscava auxílio de países terceiros; e a da *batalha armada*, ocupada em combater as forças de segurança indiana em Jammu e Caxemira.

No início da década de 1990¹⁶³ o JKLF se dividiu em dois grupos, fragilizando ainda mais seu poder, uma vez que passava, cada vez menos, a contar com apoios externos, como o do governo do Paquistão e das organizações não-governamentais internacionais¹⁶⁴. O governo de Islamabad deixou de apoiar o movimento porque em fins da década de 1980 o grupo efetivou uma reforma política interna e passou a defender a independência das regiões do antigo principado, com a formação de um Estado nacional – o Estado da Caxemira. As organizações não-governamentais que os apoiavam, por sua vez, passaram a denunciar a extrema violência praticada pelo grupo e também práticas relacionadas ao recrutamento de menores de idade para suas fileiras.

Após a cisão, um dos grupos continuou sendo liderado por Amanullah Khan, que estava de volta à região após ser extraditado pelo governo britânico. O outro passou a ser liderado por um personagem que adquiriu respeito dentro do JKLF como líder das operações de campo, Yasin Malik. As duas organizações mantiveram a insígnia de JKLF, sendo difícil para os observadores e analistas atribuir responsabilidades a cada um deles pelos ataques contra as forças indianas que, todavia, se reduziram muito ao longo da década de 1990¹⁶⁵.

Outros fatores podem ser indicados para explicar a decadência do JKLF, dentre eles está a perda de apoio popular para a sua causa. Por um lado, os hindus e budistas habitantes do lado da Caxemira ocupada pela Índia argumentaram temer que a criação de um Estado nacional relativo ao território de Jammu e Caxemira os

¹⁶² Amanullah Khan se exilou na Inglaterra e de lá buscava apoios internacionais em defesa da autonomia da Caxemira. Cf. South Asia Terrorism Portal. **Op. cit.**

¹⁶³ A abordagem do JKLF durante a década de 1990 se justifica neste estágio da dissertação porque no capítulo seguinte, tratarei apenas dos grupos terroristas religiosos, no período que vai de 1989 a 2009.

¹⁶⁴ Estas organizações, em sua maioria, eram compostas por caxemires emigrados.

¹⁶⁵ Cf. GANGULY, Rajat.. India, Pakistan and the Kashmir Dispute. **Asian Studies Institute & Centre for Strategic Studies**. Victoria University of Wellington. Disponível em: <<http://www.victoria.ac.nz/asianstudies/publications/index.aspx>>, Acesso em: 05 de outubro de 2008.

colocasse em situação de risco perante o quadro demográfico que se formaria, pois, nesta situação, seriam reféns de uma maioria muçulmana que iria controlar os postos governamentais e forças de segurança e defesa. De outro lado, os muçulmanos caxemires, instruídos pelas suas lideranças políticas/religiosas, passaram a criticar as ações do JKLF por não considerarem seu projeto de criação de um Estado secular, uma opção adequada ao islamismo. Para estes líderes políticos islâmicos a proposta dos grupos terroristas religiosos na Caxemira (que passaram a atuar na região em fins da década de 1980), de anexação ao Paquistão, um país de caracteres islâmicos em sua história e organização, seria a alternativa mais acertada.

À falta de legitimidade popular se somou a reversão da política de apoio do Estado paquistanês e os ataques que as forças governamentais e os grupos religiosos perpetravam contra os membros dos dois grupos do JKLF. O ISID foi responsável pela prisão de vários líderes das duas facções do JKLF e pelo fechamento de seu campo de treinamento que funcionava no distrito de Kotli, ao sul de Muzaffarabad. De 1994 até 1998, cerca de oitenta e sete militantes e líderes das duas facções da Frente de Libertação de Jammu e Caxemira foram assassinados pelo governo paquistanês, pelas forças de segurança indianas e por membros de grupos terroristas religiosos da região¹⁶⁶.

Na atualidade, há informações múltiplas sobre como se organizam, de fato, os JKLFs. Existem três sítios eletrônicos que se auto-referem “representantes do grupo”. Alguns indicam seu ainda líder o antigo fundador, Amanullah Khan, outro se refere à Yasin Malik e Khan como lideranças, mas não faz menção ao papel central que teria cada um deles e ainda um terceiro sítio coloca a figura de Farooq Siddiqi como o comandante da organização¹⁶⁷. Ao que tudo indica, o JKLF continua fragmentado e tem como sede de operações apenas o território da Caxemira indiana.

O JKLF e o JKLF não foram formados a partir de nenhum partido ou organização religiosa e, portanto, tinham ideologias seculares e nacionalistas,

¹⁶⁶ Cf. SATP - South Asia Terrorism Portal. **Op. cit.**; GANGULY, Rajat. **Op. cit.**

¹⁶⁷ Os sítios eletrônicos referidos podem ser encontrados em: JAMMU KASHMIR LIBERATION FRONT. Disponível em: <<http://www.jklf.info/>>, acesso em 25 de abril de 2010, **JAMMU KASHMIR LIBERATION FRONT – JKLF**. Disponível em: <<http://www.jklfworld.org/>>, acesso em 25 de abril de 2010; **JAMMU KASHMIR LIBERATION FRONT**. Disponível em: <<http://liberationfront.org/cms/index.php>>, acesso em 25 de abril de 2010.

defendendo a “libertação” e independência da Caxemira. O governo paquistanês, através de seu serviço secreto, o *ISID – Inter-Service Intelligence Directorate*, apoiou o JKLF nos primeiros momentos de sua atuação terrorista na Caxemira, empreendidas com maior vigor a partir da metade da década de 1980, mas esse auxílio financeiro e logístico logo foi abandonado em favor de outros grupos radicais, de orientação religiosa, como veremos a seguir.

A jihad no caminho de Deus é a única maneira de restaurar a dominação do Islã no mundo [...] O Islã não veio ao mundo para ser uma religião débil ou subjugada, mas o objetivo da chegada do Islã é só e unicamente para se superar, o que só é possível através da jihad. O meio para este domínio é a jihad no caminho de Alá.

Maulana Talha Al-Saif, clérigo paquistanês ligado à organização terrorista Jaish-e-Mohammad – JeM.
Declaração de 02 de março de 2010.

Eles [os indianos] estão aliados com o mal, eles não têm o direito de celebrar o Dia da Independência. Este dia nos lembra supremos sacrifícios e martírios. O Paquistão tem o dever de liberar a Caxemira, Junagadh, Manvadar e Hiderabad [...] Nós lançamos uma guerra santa para a libertação destas regiões e outras áreas que deveriam ser parte do Paquistão desde o momento da partição. Nossa relação com a Índia é de vingança.

Hafez Muhammad Saeed, líder do grupo terrorista *Lashkar-e-Taiba* – LeT, o “Exército dos Justos”.
Declaração de Agosto de 2007, quando das comemorações dos sessenta anos da independência indiana e paquistanesa.

Se a Índia não nos der as nossas terras [a Caxemira], nós vamos para a guerra e vamos dividir a Índia.

Hamid Gul, tenente-general paquistanês aposentado, ex-diretor geral do Inter-Services Intelligence Directorate de 1987 a 1989. Entrevista concedida em 12/02/2004.

3. Organizações Terroristas Internacionais na Caxemira. Entre o Estado paquistanês e a Ummah. 1989 – 2009.

3.1 *Terrorismo, Violência Política e o conflito na Caxemira.*

O Terrorismo, como conceito apresentado pelo senso comum e sem adjetivos que o tornem mais preciso, busca se fixar na ordem internacional como o grande novo inimigo da civilização ocidental e democrática, o novo, verdadeiro e único “grande mal” a ser combatido pelo “bem”, se quisermos remeter às interpretações puramente maniqueístas do tema. Essa tendência torna-se cada vez mais clara ao se observar o que está em destaque nos grandes meios de comunicação mundiais, o que se publica sobre o assunto e o destaque conferido pelo campo acadêmico ao tema. Mas também é possível comprovar essa tendência na crescente preocupação de determinadas lideranças e instituições públicas em recolocar o tema da segurança no centro do debate em diversos foros internacionais.

Sobre a intensidade de cobertura operada pela mídia internacional e a dedicação acadêmica ao assunto, o livro do professor Andrew Silke, professor da Universidade de *East London*, (*Research on Terrorism...*), e o artigo de Colin Wight, “*Theorising Terrorism: The State, Structure and History*”, são muito esclarecedores. Segundo informações resultantes da pesquisa de Silke, somente no ano subsequente aos atentados de 11 de setembro de 2001, foram publicados cerca de cento e cinquenta livros sobre o tema do terrorismo, o que significa cerca de três livros por semana (e essa tendência se manteve praticamente inalterada até o fim da pesquisa que resultou em seu livro, em 2004). Além do incremento de publicações de obras completas, ocorreu o surgimento de novas revistas e jornais acadêmicos dedicados ao assunto, o aumento das publicações em jornais e revistas já existentes e a realização de vários seminários, conferências e *workshops*¹. Também, nos jornais e revistas para o grande público é recorrente o aparecimento do termo².

A respeito do crescimento do tratamento do terrorismo nas instituições internacionais, as informações constantes em sítio eletrônico criado pelas Nações

¹ SILKE, Andrew (ed.). **Research on Terrorism: Trends, Achievements and Failures**. Londres: Frank Cass, 2004. p. 25.

² WIGHT, Colin. *Theorising Terrorism: The State, Structure and History*. **International Relations**. Vol. 23, n.º 1, pp. 99-106. 2009.

Unidas, em 2007, para o combate ao terrorismo, deixam evidentes os esforços conjuntos de seus vários órgãos subsidiários e associados neste objetivo, tanto no que concerne à articulação dos organismos do sistema infra-ONU, quanto aos recursos e ações destinadas ao combate deste inimigo comum³.

O que não está de todo claro, contudo, é o que se entende por movimentos ou grupos terroristas, sua história, e em que auxiliam para compreender o fenômeno as contribuições e definições teóricas provenientes de especialistas no assunto. Este ensaio é tão somente uma tentativa de ordenar parte desse conhecimento do que considero, arbitrariamente, ser mais significativa para o entendimento do terrorismo internacional. Também é um exercício-guia de organização teórica para o objetivo da pesquisa que desenvolvo, tratando do terrorismo no caso particular da disputa pela Caxemira entre Índia e Paquistão.

3.1.1 *Grupos Terroristas: Estrutura, Objetivos e Métodos*

Este subitem tem como escopo determinar as características comuns dos grupos terroristas, de maneira geral. Trata-se de um esforço para constituir o que seria um tipo ideal, de acordo com as leituras sobre os movimentos terroristas. Sendo assim, resta evidente que, como todo modelo elaborado em ciências humanas, há determinadas realidades que não se enquadram de forma perfeita nas categorias apresentadas⁴. Contudo, o modelo ainda assim é justificado e válido como forma de comparação e sistematização do objeto de pesquisa.

3.1.1.1 *Estrutura*

³ **MANUAL ELECTRÓNICO DE LA LUCHA CONTRA EL TERRORISMO.** Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/terrorism/cthandbook/index.shtml>>. Acesso em 27 de maio de 2008. De acordo com este manual, o sistema ONU vem se adaptando para dar respostas à comunidade internacional sobre o combate ao terrorismo. Por essa adaptação se entende a busca de recursos, formação de especialistas, e também a coordenação de unidades responsáveis por temas correlatos ao terrorismo, como direitos humanos, saúde, drogas, imigração, etc.

⁴ O tema de pesquisa sobre o qual dedicarei a minha pesquisa, o terrorismo na região da Caxemira, não se harmoniza em todas suas características com o modelo aqui apresentado, até porque os grupos analisados não têm o mesmo perfil. No entanto, o modelo é útil para que se possam estabelecer aproximações em relação ao que se observa da realidade.

A estrutura das organizações terroristas é composta por cinco características principais: uma *Organização Centralizada e Hierarquizada*; uma ou mais *Fontes de Financiamento*; uma origem social para o *Recrutamento*; um *Sistema de Formação* de quadros políticos (lideranças) e combatentes; e uma *Rede de Apoio e Informações* de alcance regional, nacional ou internacional. A essas partes componentes das estruturas terroristas não é conveniente, contudo, que as consideremos como estanques, mas sim com a maior flexibilidade possível. Entendendo por isso, que as instituições e indivíduos encarregados sejam e estejam em constante mudança ou se ocupem em mais de uma das funções especificadas.

A *Organização Centralizada e Hierarquizada* dos grupos terroristas se apresenta como um comitê responsável por conceber, planejar, subsidiar e determinar quem, quando e onde os ataques terroristas serão efetivados. Também é o grupo que elabora e divulga as idéias da organização, deixando claras as motivações e justificativas (se é que alguma seja defensável) para os atos. Contudo, como se pode notar em relação às organizações terroristas atuais, há o recurso das células terroristas, que poderiam invalidar o caráter centralizador e hierarquizado que descrevo. As células terroristas, embora desligadas de seu núcleo a partir do momento que entram em atividade, foram formadas a partir dos comitês citados como responsáveis pela ação radical em si. As células autonomizadas e/ou adormecidas em determinado momento de sua existência seguem as diretivas emitidas pelo centro do movimento terrorista, ainda que o contato constante não se efetive mais.⁵

A utilização de unidades independentes dentro do movimento é mais uma estratégia de ação visando à dificuldade de rastreamento pelos órgãos de inteligência do que uma nova forma de organização de tipo descentralizada, visto que estas mesmas células agem a partir de sinais indiretos. Por exemplo, uma célula inicia a atividade para a qual foi criada ao se ter notícia pelos meios de comunicação que determinado grupo promoveu um ataque ou realizou manifestação em outra localidade e, geralmente, contra outro inimigo. O “sinal”, que fora previamente acordado é, então, entendido como a liberação por parte da organização central para a unidade iniciar os preparativos para a sua ação.

⁵ Sobre o funcionamento das células adormecidas ver: RAPOPORT, David C. The Four Waves of Modern Terrorism. In: CRONI, Audrey Kurth & LUDS, James M. **Attacking Terrorism: elements of a grand strategy**. Washington: Georgetown University Press, 2004. p. 65.

Como qualquer outra organização política, as de orientação terrorista tem de contar com uma *Fonte de Financiamento* capaz de arcar com as demandas da atividade. Geralmente, a principal origem dos recursos é proveniente da tributação da comunidade a qual os grupos terroristas afirmam representar⁶. Convém lembrar que essa taxação exigida junto à população, na maioria dos casos, é resultado de uma lógica muito mais assemelhada à extorsão, sendo as doações espontâneas a exceção e não a regra⁷. Fontes complementares de recurso, entretanto, também podem provir em grandes volumes de financiadores particulares, identificados com a causa defendida pela organização ou com ela alinhados ideologicamente⁸.

O *Recrutamento* é destacado como uma parte constituinte da estrutura dos grupos terroristas pela sua especificidade. A característica peculiar do recrutamento terrorista está nas duas vertentes pelas quais se efetiva: nos casos em que ocorre pela força, via seqüestros de crianças e adolescentes em vilarejos, ou pela obrigação de ingresso para pagamento de dívidas ou outras formas de pressão. Quando a entrada se dá voluntariamente, é geralmente de jovens pobres, desiludidos com a sociedade e o sistema político no qual estão inseridos. Este último caso é o mais comum, pois é fácil aos recrutadores mobilizar grande público com discursos simplistas, geralmente vitimizantes, muito eficazes porque localizam de imediato os culpados pela situação nociva em que se encontram os jovens, distribuindo a culpa ou a um sistema social injusto, ou aos imigrantes usurpadores, às etnias mais favorecidas, às forças estrangeiras ocupantes, etc.

Um *Sistema de Formação* tanto de lideranças quanto de militantes é característica comum aos grupos terroristas, pouco importando a sua dimensão. É parte constituinte da atividade terrorista que seus membros tenham a certeza inabalável da necessidade de suas ações. Essa convicção responde pela extrema dedicação despendida para a função, incluindo o próprio expediente do suicídio

⁶ Um exemplo desta tributação, e as possíveis contradições que possam expressar, é a cobrança do *Zakat* (esmola), espécie de imposto islâmico previsto como um dos pilares do Corão. Esse tributo é revertido diretamente para as autoridades eclesiais, que não tem obrigação de prestar contas de seu destino. Sobre a *Zakat*, Cf.: DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 27.

⁷ A esse comportamento, Charles Tilly compara ao processo social da constituição e funcionamento das máfias onde, em troca de uma suposta proteção contra inimigos pouco evidentes é cobrada uma taxa. TILLY, Charles. *Terror, Terrorism, Terrorists*. **Sociological Theory**. Vol. 22, n.º 1, pp. 5-13, Mar/2004.

⁸ FEILER, Gil. *The Globalization of Terror Funding*. **Mideast Security and Policy Studies**. n.º 74, set./2007.

como forma de se atingir as metas estabelecidas. Para que tais idéias estejam enraizadas entre os níveis da hierarquia organizacional é indispensável uma “educação no terror” altamente rigorosa e acrítica, que contenha, via de regra, um processo de lavagem cerebral.

Por fim, para a consecução de suas atividades, uma organização terrorista deve contar com uma *Rede de Apoio, Informação e Logística* com alcance compatível com sua área de atuação, definida em âmbito local, regional, nacional ou internacional. A rede com a qual conta o grupo terrorista, definida por estes quatro níveis, não deve ser entendida necessariamente como limitada a apenas um deles. Há organizações terroristas que contam com redes de apoio em mais de um nível. As mais importantes organizações terroristas atuantes no Oriente Médio e no sul da Ásia contam, inclusive, com cadeias de apoio em todos os âmbitos apresentados.

3.1.1.2 *Objetivos*

O objetivo imediato de qualquer grupo terrorista é levar o medo e a insegurança para aqueles que consideram seus alvos. Os ataques repentinos e, normalmente, devastadores, perpetrados por agentes não identificados como forças inimigas regulares (integrantes de um Estado), contra instituições ou indivíduos, civis ou militares, têm como meta central causar instabilidade política e desordem social, ou pela destruição dos organismos normativos das sociedades objetivadas, ou através do estímulo para que a população civil atingida se rebele contra seu governo, em função de desejar a proteção necessária que estes mesmos governantes se demonstraram incapazes de fornecer. Muito embora, diante de ataques furtivos, seja difícil qualquer ação preventiva, como parece estar óbvio.

Seguindo este raciocínio, se pode colocar que os atentados do *11 de setembro* e outros da mesma natureza, ocorridos em períodos distintos, embora previamente considerados factíveis pelas autoridades dos países alvos, eram praticamente impossíveis de serem evitados. A preparação preventiva para estes tipos de ataques envolveria, por parte dos aparelhos de segurança responsáveis, complexos trabalhos de inteligência e mobilização para defesa que não teriam motivo de existir e nem mesmo a aprovação popular antes do ato terrorista ser

realizado, de fato. Talvez esta característica imanente das ações radicais terroristas seja, infelizmente, a maior vantagem operacional e logística com que contam seus realizadores.

Ainda, outro objetivo pode ser acrescentado para se entender o terrorismo internacional. A prática política internacional, principalmente aquela herdada do sistema westfaliano de Estados e, mais recente, do jogo da Guerra Fria, institui, como conselho, que os objetivos a serem alcançados têm maior relevância que os métodos utilizados. Dessa forma, para se atingir metas estabelecidas e derrotar um inimigo explícito, os agentes devem aumentar seu poder relativo da forma que considerar possível, inclusive se aliando aos “inimigos dos seus inimigos”. As ações terroristas podem ser enquadradas nesta perspectiva política tradicional quando nos discursos de suas lideranças são determinados os inimigos a serem destruídos, os motivos para tal ação e, mais importante, a declaração de solidariedade para que outros agentes políticos se somem aos esforços no sentido de liquidar os adversários comuns.⁹

Na perspectiva contemporânea é evidente a tentativa tanto de terroristas fundamentalistas religiosos islâmicos quanto do próprio governo dos Estados Unidos, de buscarem aliados em suas batalhas para aterrorizar o outro. Assim, os grupos terroristas têm, por meio de suas ações, a esperança de resposta tanto daqueles contra os quais age, mas também a pretensão de obtenção de apoio daqueles situados, no sentido político, contrários aos governos assolados dos ataques.

A publicidade é um objetivo dos mais destacados e importantes para o movimento terrorista, de qualquer natureza. Se são, como afirmei anteriormente, o medo e a insegurança os principais objetivos deste tipo de ação, é necessária a ampla divulgação da natureza dos atos, a forma como foi empreendido e os danos que causaram às vítimas. Agrava o quadro a extrema agilidade das informações oportunizada pelos meios de comunicação atuais¹⁰, permitindo não somente a todos os integrantes da comunidade agredida saber do ocorrido de imediato, mas também

⁹ Cf.: TILLY, Charles. **Op. cit.**, 2004. p. 9.

¹⁰ Como afirma Nicholas Onuf, a “Publicidade amplifica os atos de terror e dirige atenção para os movimentos terroristas e seus princípios. Graças à mídia de massa contemporânea, grande número de pessoas não diretamente ameaçadas com a experiência da perda de vidas pelo terror tem passado a sofrer com isso.” ONUF, Nicholas. Making Terror/ism. **International Relations**. Vol. 23, n. ° 1, pp. 53-60, 2009, p. 59.

os interessados em qualquer parte do mundo. A atual eficiência na divulgação das ações terroristas em muito contribui para que os objetivos indicados previamente sejam atingidos com muito mais rapidez¹¹.

Ainda um último objetivo dos grupos terroristas pode ser colocado no campo das práticas políticas e das transformações que tentam empreender. A administração de determinada realidade social, normalmente, atende a variados interesses e pretensões, o que remete à existência de grupos de poder, igualmente múltiplos e por vezes antagônicos, como partidos políticos, movimentos sociais, etc. A essa realidade, portanto, podemos atribuir alto grau de complexidade. As organizações terroristas, muito embora possam ter parte de seus integrantes atuando nesses grupos de pressão política tradicionais, têm o desejo da destruição disso que aqui chamo de “jogo político”, no bom sentido do termo, colocando os valores democráticos no centro da interpretação. Em outras palavras, a destruição física de instalações, os assassinatos, e os seqüestros, deixam claro que qualquer forma de negociação está suspensa, de imediato, caso as reivindicações não sejam satisfeitas. Ao contrário da complexidade do sistema político tradicional, que leva em consideração, entre outros, as necessidades, organização, pressão, e a importância dos requerentes e das autoridades, o terrorismo apela à simplicidade do consentimento perante o recurso da violência.

3.1.1.3 Métodos

Se considerarmos apenas os atos terroristas operados por grupos não estatais¹², os métodos empregados são bem conhecidos por estudiosos do assunto e também pelo público em geral. Basicamente são: seqüestros de indivíduos ou de

¹¹ Inclusive, esta agilidade das comunicações e a cobertura do terrorismo contribuem também para que aqueles que buscam torná-lo o “grande mal” a ser combatido conquistem cada vez mais adeptos. Lembre-se que a atual crítica ao terrorismo internacional recai sobre determinados grupos religiosos orientais, arbitrariamente classificados, em sua maioria, como terroristas.

¹² O terror de Estado, por outro lado, se configura como uma extrapolação do uso da força por parte dos governantes, empenhados na destruição de quaisquer entidades e grupos contrários a sua existência. Dentre os métodos empregados estão a suspensão dos direitos democráticos da população, o uso da inteligência policial, o constrangimento, a perseguição, a tortura, a prisão, o exílio, o homicídio, entre outros. No verbete “Terrorismo Político”, do Dicionário de Política, Norberto Bobbio destaca a diferença entre os conceitos de terror e terrorismo. Terror, em sua explicação, remete a um “instrumento de emergência” a que os governantes recorrem para se manter no poder. Já terrorismo político se qualifica “como o instrumento ao qual recorrem determinados grupos para derrubar o Governo acusado de manter-se por meio do terror.” Cf. BOBBIO, Norberto. **Terrorismo Político. Dicionário de Política**. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 1242.

veículos de transporte coletivo, como ônibus e aviões; assassinatos de personalidades e/ou autoridades; e a destruição de instituições e instalações consideradas estratégicas de acordo com os objetivos das organizações criminosas, e atentados contra população civil, geralmente efetivados em locais públicos¹³.

Contudo, mais recentemente um método novo da ação terrorista tem se mostrado particularmente assustador: o expediente do suicídio. As ações terroristas que aqui considero tradicionais, como os ataques às autoridades, por exemplo, não estavam planejadas para que em suas etapas de execução ocorresse a morte dos agressores, esta era sempre considerada um efeito colateral, todavia indesejado. A auto-imolação dos terroristas, principalmente os de orientação religiosa, atende a um novo padrão de violência complicado de se compreender. Pressupõe expectativas de recompensas baseadas em promessas póstumas, o que por si só indica um grau de fanatismo bem elevado.

Em movimentos terroristas não vinculados às questões religiosas, a auto-imolação também ocorreu, embora com menor freqüência. A diferença entre os seculares e religiosos é que os suicidas do primeiro tipo se destruíam como contribuição a uma causa justificada, do ponto de vista político, como o sucesso de uma esperada revolução, por exemplo. Ao fim, consideravam que sua atitude revertesse em ganhos políticos para seus companheiros de luta. O suicida religioso, contudo, não tem tão claro essa contribuição para a causa como os de tipo revolucionário. Do ponto de vista subjetivo, sua morte tem por meta os proveitos paradisiacos póstumos e a destruição do inimigo, não importando que este seja uma autoridade ou quadro policial/militar intimamente envolvido com a manutenção da ordem em uma dada sociedade, ou apenas um cidadão comum, pouco ocupado em questões políticas, mas igualmente considerado inimigo por suas opções religiosas, ideológicas ou políticas. Enfim, o ataque se converte tão somente num ato de ódio ao outro.

A radicalização dos métodos terroristas em tempos recentes atende também ao desejo de conseguir cada vez mais publicidade junto aos meios de comunicação, o que contribui para ampliar o prestígio e importância do grupo junto às suas

¹³ A destruição física de instalações normalmente vem acompanhada do assassinato de indivíduos, mas, nestes casos, o destaque é atribuído ao ataque à instituições pelo que significa e representa no plano simbólico, econômico e político.

comunidades-base atraindo, por seu turno, um número maior de combatentes para suas fileiras.

3.1.2 *Breve Retrospecto Histórico do Terrorismo Contemporâneo.*

É consenso entre a historiografia sobre esta temática que o surgimento e uso do termo “terror” na vida pública teve seu início durante o período da Revolução Francesa, de 1793 a 1794, governado pelos líderes jacobinos Robespierre e Saint Just, através do Comitê de Saúde Pública. Neste contexto histórico, o governo revolucionário/ditatorial, imerso em guerra com seus vizinhos, passou a utilizar o expediente da violência extrema contra todos aqueles que fossem suspeitos de espionagem ou colaboracionismo com os inimigos, ou até mesmo contra os críticos ao sistema de governo instaurado, criando um sentimento geral de insegurança nos cidadãos que, a qualquer momento, poderiam passar por um processo de investigação e serem condenados à morte na guilhotina. A definição de terror neste caso, contudo, se restringe ao estatal¹⁴.

No livro *Terrorism: origins and evolutions*, de James e Brenda Lutz¹⁵, dedicado ao resgate histórico do terrorismo, tem seu marco temporal inicial na antiguidade clássica, mais especificamente o mundo Greco-Romano. Em sua abordagem analítica consideram como atos terroristas uma variedade de formas de violência política: envenenamentos e conspirações palacianas contra governantes, rebeliões camponesas promovidas contra senhores feudais, entre outras. Enfim, dentro da categoria científica de terrorismo incluem todas as formas de violência que tenham alguma inspiração política. Pois bem, uma interpretação desta ordem, embora válida nas circunstâncias para a qual fora elaborada, acaba por não utilizar a mesma estrutura, objetivos e métodos que indiquei anteriormente como definidores do conceito de terrorismo. Esta perspectiva se converte em uma definição

¹⁴ BOBBIO, Norberto. **Op. cit.** pp. 1242-1243. COOPER, Barry. **New political religions or An analysis of modern terrorism.** Columbia, Missouri: University of Missouri Press, 2004. DUYVESTYEN, Isabelle. How New Is the New Terrorism? **Studies in Conflict and Terrorism**, vol. 27, nº 5, 2004; PARRY, Albert. **Terrorism: From Robespierre to Arafat.** Nova Iorque: Vanguard Press, 1976. TILLY, Charles. **Op. cit.**, pp. 8. TILLY, Charles. Terror as Strategy and Relational Process. **International Journal of Comparative Sociology.** Vol. 46, nº 1-2, pp. 11–32, 2005. p. 17.

¹⁵ LUTZ, James M. & LUTZ, Brenda J. **Terrorism: origins and evolution.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.

historicamente abrangente do conceito e não é a mesma aqui utilizada¹⁶. Sendo assim, cabe esclarecer que abordo, para todos os efeitos, as formas de ação terrorista no mundo contemporâneo ou moderno.

Na pesquisa que desenvolvo interessam as definições modernas do termo e aquelas que destacam seu papel internacional. Para tanto, utilizarei o conceito e os resultados de pesquisa que remetem às quatro grandes “ondas do terrorismo moderno”. Essas idéias estão apresentadas no trabalho do professor e pesquisador de Ciência Política de Universidade da Califórnia (UCLA - *University of California, Los Angeles*) David C. Rapoport, intitulado *The Four Waves of Modern Terrorism*, de 2004¹⁷.

O conceito empregado de *ondas de terrorismo (waves)*, para explicar as quatro principais forças do fenômeno, operantes, aproximadamente, nos últimos cento e trinta anos significa, segundo o autor,

[...] um ciclo de atividade [terrorista] em um dado período – um ciclo caracterizado por fases de expansão e contração. Uma característica crucial é seu caráter internacional; pois as atividades similares ocorrem em diversos países, conduzidas por uma energia predominante comum que caracteriza a forma de participação dos grupos e as suas relações mútuas. Como seus nomes sugerem – Anarquista, Anticolonial, Nova Esquerda e Religiosa, uma diferente energia guia cada uma [...] Uma onda é composta de organizações, mas ondas e organizações têm ritmos diferentes de sobrevivência. Geralmente, as organizações desaparecem antes que a onda a ela associada termine.¹⁸

Por “energia dominante” Rapoport refere uma tendência de crescimento e disseminação, em certa conjuntura, que propicia tanto a criação de novos

¹⁶ Inclusive, em relação à tipologia dos grupos terroristas utilizadas pelos autores há apenas três categorias capazes de enquadrar todos os movimentos neste longo espaço de tempo, o que dificulta a classificação de certas organizações contemporâneas. As categorias são: *os movimentos terroristas comunais*, geralmente identificados pelo caráter religioso ou étnico e pelo combate às forças estatais; *os movimentos terroristas ideológicos*, formados a partir de convicções políticas contrárias àquelas sustentadas por determinado governo; e *os movimentos terroristas instrumentais*, normalmente formados e/ou utilizados por governos para promover atentados contra comunidades internas separatistas ou contra países vizinhos em razão de disputas fronteiriças. LUTZ, James M. & LUTZ, Brenda J. **Op. cit.**, pp. 11-13.

¹⁷ RAPOPORT, David C. *The Four Waves of Modern Terrorism*. In: CRONI, Audrey Kurth & LUEDS, James M. **Attacking Terrorism: elements of a grand strategy**. Washington: Georgetown University Press, 2004. pp. 46-73.

¹⁸ RAPOPORT, David C. **Op. cit.**, pp. 47-48. O autor afirma que ocasionalmente uma organização pode superar o período anterior e posterior à onda da qual fazia parte, mas está uma exceção. O exemplo que utiliza é o do Exército Republicano Irlandês (IRA), que não nasceu como um movimento terrorista, mas se tornou um de tendência anticolonial ao longo de sua existência e atualmente, sobreviveu ao fim de sua “onda” com a criação de duas facções, o *Real IRA* e o *Continuity IRA*.

organismos terroristas adaptados à nova orientação, bem como, a possibilidade de alteração da natureza de alguns grupos terroristas comprometidos com a “onda anterior”.

Uma ressalva feita pelo próprio autor ao modelo cronológico apresentado é a da não exclusividade na relação entre algumas organizações terroristas e a *grande onda* vigente. Nos períodos observados em sua pesquisa, persistiram outras formas de terrorismo, como a nacionalista, ou mesmo a de grupos remanescentes do momento anterior, ainda que com um peso marginal no contexto geral.

Outra característica das ondas terroristas é o seu caráter geracional, que a faz perder força. Por essa afirmação, Rapoport explica que as novas gerações e potenciais herdeiras dos movimentos de seu país ou região não têm a mesma disposição e vigor que os criadores do grupo tiveram no momento de sua criação. Em outras palavras, a causa pela qual lutaram os pais já é tão atrativa aos filhos, o que remete à curta duração de cada uma das ondas (um espaço temporal com cerca de duas ou três gerações) ¹⁹.

Sobre a consistência e disseminação das ondas, o autor fala de dois fatores que contribuem para a sua disseminação e fortalecimento. O primeiro é a evolução dos meios de transporte e comunicação, que possibilitou, por exemplo, aos anarquistas se deslocarem pela Europa em trens e transmitirem informações pelo telégrafo. E o segundo remete a um fator cultural e doutrinário, baseado na criação de estratégias de ação e organização, geralmente publicadas e divulgadas para todas as unidades vinculadas à organização central. Esse patrimônio intelectual é também legado aos grupos da onda terrorista seguinte. Rapoport estabelece comparações entre o “Catecismo Revolucionário” do líder anarquista Sergei Nechaev e o “manual de treinamento” atribuído a Osama Bin Laden, onde as semelhanças entre os dois escritos chamam atenção, principalmente quando abordam a necessidade de absorver os conhecimentos de outras organizações com propósitos convergentes, ao longo da história. Outra palavra fundamental nos dois escritos é a da Revolução. Contudo, uma idéia de revolução pouco clara e ainda menos legítima do ponto de vista político; um termo utilizado muito mais para demonstrar uma condição de resistência perante um governo ou força internacional

¹⁹ RAPOPORT, David C. *Ibidem*. pp. 48-49.

opressora, do que por um projeto de administração pública coerente e responsável²⁰.

Quanto à divisão cronológica das ondas e as suas características principais, as quatro ondas são, na ordem: 1ª – a Anarquista, 2ª – a Anticolonial, 3ª – a da Nova Esquerda e 4ª – a Religiosa. A primeira delas se iniciou na Rússia no ano de 1880, e teve como função principal criar toda uma doutrina de atuação que foi adaptada pelas organizações ligadas às ondas seguintes. A segunda onda, a anticolonial, iniciou nos anos 1920, tendo como seu melhor representante o Exército Republicano Irlandês (IRA). Esta tendência teve um sucesso maior do que a primeira pela sua própria condição, uma vez que eram organizações oriundas de países, de fato, controlados por potências estrangeiras. Tal foi o sucesso relativo das organizações que ainda persistem dificuldades para a historiografia estabelecer quais delas eram ou não terroristas. Também os grupos desta onda foram os responsáveis pela criação de uma nova linguagem para defini-los politicamente e que resistiu ao seu ocaso. Os novos rótulos rejeitaram quaisquer vínculos com o terrorismo, sendo os seus membros os auto-intitulados “guerreiros da liberdade”, “salvadores”, entre outros, o que também dava margem para que atribuíssem aos governos as alcunhas que antes carregavam: surgiram então, pelo menos nas disputas discursivas, os “governos do terror”²¹.

A terceira onda, da Nova Esquerda, se iniciou ao longo da década de 1960 e teve no fracasso estadunidense na guerra do Vietnã o seu auge. Neste período há o surgimento de inúmeros grupos, no chamado terceiro mundo, com orientação voltada para uma interpretação do socialismo²² e um caráter internacionalista patente²³. São vários os membros mais importantes dessa nova onda movimentos como, entre outros: a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), as

²⁰ RAPOPORT, David C. *Ibidem*. pp. 49-50.

²¹ RAPOPORT, David C. *Ibidem*. pp. 52-56. A nova linguagem serviu também para a atração de novos militantes de cada organização, visto seu caráter libertador. Com respeito a esses grupos classificados como anticolonialistas temos de ressaltar, contudo, que as causas por eles defendidas atendiam, realmente, os anseios de grande parte da população colonizada, mas os métodos empregados acabaram por não legitimá-los junto a esse mesmo grupo que pretendiam representar.

²² Outro estímulo ao surgimento destes grupos pode ser localizado no crescimento do prestígio da União Soviética e seu modelo de sociedade.

²³ O internacionalismo é o resultado dos desdobramentos políticos do nacionalismo em muitas das ex-colônias, onde os grupos encarregados da independência e administração do novo país mantiveram vínculos pouco vantajosos com suas antigas metrópoles e não promoveram as devidas reformas sociais exigidas pela população.

Brigadas Vermelhas na Itália, o IRA, o M19 na Colômbia, os peruanos Tupac Amaro e o Sendero Luminoso. Nesta terceira vaga proliferaram os seqüestros de aviões e de autoridades, e tivemos o crescimento dos atos terroristas de caráter suicida, embora com certas diferenças em relação aos observados atualmente²⁴.

A quarta onda, a religiosa, teve início em 1979, em função de dois grandes acontecimentos, primeiro a revolução iraniana, que estimulou os xiitas a buscar disseminar seu modelo de revolução e sociedade para outros países (o Líbano é um desses casos), e, segundo, a invasão do Afeganistão pela União Soviética, provocando a reação de grupos armados religiosos sunitas²⁵. Adicione-se à conjuntura, o caso palestino, com o surgimento do Hamas na década de 1980, ocasionando uma alteração na configuração do movimento de resistência na região, pois este grupo se colocou em desacordo com a OLP²⁶.

A organização conhecida como Al-Qaeda (“A Base”) é criada também neste contexto, grande parte como resposta à situação afegã e os esforços sunitas de retomada do seu território. Antes da Al-Qaeda existia uma organização intitulada *Maktab al-Khadamat* (MAK) ou “Escritório de Serviços”, fundada por Osama Bin Laden e o Sheik Abdullah Azzam, com o objetivo de recrutar, treinar e financiar os *mujahidins* no Afeganistão²⁷. A data de criação da Al-Qaeda é também o ano da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão e o ano seguinte ao do fim da guerra entre Irã e Iraque, 1989, e também o marco que iniciou o processo de difusão das ações terroristas contra alvos diversificados, geralmente ocidentais. A quarta fase ou onda se destaca por três inovações principais, uma referente à organização internacional dos grupos sunitas e as outras aos métodos empregados nas ações terroristas.

Com respeito à inovação organizacional, a rede Al-Qaeda veio oferecer apoio material e logístico aos grupos terroristas a ela vinculados, tornando-os muito mais ofensivos em suas ações. Cabe lembrar que foi através dessa organização que se

²⁴ RAPOPORT, David C. *Ibidem*. pp. 56-61. A terceira onda ainda está em vigor atualmente, mas perdeu muito de sua força. Um exemplo de movimento pertencente que foi formado e sobreviveu a este período são as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas – FARC.

²⁵ Nesse sentido, o financiamento desses grupos radicais pelos sheiks sauditas envolveu este outro país, marcado pelo sunismo, na luta.

²⁶ A OLP, mesmo contando entre seus quadros com grande número de integrantes identificados com o islamismo, é uma organização laica.

²⁷ Cf. ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004.

processou o maior atentado terroristas dos últimos tempos (ou talvez de toda história) que vitimou milhares de inocentes nas Torres Gêmeas.

Já um dos novos métodos empregados, não é especialmente novo em sua execução, mas sim pelo crescente volume em que foi utilizado. Trata-se, neste caso, do recurso aos homens-bomba, que utiliza homens, adolescentes e, mais recentemente, mulheres como portadores dos artefatos destrutivos²⁸.

Mais recentemente, uma outra inovação metódica se fez presente e é a que os especialistas nomearam de *Super-Terrorismo* ou *Metaterrorismo*. Seu caráter inovador está ligado aos avanços da tecnologia de comunicação e de destruição. No campo informacional, remete ao uso de ferramentas oferecidas pela internet para divulgar autonomamente suas idéias e atos, aliciar novos integrantes e influenciar a opinião pública internacional, fazendo sua atuação atingir o nível global. Em relação à destruição, chamam de *super-terroristas* aqueles que lançam mão de novas tecnologias não convencionais em relação aos seus antepassados, como armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares²⁹.

3.1.3 – *Terrorismo na Caxemira: usos políticos e dificuldades conceituais e teóricas.*

As dificuldades conceituais para determinar o conceito de terrorismo estão ligadas à própria natureza do ato. O primeiro obstáculo é compreender os grupos radicais de acordo com o seu alcance. Em outras palavras, como separar terrorismo doméstico do internacional? Atos cometidos exclusivamente em um país, mas que contam com apoio de setores localizados em outros justificam a classificação de internacional? A rede Al-Qaeda, que supostamente não pertence a nenhuma circunscrição estatal, mas que auxilia o planejamento e execução das organizações terroristas em vários Estados pertence a qual atribuição? E se considerarmos, no plano subjetivo, os indivíduos terroristas identificados com uma noção de território alheia àquela dos limites dos países, como a idéia da *Ummah* (comunidade islâmica), não ficaria ainda mais complicado qualquer arranjo?

²⁸ RAPOPORT, David C. *Ibidem*. pp. 61-65.

²⁹ Cf. STEPANOVA, Ekaterina. **Terrorism in Asymmetrical Conflict. Ideological and Structural Aspects**. Nova Iorque. Oxford University Press, 2008, p. 10.

Outro obstáculo à delimitação do termo remete às diversas tipologias que, inclusive, apresentei na parte referente ao histórico do termo e que, como vimos, se alteram ao longo dos anos. Segundo Ekaterina Stepanova, pesquisadora vinculada ao SIPRI - *Stockholm International Peace Research Institute*, os tipos mais comuns de terrorismo são aqueles que localizam a “motivação dominante” do grupo estudado, dividindo-os em 1 - *sócio-político*, ou *secular ideológico*, 2 – os *nacionalistas* e 3 – os *étnico-religiosos*³⁰. Mas há outras tipologias também, consideradas normais, como a que apresentei na página 9, resultado da leitura de Lutz & Lutz³¹. A dificuldade enfrentada por ambas tipologias, e que dificulta sua aplicação, é tentar restringir a classificação do terrorismo ou pela sua motivação fundamental ou pela relação que mantém com outros poderes políticos³².

Dificulta também o entendimento do terrorismo quando referimos sua definição “técnico-jurídica”. Em outras palavras, em que circunstâncias específicas é possível determinar se a organização estudada deve ser considerada terrorista, consoante os cânones do direito internacional? Pois bem, uma definição elaborada pelo *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)*, e aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1999, está reproduzida abaixo:

[...] Reitera que atos criminosos, calculados ou planejados, para provocar estado de terror no público geral, grupo de pessoas ou particulares, com finalidades políticas são, em todas as circunstâncias, injustificáveis, quaisquer que sejam as considerações de uma natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou outra que possam ser invocadas para justificá-los. (GA Res. 51/210 Medidas para eliminar o terrorismo internacional)³³

Pelo que se nota na exposição, a abrangência e maleabilidade do conceito apresentado pela ONU permitem que qualquer movimento armado, contrário à ordem política em vigência no país, possa ser enquadrado como *terrorista*, dependendo de que grupo esteja no governo ou detenha a autoridade contra a qual se insurja. Em outras palavras, qualquer forma de ataque contra instituições públicas

³⁰ STEPANOVA, Ekaterina. **Op. cit.**, p. 8

³¹ LUTZ, James M. & LUTZ, Brenda J. **Op. cit.**, pp. 11-13.

³² Obviamente, nenhuma delas está errada, até porque são resultados do trabalho de pesquisa elaborados por especialistas e também porque os modelos que oferecem acabam por ser úteis na comparação com outras realidades observadas.

³³ **UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME**, disponível em: <http://web.archive.org/web/20070129121539/http://www.unodc.org/unodc/terrorism_definitions.html> Acesso em 14 de Janeiro de 2009.

ou privadas pode, eventualmente, ser considerada causadora de “terror público geral”, dependendo da versão que o governo ou instituição atacada venha a sustentar. Inclusive, antigos inimigos do Estado podem ser enquadrados na nova definição, se considerarmos este termo. Há exemplos que denotam sua fragilidade e o caso nepalês é instigante para análise. Durante muitos anos os rebeldes comunistas maoístas do Nepal (integrantes do, até então, banido Partido Maoísta do Nepal - PMN), que lutavam contra uma monarquia absolutista, foram classificados como “terroristas”. No entanto, após décadas de conflito o PMN chegou ao poder e agora colocou como o presidente do país o líder da antiga organização insurgente. A maioria da população, por seu turno, apoiou e aceitou a mudança.

Como esta mudança poderia ser tratada de acordo com o direito internacional, se a lei também prevê a autodeterminação? Se o grupo classificado como terrorista conta com a simpatia popular e luta contra um regime repressor, como classificar suas ações de terrorista? Enfim, embora esta definição conceitual conste no site da UNODC, atualmente a própria ONU considera que a precisão do termo seja problemática e está na base de grande parte das suas discussões. Resta a impressão que quando tratamos o que se deve entender por terrorismo, o nacional ou o internacional, ou de motivações e naturezas múltiplas, há fatores políticos que interferem na atribuição de precisão ao texto-base e permanece a exigência para o pesquisador estabelecer em quais critérios estruturará a sua pesquisa.

Para o entendimento adotado para o trabalho de pesquisa que desenvolvo sobre o terrorismo tomarei emprestadas partes dos argumentos que foram arrolados anteriormente, buscando atender as necessidades colocadas pela observação da realidade em que se encontra o objeto de pesquisa recortado, qual seja, o terrorismo na região disputada da Caxemira.

Sobre o alcance, o terrorismo analisado tem *caráter internacional*, porque envolve direitos de posse controversos a respeito de uma região fronteira e também porque os grupos radicais instalados na Caxemira defendem a anexação do território em litígio ao Paquistão, mas argumentam também que, em função de sua concepção territorial específica, o próprio Paquistão deve se submeter a uma autoridade considerada superior à nacional - a religiosa -, compondo uma comunidade islâmica ampla (a *Ummah*).

Do ponto de vista motivacional, o sentimento de pertença à *religião islâmica* é o fator que mobiliza a maioria dos grupos terroristas caxemires/paquistaneses contra autoridades públicas indianas, sendo este o seu caráter definidor. Neste ponto há uma divergência em relação tanto às classificações apresentadas por Stepanova quanto por Lutz & Lutz. Em ambos os casos há a junção de religião e etnia sob o argumento de que, via de regra, estão entrelaçados. No caso estudado, a religião, e apenas ela, é o fator comum entre os grupos terroristas, e o que os diferencia daqueles que consideram inimigos. Em termos étnicos ou de sentimentos nacionais, os grupos são marcados pela heterogeneidade.

A respeito da definição que intitulei de técnico-jurídica, adoto e concordo com o sentido restrito do enunciado defendido por Stepanova, que circunscreve o terrorismo como,

[...] o uso intencional ou ameaça de uso intencional da violência contra civis e/ou indivíduos não-combatentes por um ator não-estatal (trans- ou sub-nacional) em uma confrontação assimétrica, para alcançar objetivos políticos.³⁴

Considero este texto mais adequado porque deixa claro que os atos terroristas são aqueles exclusivamente dirigidos contra civis e não-combatentes - o que não exclui quaisquer forças paramilitares ocasionalmente apoiadas pelo governo, e também os quadros policiais e militares regulares. De outra forma, o texto não arrola quais as motivações terroristas, de cunho religioso, étnico, e outras, deixando margem à inclusão de novas motivações que não as especificadas. Além, a definição do ator não-estatal terrorista *sub* ou *transnacional* evidencia a possibilidade de punição independente de questões jurisdicionais.

Quanto à teoria científica utilizada para entender este fenômeno, para encontrar suas razões sociais, buscarei relacionar o terrorismo na região caxemir com o conceito de anti-movimento social. E para conhecer especificamente seus objetivos políticos, acrescento os valiosos trabalhos de Charles Tilly, defensor de interpretação sobre o terrorismo como um processo sociológico relacional e uma estratégia explicada pelas teorias da violência política.

³⁴ STEPANOVA, Ekaterina. **Op. cit.**, p. 11. Há pequenas adaptações neste breve texto que elaborei para torná-lo mais claro, mas que não mudam a sua essência.

As organizações terroristas podem ser enquadradas na categoria de *anti-movimento social* porque apresentam características compatíveis com essa ferramenta analítica. Antes de indicar quais os princípios componentes do anti-movimento social, analisarei os elementos constitutivos da categoria de “movimento social”. Para desenvolver essa discussão me favoreço das leituras dos especialistas Alain Touraine³⁵, Michel Wieviorka³⁶ e Raul Enrique Rojo³⁷.

A definição de movimento social resulta da solução por este de três princípios de existência. Todo movimento social deve: dar-se uma identidade social, 2 – deve se constituir em oposição a um adversário social; e 3 – deve ter em seu ideário a defesa de uma totalidade socialmente válida, quer dizer, articular-se em torno do “que está em jogo”³⁸ no conflito central que perpassa o agir do movimento.

A Identidade (I) de um movimento social remete ao que o movimento diz de si, dos interesses que são por ele assumidos e representados. Ao assumir a representação de determinado interesse ou setor da sociedade, o movimento social aufere, em contrapartida, a legitimidade necessária para existir e atuar. Portanto, o processo de constituição de identidade social de uma ação coletiva é marcado por um efeito complementar e concomitante, envolvendo representação e legitimação.

O princípio da Oposição (O), que marca todo movimento social, determina seus objetivos e proporciona a instauração de um conflito com um adversário específico. Todo movimento social existe porque os interesses que defende são contrariados por um oponente, um adversário social que discorda, opõe ou menospreza a luta do movimento, por exemplo: da mudança para melhorar as condições de existência do grupo de que é representante ou mudança para alcançar a direção de determinada organização na qual esteja instaurado o antagonismo. Contudo, o princípio da oposição dos movimentos sociais (e não dos movimentos de ruptura, como os revolucionários) é marcado pelo compartilhamento de certos valores culturais comuns entre os oponentes, que não invalidam o conflito, mas de certa forma, limitam os resultados a serem alcançados. Dessa forma, no exemplo

³⁵ TOURAINE, Alain. **Poderemos Viver Juntos?: iguais e diferentes**. Petrópolis -RJ: Vozes, 1998.
TOURAINE, Alain. **O Retorno do Actor. Ensaio sobre Sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, c1984.

³⁶ WIEVIORKA, Michel. *The Making of Terrorism*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1993. WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

³⁷ ROJO, Raul Enrique. **Algunas Reflexiones sobre los Movimientos Sociales**. Mimeo, 2008A.
ROJO, Raul Enrique. **Em Torno de los Antimovimientos Sociales**, mimeo, 2008B.

³⁸ O *enjeu* de que falam autores franceses.

clássico das lutas sociais na sociedade industrial, *el movimiento obrero y el empresariado comparten la idea de que el progreso y la industria corren juntos y que se trata de dirigirlos, cada um obrando para tal fin*³⁹, há a presença do conflito de soma positiva, pois nenhum dos grupos em oposição tem por objetivo eliminar o outro, e sim obter vantagens comparativas no controle social dos recursos, que consistem na totalidade pela qual lutam.

O terceiro princípio é, justamente, o da Totalidade (T), que revela os objetivos dos movimentos sociais. Os ideais ou “valores superiores” que norteiam a ação e discurso do movimento, na sua luta pelos interesses de grupos sociais que representa. Embora engajado na luta por metas específicas, decorrente dos anseios de determinados setores da sociedade, há certos valores universais que subsidiam as ações dos movimentos sociais e os transformam numa organização legítima perante toda a sociedade justamente porque esses valores culturais gerais são reconhecíveis a todos, e transformam o cenário da disputa em um “ambiente” permeado por discursos e ações de bases culturais e sociais comuns.

Pois bem, o terrorismo fundamentalista islamista, objeto da pesquisa ora desenvolvida, como uma forma de anti-movimento social pode ser assim avaliado porque ou rejeita, confunde ou distorce os três princípios indicados, se definindo, assim, pela sua inversão (por isso o prefixo “Anti”).

As organizações terroristas islamistas podem ser constituídas a partir de uma “Anti-I” porque, embora recrutem grande parte de seus militantes de setores sociais reconhecidos, como a juventude pobre urbana e rural desiludida, não têm vínculo com os ideais sociais daqueles que supostamente pretendem representar. O auxílio material e espiritual que as lideranças religiosas radicais oferecem acaba por atrair simpatizantes para a sua causa. Simpatia esta obtida pela relação de troca envolvida e não pela representação de interesses sociais específicos, ou seja, em troca dos recursos materiais e da “proteção” recebidos há a contrapartida da subserviência e lealdade política (*sublealdades*). O terrorismo se baseia numa “Anti-I” porque não representa grupos sociais específicos e suas ações não contam com a legitimidade advinda desta representação, a identidade que assumem, portanto, não é social e sim cultural.

³⁹ ROJO, Raul Enrique. **Op. cit.**, 2008A, p. 2.

O terrorismo também se estrutura a partir de uma “Anti-O” (uma “Oposição” seriamente distorcida e naturalizada) porque os adversários são convertidos em inimigos a serem destruídos, simplesmente por não compartilhar o modelo cultural próprio do grupo terrorista. Ou seja, todos os defensores de uma sociedade organizada em parâmetros seculares são considerados “heréticos” e não tem lugar em um mundo objetivado de acordo com os princípios sobrenaturais e/ou atávicos, próprios de um Islã radical e guerreiro. Por essa razão, estes infiéis devem ser eliminados, pois não há possibilidade de aceitação de qualquer convivência compartilhada⁴⁰.

A “Totalidade” comum à luta dos movimentos sociais e seus antagonistas é completamente negada pelos grupos terroristas islamistas, em geral. Isto porque não há valores culturais comuns e compartilhados entre os movimentos teológicos islâmicos terroristas e a sociedade laica que possam constituir-se no *enjeu* da luta com o adversário designado. O Islã radical tem a “pretensão total” de enquadrar todos os comportamentos sociais de acordo com sua visão de mundo e, também, de promover uma reinterpretação da história, atribuindo uma significação a essa evolução social de acordo com seus interesses⁴¹. Ao anular e ajustar a historicidade da sociedade e regular as formas de agir da população sob seu controle, os grupos radicais acabam com a possibilidade da “Totalidade” compartilhada com o adversário porque o cenário da disputa não é o mesmo, não é um cenário social, e sim um cenário baseado em valores culturais religiosos de diferenciação e segregação. Enquanto o objetivo dos movimentos sociais consiste sempre em “vencer um jogo” de regras partilhadas, dentro de uma concepção vinculada ao mundo da produção social, de bens simbólicos e materiais, melhorando suas condições de apropriação social, as organizações terroristas não visam disputar e vencer, mas acabar com o conflito pela eliminação do que é diferente, negando a existência da identidade cultural do outro⁴².

O processo de inversão, ligado aos de Anti-I, Anti-O e por sua vez, nas palavras de Wieviorka, auxilia na compreensão deste fenômeno radical islamita

⁴⁰ Quando ocorre o impedimento de qualquer interlocução com aquele que é considerado diferente, a violência social e política tende a crescer exponencialmente: ao não considerar “o outro” um ser digno de quaisquer direitos automaticamente lhe é atribuída uma condição sub-humana, animalésca, propícia à eliminação caso se torne nociva a sua existência.

⁴¹ ROJO, Raul Enrique. **Op. cit.** 2008B, p.4.

⁴² TOURAINE, Alain. **Op. cit.**, 1998, p. 140.

porque explica que com o enfraquecimento dos movimentos sociais e culturais islâmicos ocorreu um fortalecimento da vertente radical terrorista. Este,

[...] com efeito, desenvolve-se precisamente porque deixa de estar maciçamente em contato com aqueles que pretende representar, porque seus protagonistas separam-se da experiência vividas pelas populações envolvidas, não dialogam mais com elas e nem lhes submetem seus atos. Nessas condições, os atores invertem, abolem ou pervertem as categorias iniciais sobre as quais se fundava o sentido de sua ação, cuja violência torna-se tanto mais ilimitada quanto ela se desgarrar de suas significações originais.”⁴³ [grifo meu]

* * *

As contribuições de Tilly para o entendimento do terrorismo partem de suas críticas a duas formas contemporâneas de se entender este assunto. A primeira remete às formas mais apropriadas para entender processos sociais, como é o terrorismo. A segunda refere-se à desmistificação do fenômeno e a sua compreensão como uma *estratégia* política, radical é claro, mas possível de ser localizada dentro de explicações racionais complexas.

Sobre o primeiro ponto, Tilly argumenta que, via de regra, os pesquisadores utilizam três tipos de recursos para descrever e explicar os processos sociais: as descrições *disposicionais*, as de tipo *sistêmico*, e as *relacionais*. Pela vertente disposicional entende as descrições/explicações baseadas em condições individuais subjetivas, um tanto deterministas, que explicam o acontecimento de forma linear e simplista. Ou seja, o terrorismo poderia ser explicado com base na análise da vida pregressa dos terroristas e as motivações determinantes de sua opção por essa atividade⁴⁴.

Há alguns problemas nessa forma de abordagem. O primeiro é que acaba por ignorar outras explicações, como as biológicas, físicas, econômicas e sociológicas

⁴³ WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 231.

⁴⁴ Essa crítica é feita ao trabalho de Jéssica Stern, *Terror in the name of God*, que coloca como causa principal da opção pelo terrorismo fatores particulares, relativos à vida de alguns terroristas por ela entrevistados. Assim, as escolhas individuais dos terroristas estariam submetidas às (más) experiências de vida. TILLY, Charles. Terror as Strategy and Relational Process. **International Journal of Comparative Sociology**. Vol. 46, n.º 1-2, pp. 11–32, 2005. pp. 11-18.

para o entendimento do processo⁴⁵; o segundo, porque homogeneiza todos os terroristas, como se tivessem os mesmos fatores impulsionadores e objetivos; e terceiro, porque é determinista, já que se dispõe a prever ações radicais com base na suposição de que se conhece a forma como o terrorista pensa e atua.

As descrições de tipo sistêmicas têm por princípio explicar um processo social como decorrência de características macro da sociedade. O terrorismo pode, então, ser compreendido como resultado da economia mundial desigual, um sistema político nacional ou mundial, a globalização, entre outros. Essa forma de descrição insere e determina o caráter do fenômeno em consonância a um contexto maior, fazendo a conexão entre a pequena e a larga escala. Essa orientação, contudo, coloca dois obstáculos ao pesquisador: descobrir qual dos grandes sistemas é o mais adequado para explicar o fenômeno social, o terrorismo, no caso; e estabelecer relações de causa e consequência entre estes dois níveis distintos, e também distantes, de explicação⁴⁶.

Tilly aposta nas explicações de tipo relacional para entender o terrorismo e demais processos sociológicos porque estas consideram os

[...] fatores sociais como seu ponto de partida, tratando eventos e características estruturais sociais como resultados das suas interações. Descrições relacionais explicam o terrorismo e suas alterações com base nas mudanças operadas nas conexões entre pessoas e grupos, por exemplo, nos laços existentes entre exilados, redes criminosas internacionais e grupos de poder locais. Descrições e explicações relacionais tem a vantagem de colocar a comunicação, incluindo o uso da linguagem, no coração da vida social.⁴⁷

Dessa forma, ao defender as interações entre atores sociais torna o processo explicativo acerca do terrorismo mais complexo, dando margem para considerá-lo uma *estratégia* de ação, calcada no recurso da utilização de violência política, mas que não é a forma única de mobilização dos agentes que o promovem. A seguir serão listados os pontos que Tilly considera ideais para se entender esse processo social.

⁴⁵ TILLY, Charles. **Op. cit.**, 2005. p. 20.

⁴⁶ TILLY, Charles. **Ibidem**, 2005. pp. 18-19.

⁴⁷ TILLY, Charles. **Ibidem**, 2005. p. 19.

Sucintamente, Tilly sustenta que: o terrorismo é definido como uma estratégia de violência ou ameaça de violência política, marcada pelo posicionamento assimétrico contra um determinado regime político, utilizando métodos de confronto considerados incomuns; geralmente, a atividade terrorista não é a única desempenhada pelos seus membros, estas outras formas de manifestação podem estar relacionadas com uma comunidade onde estão instalados e da qual dependem, ou na participação em outras organizações políticas, a princípio, não-violentas, como partidos, o que oportuniza canais viáveis de negociação; grupos terroristas especializados, que não participam em outra forma de ação política, geralmente são instáveis e efêmeros; não há significativas diferenças entre grupos terroristas e os especialistas em coerção empregados ou amparados pelo governo, como membros do exército, grupos paramilitares, milícias, etc.; a estratégia política vinculada aos atos de terror varia de: 1 - ações radicais intermitentes de grupos engajados em variadas batalhas política, 2 - ações organizadas e persistentes, promovidas pelos especialistas em coerção ligados a regimes políticos, e 3 - ações racionalmente elaboradas e operadas por grupos distintos, comprometidos e ligados por redes. Por fim, embora receba muita publicidade nos dias atuais, a maioria das formas de terrorismo existentes tem pouco espaço nos meios de comunicação de massa.⁴⁸

Destaco na análise de Tilly a estratégia política como fundamental para compreensão do fenômeno do terrorismo. Este ponto de vista retira dos terroristas a característica irracional normalmente lhes atribuída e circunscreve seus atos na perspectiva política, muito embora seja, de todas as formas, condenável. As partes estruturantes do conceito de anti-movimento social, que atribuem ao terrorismo uma sorte de “Anti-O” e ausência de uma “Totalidade” compartilhada não invalidam a argumentação de Tilly sobre a estratégia. Afinal, ainda que o objetivo terrorista seja eliminar o inimigo, através de recursos extremos, e mesmo que não compartilhe valores culturais/sociais e cenários de confrontação comuns⁴⁹, não quer dizer a

⁴⁸ TILLY, Charles. Terror, Terrorism, Terrorists. **Sociological Theory**. Vol. 22, n. ° 1, pp. 5-13, Mar/2004. p. 6.

⁴⁹ O recurso a outras atividades políticas, também defendidas por Tilly a respeito do funcionamento terrorista, não quer dizer que o cenário de confronto é compartilhado e/ou permeado por valores aproximados, mas se insere na lógica da sobrevivência das organizações tanto em seu entorno como no cenário político maior onde desempenha suas atividades.

ausência de estratégia política, mas sim a opção pela vertente mais radical, calcada em um plano específico de ação.

3.1.4 Do jihadismo na Caxemira como forma de terrorismo

Embora tenha adquirido certa notoriedade nos últimos anos, muito em função da cobertura midiática dos acontecimentos políticos no Oriente Médio e Ásia Meridional, a jihad não pode ser considerada, exclusivamente, uma doutrina da guerra dentro do Islã. Muito da importância atribuída à jihad apenas como *guerra santa* ou *ato violento* está relacionada, por infortúnio, à concepções simplistas ou instrumentais do termo, dado que não ocupa papel central no dogma muçulmano e não consta dos cinco princípios básicos prescritos no Corão⁵⁰.

A palavra *jihad* significa “esforço (ou empenho) em nome de Deus” e, neste sentido, se converte em um “compromisso total” com o Islã “para reger a própria vida nos moldes prescritos por Deus, para imbuir a sociedade com a letra e o espírito da lei divina e para propagar a verdadeira religião no mundo inteiro”⁵¹. Ainda segundo a linha explicativa de Peter Demant, há dois tipos de Jihad, a “grande jihad”, que é uma “disciplina de transformação interior”, através da qual o fiel se dedica a levar sua vida de acordo com os ensinamentos islâmicos, e a “pequena jihad”, que é o “empenho na guerra de conversão dos infiéis, externa, e se necessário, violenta”⁵².

A “pequena jihad” ou militância religiosa, por sua vez, se divide em dois turnos, a *jihad defensiva*, para proteger as terras onde a comunidade islâmica é predominante, e a *jihad ofensiva*, empregada para difundir o Islã⁵³. Se considerarmos a prática guerreira observada na história da religião, principalmente

⁵⁰ Estes princípios são: 1 – *shádada* (ou profissão de fé); 2 – a *çalát* (a oração); 3 – a *zakát* (a esmola); 4 – o *çawm* (jejum do mês do Ramadã); e 5 – a *hajj* (peregrinação comunitária à Meca). Cf.: GUELLOUZ, Azzedine. O Islão. In: DELUMEAU, Jean. (dir.). **As Grandes Religiões do Mundo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997, pp. 298-324.

⁵¹ DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 36.

⁵² DEMANT, Peter. **Idem**.

⁵³ Na jihad defensiva devem se engajar todos os membros da comunidade islâmica, tanto da atacada quanto das demais, tratando-se de uma prática universal do mundo muçulmano. A jihad ofensiva, por seu turno, deve ser realizada apenas pelas forças especializadas em batalha. Cf.: KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 214.

no mundo asiático, a “pequena jihad” será central na explicação de sua evolução⁵⁴, mas se nos ativermos apenas nos ensinamentos corânicos e ao islamismo ocidental, a grande jihad adquire preponderância.

Feitos estes primeiros esclarecimentos, cabe a pergunta principal deste subitem: Por que nesta pesquisa o jihadismo na Caxemira é entendido como uma forma de terrorismo político? A resposta a essa indagação remete a dois momentos históricos na recepção e interpretação do islamismo no Paquistão e o processo de subversão da jihad como forma de ação religiosa e política. A primeira fase dessa subversão é decorrente das interpretações de Syed Abul A'ala Mawdudi, ou apenas Maulana Mawdudi, um intelectual religioso paquistanês, fundador do primeiro partido islâmico do país. O segundo momento pode ser localizado em interpretações mais recentes da “guerra santa”, divulgadas pelos grupos extremistas atuantes na Caxemira, como aqueles de orientação deoband, como o Jaish-e-Mohammed (Exército de Maomé), ou os vinculados ao movimento vaabita saudita, como o Lashkar-e-Taiba (Exército dos Justos ou Exército dos Puros⁵⁵).

Em linhas gerais, a principal contribuição de Mawdudi para uma reinterpretção do islamismo foi a fusão feita entre a religião e o Estado, pensados como um único sistema. A religião islâmica deveria organizar na íntegra a vida da comunidade e também estar acima das instâncias políticas e econômicas, não bastando apenas estar submetido a um Estado com maioria populacional muçulmana, como era o Paquistão no momento de sua criação, mas que este Estado incorporasse a religião islâmica⁵⁶. Nesta linha, afirma a historiadora paquistanesa Ayesha Jalal, sobre as idéias de Mawdudi:

A aceitação de um governante significava submeter-se à religião do soberano e obedecer suas leis. Um ser humano não pode seguir duas religiões. Acreditar na divindade e também obedecer a lei temporal constituía politeísmo, porque a dupla fidelidade causava confusão entre a lei do governante e a xariá de Deus. As orações de um muçulmano

⁵⁴ De fato, o islamismo, tal qual o cristianismo e outras religiões, se coloca como a única fé verdadeira e teve, desde seus primórdios, o impulso de disseminação através da palavra ou pela força. O profeta Maomé era, ele mesmo, além de um líder religioso, um comandante militar que lutou contra a elite de Medina e depois dirigiu seu retorno à Meca, da qual fora expulso.

⁵⁵ Dedico os itens a seguir, ao tratamento e análise destes e outros grupos terroristas, que são centrais para o desenvolvimento desta dissertação.

⁵⁶ HAQQANI, Husain. The Ideologies of South Asian Jihadi Groups. **Current Trends in Islamist Ideology**. Vol. 1, pp. 12-26, março/2006, p. 16.

que não se conforma à xariá são artificiais, porque são os atos que contam, e não a crença.⁵⁷

Considerada esta defesa de um *Islã Total*⁵⁸, Mawdudi pensava a guerra santa, ou a pequena jihad, como forma de levar o dogma para todos os infiéis, expandindo os domínios do Estado ao qual estava submetido. Em outras palavras, a jihad seria um instrumento para atingir os objetivos políticos de uma comunidade política maior, na qual o Estado estaria inserido.⁵⁹

A primeira subversão da jihad nos escritos de Mawdudi estão situadas exatamente na sua submissão e utilização em conformidade com os objetivos políticos de um governo, paquistanês no caso, porque este país deveria ser compreendido como integrante da comunidade política mais ampla que referi antes.

A interpretação de Mawdudi sobre o islamismo como fator estruturador de uma comunidade política na qual o Estado é membro participante torna a compreensão acerca dos interesses políticos um tanto confusa. Afinal, e citando o exemplo desta pesquisa, se a jihad pela Caxemira deve ser entendida como uma batalha pela comunidade política islâmica ampla, na qual o Paquistão está inserido; e, sabendo também que este país é independente e soberano, do ponto de vista do direito internacional, restam as perguntas: Qual a fronteira política entre a comunidade islâmica e o Paquistão? Como é possível distinguir os interesses internacionais do governo nacional e das lideranças transnacionais da Ummah?

O tipo de jihad de acordo com os termos de Mawdudi acaba por ser, enfim, uma ferramenta estratégica à disposição de governantes seculares, desde que mantenham boas relações com o grupo religioso responsável por definir quando, onde e contra quem as guerras santas devem ser travadas.

Segundo Bernard Lewis, a guerra santa não pode estar a serviço de aparatos governamentais, para atingir metas políticas, como a anexação de um território disputado⁶⁰, tal qual ocorre com os grupos jihadistas empenhados na conquista da

⁵⁷ JALAL, Ayesha. **Combatentes de Alá: a jihad no sul da Ásia**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. p. 219.

⁵⁸ Por *Islã Total* refiro um sistema bastante similar a um regime teocrático, onde todos os aspectos da vida pública e privada estão submetidos aos desígnios de autoridades religiosas.

⁵⁹ KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, p. 63.

⁶⁰ LEWIS, Bernard. **La Crisis del Islam. Guerra Santa y Terrorismo**. Buenos Aires: Ediciones B, 2004. pp. 51-63.

Caxemira aos indianos. A organização extremista *Hizb-ul-Mujahidin* (Partido dos Guerreiros da Liberdade), vinculado ao partido religioso Jamaat-i-Islami (Partido ou Bloco Islâmico), comandado por Mawdudi até sua morte, ainda é bastante influenciado por este tipo instrumental de jihad e utiliza esta perspectiva como referência para sua luta pela Caxemira.

O segundo momento do processo de simplificação e operacionalização da jihad ocorreu na esteira dos acontecimentos relativos à resistência afegã aos ocupantes soviéticos, a partir de 1979, e quando da intensificação da atuação mujahidin na Caxemira, com a privatização do conflito pelo lado paquistanês, no início da década de 1990. Neste ínterim, lideranças islamistas, aproveitando-se de ampla liberdade de ação e do crescimento do poder dos madraçais no sistema de ensino do Paquistão, conseguiram incrementar o número de guerreiros religiosos invertendo completamente o sentido da “guerra santa”.

A luta violenta, de extermínio total, classificada superficialmente como *jihad*, contra os supostos inimigos do Islã, passou a ser o escopo de qualquer muçulmano comprometido, de fato, com a religião. Neste sentido, os cinco princípios básicos do Islã foram relegados em favor de uma campanha de carnificina dirigida não apenas a soldados, forças de segurança e instituições públicas indianas na Caxemira, mas aos cidadãos hindus, budistas, siques e, inclusive, muçulmanos favoráveis à manutenção do *status quo* vigente na região⁶¹. Interessante notar que este movimento de subversão radical da noção de jihad reduziu toda e qualquer interpretação deste termo à violência política, dirigida contra inimigos do Estado paquistanês. Inimigos estes resumidos, por sua vez, a todos os não empenhados na “libertação da Caxemira”⁶².

As organizações terroristas islâmicas, vinculadas aos partidos e movimentos religiosos deobandis e vaabitas, passaram a considerar todos os que não lhes eram favoráveis em potenciais inimigos a serem destruídos. A jihad, neste modelo radical, e independente de considerarmos suas vertentes defensiva e ofensiva, não mais visava disseminar o credo islâmico e converter os infiéis da Caxemira, e se transfigurava em um recurso de legitimação para o extermínio.

⁶¹ JALAL, Ayesha. **Op. cit.**, p. 253.

⁶² JALAL, Ayesha. **Ibidem.** pp. 252-254.

Por seu turno, os guerreiros religiosos mujahidins comprometidos nesta operação passaram a adquirir outro estatuto social. Tornaram-se notórios membros das sociedades de onde eram originários, heróis glorificados pelos ulemás e mulás paquistaneses interessados no aumento de seus exércitos particulares. Como resultado, os muçulmanos indiferentes à luta pela Caxemira passaram a ser considerados fiéis de “segunda categoria”. A pesquisadora Ayesha Jalal, reproduziu interessante trecho da campanha de recrutamento do grupo terrorista *Lashkar-e-Taiba* intitulada “Vamos nos tornar mujahidins!”, que dizia:

- 1 – Você quer a dominação do D[i]n [governo] de Alá, a destruição das forças do mal e da descrença, a morte dos sistemas de justiça e opressão?
- 2 – Você quer que a Ummah muçulmana se reerga como nação dignificada e que se dê uma resposta adequada a todas as atividades e maquinações contra os muçulmanos?
- 3 – Você quer que a paz e a tranqüilidade prevaleçam na sociedade muçulmana, a humanidade seja adorada com as virtudes da piedade, moral e outros atributos de bom caráter?
- 4 – Você quer o fim de todos os males e da cultura ocidental? Você quer que os direitos de Alá e os direitos das pessoas sejam preservados?⁶³

Outra subversão adotada em prol da nova versão da jihad foi a adoção do suicídio como ferramenta de luta. Os pelotões de fedayins⁶⁴ crescem exponencialmente dentro dos grupos terroristas, estimulados por promessas de lutar no paraíso terreno da Caxemira e alcançar, assim, o paraíso sobrenatural muçulmano. Adicione-se a essas promessas celestiais, a propagação de uma inventiva mitologia jihadista entre os grupos terroristas que visa tornar ainda mais gratificante a auto-imolação⁶⁵. Convém lembrar que tanto o assassinato quanto o martírio no Islã são práticas condenáveis⁶⁶, o que denota ainda outra inversão da exegese muçulmana operada por esses grupos para atingir certos fins estratégicos.

Apesar do emblemático maniqueísmo, extremismo e da violência que caracterizam o conflito pela Caxemira, muitos dos militantes das organizações

⁶³ JALAL, Ayesha. *Ibidem*. p. 248. Aqueles que respondiam afirmativamente eram instruídos para se incorporar aos campos de treinamento do grupo e se tornar um mujahidin.

⁶⁴ Originalmente, os fedayin são os guerrilheiros palestinos que resistiam ao Estado de Israel. Contudo, no Paquistão o título refere os militantes suicidas que compõem corpos separados dentro dos grupos terroristas.

⁶⁵ Essa mitologia inclui, entre outros, mitos sobre mujahidins que foram resgatados por anjos, outros que eram impermeáveis aos disparos dos inimigos indianos e outros que eram auxiliados por ursos, macacos e gatos. Cf. JALAL, Ayesha. *Ibidem*. p. 247.

⁶⁶ LEWIS, Bernard. *Op. cit.*, pp. 59-60

jiihadistas não aceitam, sob nenhum aspecto, a classificação de terroristas. Em sua concepção está evidente que esta conquista territorial é uma missão sagrada e, neste sentido, exterminar fiéis de religiões opostas que, de alguma forma, lhe impedem de atingir esta meta, é natural. Gradativamente, a jihad caxemir em seu viés mais extremo e instrumental passa a adquirir o estatuto de obra inquestionável. Um exemplo pode ser obtido pela Ilustração 10 a seguir, que exhibe a interpretação da “guerra santa” por um elemento do grupo Jaish-e-Mohammed, um dos mais radicais em atuação na Caxemira.



Ilustração 10 – Militante jihadista paquistanês

Fonte: JONES, Owen Bennett *Pakistan. Eye of the Storm*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003.

Por fim, o jihadismo na Caxemira pode ser aqui classificado como prática terrorista porque passou por fases de reinterpretação através das quais o sentido original foi subvertido, foi tornado instrumental para a realidade regional. Essa subversão, por seu turno, é legitimada pelos interesses estratégicos e políticos tanto das lideranças das organizações ou redes terroristas, preocupadas em ampliar seus poderes no cenário transnacional da Ásia Meridional, quanto de setores do governo paquistanês, de acordo com as especificações de Charles Tilly, como o Exército e o principal serviço secreto do país, o ISID (*Inter-Services Intelligence Directorate*), interessados em manter ativo o conflito pela Caxemira através da sua “terceirização”.

3.2 Grupos Terroristas na Caxemira

Há, na atualidade, vários grupos radicais, considerados terroristas, em atividade na região da Caxemira. Contudo, uma análise panorâmica dessas organizações mostra significativas diferenças entre suas vias de formação, estruturas, objetivos e posturas ideológicas. Em sua grande maioria, definem-se de acordo com o islamismo, mais especificamente com a linha de interpretação sunita, mas mesmo aqueles classificados em consonância com esta orientação, ainda apresentam desacordos, tanto em relação aos seus objetivos, quanto ao significado atribuído às suas atividades.

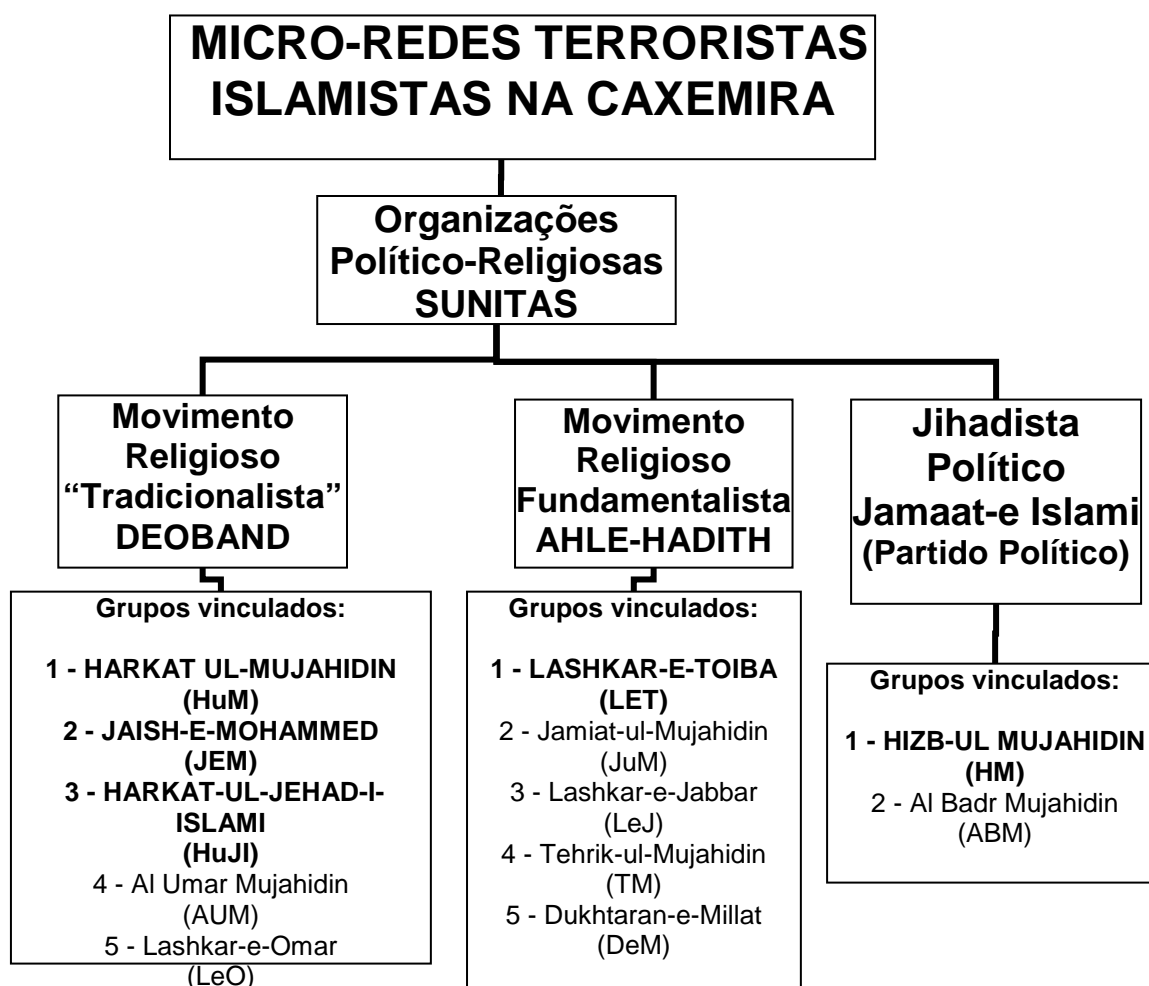


Ilustração 11 - Organograma dos Grupos Radicais atuantes na região de Jammu e Caxemira
 Fonte: Elaboração Própria.

Basicamente, há três divisões de caráter religioso sunita entre os grupos terroristas em atividade na Caxemira. 1 - os adeptos à *Jihad* islâmica, sem vínculo com grupos religiosos baseados nos madraçais, mas sim ao mais tradicional partido islâmico paquistanês, o *Jamaat-i-Islami*, que chamarei aqui de *Jihadistas Políticos*; 2 - aqueles vinculados ao vaabismo saudita e ao movimento religioso *Ahle-Hadith*; e 3 - os compostos por militantes formados, controlados e ligados aos madraçais *Deobandis* (conforme a Ilustração 11).⁶⁷

O objetivo perseguido nesta dissertação é implementar um estudo de caso ancorado na análise destes três tipos de organização terrorista atuantes na Caxemira, no período que vai de 1989 a 2009. Assim, neste subcapítulo 3.2 descrevo os mais importantes grupos terroristas de acordo com sua afiliação político-ideológica. No caso do chamado Jihadista Político, restrinjo o estudo ao *Hizb-ul Mujahidin – HM*. Em relação à linha vaabita/Ahle-Hadith, procuro entender como atua o Lashkar-e-Taiba – LeT. E no que se refere às organizações deobandis, trato os grupos Harkat ul-Mujahidin – HuM, Harkat-ul-Jehadi-i-Islami – HuJI, e o Jaish-e-Mohammed – JeM, por estarem todos interligados em sua evolução histórica e pertencerem à maior rede islâmica radical do Paquistão.

Considero, assim, estes grupos terroristas indicados como partes integrantes de redes maiores, organizações religiosas de atuação ampla, que fornecem recursos materiais, financeiros e humanos aos seus representantes extremistas na Caxemira. Por essa razão, referi aqui o HM, o LeT, o HuM, o HuJI e o JeM como micro-redes ou organizações terroristas, e não apenas como grupos, uma vez que sua existência seria impensável sem a matriz de onde provêm. Não podemos esquecer também o papel determinante que tem o Estado paquistanês na criação e suporte destas organizações. Pois, como afirma Charles Tilly, os grupos terroristas que não se apoiam em outras formas de ação política são instáveis ou efêmeros.⁶⁸

⁶⁷ Cf. RANA, Muhammad Amir. **A to Z Of Jehadi Organizations In Pakistan**. Lahore: Mashal Books, 2004. pp. 155 – 470.

⁶⁸ TILLY, Charles. Terror, Terrorism, Terrorists. **Sociological Theory**. Vol. 22, n. ° 1, pp. 5-13, Mar/2004. p. 6.

3.2.1 Sobre a ideologia das redes radicais islamistas no Paquistão

O Jamaat-i-Islami – JI (Bloco Islâmico) foi fundado, em 1941, pelo Maulana Abul Ala Mawdudi, que era considerado um dos mais destacados intelectuais islâmicos do país e tinha uma visão bem particular sobre como deveria funcionar as estruturas estatais e o sistema social sob a égide do Islã. De acordo com as idéias de Mawdudi, a religião islâmica deveria organizar na íntegra a vida da comunidade e também estar acima das instâncias políticas e econômicas, além é óbvio de continuar a disseminar os ensinamentos do Profeta. Na mesma linha das versões mais radicais, também pregava o “pequeno *jihad*”, ou melhor, a guerra santa, como forma de ação principal do islamismo⁶⁹. Ainda sobre este tema, afirma Husain Haqqani,

Mawdudi criticava todas as ideologias não-islâmicas, incluindo o socialismo, comunismo, secularismo e capitalismo. Ele descrevia o sistema político do Islã como uma ‘teo-democracia’ - um sistema em que as autoridades até poderiam ser eleitas, mas que estariam submetidas às leis divinas, interpretadas pelos especialistas teologicamente formados. (Grifo e tradução minhas)⁷⁰.

A proposta do JI, desde sua fundação, é que o Paquistão se tornasse um Estado islâmico, de acordo com sua proposta de “Islã total”.

Os grupos terroristas caxemires que atuam tendo como influência, fonte de recrutamento e financiamento o JI, o *Hizb-ul Mujahidin* e o *Al Badr Mujahidin*, compartilham dessa mesma macro-visão de sociedade e, acreditando que a Caxemira é uma região historicamente e de direito pertencente ao islamismo e ao Paquistão, deve estar submetida às leis corânicas, “interpretadas” pelos especialistas formados neste campo teológico.

A prática do JI, no entanto, se mostra um pouco distante das teorias radicais defendidas por Mawdudi. Ao longo da história política paquistanesa é constatada a sua presença em alguns dos governos laicos, civis e militares, sendo aquele que mais lhe concedeu poder de influência e cargos políticos, o governo do General Zia ul-Haq, que durou de 1977 a 1988. Sendo assim, fica claro que entre as

⁶⁹ Análise pormenorizada da jihad no pensamento de Mawdudi foi feita no item 3.1.4 deste capítulo.

⁷⁰ HAQQANI, Husain. The Ideologies of South Asian Jihadi Groups. **Current Trends in Islamist Ideology**. Vol. 1, pp. 12-26, março/2006, p. 16.

prerrogativas teóricas e a prática política assumida pelo JI há uma grande margem de pragmatismo não negligenciável para o seu estudo. Essa tendência utilitarista do JI o torna uma força política com a qual, em certas ocasiões, foi possível estabelecer acordos e manter margens de negociação.

Essa característica prática do *Jamaat-i-Islami* se estende, em consonância, aos grupos radicais que lhe são derivados ou por ele mantidos na Caxemira. O *Hizb-ul Mujahidin* em certas ocasiões de sua existência admitiu a negociação com seus algozes, como durante o breve cessar-fogo acordado em 2000 ou a participação em certos Conselhos que permitem um canal de diálogo com as forças indianas e com os demais grupos agindo na Caxemira. Assim, na classificação elaborada (Ilustração 11) incluo o *HM* e o *Al Badr* na categoria de *Jihadistas Políticos* porque, embora orientem suas ações em ataques furtivos contra alvos militares e, em menor grau, civis, admitem certa margem de negociação. Comportamento que, como será apresentado, não se estende às demais organizações terroristas.

O Vaabismo é um movimento religioso reformista que parte de uma linha de interpretação do islamismo que tem como seu criador Mohamed Ibn Abdul el Wahhab, que viveu na península arábica em fins do século XVIII. Em linhas gerais, prega o islamismo ultra-radical, baseado na aplicação plena da *chari'a*, do respeito ao *tawid* (unidade divina) e outras práticas derivadas da interpretação “literal” das palavras e ações do Profeta que, segundo essa perspectiva, é a única forma legítima de praticar o islamismo. Os *vaabitas* do sul da Ásia descrevem a si mesmos como os “Ahle-Hadiths” (que traduzido significa algo como “os seguidores das Tradições do Profeta”). Sendo assim, como seguidores e defensores das práticas de Maomé, são fundamentalistas, uma vez que estruturam suas vidas em valores e rotina considerados atávicos⁷¹.

Esse movimento, dos Ahle-Hadiths, foi trazido para o Paquistão no final do século XIX e, desde então, está empenhado no combate a certas formas de islamismo marcadas pelo sincretismo, como o Sufismo⁷² que admite práticas hinduístas em seus rituais religiosos, bem como, se esforçam no combate ao xiismo,

⁷¹ HAQQANI, Husain. **Op. cit.**, p. 23.

⁷² Os Barelvis, que são um grupo populoso no Paquistão, são adeptos do sufismo, e por esse motivo são considerados inimigos pelos vaabitas. Cf. KHAN, Aarish Ullah. **The Terrorist Threat and the Policy Response in Pakistan**. Solna: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2005, pp. 11-12. HAQQANI, Husein. **Op. cit.**, p. 23.

considerado uma forma de heresia, em função dos profundos desacordos entre os dois grupos sobre suas formas de entender e pregar o Islã⁷³.

No campo político, o que coloca diferenças essenciais entre os grupos terroristas paquistaneses influenciados, respectivamente, pelo JI e pelos *vaabitas* é o grau de radicalismo em relação à aplicação do islamismo na definição de suas ações. Para o *Jamaat-i-Islami* é possível aceitar acordos de cessar-fogo temporários e estratégicos e também participar de um governo favorável ao islamismo. Para os grupos terroristas *vaabitas* a perspectiva da negociação com o “outro”, tido como um herege pelas suas escolhas pessoais e políticas externas ao Islã, é impraticável.

Esse exemplo ajuda a explicar a extrema violência praticada pelo *Lashkar-e-Taiba* – LeT⁷⁴ no combate aos indianos e, em tempos mais recentes, as tropas ocupantes do Afeganistão. Da mesma forma, as organizações *vaabitas/Ahle-Hadiths* não têm nenhum comprometimento com governos nos quais a religião não seja a autoridade máxima.

Por fim, o movimento de reafirmação islâmica Deoband teve sua criação em 1867, na cidade de Deoband, ao norte de Delhi, ainda durante a dominação britânica no subcontinente indiano. De acordo com o professor Gilles Kepel, tinha por função formar ulemás, em escolas corânicas (os madraçais), para a produção de “*fatwahs* (pareceres jurídicos oficiais) sobre todos os aspectos da vida cotidiana, a fim de estabelecer a sua conformidade ou não aos princípios do Islã, interpretados em sentido rigoroso, puritano e conservador, muito próximo ao da corrente vaabita da Arábia.”⁷⁵; o que remete ao entendimento da perspectiva religiosa adotada pelas escolas do grupo como radicais religiosos⁷⁶. A prática de pareceres religiosos continua sendo comum até os dias atuais e os madraçais não só formam doutores ulemás, mas também oferecem educação fundamental e média para grande parte

⁷³ KHAN, Aarish Ullah. *The Terrorist Threat and the Policy Response in Pakistan*. Solna: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2005.

⁷⁴ Refiro-me aqui apenas ao LeT porque considero este o maior e mais importante dos grupos e também porque os outros quatro grupos radicais listados seguem orientações religiosas bastante similares.

⁷⁵ E continua Kepel, “Graças ao que era prescrito por esse conjunto de regras precisas, os muçulmanos podiam continuar a viver, sem riscos, em um sociedade não islâmica”. Cf. KEPEL, Gilles. *Jihad: expansão e declínio do islamismo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 94.

⁷⁶ METCALF, Barbara. “Traditionalist” Islamic Activism: Deoband, Tablighis, and Talibs. **Social Science Research Council - SSRC**. Disponível em: <http://www.ssrc.org/sept11/essays/metcalf_text_only.htm>, Acesso em 20 de abril de 2009.

da população impedida financeiramente de enviar seus filhos para instituições privadas laicas.

Contudo, com relação aos *vaabitas*, apresentam certa diferença teológica que deve ser destacada. Os doutores deobandis, em sua concepção do islamismo são considerados “tradicionalistas” e não fundamentalistas como seus companheiros de origem saudita. Apesar de defenderem uma configuração conservadora da religião, não concordam com a adoção de formas atávicas de rituais e práticas rotineiras. Argumentam sim que as palavras e atos do Profeta devem ser interpretados de acordo com a realidade contemporânea e, a partir de então, aplicadas para os devotos muçulmanos. Papel chave nesta macro-visão teológica tem, então, os ulemás que dirigem e ensinam nos madraçais espalhados pelo Paquistão⁷⁷.

Por considerarem a possibilidade de uma “atualização” do islamismo aos tempos contemporâneos, os deobandis criaram um partido político e participaram em governos na história do país. O partido saído do movimento é o “JUI (*Jami'at Ulama-i islam*, Associação dos Ulemás do Islã)”⁷⁸. Contudo, ao contrário do JI, que busca chegar ao poder e transformar o Paquistão em um Estado islâmico, o JUI almeja apenas criação desse mesmo Estado, mas não querem nenhum poder para si mesmos.

Os deobandis perceberam um enorme crescimento durante o governo do General Zia ul-Haq, que promoveu uma islamização estatal *por cima* e que, para tanto, contou com a contribuição dos madraçais deobandis para auxiliar na formação da população de acordo com a religião e oferecer serviços públicos no lugar do Estado, como o ensino, entre outros, em seus complexos educacionais similares aos internatos⁷⁹. Por meio deste poder derivado, os madraçais conseguiram formar pequenas milícias, logo utilizadas em proveito dos interesses do islamismo nas fronteiras do Paquistão, com a aplicação da jihad instrumental no Afeganistão e na Índia.

⁷⁷ HOWENSTEIN, Nicholas. The Jihadi Terrain in Pakistan: An Introduction to the Sunni Jihadi Groups in Pakistan and Kashmir. **Pakistan Security Research Unit - PSRU Report number 1**. Bradford, UK: 2008. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/resrep1.pdf>>, Acesso em 15 de abril de 2009.

⁷⁸ Contudo, ao contrário do JI, que busca chegar ao poder e transformar o Paquistão em um Estado islâmico, o JUI almeja apenas criação desse mesmo Estado, mas afirma não desejar nenhum poder para si mesmos. Cf.: KEPEL, Gilles. **Op. cit.**, p. 96.

⁷⁹ MALIK, Jamal. **Colonialization of Islam: Dissolution of Traditional Institutions in Pakistan**. New Delhi: Manohar Publishers and Distributors, 1996.

3.2.2 Sobre as organizações terroristas atuantes na Caxemira

3.2.2.1 *Hizb-ul-Mujahidin – HM.*

História, Principais lideranças e lutas intestinais

O *Hizb-ul-Mujahidin* - HM (Partido dos Guerreiros da Liberdade) se formou no Vale da Caxemira em 1989, e ainda é tido como um “braço” do Jamaat-i-Islami (Bloco Islâmico). Os primeiros líderes do HM foram Syed Mohammed Yusuf Shah, conhecido como “Syed Salahuddin” e o “Mestre” Ahsan Dar. Salahuddin se tornou o mais importante nome do grupo, sendo sua liderança intelectual e política. Já Dar, por seu turno, era o comandante geral de operações, até sua prisão por forças indianas em 1993. Depois de sua detenção, assumiram vários outros comandantes em seu lugar, que também foram presos ou assassinados. De 1989 até meados de 2001 a estrutura da liderança se manteve, de certa forma, intacta, pois embora tivesse perdido alguns comandantes, o líder supremo continuava sendo Salahuddin e, ademais, o HM havia ampliado suas ações e o número de militantes.

Contudo, os anos de 2000 e 2001 foram determinantes para mudar esse quadro. Em julho de 2000 foi acordado um cessar-fogo com as autoridades indianas, articulado pelo comandante de operações Abdul Majid Dar⁸⁰. Ainda no mesmo ano, (agosto de 2000) o líder supremo do HM, Salahuddin, dava sinais de insatisfação com a continuidade do cessar-fogo, deixando clara sua vontade de retomar as atividades terroristas contra autoridades indianas e população civil na Caxemira, alegando sofrer pressões de outros grupos radicais para a volta.

Nesse contexto, em 2001 foi convocada uma reunião com todas as lideranças regionais do HM, na qual Salahuddin denunciou declarações de Dar para estender indefinidamente o cessar-fogo com as autoridades indianas e continuar as negociações de paz. Em maio de 2002 foi decidida a expulsão de Dar do quadro de

⁸⁰ Sem nenhuma relação de parentesco com o primeiro comandante de campo, preso em 1993, Ahsan Dar. Inclusive, este militante jihadista foi solto em 1999 e desde então, juntamente com seu companheiro na fundação do HM, Salahuddin, tem coordenado vários ataques na região de Jammu e Caxemira. Contudo, foi preso novamente em janeiro de 2009.

lideranças do HM e em março de 2003 ocorreu seu assassinato, reclamado por dois grupos terroristas menores da região, a facção intitulada “Movimento pela Salvação da Caxemira” (*Save Kashmir Movement*), que se crê ser vinculada a outra organização: *Al Umar Mujahidin*; e outro, ainda mais obscuro, chamado de *Al Nasireen*, que conta com poucas informações sobre sua formação e objetivos. Ambos os grupos criticavam Dar como um traidor do islamismo e da luta caxemir pelas suas iniciativas de negociar a paz com autoridades indianas⁸¹.

Ao que tudo indica, as alegações de Salahuddin e dos grupos radicais menores contra Dar eram infundadas e fazem parte da lógica política de disputa de poder interna do movimento e da conjuntura política regional. Abdul Majid Dar, como comandante de operações e líder político local, acabara por adquirir respeito entre os militantes e parcelas da população local, ofuscando a posição de liderança de Syed Salahuddin. Por esse papel de autoridade legítima e pelas posturas políticas moderadas, Abdul Dar era um dos poucos líderes que tinham acesso direto ao alto escalão de políticos paquistaneses, como o Primeiro-Ministro Nawaz Sharif e depois ao General Pervez Musharraf, sendo considerado um personagem capaz de mediar a situação na Caxemira. Mesmo com sua expulsão formal em 2002, Dar ainda manteve, até a sua morte, uma leal facção, que não rejeitou a nomenclatura de *Hizb-ul Mujahidin*.

Outra teoria indica que a morte de Dar foi resultado de uma disputa interna com Salahuddin pelo controle do Muttahida Jihad Council (MJC), também conhecido como United Jihad Council - UJC (Conselho Unido pela Jihad), que congrega outros quinze grupos jihadistas atuantes na Caxemira⁸². Esse Conselho foi formado para que houvesse um maior controle sobre os ataques perpetrados contra indivíduos, organizações e autoridades, tanto na Caxemira ocupada pela Índia, quanto no próprio território indiano. O sítio eletrônico indiano South Asia Terrorism Portal – SATP, afirma que esta iniciativa foi, principalmente, coordenada pelo ISID (Inter-Services Intelligence Directorate), o Serviço Secreto paquistanês, com vistas

⁸¹ Ainda, a expulsão e assassinato de Dar ocorrem em um momento que a chamada “Guerra contra o Terror”, atribuída aos estadunidenses, assume proporções ainda maiores. Tornando, portanto, a “figura pacifista” de Dar em um exemplo para que outros líderes locais não seguissem seus passos.

⁸² RANA, Amir. **Op. cit.**, pp. 479-480.

a recobrar inserção sobre as estruturas guerreiras que tinha sob sua órbita de influência na Caxemira⁸³.

Juntamente com Abdul Dar, foram “suspensos” do comando das forças operacionais do HM, no Vale da Caxemira, seus imediatos Assad Yazdani e Zaffar Abdul Fatah. No lugar de Dar, assumiu um líder pró-Salahuddin, chamado Saiful Islam, que foi morto logo em seguida, assumindo, por sua vez, Ghazi Nasiruddin. Após a morte de Abdul Dar estouraram rebeliões em vários acampamentos e bases do HM, que eram liderados por Dar. Essas lutas duraram cerca de dois meses após sua morte e fizeram com que o HM tivesse reduzido e dividido seu poder militar e político na região. O quadro foi agravado pelo processo de substituição de lideranças locais por “estrangeiros” provenientes de outras regiões do Paquistão. O HM liderado por Salahuddin só retomará suas forças com a decadência e desorganização da facção rival, o que ocorre a partir de 2005⁸⁴.

Desde então, meados de 2003, o Hizb-ul Mujahidin tem formalmente duas facções atuando na Caxemira, uma delas liderada por Sayed Salahuddin, apoiada pelas forças governamentais paquistanesas do ISID, e a facção herdada pelos seguidores de Abdul Majid Dar. Mas, como dito anteriormente, a facção dos herdeiros de Dar perdeu força e acredita-se que reduziu em muito suas atividades, atuando tão somente como movimento político.

Objetivos defendidos pelo HM

O objetivo declarado do HM é anexar a Caxemira ao Paquistão por acreditar que todo o vice-reinado de Jammu & Caxemira são terras islâmicas, pertencentes à *Ummah* (Comunidade muçulmana) e estar dentro do que concebem como *Dar ul-Islam* (“a casa do Islã”). No bojo deste processo, pretendem igualmente a islamização da região.

⁸³ O surgimento de pequenos grupos autônomos, atuantes na Caxemira, era uma preocupação para o ISID, pois podiam desprender ataques contra alvos indesejados pelo Serviço Secreto, cujas consequências fossem inaceitáveis. Cf.: SATP. Muttahida Jihad Council. Disponível em: <http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/states/jandk/terrorist_outfits/mjc.htm>, acesso em 17 de abril de 2010.

⁸⁴ HOWENSTEIN, Nicholas. Op. cit., pp. 15-17.



★ Quartel-general - Hizb-ul-Mujahideen

■ Divisões - Hizb-ul-Mujahideen

Ilustração 12 - Localização do Quartel General e Bases do Grupo Hizb-ul Mujahidin
Elaboração própria.

Estrutura e Suporte

O *Hizb-ul Mujahidin* tem, hoje, um número aproximado de 1500 militantes⁸⁵. Além das bases espalhadas pela Caxemira indiana e o quartel-general na capital do Estado da Caxemira Livre (Azad Kashmir), Muzaffarabad (Ilustração 12), o HM conta com uma agência de notícias, a *Kashmir Press International*, e também tem apoio do

⁸⁵ HOWENSTEIN, Nicholas. **Op. cit.**, p. 15. As referências encontradas no trabalho deste autor apontam variações significativas, com algumas fontes apontando para cerca de vinte mil quadros vinculados ao HM. A cifra de mil e quinhentos é mais coerente, em função das cisões e perda de influência do grupo na região.

Banat-ul-Islam, um movimento feminino sediado em Srinagar, que defende, igualmente, a anexação da Caxemira ao Paquistão, bem como sua islamização.

O HM, embora tenha em seus objetivos a islamização da Caxemira e sua anexação ao Paquistão, não é vinculado formalmente às escolas corânicas religiosas no Paquistão, mas sim a um partido político religioso sendo, de acordo com a classificação e explicação que formulei na primeira deste subitem, um grupo Jihadista Político. O seu suporte financeiro, logístico e militar provém principalmente de fontes no Serviço Secreto paquistanês (ISID), do Partido político paquistanês *Jamaat-i-Islami* - JI, do Conselho Caxemir-Americano de Ghulam Nabi Fai e do Movimento Mundial Caxemira Livre Ayub Thakur, sediado nos EUA.

3.2.2.2 *Lashkar-e-Taiba – LeT (Exército dos Justos)*

História e Principais lideranças

O *Lashkar-e-Taiba* - LeT foi fundado oficialmente em 1990 na Província de Kunar, no Afeganistão. Na atualidade, sua base formal fica em Muridke próximo à Lahore, no Paquistão (Ilustração 13, a seguir). Seu líder é conhecido por Hafez Muhammad Saeed. Sua presença na região da Caxemira remonta ao ano de 1993, quando doze de seus militantes se juntaram a um pequeno grupo já estabelecido no distrito de Poonch, na parte indiana de Jammu e Caxemira⁸⁶. Contudo, é impossível entender esta organização sem remeter a outra organização que lhe serve de anteparo e da qual é um ramo— o Markaz Da'wa wal Irshad (Centro para Pregação e Orientação).

O Markaz Da'wa wal Irshad, influenciado pelo vaabismo e pelo movimento de reforma religiosa Ahle-Hadith, foi criado em 1987 por três personagens importantes no mundo islâmico saudita e paquistanês, Abdullah Azzam (também conhecido por Abu Hamza), Hafez Saeed (o líder do LeT) e pelo Dr. Zafar Iqbal, esses dois últimos foram formados na Universidade Islâmica de Medina⁸⁷. O Centro fica também em Muridke, em uma área que comporta uma mesquita e um complexo educacional,

⁸⁶ Cf. **SATP - South Asia Terrorism Portal. Lashkar-e-Toiba**. Disponível em: <http://satp.org/satporgtp/countries/india/states/jandk/terrorist_outfits/lashkar_e_toiba.htm>, Acesso em 15 de abril de 2009.

⁸⁷ ABBAS, Hassam. **Op. cit.**, pp. 210-211.

que inclui uma Universidade, uma pequena fazenda, uma fábrica de roupas e uma oficina de carpintaria⁸⁸. Desse local os diretores do Centro comandam uma rede de serviços sociais espalhados pelo Paquistão composto por 140 escolas corânicas, 16 mesquitas e mais algumas clínicas móveis e bancos de sangue⁸⁹.



Ilustração 13 - Sede da micro-rede terrorista “LeT-MDI-JuD”. Muridke, Punjab / Paquistão
Fonte: imagem obtida através do programa Google Earth.

O Centro de Pregação e Orientação está baseado ideologicamente em dois alicerces, a *Da’wa*, ou pregação das palavras do Corão, e a *Jihad*, a guerra santa. Nas palavras de Saeed, “*o Islã defende igualmente a Dawa e a Jihad. Ambas são igualmente importantes e inseparáveis... Há a necessidade de fundir os dois. Esta é*

⁸⁸ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004, p. 32.

⁸⁹ HOWENSTEIN, Nicholas. Op. cit., p. 20.

a única maneira de causar mudança nos indivíduos, na sociedade e no mundo.”⁹⁰ Dentre os objetivos práticos delineados pelo Centro, publicado em livro chamado *Why Are We Waging Jihad?* (Por que nos estamos promovendo a Jihad?), além de colocarem os EUA, Israel e Índia como inimigos do Islã, defendem: eliminar todas as barreiras para a conversão ao islamismo; assegurar a ascendência do Islã, forçar os não-muçulmanos a pagar o *jizya*, uma espécie de imposto cobrado aos povos submetidos ao Islã; dar assistência aos mais pobres e fracos; punir os incrédulos que derramaram o sangue dos muçulmanos; punir aqueles que quebraram acordos e não pagaram dívidas; defender o Estado muçulmano e libertar os territórios muçulmanos ocupados por não-muçulmanos⁹¹.

O líder do LeT, Hafez Saeed, nasceu na cidade de Sargodha, que fica na província do Punjab paquistanês. Sua família era conhecida por ser de um ramo tradicional do sunismo. Estudou engenharia na Arábia Saudita, onde conheceu líderes *vaabitas* e de onde seguiu, posteriormente, para auxiliar na jihad afegã. Integrou o Conselho de Ideologia Islâmica durante o governo do General Zia ul-Haq e depois foi professor de Engenharia em Universidade islâmica de Lahore.

As bases de recrutamento do LeT são dispersas: além da maioria que é formada e treinada pela rede controlada pelo “Centro de Pregação e Orientação”, há militantes provenientes de madraçais da Arábia Saudita, outros vêm da Província do Punjab, região onde a família de Saeed tem influência, uma parte são de civis da própria região da Caxemira Livre e, por fim, há ainda militantes originários do Afeganistão, deslocada após terminada a *jihad* contra os soviéticos, pós-1989.⁹² Apesar do aporte de habitantes da Caxemira, a maioria dos militantes do LeT envolvidos no combate por essa região são “estrangeiros”, numero estimado em cerca de 3/4 (três quartos – 75%)⁹³.

Ao contrário do *Hizb-ul Mujahidin*, a atuação do LeT é essencialmente transnacional e revela uma mudança na tendência das características de atuação de grupos radicais na Caxemira. Desde sua fundação e ações na Caxemira até o novo milênio, os atentados operados pelo Lashkar-e-Taiba se circunscreviam, em sua

⁹⁰ **Ibidem.**

⁹¹ HAQQANI, Husein. **Op. cit.**, pp. 24 – 25.

⁹² RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, pp. 328 – 340.

⁹³ Cf. HOWENSTEIN, Nicholas. **Op. cit.**, p. 11; BOSE, Sumantra. **Kashmir. Roots of conflict, paths to peace.** Cambridge: Harvard University Press, 2003, p. 149 e p. 161.

maioria, ao território da região da Caxemira ocupada pela Índia e, ocasionalmente, às instituições indianas em Nova Delhi. Nos últimos anos (mais claramente, desde 2005), contudo, as ações do LeT se tornaram mais agressivas e se dividem em duas frentes, os ataques contra tropas ocupantes e alvos considerados aliados “ocidentais” no Afeganistão, e atentados em vários pontos do território indiano, sendo o mais recente ocorrido em fins de novembro de 2008, em Mumbai, responsável por vitimar civis nacionais e estrangeiros e forças de segurança daquele país.

Quanto à forma, os atentados tinham por característica investidas de milícias armadas contra autoridades consideradas inimigas ou a implantação de bombas em lugares estratégicos - o suicídio, até então, não era um recurso válido ou aceito. Após o conflito no Kargil, a guerra de ocupação do Afeganistão (ao longo de 2001 e 2002) e depois do Iraque, em 2003, a eficácia destrutiva e a ampla cobertura realizada pela mídia, influenciaram a mudança na percepção das lideranças do grupo sobre a eficiência e natureza dos atentados suicidas.⁹⁴

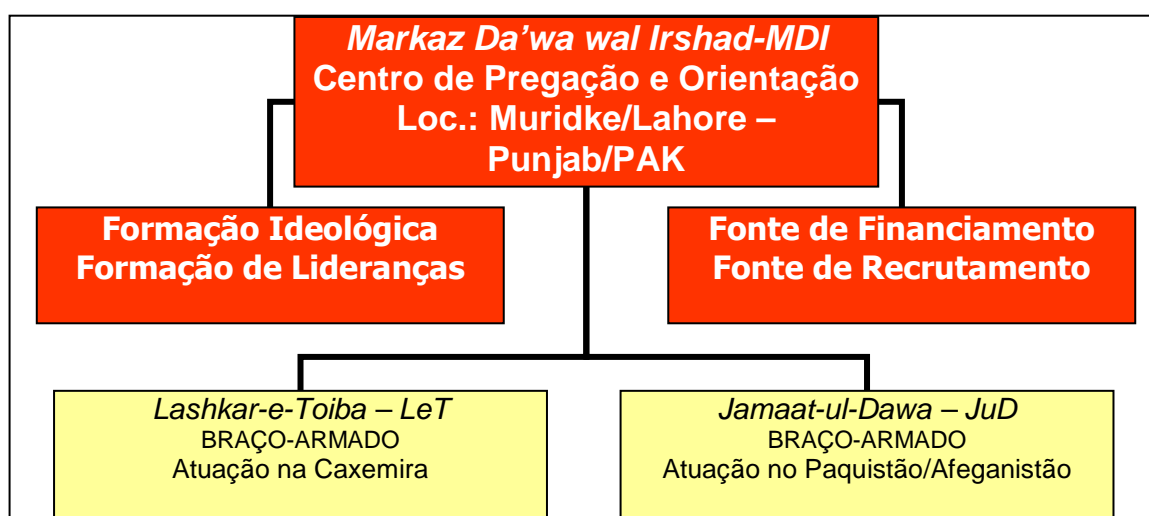


Ilustração 14 - Organograma da Sub-Rede Terrorista no Paquistão – MDI-LeT-JuD
Elaboração própria, com base nas informações de: MIR, Amir. *The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror*. Nova Delhi. Roli Books: 2006. pp. 61-68.

Recentemente, diante da repressão que acompanhou a chegada das tropas dos EUA no Afeganistão e Iraque, a pressão que exerceram sobre o governo paquistanês e o congelamento que operaram sobre os bens financeiros do LeT, seu líder, Saeed, criou uma nova organização que passaria a atuar também na fronteira

⁹⁴ As brigadas associadas ao *Lashkar-e-Toiba* envolvidos nestes ataques “geralmente suicidas” são os chamados *fedayin*, o que indica que o próprio grupo mantém certa distância e precaução em integrá-los completamente. Cf. ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. *Op. cit.*, p. 40.

do Paquistão com o Afeganistão, chamada *Jamaat-ul-Dawa* – JuD (Sociedade para a Pregação). Acredita-se que o *Lashkar-e-Taiba* e o *Jamaat-ul-Dawa* são parte de uma mesma organização, comandada pelo mesmo grupo de indivíduos e amparada pelo Centro (conforme organograma anterior)⁹⁵. O motivo da criação JuD pode ser explicado pelo dinamismo e flexibilidade adquiridos após décadas de existência do Centro e do LeT.

Objetivos perseguidos pelo LeT

O transnacionalismo do LeT objetiva a defesa do islamismo em qualquer parte do mundo, em harmonia ao que defende o Centro de Pregação e Orientação ao qual é ligado. Sendo assim, além de lutarem pela libertação da porção da Caxemira administrada pela Índia, sua islamização e a imediata anexação ao Paquistão, o LeT propõe a luta em todas as comunidades islâmicas oprimidas no mundo.

Há também entre seus objetivos, que surge em discursos de seus líderes, se lançar em um ambicioso projeto de conquista internacional que restabeleça o que foi, em outras épocas, o Califado omíada muçulmano, incluindo, destarte, porções da Espanha e do norte da África.

3.2.2.3 *As Organizações Deobandis: HuJI, HuM e JeM*⁹⁶

Evolver Histórico dos principais grupos

Apresento estes três grupos considerados terroristas em um mesmo bloco não só porque descendem da mesma matriz ideológica e religiosa, mas também porque sua história é entrelaçada e bem complexa, apresentando junções, separações e reconexões ao longo das mais de duas décadas de existência. Entretanto, segundo algumas fontes consultadas, estes grupos (e até outros com

⁹⁵ MIR, Amir. **The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror**. Nova Delhi, Roli Books: 2006. pp. 61-68.

⁹⁶ Na ordem: HuJI - Harkat-ul-Jihad-al-Islami, HuM - Harkat-ul-Mujahidin, JeM - Jaish-e-Mohammed.

menor importância política e numérica) na verdade, apesar das variações organizacionais operadas desde as suas existências, formam parte de uma mesma sub-rede terrorista atuando conforme os anseios dos maulanas e ulemás vinculados ao movimento deoband. Suas divisões, em realidade, refletem uma disputa moderada e controlada de poder entre as lideranças e, também, a necessidade de alterar nomenclaturas com o fim de dificultar seu enquadramento em classificações terroristas, geralmente elaboradas por países ocidentais, como os EUA ou o Reino Unido⁹⁷.

O Harkat-ul-Jihad-i-Islami – HuJI (Movimento da Guerra Santa Islâmica) iniciou suas atividades com a Jihad no Afeganistão, em 1980, mas as fontes são contraditórias sobre essa história. O sítio eletrônico indiano *South Asia Terrorism Portal* afirma que sua primeira nomenclatura era *Jamiat Ansarul Afghaneen - JAA* (Partido dos Amigos do Povo Afegão), e que somente assumiu o título de HuJI após terminado conflito com os soviéticos e sua transladação para a Caxemira⁹⁸. Já Relatório publicado pelo PSRU – *Pakistan Security Research Unit*, vinculado ao Departamento de Estudos da Paz da Universidade de Bradford, no Reino Unido, sustenta que as origens do grupo são muito obscuras, restando apenas a versão pela qual iniciou suas atividades na guerra santa contra os soviéticos no Afeganistão⁹⁹, o que é o ponto comum entre todos as fontes.

Quando terminada a *jihad* contra os soviéticos, o HuJI se uniu a outro grupo que também havia lutado no Afeganistão, e que, incrivelmente, já era uma de suas dissidências, o Harkat-ul-Mujahidin – HuM (Movimento dos Guerreiros da Liberdade) e, juntos, formaram o novo Harkat-ul-Ansar - HuA (Movimento dos Defensores a Fé), que passará a atuar na Caxemira na década de 1990. No entanto, devido à pressão exercida pelos Estados Unidos contra o novo grupo, após o seqüestro de turistas ocidentais na Caxemira, que comandou em 1997, no ano seguinte o HuA passou a se chamar, mais uma vez, Harkat-ul-Mujahidin – HuM.

⁹⁷ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op. cit.**, pp. 26-32.

⁹⁸ **SATP – South Asia Terrorism Portal**. Perfil do Grupo Harkat-ul-Jihad-al-Islami. Disponível em: <http://satp.org/satporgtp/countries/india/states/jandk/terrorist_outfits/HuJI.htm>. Acesso em 15 de abril de 2009.

⁹⁹ HOWENSTEIN, Nicholas. **Op. cit.**, p. 23. Análise idêntica consta na obra já citada de M. Amir Rana, RANA, Muhammad Amir. **A to Z Of Jehadi Organizations In Pakistan**. Lahore: Mashal Books, 2004. pp. 263-264.

Por sua vez, há ainda o Jaish-e-Mohammed – JeM (Exército de Maomé), liderado pelo Maulana Masood Azhar, que integrava a direção do HuM - Harkat-ul-Mujahidin, e decidiu fundar o JeM quando o HuM foi incluído na lista elaborada pelos EUA intitulada *Organizações Terroristas Internacionais*, em 1999. Para tornar mais inteligível o complicado quadro, apresento o esquema a seguir, que busca rastrear o desenvolvimento articulado destas três organizações.

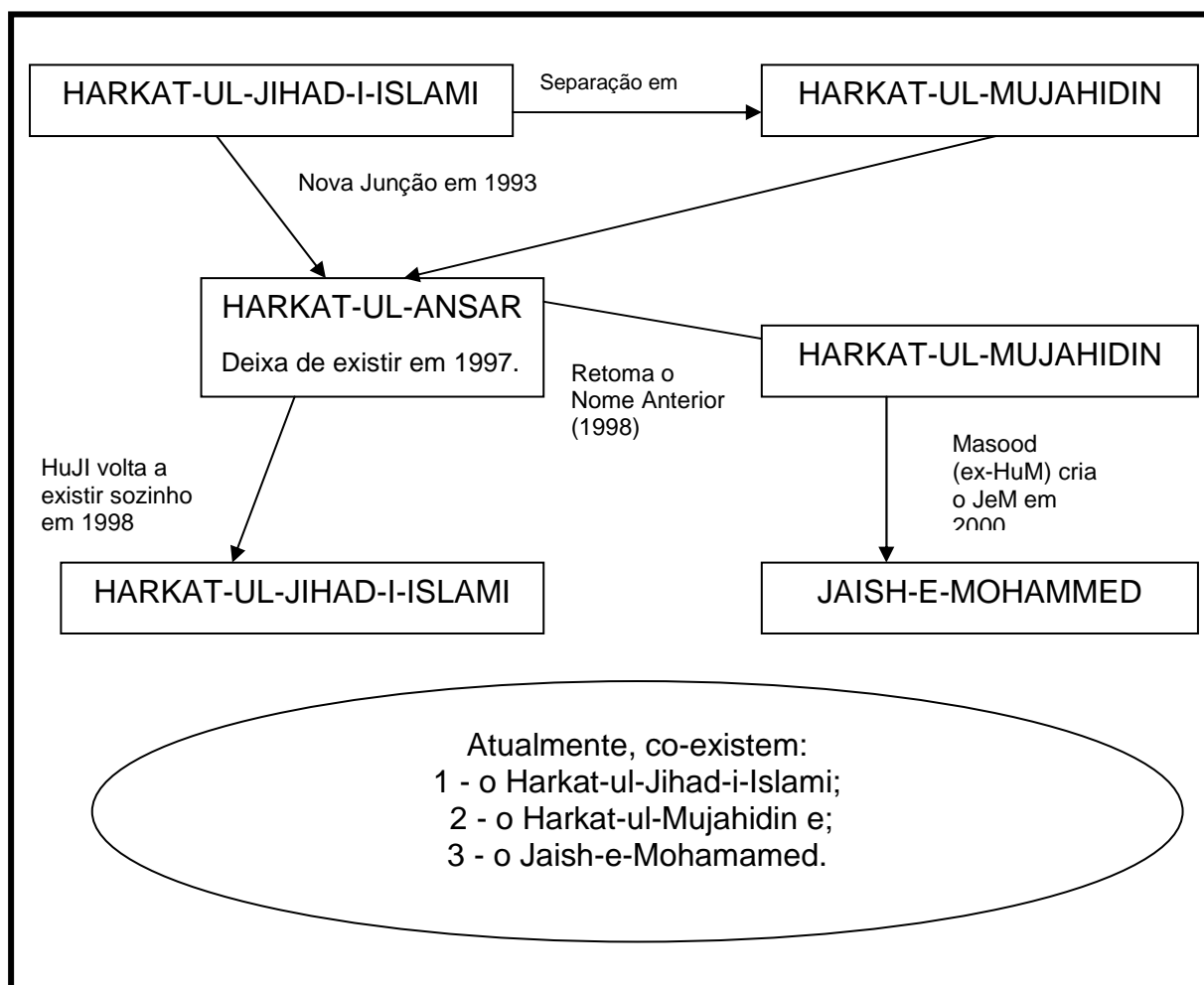


Ilustração 15 - Esquema do evolver dos principais grupos deobandis atuantes na Caxemira. Elaboração própria, com base nas informações de: RANA, Amir. *Op. cit.*, pp. 264-265; MIR, Amir. *Op. cit.*, p. 75.

Lideranças religiosas e suas redes

O comando do Harkat-ul-Jihad-i-Islami é distribuído de acordo com suas bases da atuação no Paquistão, pois divide seus esforços entre as fronteiras Leste e Oeste do país. Contudo, uma liderança de referência para este extenso grupo é o

personagem de Qari Saifullah Akhtar. Este é um ex-combatente da *jihad* afegã contra os soviéticos e, agora, um novo combatente de outra “guerra santa” contra o ocupante ocidental no mesmo Afeganistão. Nascido no Waziristão do Sul, em 1958, tem larga experiência militar e capacidade de liderança.

No comando das operações do HuJI no cenário da Caxemira, foi destacado o comando de Muhammad Ilyas Kashmiri, que atualmente se deslocou para a região das Áreas Tribais do Paquistão, desde a formação da resistência neotalibã no Afeganistão ocupado.

A intensificação da repressão na Caxemira após os atentados de 11 de setembro fez com que o HuJI reduzisse suas atividades naquela região e se internacionalizasse, passando a intensificar esforços em Bangladesh, onde sustenta uma ramificação chamada HuJI-B. Além, é claro, das ações nas Áreas Tribais paquistanesas/afegãs e no interior da Índia.

O Harkat-ul-Mujahidin, por sua vez, tinha como lideranças o *pashtun* Fazlur Rehman Khalil e o Maulana Masood Azhar. Com a separação ocorrida em 2000, Fazlur Khalil teve sua capacidade de atuação reduzida na Caxemira e passou a atuar com maior intensidade na fronteira com o Afeganistão. Atualmente, tem apenas uma pequena unidade do HuM na Caxemira, agindo em conjunto e sob o comando do JeM e seu líder, Masood Azhar.

A figura de Azhar na Caxemira e no próprio Paquistão é merecedora de detida atenção por revelar, não só a força do grupo que comanda, mas também a rede que opera em seu entorno. Nascido em 1968, em uma poderosa e religiosa família da região do Punjab paquistanês¹⁰⁰, logo ingressou em um madraçal deobandi onde aprendeu as premissas do Islã. Seu irmão mais velho, Ibraim Azhar, um dos líderes do movimento Harkat-ul-Ansar, foi responsável por liderar o seqüestro de um avião da Indian Airlines em 1999.

Após se formar na escola deobandi, Masood passou a publicar livros e manifestos onde deixava claro sua inclinação para a *jihad*, entendida na perspectiva internacional; e na transformação do Paquistão em um Estado islâmico, de fato e de

¹⁰⁰ Seu pai era instrutor de uma escola corânica deobandi e todos seus seis irmãos foram educados nestas instituições e, depois de formados e adultos, ingressaram em seus cargos profissionais e administrativos. Além disso, Masood freqüentou vários cursos relacionados aos hábitos e leis islâmicas em madraçais paquistaneses e afegãos. Cf.: ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op. cit.**, pp. 28-29.

direito, através de uma mudança completa nas estruturas do país, que passaria pela economia, justiça, pelo funcionamento do sistema estruturas político (considerado extremamente corrupto) e pela sociedade civil.¹⁰¹ A publicação de periódicos, como a *Voz Mujahidin* (em urdu) e a *Voz Caxemir* (em arábico), bem como, a tradução de três livros históricos para o mundo islâmico (*Ma'arka – A Batalha; Faza'il Jihad - A virtude da Jihad e; Tuhfa-e-Saadat – A dádiva da virtude*), ajudaram a espalhar sua concepção do islamismo e o transformou em liderança legítima dentro do HuM e depois do JeM¹⁰².

Logo que Masood assumiu o posto de líder do HuM e depois criou o Jaish-e-Mohammed, em 2000, arrastou consigo a grande maioria de militantes punjabes do HuM. Essa característica étnica assumida pelo JeM tornou o grupo referência para os demais militantes islâmicos punjabes do Paquistão. Logo, o SSP - Sipah-i-Sahaba-Pakistan (o Exército dos Companheiros do Profeta), grupo radical formado e sustentado na província do Punjab paquistanês, passou a fornecer militantes para o JeM. Bem como, outra organização, etnicamente alinhada ao JeM, mas que tem escopo de ação essencialmente em âmbito doméstico paquistanês, lutando contra organizações sunitas Barelvis e xiitas, o Lashkar-e-Jhangvi - LeJ (Exército de Jhangvi¹⁰³), passou igualmente a fornecer militantes e dispor seus campos de treinamento para o Jaish-e-Mohammed. Estas três organizações estão unidas por traços étnicos identitários e também por afinidades religiosas, todas orquestradas tendo como referência o personagem de Masood Azhar¹⁰⁴.

Objetivos dos grupos deobandis

Em relação à Caxemira, todos os grupos deobandis sustentam objetivos bastante idênticos, inclusive muito próximos aos dos grupos vaabitas, ou seja, libertar esta região dos usurpadores indianos, promover sua islamização e anexá-la ao Paquistão. A única diferença encontrada entre eles é indicada pelo Jaish-e-Mohammed, que deseja, para além das operações na Caxemira, conquistar

¹⁰¹ Cf. ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op. cit.**, p. 30.

¹⁰² HAQQANI, Husein. **Op. cit.**, p. 22-23.

¹⁰³ Jhangvi é uma das mais importantes cidades situadas no Punjabe paquistanês.

¹⁰⁴ Além desses três ramos da rede deobandi-punjabe, há ainda ligações do JeM com o HuJI, com o HuM. Cf.: ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op. cit.**, PP. 22-32.

territórios ao norte da Índia, como Assam, mais precisamente aqueles próximos à Mesquita de Babri, na cidade de Ayodhya, no distrito de Uttar Pradesh (onde se iniciou o movimento deobandi).

Área de atuação dos grupos terroristas deobandis

Pelo fato de contarem com uma rede de fomento e desenvolvimento bem estabelecida ao longo do território paquistanês, composta por centros de formação ideológica e fornecimento de militantes (madrçais), base étnica composta por punjabes e pashtuns, para recrutamento, e vias de financiamento pelo Qaeda e outros, como o ISID; a atuação dos grupos deobandis não pode ser restrita apenas à Caxemira, muito embora as ações mais atrativas para a imprensa internacional tenha se dado naquela região.



Ilustração 16 – Rede de organização e atuação dos grupos radicais deobandis
Elaboração própria

A base das organizações terroristas deobandis se concentra em três pontos específicos, a capital do Punjab, Lahore, a capital da Caxemira Livre, Muzaffarabad, e também Peshawar, o centro da província da Fronteira Noroeste. Essa rede forma um triângulo no norte paquistanês que abrange as fronteiras Leste e Oeste, onde as ações tem se mostrado mais numerosas, e de onde se expandem para o próprio Paquistão e as regiões consideradas usurpadas-ocupadas (ver Ilustração 16).

3.2.3 Análise do radicalismo político na Caxemira

Uma primeira observação acerca dos grupos terroristas ainda em atividade na caxemira aponta para diferenças significativas entre eles, no que tange à sua forma de atuação, tendo em conta os graus de radicalismo e violência política empregados e naturalizados por cada organização. Considerando os levantamentos prévios já indicados, duas variáveis condicionam esta gradação: 1 - a concepção que cada um deles tem sobre a *Jihad*, suas formas de aplicação e os alvos contra os quais a promovem e; 2 – o nível do conservadorismo religioso assumido por cada organização terrorista e seus referenciais institucionais teológicos mantenedores (Jamaat-i-Islami, Ahle-Hadiths e Deobandis).

Uma constatação retirada das leituras sobre tais organizações indica que quanto maior é a defesa que cada grupo faz da *Jihad* instrumental e quanto maior conservador e fundamentalista é em relação ao islamismo, maior é o nível de violência política empregada para atingir seus objetivos, mesmo que para isso seja preciso reconsiderar certas determinações evidentes do islamismo-sunismo, como a prática do suicídio, antes condenada, mas agora aceita para atender certas demandas práticas da ação terrorista, como atingir um maior número de alvos e levar medo à população considerada inimiga.

Para classificar os grupos com respeito a sua concepção de *jihad* utilizo referenciais como: 1 - grau de radicalismo dos ataques orquestrados pelos grupos, dividindo-os em A - ataques milicianos armados, B – ataques suicidas; 2 – tipos de alvos escolhidos, separando, A – alvos exclusivamente militares e B – alvos civis; e 3 – alcance dos ataques: A – regional (somente na Caxemira), B – internacional.

Na variável conservadorismo religioso considero 1 – a relação de proximidade que o grupo estabeleceu historicamente com o Estado, 2 – a margem de proximidade que permite em relação a outros grupos terroristas, 3 – a margem de negociação admitida (levando em consideração que uma margem de negociação nula incrementa seu radicalismo político); e 4 – implantação de um sistema de organização social religioso em seus domínios. Com base nestes referenciais, elaborei a Tabela 8 (Apêndice B, página 278) e o esquema (Ilustração 17) a seguir, que classifica os grupos em relação ao seu grau de radicalismo político.

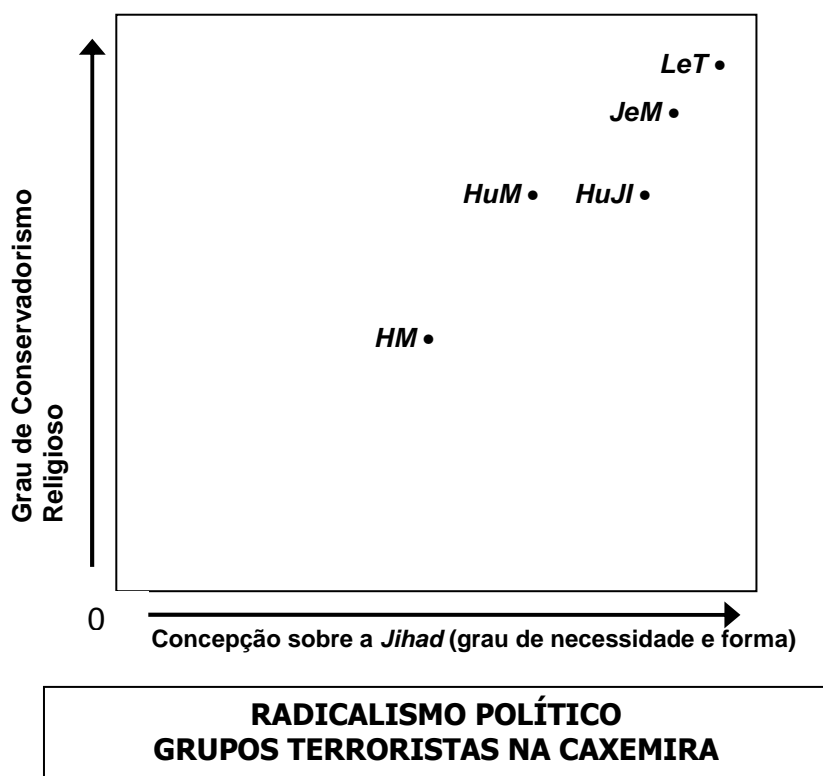


Ilustração 17 – Violência dos grupos terroristas na Caxemira
Elaboração própria, com base na Tabela 4, página 186.

O esquema anterior, levando em conta as variáveis apontadas, classifica os grupos caxemires de acordo com seu grau de radicalismo e violência política. Exemplificando, o *Lashkar-e-Taiba* - LeT, único grupo de tendência *vaabita* elencado, é em minha análise, a mais radical das organizações e referência para a classificação das demais, pois, no que se refere ao tipo de “guerra santa” que adotam, promovem ataques de milicianos armados e também de facções suicidas

(os *fedayin*); seus ataques não distinguem alvos militares ou de segurança dos alvos civis; e além de atuar na Caxemira indiana, expandiu suas atividades para outras partes desse país vizinho, bem como, tem participado de ações no Afeganistão ocupado.

Por outro lado, quanto ao conservadorismo político, o LeT admite pouca aproximação com o Estado paquistanês, desejando transformá-lo em uma parte do referido Califado; atua sozinho, em grande parte das suas ações, e não admite participar de Conselhos superiores; pela sua ideologia radical, não considera negociar com os inimigos, rotulados de hereges; e no Centro de Pregação e Orientação, sustentáculo do grupo, há uma comunidade religiosa fechada, onde os hábitos rotineiros da sociedade do entorno não são permitidos, como TVs, rádios, etc., o que facilita a formação de quadros sem quaisquer influências externas.

Todos os demais grupos radicais apresentam configurações parecidas com a do LeT, mas em alguns pontos são distintos, o que determina sua inclusão diferenciada na Ilustração 17 e Tabela 8 (Apêndice B).

3.3 O Estado paquistanês e as Organizações Terroristas internacionais na Caxemira: entre o patrocínio real e a punição virtual: 1989-2009.

Se o terrorismo islamista na Caxemira tem apresentado um notável crescimento nas últimas duas décadas, é certo que o fenômeno está relacionado ao apoio oferecido por setores do Estado paquistanês às organizações jihadistas empenhadas neste *front*. Por setores estatais refiro aqui a ação direta do Inter-Services Intelligence Directorate – ISID, maior serviço secreto do país, e indireta, do Exército nacional e alguns políticos pertencentes aos partidos religiosos, ora ocupantes de cargos eletivos do poder legislativo.

O título acima indicado faz alusão a esta realidade, marcada pelo suporte institucional ao terrorismo na Caxemira, como estratégia de “guerra por procuração”, e por ocasiões de punições virtuais, de fato, exemplificadas por repressões e condenações inócuas, efetivadas apenas para que governos estrangeiros e a

opinião pública internacional se convençam das boas intenções do Estado na luta contra o terrorismo¹⁰⁵.

A pesquisa da atuação de uma agência de inteligência não é tarefa simples, as fontes primárias são raras, e as referências bibliográficas hesitantes, ainda mais (por motivos óbvios) quando o autor em questão habita a mesma cidade ou país onde age a referida agência. Por esse motivo, a parte principal deste subcapítulo apresenta um esforço para dotar de coesão e coerência as informações esparsamente coletadas.

Como forma de tornar a análise mais inteligível, inicio o texto abordando brevemente as especificidades do ISID enquanto agência de inteligência e depois analiso sua atuação no Paquistão e na criação e suporte às organizações terroristas na Caxemira. Na parte final, apresento quais são os partidos políticos que tem conexões com os grupos jihadistas e como o Exército legitima ideologicamente o terrorismo, o que remete ao seu consentimento a ação de poderes privados extremistas contra a Índia.

3.3.1 *Breve definição do conceito de Inteligência e as especificidades do ISID*

A atividade ligada à Inteligência pode estar relacionada à busca de informações para diversas finalidades: empresas interessadas em obter conhecimentos sobre novas tecnologias; organizações sociais comprometidas com projetos públicos, dos quais querem maiores informações, e também, setores dirigentes do Estado que buscam descobrir dados sobre organizações e demais Estados, dentro e fora de sua circunscrição. Para atingir tal objetivo, o serviço de inteligência deve coletar, organizar e analisar as informações obtidas e repassar o

¹⁰⁵ Um exemplo dessa punição virtual do Paquistão às organizações terroristas se configura pelo seu banimento formal e reiterados aprisionamento de seus líderes. Contudo, estas mesmas organizações continuam funcionando sob outros nomes e os líderes encarcerados, via de regra, são liberados por “falta de provas”. Cf.: HAQQANI, Husain. Pakistan’s Terrorism Dilemma. In: LIMAYE, Satu P.; MALIK, Mohan; & WIRSING, Robert G. **Religious Radicalism and Security in South Asia**. Honolulu, Asia-Pacific Center for Security Studies, 2004, pp. 358-359.

relatório resultante aos tomadores de decisão. De acordo com Cepik, essa acepção de inteligência é bastante similar a de conhecimento¹⁰⁶.

Entretanto, a atividade característica diferencial das agências de inteligência, como o ISID paquistanês, é a recolha de informações “sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação. Nesta acepção, inteligência é o mesmo que segredo ou informação secreta”¹⁰⁷. Assim, os serviços secretos muito utilizam do recurso da espionagem em suas rotinas. Em resumo, a combinação das tarefas de coleta de informações públicas e secretas conforma um referencial genérico sobre as ações de uma agência de inteligência, ligada a um determinado governo¹⁰⁸.

O ISID apenas nos primeiros anos da existência do Paquistão atuou como um organismo de inteligência e contra-inteligência¹⁰⁹ em relação à Índia. Já durante a primeira ditadura militar esta agência teve seus poderes aumentados e se tornou, precisamente a partir da intervenção e auxílio às ações dos mujahidins no Afeganistão contra a União Soviética, um *governo invisível*¹¹⁰ dentro do Paquistão. É possível afirmar, sem exagero, e adiantando a argumentação a seguir, que pela sua vasta estrutura burocrática e militar, pelo seu poder interno, revelado na autonomia política e ligações institucionais com as Forças Armadas, e pelas suas competências, dentro e fora do Paquistão, que o ISID se transformou, de uma agência de inteligência, em uma organização de poder relativamente autônoma e mista – público-privada -, dificilmente controlada pelo Estado paquistanês.

¹⁰⁶ CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. In: **Inteligência. Dossiê Temático Nº06/2009 – NERINT-UFRGS**. p. 4.

¹⁰⁷ CEPIK, Marco. **Op. cit.**, p. 5.

¹⁰⁸ Reconheço, contudo, que as definições sobre a atividade de inteligência vão bem além daquelas aqui apresentadas. O que pretendi com essa breve descrição é delimitar um modelo sobre tal atividade para posteriormente trabalhar com as especificidades do ISID para o Paquistão.

¹⁰⁹ O conceito de contra-inteligência, por sua vez, “remete ao esforço de obtenção de inteligência sobre as capacidades, intenções e operações dos serviços de inteligência adversários” e para isso necessita de atividades de contra-espionagem, que por sua vez está “voltada principalmente para a prevenção, detecção, neutralização, repressão ou manipulação de atividades hostis de espionagem.” Cf.: CEPIK, Marco. **Ibidem**. p. 13.

¹¹⁰ WINCHELL, Sean P. Pakistan's ISI: The Invisible Government. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**. Vol. 16, n.º 3, pp 374–388, 2003.

3.3.2 Breve história das agências de inteligência do Paquistão

Formalmente, o Paquistão conta com quatro agências de inteligência, sendo duas militares e duas civis. O serviço secreto civil mais antigo é o IB – Intelligence Bureau, formado pouco antes do ISID. A outra agência civil é a *Força Especial*, vinculada ao serviço de polícia¹¹¹. O objetivo principal do IB é de contra-inteligência para a proteção dos interesses do Estado. Contudo, sua real atividade tem sido a vigilância aos opositores do governo, o que restringe seu alcance ao âmbito interno¹¹².

Dentre as agências militares das forças armadas, há o ISID e o MI – Military Intelligence, sendo que esta última atua apenas nas questões internas militares. O ISID é, definitivamente, aquele que possui a melhor e maior estrutura. Estima-se que possua uma equipe ativa com cerca de vinte e cinco mil funcionários, sem contar agentes secretos e informantes¹¹³. Seu quartel general está localizado em Islamabad e seu diretor geral é, via de regra, um Tenente-General designado pelo Exército, há três vice-diretores gerais, divididos por funções políticas internas, externas e administrativas.

Sua organização operacional se concentra em sete divisões especializadas: A Divisão de Inteligência X, que fornece suporte administrativo para as outras divisões; A Divisão Política, responsável pela inteligência política e possui três subdivisões encarregadas dos negócios com a Índia, de atividades anti-terroristas e de proteção às pessoas de prestígio ou influência do país, os VIP's.; a Divisão de Contra-Inteligência, que monitora diplomatas paquistaneses no exterior e também representantes estrangeiros no país, também coordena operações de inteligência no Oriente Médio, na Ásia Meridional, na China, no Afeganistão, na Rússia e nas “repúblicas islâmicas”; a Divisão de Inteligência do Norte atua nas questões relativas ao território de Jammu e Caxemira; a Divisão de “Inteligência Diversa” está

¹¹¹ Embora organicamente civil, pois responde ao Primeiro Ministro, o IB já teve vários de seus diretores provenientes do meio militar, principalmente durante os períodos ditatoriais. Cf.: JONES, Owen Bennett. **Pakistan. Eye of the Storm**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003. p. 239.

¹¹² COHEN, Stephen Philip. **The Idea of Pakistan**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2004. p. 100.

¹¹³ Informações encontradas no sítio eletrônico **PAKISTANIDEFENSE.COM-Army-Air-Force-Navy**. Disponível em: <<http://www.pakistanidefence.com/Info/Intelligence.html>>, acesso em 18 de abril de 2010.

encarregada de serviços de espionagem; a Divisão de Comunicação e Tecnologia monitora notícias veiculadas pelos meios de comunicação nacional e internacional, bem como outras fontes; a Divisão Técnica, que produz e fornece explosivos e armas químicas para os agentes e; por fim, a Divisão Financeira¹¹⁴.

As funções oficiais do ISID estão relacionadas com a coleta de informação sobre política interna e externa do Paquistão, principalmente, a coordenação das funções de inteligência das Forças Armadas, a vigilância de estrangeiros, da mídia, de políticos nacionais, de diplomatas paquistaneses e estrangeiros, a interceptação e monitoramento de comunicações e a condução de ofensivas secretas e operações em tempo de guerra¹¹⁵. Dentre as atividades informais ou secretas estão o assassinatos de líderes políticos, o contrabando de ópio e heroína provenientes do Afeganistão e a criação e suporte a grupos armados particulares atuantes na Caxemira, no Norte da Índia, e no Afeganistão¹¹⁶.

Contudo, suas condições, bem como, todas as tarefas que executa, não estavam previstos quando da sua criação. São sim decorrentes da valorização recebida ao longo de sua história pelos sucessivos governantes, civis e militares, que viram no ISID a oportunidade para atingir metas e resolver problemas de maneira indireta e, quiçá, bem mais rápida que os meios convencionais.

3.3.3 História do ISID, seu crescimento e a proeminência

O ISID foi criado em 1948 por iniciativa do oficial britânico Major General William Cawthorne e tinha como atividade principal ser um órgão de auxílio à agência MI - Military Intelligence, nos assuntos relativos à Caxemira, visto o fracasso do país durante a Primeira para anexar a região¹¹⁷. Os primeiros agentes foram treinados pela agência de inteligência do Reino Unido e depois pela CIA e pelo

¹¹⁴ SAIKIA, Jaideep. Terror sans Frontiers: Islamic Militancy in North East India. **Occasional Paper - Program in Arms Control, Disarmament, and International Security – ACDIS**. 2003. p. 64; PAKISTANIDEFENSE.COM. **Op. cit.**

¹¹⁵ PAKISTANIDEFENSE.COM. **Idem.**

¹¹⁶ WINCHELL, Sean P. **Op. cit.**, p. 374.

¹¹⁷ GREGORY, Shaun. The ISI and the War on Terrorism. **Pakistan Security Research Unit – PSRU. Síntese n.º 28**. Bradford, UK, 2008. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/Brief28finalised.pdf>>, Acesso em 15 de março de 2010, p. 3.

serviço secreto francês, o SDECE - *Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage*¹¹⁸. Até o ano de 1958 o ISID permaneceu com suas atividades restritas à coleta de informações sobre a região da Caxemira, que se configurava o maior problema para o Paquistão no cenário internacional.

A primeira fase da expansão das atividades desta agência, e seu conseqüente fortalecimento político, não é consenso entre as fontes consultadas. Para Sean Winchell foi o presidente militar Ayub Khan o primeiro a colocar sob incumbência da agência as ações de vigilância e espionagem no cenário nacional, mais especificamente, no Paquistão Oriental, onde lideranças políticas criticavam a situação marginal em relação à participação daquela porção do país na esfera do centro de poder nacional¹¹⁹. Outra versão da historiografia, sustentada por Owen Bennet Jones, afirma que o incremento orçamental e político do ISID durante a administração de Ayub Khan faziam parte de uma estratégia militar para implementar uma nova guerra contra a Índia pela Caxemira, que de fato, se concretizou em 1965¹²⁰. De qualquer perspectiva, é fato que foi o presidente Ayub o responsável pela ampliação de poder relativo da Agência em um primeiro momento.

Como resultado do fracasso paquistanês nesta segunda guerra pela Caxemira, o ISID sofreu reveses nos anos imediatamente posteriores, como redução de pessoal e suporte financeiro. Em linhas gerais, as informações colhidas e repassadas e a estratégia implementada por sugestão da Agência, que sugeriam um ataque maciço e desconsideravam um contra-ataque indiano em territórios paquistaneses, como no Sind e no Punjab (o que, de fato, ocorreu), se mostraram improcedentes e o alto escalão militar reconsiderou a possibilidade de favorecer demais este órgão.

A retomada do crescimento político só ocorreu ao longo dos anos de 1970 e 1971 pela atuação do ISID no Paquistão Oriental, que se rebelara. A Agência foi determinante para a coleta de informação e prisão de lideranças políticas bengalis independentistas. Apesar de o Paquistão Oriental ter, ao final do conflito, se tornado um país autônomo, Bangladesh, não foi atribuída responsabilidade ao ISID pois, primeiro, foi este serviço que previu a entrada da Índia na guerra, e segundo, porque

¹¹⁸ WINCHELL, Sean P. **Op. cit.**, p. 375.

¹¹⁹ WINCHELL, Sean P. **Idem.**

¹²⁰ JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, pp. 239-241.

após a perda deste território, o Paquistão passou por uma crise institucional, na qual o governo militar foi substituído por Zulfikar Ali Bhutto, eleito de forma “semi-democrática”¹²¹.

Independente das versões históricas apresentadas, não há questionamento entre a bibliografia utilizada que foi durante o governo de Zulfikar Bhutto que o órgão se tornou uma super-agência de inteligência e que na ditadura do general Zia ul-Haq se transformou em um grupo de poder político “público/privado” autônomo dentro do Paquistão. Abordarei primeiro os ganhos relativos obtidos no governo de Zulfikar Bhutto e depois os avanços durante a administração do general Zia.

A insegurança do presidente e, depois, premiê, Zulfikar Bhutto, inclusive em relação a sua própria base de aliados, fez com que recorresse com frequência aos serviços do ISID para vigiar correligionários e opositoristas. Foi com o auxílio do ISID que se inteirou dos planos independentistas dos rebeldes no Baluchistão e acionou a repressão. E também foi através do Diretor Geral da Agência, Gulam Gilani Khan, que obteve a indicação do Tenente-General Zia ul-Haq para nomear como chefe do Exército, em lugar de militares mais antigos¹²².

Apesar de privilegiado durante o governo de Bhutto, o aumento de poder que percebeu lhe garantiu, inclusive, atuar contra o próprio presidente. Tendência que pode ser exemplificada na responsabilidade que teve na formação de uma coalizão de oposição às eleições legislativas de 1977. O ANP – Aliança Nacional do Paquistão reunia nove partidos e grupos políticos¹²³, religiosos e seculares, que não tinham muito em comum, apenas a vontade de retirar Zulfikar Bhutto do poder¹²⁴. A ANP não teve sucesso nas eleições, mas pode ser indicada como prova inconteste

¹²¹ Nas eleições de 1970, a Liga Awami no Paquistão Oriental obteve vitória esmagadora, com mais de 90% dos votos. No Paquistão Ocidental, por sua vez, o PPP de Bhutto teve votação majoritária. Como a parte oriental se separou, foram considerados apenas os votos da porção oeste do país, que garantiu a vitória ao PPP. Por essa razão utilizo o termo “semi-democrático”.

¹²² WINCHELL, Sean P. **Op. cit.**, p. 377. Em contrapartida, quando tomou o poder, o General Zia manteve o colega Gilani Khan no cargo de direção do ISID.

¹²³ O Tehrik-i-Istaqlal, o Jammāt-e-Islami, o Jamiat Ulema-e-Islam, Jamiat Ulema-e-Pakistan, a Liga Muçulmana do Paquistão, o Partido da Democracia Nacional, o Partido Democrático do Paquistão, o Khaksat Tehrik, e a Conferência Muçulmana da Caxemira Livre. Cf. TALBOT, Ian. **Pakistan. A Modern History**. Nova Delhi: Foundation Books, 2009, p. 240.

¹²⁴ ABBAS, Hassan. **Pakistan's Drift into Extremism. Allah, the Army, and America's War on Terror**. Armonk, N.Y.: Londres: M. E. Sharpe, 2005, p. 85.

da força da Agência e teve como resultado a aproximação do ISID com as organizações religiosas no país¹²⁵.

A expansão das atividades do ISID no contexto das décadas de 1960 e 1970 teve impacto negativo nos demais serviços de inteligência nacionais, principalmente aqueles dominados pelos setores civis, como o Intelligence Bureau. A ação no plano doméstico dotou o ISID de grande prestígio político, uma robusta estrutura financeira, logística e administrativa, além de eclipsar as demais agências e centralizar suas funções. Não é exagero cogitar que tenha tido papel ativo no golpe que destituiu Zulfikar Bhutto e levar ao terceiro regime militar, chefiado pelo General Zia. Tal conjectura fica ainda mais evidente se forem considerados os privilégios que a instituição recebeu desta nova administração.

O processo de islamização implementado por Zia teve como assistente principal o ISID, que persistia em seu papel de fiscalizador da política interna. Em articulação com o principal partido de apoio do governo, o Jamaat-i-Islami - JI, a Agência promoveu a renovação do funcionalismo público, civil e militar, sugerindo aos administradores quais servidores deviam ser promovidos, rebaixados ou demitidos, de acordo com suas ligações e comprometimento com as organizações políticas islâmicas. Contudo, foi o papel desta agência na organização e auxílio aos mujahidins no combate aos soviéticos no Afeganistão que dotou o ISID de competências e poderes políticos que permitem afirmar que é uma das instituições mais importantes do Paquistão¹²⁶.

O controle e distribuição dos recursos oriundos dos EUA e da Arábia Saudita¹²⁷ principalmente, proporcionou a Agência outra fonte de poder e recursos exclusiva, uma vez que parte destes aportes eram desviados pelo serviço secreto para aliados internos, como os madraçais que treinavam mujahidins, entre outros¹²⁸. Outra fonte de renda aproveitada pelo ISID foi obtida das propinas que recebia por permitir e garantir o tráfico de ópio e heroína produzidos no Afeganistão¹²⁹.

¹²⁵ HAQQANI, Husain. **Pakistan. Between Mosque and Military**. Washington: Brookings Institution Press, 2005, pp. 124-125.

¹²⁶ HAQQANI, Husain. (2005) **Op. cit.**, pp. 141-142. ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004, p. 12-18. JONES, Owen Bennett. **Op. cit.**, p. 241.

¹²⁷ Os recursos da Arábia Saudita eram oferecidos pelo governo daquele país, mas também de paquistaneses emigrados, empregados nas empresas produtoras de petróleo.

¹²⁸ GREGORY, Shaun. **Op. cit.**, p. 4.

¹²⁹ WINCHELL, Sean P. **Op. cit.**, p. 379.

Ainda no que se refere aos ganhos obtidos pelas relações externas, o suporte oferecido aos “guerreiros da liberdade” na atuação contra os soviéticos aproximou a agência da CIA - *Central Intelligence Agency*¹³⁰. O treinamento de oficiais paquistaneses e o aporte financeiro e bélico foram as principais tarefas realizadas pelo serviço secreto dos EUA em relação ao ISID¹³¹.

A volta da democracia ao Paquistão vivenciou a alternância no poder entre Benazir Bhutto e Nawaz Sharif, na década de 1990. O ISID teve atuação marcante neste período, muito em função de seu apoio político a Sharif, pela ligação deste último com as elites religiosas e com os grupos de poder no Punjab¹³². Por outro lado, o fim da ditadura do general Zia não significou a pacificação do Paquistão e muito menos da região sul asiática. A islamização promovida pelo governo militar oportunizou o vertiginoso crescimento das organizações radicais islamistas, que trouxeram com elas a intensificação dos conflitos sectários e a exportação de um jihadismo instrumental terrorista para a Caxemira e Afeganistão. Neste contexto, o ISID teve papel central como instigador e organizador desses novos movimentos políticos¹³³. Nas dramáticas palavras de um nacional descontente com seu país, essa época testemunhou “o nascimento da loucura” no Paquistão¹³⁴.

No plano externo, além do ambiente caxemir¹³⁵, o ISID persistiu com sua política de intervenção no Afeganistão que, após a retirada dos soviéticos, se fez com o estímulo aos grupos talibãs. O fenômeno dos “estudantes da religião” obteve apoio político, logístico, bélico e de treinamento do serviço secreto e do Exército paquistanês. O talibã chegou ao poder em Cabul em 1996, mas desde 1993 atuava

¹³⁰ GREGORY, Shaun. *Ibidem*. p. 4-5.

¹³¹ A CIA e o ISID já haviam atuado em conjunto na década de 1960 no apoio ao Movimento de Autonomia Sique, contra o governo de Indira Gandhi. Cf.: WINCHELL, Sean P. *Op. cit.*, p. 378.

¹³² O apoio do ISID ao governo de Nawaz Sharif pode ser exemplificado pela sua participação na criação da IJI Islam-e-Jamhoori Ittehad (Aliança Democrática Islâmica), uma coalizão política eleitoral formada por Hamid Gul, diretor geral do ISID em 1988, para apoiar Sharif nas eleições contra Benazir Bhutto. Posteriormente o oficial se declarou responsável pela formação desta composição política. Cf.: Hameed Gul admits he formed IJI. *The News International*. 30 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.thenews.com.pk/top_story_detail.asp?Id=24196>, acesso de 15 de janeiro de 2010. E também nas suspeitas que se tem sobre a participação da Agência no assassinato de Murtaza Bhutto, em 1996, irmão da primeira-ministra. Cf.: HAQQANI, Husain. *Op. cit.*, pp. 231-232.

¹³³ Aliás, o próprio ISID passou por um processo de islamização de seus quadros e ideologia durante o governo ditatorial de Zia.

¹³⁴ ALI, Tariq. *Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 275.

¹³⁵ A atuação do ISID, em conjunto com grupos terroristas, na Caxemira será tratada no subitem a seguir.

em terras afegãs¹³⁶. O período de ascensão dos talibãs no Afeganistão coincide com o segundo governo da primeira-ministra Benazir Bhutto, o que mostra certa conivência ou impossibilidade de intervenção da presidência na ação externa da Agência.

Os dilemas enfrentados pelo governo do General Pervez Musharraf, a respeito do apoio que oferecia aos grupos terroristas na Caxemira e ao governo talibã, e o posterior ingresso na aliança internacional contra o terrorismo, tiveram sensíveis impactos na atuação do ISID, dentro e fora do país. Enquanto Musharraf pode desvincular, pelo menos no plano discursivo, a questão caxemir do cenário afegão, atribuindo aos movimentos radicais ali ocupados a classificação de “guerreiros da liberdade”¹³⁷, o ISID se manteve próximo ao governo. No entanto, quando Musharraf, pressionado por Washington, optou por perseguir, ainda que de maneira branda, os grupos terroristas na Caxemira, setores do ISID se opuseram a sua gestão, auxiliando inclusive ataques de grupos extremistas contra o governo (este ponto será tratado no subitem seguinte).

A chegada de Asif Ali Zardari ao poder, em setembro de 2008, significou um aumento na repressão estatal à autonomia do ISID, com promessas de “desislamização” do órgão. Neste sentido, alguns militares da chamada ala reformista¹³⁸ e políticos civis foram indicados para os principais cargos da instituição¹³⁹.

Entretanto, cabe lembrar que esta agência tem uma estrutura funcional bem extensa, conta com o apoio das principais organizações religiosas do país e possui canais de financiamento alternativos, como os já apontados esquemas no tráfico de drogas. O presente *status* deste órgão foi erigido e consolidado ao longo de mais de sessenta anos, o que remete às perguntas sobre como e em quanto tempo seria

¹³⁶ O apoio dos Estados Unidos aos talibãs, embora discreto, também se fez notar, pelo menos até 1997, muito em função dos interesses econômicos da empresa petrolífera estadunidense UNOCAL de construir um gasoduto entre o Turcomenistão e o Paquistão, atravessando o Afeganistão. Em 1997, dada a indecisão dos talibãs em apoiar a proposta da UNOCAL, em favor de uma concorrente argentina, os EUA passaram a condenar o regime. Cf.: MARSDEN, Peter. **Os Talibã. Guerra e Religião no Afeganistão**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. pp. 162-163.

¹³⁷ HAQQANI, Husain. **Op. cit.**, pp. 304-305.

¹³⁸ MIR, Amir. Pakistan Army: Islamists vs Reformists. In: MIR, Amir. **The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror**. Nova Delhi, Roli Books: 2006. pp. 23-25

¹³⁹ **The Nation on Web**. Zardari seeks civilian control of ISI. 21 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.nation.com.pk/pakistan-news-newspaper-daily-english-online/Politics/01-Jan-2010/Zardari-seeks-civilian-control-of-ISI>>, acesso em 21 de abril de 2010.

possível extinguir ou, ao menos, reduzir seu poder e autonomia? E também, e não menos importante, qual o real interesse do governo em desabilitar tal ferramenta, que em várias ocasiões operou em consonância com os interesses do Estado, tanto em assuntos de política doméstica quanto exterior?

3.3.4 *Convergências entre o ISID e os grupos terroristas na questão caxemir.*

A principal Agência de inteligência paquistanesa nasceu, como afirmei anteriormente, com a função exclusiva de atuar segundo os interesses nacionais para a anexação da Caxemira. Como principal função, estimulou a ação das forças armadas e das milícias terroristas durante as grandes guerras (com exceção da primeira, em 1947, porque ainda não existia). Nas guerras de 1965 e 1971 foi responsável por fornecer assistência logística e bélica aos grupos paramilitares. E, da mesma forma, o ISID foi de extrema importância no apoio à Frente de Libertação de Jammu e Caxemira, ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando seus objetivos eram convergentes.

Apesar da constante participação do ISID na organização e auxílio aos movimentos radicais na Caxemira, até o final da década de 1980, especificamente em 1989, não foi responsável pela criação de tais grupos. Seu papel se restringia ao apoio às organizações nascidas no contexto regional. Uma conjuntura propícia, surgida no período recortado nesta pesquisa, foi a responsável pelo protagonismo do ISID na formação de tais organizações. Dentre os fatores constitutivos desta situação indico quatro principais, todos relacionados à disposição de recursos humanos, turbulências dentro da porção caxemir dominada pela Índia e ao contexto internacional do final da década de 1980.

A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em janeiro de 1989 liberou grande parte dos mujahidins até então comprometidos no combate aos invasores. Na concepção de política exterior do ISID, esses guerreiros poderiam continuar mobilizados e se deslocar para o *front* caxemir, onde se reforçava a legitimidade da jihad, conectada à situação prévia do Afeganistão, qual seja: a de que o governo da Índia invadira terras do Islã e era necessário prosseguir com a vitoriosa campanha de libertação dos muçulmanos oprimidos.

Paralelamente ao deslocamento dos mujahidins afegãos, houve outra fonte de “recursos humanos” para o terrorismo na Caxemira, esta originada pela formação de uma nova geração militante egressa dos madraçais paquistaneses¹⁴⁰. As escolas corânicas vinham apresentando um formidável crescimento ao longo da década de 1980, apoiado pelo Estado governado pelo General Zia (ver Tabela 1, página 51). A morte do ditador em 1988 e a ascensão de um partido nacionalista, como o PPP, com Benazir Bhutto no cargo de premiê, não convergia com os planos do ISID e dos partidos religiosos vinculados aos madraçais. Isto porque a nova governante assinalava com promessas de aprofundar as negociações com o governo indiano para a resolução da questão caxemir.

Temendo potenciais concessões por parte do governo, tal qual fizera Zulfikar Bhutto nas negociações de Simla, em 1972, os diretores dos madraçais, e a Agência de Inteligência, resolveram intensificar a ação jihadista na Caxemira enviando novos quadros para a região, devidamente preparados para a “guerra santa” de libertação. A parte minoritária de nacionalidade paquistanesa entre os militantes do grupo terroristas Hizb-ul-Mujahidin se compunha, assim, por estes novos guerreiros oriundos dos madraçais¹⁴¹, e por mujahidins mais experientes, deslocados do Afeganistão.

Contudo, uma série de eventos precedentes ao deslocamento dos mujahidins afegãos e dos alunos corânicos são importantes para compreender a formação das organizações políticas radicais muçulmanas na Caxemira ocupada pela Índia. Estes acontecimentos se situam nos anos de 1987 e 1988, quando eleições legislativas gerais naquela região opunham dois “Shas”¹⁴². O primeiro era o candidato da situação, Ghulam Mohiuddin Shah, indicado pelo partido da Conferência Nacional e apoiado por Nova Déli. O candidato de oposição, Mohammad Yusuf Shah, representava a Frente Muçulmana Unida (FMU). A FMU defendia a implantação de

¹⁴⁰ O último item deste capítulo aborda essa “fonte de recursos humanos”, mas adianto aqui que nem todas as escolas corânicas preparam militantes terroristas islâmicos para os grupos jihadistas. Essa função é exercida apenas por alguns dos madraçais que mantenham ligações com líderes religiosos extremistas atuantes na Caxemira ou no Afeganistão. Cf.: EVANS, Alexander. Understanding Madrasahs: How Threatening Are They? **Foreign Affairs**. Vol. 85, n.º 1, pp. 9-16, 2006.

¹⁴¹ Entretanto, estes estudantes do Corão ficaram mais conhecidos pela sua presença no Afeganistão ao longo da primeira metade da década de 1990, e com a instituição do governo talibã afegão em 1996.

¹⁴² BOSE, Sumantra. Kashmir at the Crossroads. Problems and Possibilities. **Security Dialogue**, v. 32, n.º 1, pp. 41-64, 2001.

um sistema islâmico na porção indiana caxemir e tinha como um dos partidos integrantes o Jamaat-i-Islami de Jammu e Caxemira (JIJK), filial do JI paquistanês¹⁴³.

Com a iminência da vitória da FMU, muito em função do descontentamento popular com as administrações regionais pró-indianas, as forças de segurança indianas, em manobra truculenta, prenderam o líder da coalizão islâmica, M. Yusuf Shah, e declarou a vitória do candidato situacionista, Ghulam M. Shah. O candidato da oposição permaneceu encarcerado por nove meses e só foi liberado quando o processo eleitoral fora finalizado e o novo governante empossado¹⁴⁴.

As manipulações políticas do governo indiano fizeram eclodir protestos populares em diversas cidades do Estado e, ainda, oportunizou o surgimento da primeira organização islâmica terrorista na região. O candidato derrotado, após sua soltura e com o auxílio do Serviço Secreto paquistanês, que disponibilizou armamento e campos de treinamento na Caxemira Livre, organizou o *Hizb-ul-Mujahidin* – HM (Partido dos Guerreiros da Liberdade) e adotou o nome de guerra “Syed Salahudin”, pelo qual é conhecido pelas autoridades indianas e que figura entre os mais procurados pelas forças de segurança do país¹⁴⁵.

Assim, a fraude das eleições de 1987, por um lado, proporcionou o surgimento de um dos mais ativos grupos terroristas na Caxemira, dotado de um plano político assentado no projeto de islamização estatal, derivado do Jamaat-i-Islami, e defensor da anexação da região ao Paquistão. E por outro, obrigou o governo indiano a suspender os direitos democráticos do Estado, instituindo um regime presidencial¹⁴⁶. Ademais, o HM, com a permissão e auxílio do ISID, empreendeu uma massiva campanha de ataques ao JKLF (Jammu e Kashmir Liberation Front), organização secular que passara a defender a independência do Estado da Caxemira¹⁴⁷.

¹⁴³ SIKAND, Yohinder. The Emergence and Development of the Jama'at-i-Islami of Jammu and Kashmir (1940s–1990). *Modern Asian Studies*. Vol. 36, n.º 3, pp. 705–751, 2002. pp. 748-749.

¹⁴⁴ BOSE, Sumantra. *Op.cit.*, pp. 41-42.

¹⁴⁵ BOSE, Sumantra. *Idem*.

¹⁴⁶ BOSE, Sumantra. *Ibidem*, pp. 61-63.

¹⁴⁷ A perseguição ao JKLF levou ao assassinato de mais de quinhentos de seus militantes, provocando sua extinção. De acordo com a historiadora paquistanesa Ayesha Jalal, a exclusão do JKLF foi obra de uma improvável aliança entre o HM, o ISID paquistanês e o Serviço Secreto Indiano (Research and Analysis Wing). Cf.: JALAL, Ayesha. **Combatentes de Alá: a jihad no sul da Ásia**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. p. 240.

No plano internacional, o crescimento dos grupos terroristas apoiados ou mesmo criados pelo ISID também contou com a anuência dos EUA. Os acontecimentos ligados ao declínio do comunismo no Leste Europeu, bem como a vitória contra os soviéticos no Afeganistão, desviaram a atenção de Washington do contexto asiático meridional, deixando ampla margem de liberdade aos setores militares paquistaneses para criarem as bases necessárias a uma nova fase da disputa pela Caxemira. Essa nova etapa, vigente até os dias atuais, é marcada pelos conflitos de baixa intensidade, através de ações de grupos terroristas dirigidas às autoridades regionais pró-índianos e à população caxemir não-muçulmana, ou mesmo a muçulmana considerada “colaboracionista”.

3.3.4.1 Suporte ao HM e a primeira fase do avanço terrorista islamista na Caxemira (1989-1993)

O suporte oferecido aos grupos terroristas na Caxemira, de acordo com a perspectiva constatada nesta pesquisa, teve três fases distintas ao longo de duas décadas, de 1989 a 2009. Cada um destes estágios foi caracterizado segundo critérios relacionados, primeiro, ao objetivo perseguido pelo Serviço Secreto paquistanês em relação à Índia, e segundo, à composição, métodos de ação e finalidades das organizações terroristas. O fim de uma etapa e o início da seguinte reflete a mudança na concepção do ISID a respeito da eficácia do grupo patrocinado, as alterações em seu próprio objetivo quanto à Caxemira e, por fim, sua estratégia de revezamento na concessão de recursos às organizações¹⁴⁸. Muito embora, isto não signifique que a desgraça de certa organização signifique o fim de suas atividades na região.

O primeiro grupo terrorista islamista sustentado pelo ISID foi o Hizb-ul-Mujahidin - HM, fundado em 1989. A mudança para o HM e, por consequência, ao islamismo radical, teve como causa os fatores destacados anteriormente, como a assunção de um nacionalismo independentista por parte do JKLF e tentativas de pacificação da região por Benazir Bhutto, mas, em se tratando da escolha do HM, a

¹⁴⁸ O ISID alternava o apoio aos diversos grupos jihadistas na Caxemira com o objetivo de não permitir que nenhum deles sobrepujasse os demais. Cf.: ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op.cit.**, pp. 54-55.

razão pode ser encontrada no papel do partido religioso paquistanês Jamaat-i-Islami - JI e sua filial na Caxemira indiana, o JI de Jammu e Caxemira¹⁴⁹. Foi pela negociação envolvendo a diretoria do ISID e do alto escalão do JI que a primeira organização terrorista islamista foi instalada na região. A presença de setores do Estado paquistanês na criação do HM revela também aspectos de ideologia derivada do pensamento de Mawdudi, que privilegiava a articulação com o Estado muçulmano na promoção da sua versão de jihad.

O apoio do Exército e do Serviço Secreto paquistanês ao HM em muito influenciou a sua estrutura organizacional. Esta organização conta com uma série de companhias, batalhões e pelotões, cada qual liderado por uma patente específica¹⁵⁰. Além disso, possui uma constituição que determina a hierarquia dos postos e suas respectivas funções. Contudo, desde 2000 vem sofrendo com cisões e a partir de sua estrutura se formaram outros quatro grupos terroristas menores¹⁵¹.

A classificação do HM como um grupo terrorista, embora “moderado”, de acordo com a definição de *jihadista político* apresentada anteriormente, se dá pela comparação de suas ações com as empreendidas por organizações mais radicais, como as de cunho deoband e as de inspiração vaabitas. Embora esteja incluído na Constituição do grupo que suas atividades se dirigem exclusivamente contra forças de segurança indianas, sediadas na Caxemira, a prática tem mostrado um quadro bem diferente. Os ataques do HM às instituições estatais ou em locais públicos, como o efetivado no Estádio Maulana Azad, em primeiro de janeiro de 1995, por conta das comemorações do dia da democracia indiana¹⁵², vem ocasionando muitas baixas civis consideradas, entretanto, “incidentais”¹⁵³.

¹⁴⁹ SIKAND, Yohinder. **Op.cit.**, p. 278.

¹⁵⁰ RANA, Muhammad Amir. **A to Z Of Jehadi Organizations In Pakistan**. Lahore: Mashal Books, 2004. pp. 440-443.

¹⁵¹ Muito embora haja referências que afirmam a continuidade de laços entre esses grupos e o HM. MIR, Amir. **Op. cit.**, pp. 91-95.

¹⁵² O objetivo desta ação era assassinar Krisna Rao, o governador geral da Caxemira indiana, durante seu discurso. No entanto, morreram dezoito pessoas e mais de cem ficaram feridas. RANA, Amir. **Op. cit.**, p. 444.

¹⁵³ Uma explicação possível para essa dissimulada moderação, exemplificada no discurso dos ataques restritos às forças de segurança, pode ser explicado pelas influências leninistas do Jammata-e-Islami, uma vez que os escritos marxistas que inspiraram a constituição dos partidos revolucionários condenaram as ações terroristas por abalarem a confiança e amedrontarem a população da qual se queria aproximar. Sobre a influência do leninismo na criação do JI e no pensamento de Mawdudi, ver: KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 63.

Ora, ao se atacar um prédio ou espaço público é grande a possibilidade de atingir indivíduos comuns, simples transeuntes ocupados em seus afazeres cotidianos. Portanto, fica evidente certa carga de hipocrisia no discurso das lideranças do HM ao preconizar a jihad apenas contra as forças de segurança do governo indiano na Caxemira.

A opção do ISID em reduzir o apoio ao HM, em 1993, foi ocasionada por fatores relacionados à crescente desconfiança da instituição a respeito das metas do grupo, à mudança dos objetivos do serviço secreto em relação à Índia e a diminuição da mobilização popular favorável ao HM. Com relação às mudanças dos propósitos do grupo, o ISID temia que, tal como o ocorrido com o JKLF, o HM adquirisse respaldo político popular significativo e passasse a pleitear a independência da região e não a anexação ao Paquistão. Como a maior parte dos quadros do HM se compunha de caxemires e sua base de recrutamento também era regional, a margem de sua independência poderia crescer. Assim, era imperativo ao ISID alterar a configuração das organizações terroristas na Caxemira com vistas a manter um controle estrito.

Também, o serviço secreto paquistanês, com a chegada ao poder nacional paquistanês de candidato apoiado por uma coalizão de partidos religiosos¹⁵⁴, por sua vez montada pelo próprio diretor do ISI à época, o oficial militar Hamid Gul¹⁵⁵, buscava alterar sua política de “guerra por procuração” para a questão da Caxemira. Procurava, neste contexto, intensificar os ataques a outras porções do território indiano e também às populações não-muçulmanas da Caxemira – hindus e budistas, forçando a instabilidade interna e o aumento da pressão popular para uma resolução rápida das fronteiras disputadas¹⁵⁶. O HM, neste novo cenário, perderia o papel protagonista de outrora, já que restringira suas atividades ao cenário caxemir e no plano discursivo, ao menos, restringia os ataques às forças de segurança regionais.

Por outro lado, a própria população muçulmana da Caxemira ocupada, ao longo desses quatro primeiros anos de atividade do HM, foi deixando de apoiar a

¹⁵⁴ Este político é o líder punjab Nawaz Sharif, que ocupou o cargo de premier paquistanês pela primeira vez em fevereiro de 1990.

¹⁵⁵ A coalizão que levou Sharif ao cargo de primeiro-ministro em 1990 foi a Islami Jamhoori Ittehad – IJI (Aliança Islâmica Democrática). Esta aliança havia falhado nas eleições de 1988. Cf.: HAQQANI, Husain. **Pakistan. Between Mosque and Military**. Washington: Brookings Institution Press, 2005, pp. 202-204.

¹⁵⁶ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004, pp. 53-55.

causa do grupo. Isto porque os atentados terroristas e as consecutivas “baixas civis acidentais”, que incluíam também muçulmanos, se converteram em real ameaça para os habitantes do Estado. Embora a maioria islâmica estivesse mobilizada contra a administração indiana, por conta da manipulação das eleições de 1987, não havia um sentimento de ódio em relação aos cidadãos vizinhos hindus. Vale lembrar que dos cerca de cinco milhões de muçulmanos vivendo na Caxemira ocupada pela Índia apenas alguns milhares se dispuseram a ingressar nas fileiras do HM¹⁵⁷.

Embora tenha ocorrido um afastamento do serviço secreto em relação ao HM já em 1993, o definitivo rompimento ocorreu somente em 2000, com a declaração de um cessar-fogo unilateral por parte do HM, que fora negociado diretamente com as autoridades indianas. A autonomia temida no passado se apresentava inquestionável nestas circunstâncias. Na seqüência, o líder supremo do grupo declarou seu afastamento do JI do Paquistão, determinou que a jihad na Caxemira deveria se dirigir, de fato, apenas aos alvos militares indianos e, desde 2004, com a perseguição generalizada dos grupos jihadistas na Caxemira, cogitam participar, paralelamente, das eleições do Estado.

3.3.4.2 O crescimento do radicalismo deoband e vaabita e a nova fase terrorista islamista na Caxemira (1993-2004).

O descrédito popular do HM, bem como, a radicalização das metas do ISID, refletida no ataque aos civis considerados inimigos levou a um processo de renovação das organizações terroristas na Caxemira, patrocinadas pelo Estado paquistanês. Era imperativo que algumas alterações fossem implementadas como a mudança na composição dos grupos e sua área de atuação, a promoção de uma nova e mais radical ideologia de guerra santa, a criação de novos campos de treinamento, e injeção de ainda mais recursos financeiros para aumentar o alcance das atividades terroristas na região.

¹⁵⁷ Um motivo adicional para promover o terrorismo contra hindus, budistas e siques é a limpeza étnico-religiosa dele decorrida, o que aumentaria a probabilidade de maiores porções do território caxemir aos paquistaneses, caso um intervenção internacional determinasse a divisão da região em termos religiosos e/ou étnicos. Cf.: HAQQANI, Husain. (2005) **Op. cit.**, p. 368.

O recurso aos militantes paquistaneses em substituição aos caxemires teve como determinantes duas preocupações dos gestores da guerra por procuração com a Índia¹⁵⁸. Por um lado, evitava certos empecilhos na execução das missões, como a proximidade ou até mesmo vínculos de parentesco com aqueles que se pretendia atingir, uma vez que os militantes caxemires do HM se viram envolvidos em problemas morais quando suas ações se dirigiam contra pessoas conhecidas da comunidade e a legitimidade dos atos era colocada em xeque quando eram vitimados habitantes que se encontravam em situação social similar a dos perpetradores dos ataques. Afinal, um caxemir hindu ou budista pobre estivera sujeito aos mesmos problemas que um muçulmano e se tornava difícil aos terroristas locais lhes atribuírem responsabilidades pelas ações repressoras ou antidemocráticas do governo de Nova Delhi.

Por outro lado, a utilização de jihadistas paquistaneses, deslocados de madraçais do Punjab, do Sind ou da Província da Fronteira Noroeste, possuíam outra perspectiva do conflito pela Caxemira, uma visão um tanto quanto simplificada, mitológica e maniqueísta da história da disputa. Posição esta que não deixava dúvidas quanto à imperiosa necessidade de reincorporar aquela área ao mundo do Islã e transformava todos os não-muçulmanos em potenciais inimigos. Tal característica possibilitava aos dirigentes dos grupos terroristas e seus patrocinadores estatais manobram com maior facilidade a disposição de recursos humanos, justificarem melhor uma guerra santa contra os infiéis e, assim, estender a frente de batalha para os demais Estados indianos.

Nesta mesma linha, sobre uma nova concepção de jihad na Caxemira. Para elevar o grau de violência política a outros patamares as organizações terroristas passaram a adotar um discurso potencialmente mais radical em relação aos vizinhos. A guerra santa sofreu uma nova subversão em sua concepção original e passou a ser o pilar do islamismo – o fiel que não se empenhasse direta ou indiretamente no conflito contra indianos e todos aqueles que obstavam a anexação da Caxemira, estariam descumprindo seu papel como muçulmano e não seria digno perante a comunidade religiosa.

¹⁵⁸ A proporção de paquistaneses nos grupos Deobandis, como o Harakat ul Mujahidin – HuM, o Harakat ul Jihad-Islami – HuJI e o Jaish-e-Mohammed - JeM, e nos os Vaabitas, como o Lashkar-e-Toiba, é de cerca de noventa por cento. Os dez por cento restantes não se compõem apenas de caxemires, mas também de militantes islâmicos centro-asiáticos, iraquianos, bengalis, entre outros. Cf.: RANA, M. Amir. **Op. cit.**, pp. 244-256, pp. 263-275. pp. 214-244. pp. 328-342.

O processo de despolitização, ideologização e privatização deste conflito consentiram uma nova concepção espacial por parte das organizações terroristas, que passaram a salientar a *Ummah* (Comunidade Islâmica) como unidade a ser reconstituída, e não mais apenas o Estado nacional paquistanês. Por esse motivo lideranças dos grupos deobandis e de inspiração vaabitas defendem a nostálgica volta do Califado Omíada, do século VIII, que se estendia da Índia até a Península Ibérica. Certamente, tal postura, calcada na defesa de uma “jihad total” e num surpreendente projeto expansionista internacional atávico, certamente não obteve a aprovação dos provedores estatais paquistaneses, mas visando o sucesso da empreitada caxemir e para a derrota definitiva da Índia, tal prospectiva foi encarada como um mal necessário¹⁵⁹.

A mudança ideológica operada a partir de 1993 e a adoção de organizações terroristas convergentes ao novo objetivo podem ser evidenciadas em discursos bastante semelhantes do comandante maior do *Lashkar-e-Taiba*, Hafez Saeed, e o diretor geral do ISID de 1988 a 1989, o Tenente-General Hamid Gul. Enquanto Saeed defende a recriação do Califado e afirma que a Caxemira é apenas o portão de entrada para a Índia e a libertação dos duzentos milhões de muçulmanos indianos¹⁶⁰. Hamid Gul sustentou, em entrevista concedida a um jornal virtual indiano, que os objetivos do Paquistão incluem os muçulmanos da Índia e que a Caxemira e outras regiões habitadas por muçulmanos na Índia deverão se converter em território paquistanês, com o perigo da Índia via a sofrer uma desintegração forçada¹⁶¹.

A delegação da responsabilidade pela disputa com a Índia às organizações terroristas, a partir de 1993, não ocorreu apenas na Caxemira, mas se converteu em uma política de estado paquistanesa para a Ásia meridional e Oriente Médio. Foi neste contexto que se testemunhou o crescimento da guerrilha talibã e sua posterior chegada ao poder no Afeganistão em 1996. O Estado paquistanês lançou mão da mesma fonte de recrutamento para a batalha nestes dois *fronts*, ou seja, as escolas corânicas deobands, vaabitas e, em menor número, as organizações vinculadas ao

¹⁵⁹ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. *Op.cit.*, p. 35.

¹⁶⁰ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. *Idem*.

¹⁶¹ REDIFF. **Entrevista com ex-diretor do ISID, Hamid Gul. 12 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.rediff.com/news/2004/feb/13inter.htm>>, acesso em 27 de fevereiro de 2010. Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2004.**

Jamaat-i-Islami¹⁶². Tanto que a formação e treinamento desses guerreiros eram realizados em madraçais ou campos específicos ao longo das fronteiras leste e oeste do país. Bem como, o emprego destes quadros permitia sua mobilização entre a frente caxemir e afegã indistintamente, de acordo com a necessidade.

O processo de “talibanização” do Afeganistão, em 1996, não teve êxito na Caxemira, no mesmo período, porque o governo indiano respondeu com ainda mais força, o que permitiu manter o controle daquele Estado, e também porque a conjuntura política era distinta nas duas regiões. Enquanto a guerra civil no Afeganistão, iniciada com o fim do governo socialista em 1992, provocara caos social, na Caxemira ocupada pela Índia o controle estatal foi incrementado com a supressão de governos eleitos e pela imposição de administrações regionais bastante alinhadas aos interesses do governo de Nova Delhi.¹⁶³

Os mesmos estudantes corânicos que foram recebidos como salvadores no Afeganistão, na esperança de que se tratava de uma força política “inocente”, que traria a paz, sofreram com a rejeição da população caxemir, pouco identificada com aquele tipo de ação radical, e a repressão das forças de segurança indianas. O Estado paquistanês, representado pelo Exército e ISID, se equivocou ao utilizar estratégias similares em circunstâncias distintas. Embora houvesse certa indignação contra o domínio indiano na Caxemira, novamente, não se tratava de um contexto de guerra civil que justificasse a intervenção externa. Ademais, a violenta experiência demonstrada nos primeiros anos da ação do Hizb-ul-Mujahidin, demonstrou que um islamismo a tal ponto radical não encontrava amparo no tipo de Islã sufista que era comum entre os caxemires.

A ação das organizações terroristas na Caxemira se transformava, enfim, em uma ferramenta de política exterior do Paquistão, e somente isso. A “mini-guerra” de 1999, provocada pela infiltração de forças militares e jihadistas paquistaneses através da Linha de Controle, na cidade de Kargil, contou com restrito apoio popular e rapidamente foi rechaçada pelo Exército indiano¹⁶⁴. Contribuindo para a

¹⁶² MARSDEN, Peter. **Op. cit.**, pp. 157-170.

¹⁶³ Desde 1990 até os dias atuais o governo da Caxemira indiana alterna entre o domínio direto da presidência nacional e gestões pró-indianas, como as chefiadas por membros da dinastia de Abdullah. Primeiro seu filho, Farooq Abdullah (1996-2002), e desde janeiro de 2009, seu neto, Omar Abdullah. Desde então, também foi aumentada a presença das forças do Exército no Estado.

¹⁶⁴ JONES, Owen Bennett **Pakistan. Eye of the Storm**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003. pp. 87-108.

decadência do governo democrático de Nawaz Sharif e mais um golpe militar que levou ao poder o General Pervez Musharraf.

A aliança entre ISID e as organizações terroristas deobandis e vaabitas sofreu seu primeiro revés com os ataques às torres gêmeas e pentágono em 11 de setembro de 2001. A posterior invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos, com a derrubada do governo talibã, colocou o governo de Musharraf em uma posição pouco confortável. Enquanto, por um lado, se via forçado a ingressar na coalizão contra o terrorismo religioso, principalmente islâmico¹⁶⁵, por outro, sofria pressões internas por parte das organizações e partidos confessionais islamistas para afastar a política externa dos Estados Unidos e buscar estabelecer acordos com países muçulmanos. Sem dúvida, tal conjuntura significou um abalo no pacto Mulá-Militar.

Embora pressionado, Musharraf temia que seu governo não resistisse às críticas das organizações religiosas. Musharraf pertencia ao grupo considerado “reformista” do Exército, mas, mesmo assim, sabia da necessidade de manter próximos os líderes deobandis, vaabitas e do JI. Como recurso, buscou diferenciar o contexto afegão do caxemir. Enquanto lançava ofensivas contra os talibãs no Afeganistão, defendia que a situação na Caxemira não era apoiada pelo Paquistão, mas tratava-se sim de uma revolta da população caxemir contra a opressão indiana, e que os grupos terroristas ali operantes eram mantidos e compostos por caxemires¹⁶⁶. A diferenciação proposta por Musharraf atraiu, por consequência, a ira dos ulemás e mulás paquistaneses, já que tal distinção não se sustentava do ponto de vista prático e histórico. Como afirmado anteriormente, talibãs no Afeganistão e mujahidins na Caxemira foram formados e treinados dentro de organizações religiosas maiores, que compunham uma rede bem mais ampla que grupos terroristas como o *Lashkar-e-Taiba*, ou o *Jaish-e-Mohammed*, por exemplo.

Os momentos definitivos, que opuseram a administração de Musharraf e as redes religiosas, se passaram sim entre os anos de 2003 e 2004, quando os Estados Unidos, por seu turno, ameaçavam retirar os recursos destinados ao Paquistão, e os grupos terroristas colocavam o Estado nacional paquistanês como

¹⁶⁵ Relembro que a pressão dos EUA pelo apoio paquistanês veio acompanhada por volumosos empréstimos e perdão da dívida externa deste país.

¹⁶⁶ ABBAS, Hassam. **Op. cit.**, pp. 196-199.

inimigo do islã¹⁶⁷. Os atentados de dezembro de 2003 contra Musharraf e a adoção de uma moderada e limitada política de repressão aos grupos terroristas, seguida de uma reforma secular do principal serviço secreto do país, o ISID, são evidências da alteração na relação entre setores do governo e organizações terroristas. O patrocínio real dá lugar a uma punição virtual, uma vez que estes grupos continuam ativos na Caxemira e no Afeganistão, e ainda mantém certa margem de apoio estatal, principalmente dentro das forças armadas e agentes do ISID.

3.3.4.3 *É possível dizer que a criatura se voltou contra o criador? (2004 – 2009).*

A fase que se iniciou em 2004 não é marcada por alterações de fundo no papel dos grupos terroristas na Caxemira. Esta etapa se caracteriza sim pela inclusão de um novo inimigo em seus ofensivos discursos: o Estado paquistanês. Até este marco, o governo nacional paquistanês não era considerado um inimigo do islã, muito embora as organizações religiosas lhes dirigissem críticas pelo alinhamento com o Ocidente e participação em negociações com a Índia¹⁶⁸. Contudo, deste ponto em diante, os ataques às instituições públicas ou a grupos considerados apoiadores do governo se tornaram comuns, fazendo com que o contexto político interno se caracterizasse pela ingovernabilidade. Esta situação não apresentou mudanças significativas com a presidência de Asif Ali Zardari, viúvo de Benazir Bhutto, e mais um representante desta dinastia política.

Quanto à postura das organizações jihadistas, passaram a defender a retomada do processo de islamização social e institucional iniciado pelo General Zia ul-Haq, com a instituição definitiva de um modelo pouco claro de regime teocrático, no qual os líderes sunitas teriam papel destacado. E, neste sentido, procuram salientar o papel da Comunidade Islâmica (a *Ummah*) enquanto referencial de organização política, e a extensão da jihad ao Afeganistão, que figura, novamente, como território islâmico ocupado por estrangeiros.

¹⁶⁷ Outros autores delimitam essa nova fase de tensão na relação entre terroristas e o governo de Musharraf a partir de 2002, quando grupos deobandis e vaabitas são colocados na ilegalidade. Cf.: ABBAS, Hassam. **Op. cit.**, 234. Contudo, considero este marco pouco significativo, uma vez que estas organizações terroristas apenas mudaram de nomenclatura e continuaram a atuar livremente na Caxemira e mantiveram sua estrutura praticamente intacta.

¹⁶⁸ O Ingresso do Paquistão no SAARC em 1985, juntamente com a Índia e outros, foi objeto de duras censuras por parte dos partidos religiosos.

Também, como recurso de sobrevivência, estas organizações jihadistas passaram a buscar auxílio junto a outros Estados e associações muçulmanas estrangeiras, por um lado, e ocupar o lugar do poder público nas regiões onde tem proeminência, criando laços alternativos de identificação regional infra-estatais. Via de regra, esse apoio externo é efetivado via doações, principalmente de patrocinadores no Golfo Pérsico e comunidades de diáspora, bem como, pelo engajamento de militantes oriundos destas regiões. Fator este que tem dotado os grupos terroristas paquistaneses de uma identidade transnacional.

É ainda prematuro tecer quaisquer prognósticos a respeito da continuidade da estratégia da *guerra por procuração* delegada às organizações terroristas privadas, por parte de setores do Estado paquistanês. É fato, entretanto, que algumas mudanças já podem ser observadas na atuação dos radicais na Caxemira.

Após as medidas de repressão e restrição aos grupos terroristas efetivadas por Islamabad, o grupo Hizb-ul-Mujahidin, por exemplo, anunciou que seus militantes estão proibidos de executar ataques contra alvos civis, devendo manter sua luta pela libertação caxemir restrita ao combate às forças de segurança indianas¹⁶⁹. A declaração do HM pode ser entendida como uma mudança na dinâmica terrorista na Caxemira? Contudo, ainda que se operem mudanças nesta organização, o que se pode esperar das demais, conhecidas por serem bem mais radicais e violentas em sua prática, como as deobandis e o LeT? Conseguirá a nova administração de Asif A. Zardari controlar ou reprimir com eficiência tais grupos? E o ISID será, de fato, colocado sob controle de autoridades civis? Infelizmente, para essas perguntas não há mais que respostas meramente especulativas. É certo, entretanto, que setores do Estado paquistanês ainda sustentam e apóiam organizações terroristas na Caxemira, indicando que essa região ainda possui valor simbólico, material e estratégico para o país.

3.3.5 O terrorismo como doutrina militar e o suporte ideológico institucional às organizações extremistas na Caxemira.

¹⁶⁹ MIR, Amir. **The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror**. Nova Delhi: Roli Books, 2006, pp. 88-90. Lembro que foi o HM que em 2000 declarou unilateralmente um breve cessar-fogo.

A instituição militar paquistanesa também se apoiou na identidade islâmica de grande parte da população do país para estabelecer estratégias de ação contra os supostos inimigos estrangeiros. Em linhas gerais, pode se dizer que ocorreu um “aproveitamento” de certos trechos do Corão com a finalidade de justificar certas práticas violentas da atividade guerreira, como a intimidação do inimigo pelo terrorismo.¹⁷⁰

De acordo com Stephen P. Cohen, a estratégia do terrorismo como forma legítima de recurso bélico pelo Exército paquistanês, foi retirada de certos trechos do Corão onde se sugere a política do medo generalizado como forma de destruir a fé, a vontade e autoconfiança dos inimigos que, no contexto, eram referidos pela generalização de “infiéis”¹⁷¹. Essa herança islâmica nas Forças Armadas foi sintetizada em publicações de alguns seus oficiais, sendo uma das mais conhecidas a do General de brigada S. K. Malik, *The Quranic Concept of War* (primeira edição de 1979). De acordo com este militar:

O terror nos corações dos inimigos não é apenas um meio, é o fim em si mesmo. Uma vez que um estado de terror no coração do oponente for obtido, quase nada resta a ser alcançado. É o ponto em que o meio e o fim se encontram e se fundem.¹⁷²

Interessante notar que o prefácio da obra do brigadeiro Malik foi contribuição do General Zia ul-Haq, então presidente do Paquistão¹⁷³. Neste pequeno texto, corroborando a idéia central do livro, assevera que a jihad, para aterrorizar os inimigos ou infiéis, deve figurar como um dever dos soldados, mas também de todo crente comprometido com o êxito do Islã¹⁷⁴.

A adaptação de partes dos textos sagrados para a formação militar e a atualização do “terrorismo” nos livros para a realidade atual¹⁷⁵, além de tornar menos

¹⁷⁰ COHEN, Stephen Philip. **Op. cit.**, p. 118.

¹⁷¹ COHEN, Stephen Philip. **Ibidem.** pp. 118 - 119.

¹⁷² MALIK, S. K. **The Quranic Concept of War**. Nova Delhi: Adam Publishers and Distributors, 1992. p. 59.

¹⁷³ Aliás, quando da publicação da obra o General Zia ul-Haq era presidente, mas quando escreveu o prefácio, ocupava o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército.

¹⁷⁴ UL-HAQ, Zia. Prefácio. In: MALIK, S. K. **Op. cit.**

¹⁷⁵ Um exemplo do que se compreende por terrorismo no Corão e que é atualizado para a realidade paquistanesa pode ser encontrado no verso 12 da sura al-Anfal que diz: “Deus revelou sua vontade aos anjos dizendo: Vou lançar o terror nos corações dos infiéis. Cortar suas cabeças. Cortar as pontas dos seus dedos!”. Cf.: COHEN, Stephen Philip. **Op.cit.**, pp. 118 - 119.

profissional a atividade da instituição, em muito contribui para entender o apoio e patrocínio de uma parcela do Exército aos grupos terroristas atuantes na Caxemira. A estratégia do terror como forma de vencer uma batalha se encontra fundido a certos setores do Estado nacional paquistanês, o que legitima práticas privadas que defendam objetivos considerados válidos do ponto de vista religioso.

3.3.6 *Grupos terroristas e os partidos políticos religiosos*

Outra forma de ligação entre setores do Estado e os grupos terroristas atuantes na Caxemira se faz pela participação dos partidos religiosos nas eleições legislativas nacionais e provinciais¹⁷⁶. Ainda que este vínculo seja apenas um indício, uma vez que os partidos e seus deputados e senadores, em geral, rejeitam manter relações com os jihadistas caxemires, proponho essa análise tendo em conta a proximidade entre as redes políticas às quais ambos estão submetidos. Em outras palavras, tanto partidos religiosos, quanto organizações terroristas contam com a mesma base social para angariar, respectivamente, votos e militantes, como os madraçais e instituições filantrópicas, por exemplo. Ainda, neste sentido, compartilham um discurso político/ideológico de ataque aos vizinhos indianos e, mais recentemente, aos Estados Unidos por invadirem o Afeganistão e Iraque e também defendem a instituição de um Estado islâmico, de fato, no Paquistão.

Os principais partidos confessionais que se destacam no cenário político paquistanês e que possuem ligações com organizações jihadistas na Caxemira são o Jamaat-i-Islami – JI, que tem ligações com o Hizb-ul-Mujahidin, e o Jamiat-ul-Ulema-e-Islam (Assembléia do Clero Islâmico), que suporta os grupos terroristas vinculados ao movimento deoband. Nas ocasiões eleitorais, observei que é praxe a formação de coalizões de partidos religiosos, como forma de obter maior representação. As principais coalizões observadas, desde as eleições de 1988, foram:

- 1) IJI – Islam-e-Jamhoori Ittehad (Aliança Democrática Islâmica), constituída para as eleições de 1988 e 1990. Esta aliança congregava a Liga Muçulmana

¹⁷⁶ Seria necessário também averiguar qual a representação obtida por estes partidos nos âmbitos municipais, através de prefeitos e vereadores, porém, estes dados não estão disponíveis na internet.

do Paquistão, o Partido Nacional do Povo, o Jamaat-i-Islami e o Jamiat Ulema-e-Islam, nas eleições de 1988. Nas eleições de 1990, a Liga Muçulmana deixou a coalizão mas, ainda assim, após sua vitória, obteve o apoio do IJI para a indicação do Primeiro-Ministro, Nawaz Sharif.¹⁷⁷

2) PIF - Pakistan Islamic Front (Frente Islâmica Paquistanesa), criada para as eleições de 1993, e que era composta pelo Jamaat-i-Islami e alguns grupos simpatizantes. De acordo com Kalim Bahadur, esta coalizão, em realidade, era tão somente o JI com um novo nome, visto que seus outros membros não tinham força política significativa¹⁷⁸. Conquistou apenas 3 assentos na Assembléia Nacional.

3 – IJM - Islamic Jamhoori Mahaz (Frente Democrática Islâmica), composta por grupos deobandis para a eleição de 1993. Conquistou também 3 lugares na Assembléia Nacional.

4 – MMA - Muttahida Majlis-e-Amal Pakistan (Frente de Ação Unida do Paquistão), que se formou em reação ao ingresso do Paquistão da “Guerra contra o Terror”, em finais de 2001, atuou nos pleitos de 2002 e 2008. Congrega a maioria dos partidos religiosos, incluindo o JI, as facções do JUI, o partido dos ulemás Barelvis (Jamiat Ulema-e-Pakistan – Assembléia do Clero Paquistanês), e o partido xiita paquistanês, o Tehrik-e-Islami (Movimento pelo Islã).

O relativo sucesso das eleições de 2002, onde o MMA obteve cerca de 12% dos votos para a Assembléia Nacional e ainda pode indicar o governo da Província da Fronteira Noroeste, se explica pela reação popular à invasão do Afeganistão pela OTAN em 2001 e pelo apoio do governo de Musharraf a essa ação militar liderada pelos EUA. Contudo, a expressividade nas urnas demonstrada em 2002 não se repetiu em 2008, muito em função, primeiro, de sua desagregação, causada por desentendimentos entre os partidos membros, e segundo, pela sua vinculação com a campanha terrorista no Afeganistão, na Caxemira e contra membros do governo de Musharraf, incluindo o próprio, que sobreviveu a atentados em fins de 2003.

¹⁷⁷ As estatísticas sobre as eleições no Paquistão, aqui dispostas, podem ser encontradas no site da *joint venture* “Pakistan Elections”, uma vez que o governo não divulga estas informações oficialmente pela Internet. Ver: PAKISTAN ELECTIONS 2007-2008, Disponível em: <<http://www.elections.com.pk/contents.php?i=7>>, acesso em 20 de abril de 2010.

¹⁷⁸ BAHADUR, Kalim. **Democracy in Pakistan: crises and conflicts**. Nova Delhi: Har-Anand Publications, 1998, p. 63.

Via de regra, as principais agremiações confessionais paquistanesas não tiveram, ao longo da história, participação significativa nas eleições para o Senado e para as assembleias nacional e provinciais. A percentagem de votos obtida nos pleitos, em nenhuma ocasião, foi suficiente para garantir cargos de direção no poder legislativo nacional ou propiciar vantagens para o grupo na formação de coalizões. A referida percentagem esteve em torno de 2% em todas as eleições, com exceção de 2002.¹⁷⁹

O fracasso dos partidos religiosos se deve ao pouco apreço popular pela suas propostas de reformas políticas no funcionamento do Estado, excessivamente radicais, em geral. Ainda que estejam no controle de escolas, instituições filantrópicas e empresas de comunicação, não conseguem converter esta estrutura em apoio eleitoral efetivo. A ausência de força nas urnas é compensada, entretanto, pelo poder exercido, ocasionalmente, como oposição. Como propagadores e defensores oficiais do islamismo, as autoridades religiosas são importantes para legitimar o governo eleito, mas também para mobilizar a opinião pública contra este caso sua conduta esteja em desacordo com a religião.

Embora os partidos religiosos não defendam oficialmente os grupos terroristas na Caxemira, ou os talibãs no Afeganistão, sua postura política de favorecimento da campanha pela anexação da Caxemira e libertação do Afeganistão oferece suporte às organizações privadas que atuam nestas áreas e defendem estes mesmos objetivos.

3.4. Redes Transnacionais dos Grupos Terroristas na Caxemira.

3.4.1 Grupos terroristas caxemires e suas redes transnacionais de identidade e atuação.

O fim do sistema internacional fortemente marcado pela Guerra Fria e o contemporâneo processo de globalização não desembocaram no surgimento de relações transnacionais, desvinculadas da ingerência dos Estados, como se poderia crer. As “amarras ideológicas” características da época bipolarizada acabaram por

¹⁷⁹ Cf.: TANWIR, Farooq. Religious Parties and Politics in Pakistan. **International Journal of Comparative Sociology**. Vol. 43, n. 3-5, pp. 250-268, 2002. p. 252.

submeter certas ações não-estatais ao poder governamental, reduzindo a margem de autonomia das organizações internacionais privadas, mas não determinou o fim de sua ocorrência, já que sobreviveram a essa etapa histórica. Os grupos transnacionais, de diversos tipos, nasceram com o próprio Estado nacional, e se durante a Guerra Fria sofreram um recuo em suas atividades, após esse período e até os dias atuais tem crescido de maneira vertiginosa. Tão manifesta é esta tendência, que autores como Marie-Claude Smouts e Bertrand Badie afirmam que o sistema internacional atual se divide em “dois mundos”, aquele controlado pelo Estado, com ações e regras pautadas pela tutela destes importantes e delimitados atores e outro, definido pela presença de variados grupos transnacionais, multicêntrico, caracterizado por atividades mais ou menos alheias aos Estados, dos quais buscam maior autonomia¹⁸⁰.

Na concepção teórica de Badie e Smouts, as relações transnacionais atuais se definem por

toda a relação que, por vontade deliberada ou por destino, se constrói no espaço mundial para lá do quadro estatal nacional e que se realiza pela fuga, ao menos parcial, ao controle ou à ação mediadora dos Estados. Como tais, essas relações põem em causa, voluntariamente ou não, a soberania dos Estados e a pretensão dos mesmos a reivindicar um direito exclusivo de ação na cena internacional. Caracterizam-se pela sua extrema diversidade, pela sua relativa antiguidade, pela dificuldade de inserir a sua análise num paradigma realmente operatório.¹⁸¹

Essas redes transnacionais são, basicamente, de dois tipos: aquelas controladas ou estimuladas por instituições transfronteiriças por excelência, como as religiosas e as não-governamentais organizadas; e as oportunizadas por fluxos migratórios demográficos independentes, muitas vezes baseados em identidades étnicas ou religiosas, ou causados por desastres naturais ou conflitos políticos. Esses movimentos - de populações, recursos financeiros, ou de militantes - têm por finalidade, em sua maioria, o fortalecimento de suas redes de relações e a criação

¹⁸⁰ BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional**. Lisboa: Instituto Piaget, c1995, p. 92. Na discussão oportunizada nesta dissertação, priorizo a abordagem das redes transnacionais de orientação islâmica. Contudo, no trabalho indicado de Badie e Smouts, outras tantas formas de relações e redes transnacionais são analisadas, como as vinculadas aos fluxos financeiros internacionais, e também aquelas originadas na esteira da mundialização e altermundialização.

¹⁸¹ BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **Op. cit.**, p. 92-93.

de novos vínculos de fidelidade, o que pode acabar conflitando com os interesses estatais, ou atuar em favor de um país em guerra contra outro¹⁸².

A perspectiva do transnacionalismo se enquadra em uma conjuntura política de crise do Estado nacional e, por conseqüência, das suas partes definidoras. A discussão sobre este ponto repousa no destaque da debilitação das instituições políticas internas e internacionais, a redefinição dos espaços políticos legítimos, a redução da importância do referencial territorial para a ação política, e o fortalecimento de identidades sociais múltiplas. A instituição de redes identitárias transnacionais não é fenômeno novo, mas provavelmente à raiz de certas perspectivas analíticas reducionistas do período da Guerra Fria, não tiveram a atenção merecida. Badie e Smouts reforçam esse ponto ao afirmar que a formação dos nacionalismos, que acompanhou o processo de valorização e exportação dos modelos estatais, tem no caso dos países europeus validade explicativa *reduzida*.¹⁸³ E no mundo extra-europeu e não ocidental a comprovação do “fato nacional” é ainda mais incerta.

O Estado nacional no mundo colonial foi criado, afirmam os autores, como forma de resistência aos respectivos impérios e, posteriormente, liderado pelas mesmas elites locais ocidentalizadas que, na maioria das vezes, eram compostas por indivíduos tidos como colaboradores das antigas autoridades coloniais. Assim, uma identidade nacional legítima e consolidada nas colônias teve muito mais percalços para se conformar e, com o passar do tempo, se transformou em mais uma ilusão interpretativa que uma realidade comprovada. Após a libertação colonial, os particularismos comunitários, de alcance alheio às fronteiras nacionais, retomaram sua importância, relegando às elites nacionalistas apenas as lealdades restritas às suas regiões de maior influência e controle. Badie e Smouts vão ainda mais longe ao afirmar que “o avanço actual dos particularismos étnicos e a sua invenção política inscrevem-se de forma evidente como uma nova fase de processo de descolonização.”¹⁸⁴

¹⁸² BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. Op. cit., p. 93. Na pesquisa que ora desenvolvo, o exemplo indicado é aplicável, já que a maioria dos grupos terroristas caxemires atua contra a Índia, para a incorporação da porção territorial da Caxemira ao Paquistão, um Estado considerado pelos radicais islamistas como parte do mundo muçulmano que, em um futuro incerto, deveria compor uma unidade política mais ampla, governada por autoridades religiosas islâmicas.

¹⁸³ BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **Ibidem**, pp. 48-61.

¹⁸⁴ BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **Ibidem**, p. 61.

No caso das relações ou redes transnacionais religiosas, mais especificamente as islamistas radicais e terroristas, a idéia de construção de uma comunidade identificada exclusivamente pela religião e administrada segundo interpretações das leituras corânicas (a *Ummah*) tem adquirido muita força nos últimos anos. Esse projeto político, um tanto drástico, uma vez que rompe com as formações estatais assentadas na idéia de identidade nacional e poder laico centralizado, acaba por ser oportuno às organizações terroristas, geralmente empenhadas na luta contra os Estados nacionais.

Para o caso paquistanês a argumentação favorável às redes transnacionais se encaixa de maneira exemplar. A existência de vários grupos radicais terroristas islâmicos atuantes na Caxemira e de mais outros combatendo o ocupante ocidental no Afeganistão, demonstram o enfraquecimento de poderes centrais nacionais em controlar a população habitante de seu território e derrotar essas organizações armadas. Nesta perspectiva transnacional, além destas organizações atuarem freqüentemente em outros países, como na Índia e no Afeganistão, a *jihad* contra os infiéis tem desempenhado o papel de chamariz para os militantes islamistas das regiões vizinhas e tem feito com que os grupos islâmicos compartilhem experiências e atuem coordenadamente¹⁸⁵. Obviamente, a continuidade da presença ocidental na região, notadamente a estadunidense, e os discursos que aludiam a uma nova “Cruzada” contra o Islã, têm intensificado essa tendência.

Em relação aos grupos terroristas caxemires, as redes transnacionais se estabelecem em níveis distintos, de acordo com o tamanho do grupo, suas vinculações religiosas, composições étnicas e fontes de recrutamento. Analisarei neste item a instauração de redes transfronteiriças de identidade relacionadas à formação mútua de lideranças entre grupos atuantes na Caxemira e organismos localizados em outros países, também observarei quais os aportes financeiros para grupos caxemires, e tentarei traçar as formas de recrutamento ou voluntariado de quadros para os grupos terroristas caxemires nas regiões vizinhas. Um último ponto refere-se à aproximação ideológica entre as organizações terroristas caxemires e as localizadas na luta na Ásia Central, na fronteira com o Afeganistão e nas regiões do norte da península indiana. Em muitos destes casos, joga papel de destaque a

¹⁸⁵ RASHID, Ahmed. **Jihad – A ascensão do islamismo militante na Ásia central**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

coordenação a cargo do serviço secreto paquistanês – ISID (*Inter-Services Intelligence Directorate*).

Para efeitos de melhor estudo e comparação e em consonância com a metodologia utilizada nesta dissertação, restrinjo a observação aos grupos terroristas mais importantes da Caxemira, de acordo com sua orientação política e religiosa. O primeiro trata-se do grupo *Hizb-ul-Mujahidin* – HM (Partido dos *Guerreiros da Liberdade*), vinculado ao partido *Jamaat-i-Islami* - JI (Bloco Islâmico). O próximo, o *Lashkar-e-Taiba* – LeT (Exército dos Justos), vinculado ao movimento de reforma religiosa *vaabita*, intitulado *Ahle-Hadith*. E por último, os principais grupos de orientação ligados ao movimento de reafirmação islâmica Deobandi, o *Harkat-ul-Jihad-i-Islami* – HuJI (Movimento da Guerra Santa Islâmica), o *Harkat-ul-Mujahidin* – HuM (Movimento dos Guerreiros da Liberdade) e o *Jaish-e-Mohammed* – JeM (Exército de Maomé). A exclusão desta seleção de outros grupos terroristas caxemires menores se justifica pelo caráter local de sua composição e atuação, tendo pouca ou nenhuma articulação com organizações internacionais.

3.4.2 O *Hizb-ul-Mujahidin* e seus contatos transnacionais.

3.4.2.1 O HM e suas conexões internacionais islamistas

O *Hizb-ul-Mujahidin* - HM, dentre os grupos analisados aqui, é o que tem redes transnacionais de apoio e identificação mais reduzidas, concentrando seu poder na região mesma da Caxemira. A razão principal desta característica atual é a gradual perda de influência junto aos militantes dos demais países muçulmanos, contribuindo para atrair cada vez menos militantes radicais para a sua causa. Mas nem sempre foi assim.

O HM tem como principal apoiador e provedor, no Paquistão, o partido político conhecido como *Jamaat-i-Islami* (Bloco Islâmico), que também é seu criador, muito embora, na atualidade, este partido rejeite, formalmente, qualquer vínculo com estes “guerreiros da liberdade” atuantes na Caxemira. Contudo, é a partir da compreensão do papel que joga o *Jamaat-i-Islami* que podemos entender quais são os suportes internacionais ainda vigentes para o HM.

O JI ampliou significativamente seu poder durante o governo do General Zia ul-Haq, de 1977 a 1988. Neste intervalo, foi a principal base política do governo militar golpista e a quem auxiliou na consolidação de sua administração. Com as oportunidades oferecidas pelo poder estatal, o “Bloco Islâmico” aumentou suas receitas e o número de filiados, bem como, ampliou a rede social a ele vinculada, como escolas corânicas, postos de saúde e, instituições prestadoras de auxílio à população, o que atraía, em contrapartida, fiéis simpatizantes. Ademais, com o apoio combinado que os governos paquistanês, saudita e estadunidense empenharam contra a ocupação soviética no Afeganistão, o JI acabou por assumir papel destacado na primeira fase da guerra dos *mujahidins* no Afeganistão¹⁸⁶. No conflito contra os soviéticos o JI não contribuiu majoritariamente com militantes islâmicos, mas sim na conformação e manutenção de grupos afegãos, como o liderado por Gulbeddin Hekmatyar¹⁸⁷, intitulado *Hizb-e-Islami* - Hel (Partido Islâmico) do Afeganistão¹⁸⁸. Como interlocutor na relação entre JI e o Hel, estava o serviço secreto paquistanês – ISID¹⁸⁹.

A criação do HM é decorrência dessa relação entre o grupo político paquistanês e o movimento radical fundamentalista islâmico afegão. Em 1989, a fundação e primeiras investidas do HM na Caxemira ocorrem porque muitos militantes jihadistas se deslocam do Afeganistão “liberado” e vão liderar a luta na Caxemira “ocupada”. Portanto, ao longo da década de 1990 observamos uma íntima relação entre o *Hizb-ul-Mujahidin* caxemir e o grupo afegão liderado por Hekmatyar, o *Hizb-e-Islami*. Na maioria das vezes, as relações transfronteiriças entre estas duas organizações envolvem o treinamento de quadros no Afeganistão e Caxemira, o

¹⁸⁶ Lembro que nos últimos anos do conflito com os soviéticos, os grupos deobandis vão assumir, ao lado daqueles apoiados pelo JI, a responsabilidade pela continuidade do conflito.

¹⁸⁷ Gulbeddin Hekmatyar é um dos mais conhecidos senhores da guerra atuantes no Afeganistão, atualmente comanda grupos armados da etnia pashtun no norte do país. Esteve envolvido na guerra contra os soviéticos, contra o governo dos talibãs, e recentemente, lidera grupos radicais contra a ocupação da OTAN no Afeganistão. Uma sucinta biografia se encontra em PAKHTUNKHEL, Awamdot. Gulbeddin Hekmatyar: a magnet of discontent in Afghanistan? **CENTRAL ASIA-CAUCASUS INSTITUTE.** Disponível em: <<http://www.cacianalyst.org/?q=node/301>>, acesso em 10 de julho de 2009.

¹⁸⁸ Este autor ainda afirma que a aproximação dos movimentos islâmicos do Afeganistão com o Jamaat-i-Islami remonta à década de 1960, quando muitos escritos do líder intelectual do JI, o maulana Abul Ala Maududi, começaram a chegar ao país. HAQQANI, Husain. Afghanistan's Islamist Groups. **Current Trends in Islamist Ideology.** Vol. 5, pp. 70-82, 2007, pp. 73-74.

¹⁸⁹ **GLOBAL SECURITY.** Hizb-i-Islami. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/para/hizbi-islami.htm>>, acesso em 12 de julho de 2009.

deslocamento de lideranças entre as duas regiões e o fornecimento de armas, que fluíram do Afeganistão para a disputada Caxemira ao longo da década de 1990¹⁹⁰.

As conexões afegãs-caxemires ainda persistem na atualidade. Em junho do ano passado, uma reunião com cerca de trezentos líderes *jihadistas*, seguida de ataques contra tropas ocidentais no Afeganistão, demonstraram que os laços entre grupos ainda é forte. No referido encontro estavam presentes líderes de organizações terroristas atuantes na Caxemira, deslocados para o Afeganistão, e membros dirigentes do afegão *Hizb-e-Islami*, de Hekmatyar. Dentre as organizações caxemires que reivindicaram participação nos ataques contra alvos militares e civis ocidentais estavam os grupos *Hizb-ul-Mujahidin* e *Al Badr*, este último uma organização desmembrada do HM em 1998, mas que continua a atuar conjuntamente com seus antigos companheiros¹⁹¹.

Outras conexões internacionais do grupo terrorista *Hizb-ul-Mujahidin* estão localizadas no território indiano. Nestas áreas a atuação do HM ocorre em forma de auxílio material e logístico e eventuais ações conjuntas, principalmente com os grupos islamistas radicais atuantes nas províncias de Assam e Uttar Pradesh, no nordeste do país. Em ambos os casos é marcante a presença do ISID no estabelecimento dos canais de comunicação entre os grupos e fornecimento de auxílio financeiro.

A conexão com os grupos radicais em Assam atende à necessidade de algumas destas organizações em obter materiais e treinamento de especialistas em ações terroristas, como o HM. Segundo Jaideep Saikia, pesquisador de movimentos terroristas no nordeste indiano, as ações das organizações terroristas caxemires, como o HM, em Assam, visavam, em sua maioria, o transporte de explosivos para os grupos ali instalados. O *Hizb-ul-Mujahidin* tem como principais grupos de contato na região o *United Liberation Front of Asom* (ULFA) e a *Islamic Security Force of*

¹⁹⁰ HOWENSTEIN, Nicholas. The Jihadi Terrain in Pakistan: An Introduction to the Sunni Jihadi Groups in Pakistan and Kashmir. **Pakistan Security Research Unit - PSRU Report number 1**. Bradford, UK: 2008. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/resrep1.pdf>>, Acesso em 15 de abril de 2009, p. 14-15.

¹⁹¹ Cf. **Jihadist Agreement In Pakistan Leads To Surge Of Violence In Afghanistan**, disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2008/07/mil-080716-rferl01.htm>>, acesso em 10 de julho de 2009.

India (ISFI) ¹⁹². Em relação à província de Uttar Pradesh, o contato do HM é com o grupo SIMI - *Students Islamic Movement of Índia*. O SIMI é uma organização fundada em 1977, que se coloca como meta política a conversão da Índia em território do Islã, através da promoção da *jihad* ¹⁹³. Em 30 de junho de 2001 a prisão de dois militantes do *Hizb-ul-Mujahidin* e dois do SIMI, e suas respectivas confissões após interrogatório, revelaram planos para atentados terroristas em Nova Delhi. Na posse destes militantes foram encontradas grandes quantidades de explosivos, detonadores e granadas ¹⁹⁴.

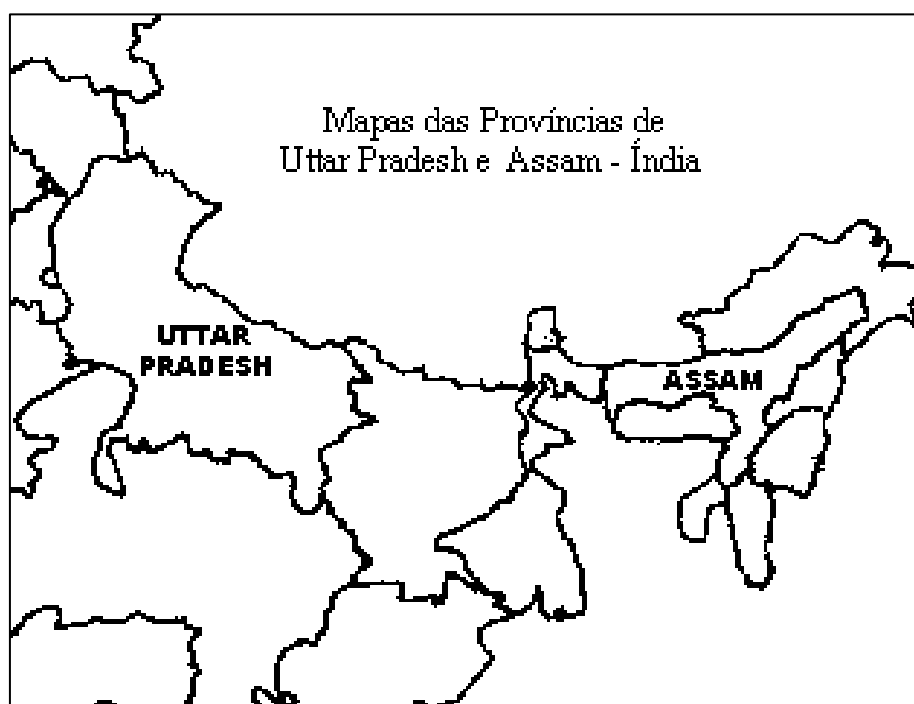


Ilustração 18 - Mapa dos Estados Indianos de Uttar Pradesh e Assam
Elaboração Própria

Quanto às conexões com organizações de Assam e Uttar Pradesh, é evidente que as mesmas são fracas, ocasionais e unilaterais, não existindo sólidas de redes de trocas entre os grupos. Com efeito, parecem atender exclusivamente aos

¹⁹² SAIKIA, Jaideep. **Terror sans Frontiers: Islamic Militancy in North East India**. Occasional Paper - Program in Arms Control, Disarmament, and International Security – ACDIS. 2003. p. 64.

¹⁹³ Cf. **SATP – Students Islamic Movement of India (SIMI)**. Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/terroristoutfits/simi.htm>>, acesso em 13 de julho de 2009.

¹⁹⁴ As autoridades indianas efetuaram a prisão na estação de trem em Nova Delhi. Na ocasião, os quadros do HM, provenientes do distrito de Baramulla, na Caxemira Indiana, alegaram estar encarregados de entregar o material aos membros do SIMI. Cf. <http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/states/jandk/terrorist_outfits/hizbul_Mujahidin.htm>, acesso em 13 de julho de 2009.

interesses do serviço secreto paquistanês de aumentar a instabilidade política na região, na esteira do conflito com a vizinha Índia.

3.4.2.2 *Fontes de Financiamento Transnacional*

O financiamento internacional para o *Hizb-ul-Mujahidin* é outra prova de que seu alcance é restrito, tipicamente regional. O HM recolhe recursos financeiros, majoritariamente, através da arrecadação operada entre a população islâmica na região da Caxemira Livre (*Azad Caxemira*), onde fica o quartel-general da organização, e também pelas remessas financeiras do partido *Jamaat-i-Islami*, no Paquistão. Há indicativos de doações provenientes de organizações internacionais lideradas por paquistaneses ou caxemires, como Conselho Caxemir-Americano, dirigido por Ghulam Nabi Fai e o Movimento Mundial pela Caxemira Livre “Ayub Thakur”, sediado nos EUA¹⁹⁵. Via de regra, estas organizações internacionais são compostas por paquistaneses e caxemires deslocados para o Ocidente, sensibilizados com a situação instável da Caxemira e, muitas vezes, entusiastas de uma possível anexação definitiva da região ao Paquistão.

3.4.2.3 *Ideologia do Jamaat-i-Islami/Hizb-ul-Mujahidin, aliados transnacionais e a relação com a Qaeda.*

A criação, proximidade e controle que o HM sofre do “Bloco Islâmico” acaba por reduzir sua rede de conexões. Ao contrário de outros grupos atuantes na Caxemira, como o vaabita *Lashkar-e-Taiba* e os demais de orientação deobandi, o *Hizb-ul-Mujahidin* segue uma ideologia islâmica moderada advinda do grupo político que o sustenta. Ainda neste sentido, contribui para o isolamento do grupo, no campo das idéias, o alinhamento com o pensamento do intelectual paquistanês e também fundador do *Jamaat-i-Islami*, o mulá Mawdudi. Essa vinculação e a restrita expansão

¹⁹⁵ As informações sobre financiamento destas organizações internacionais sediadas nos EUA estão indicadas somente no sítio eletrônico do *South Asia Terrorism Portal - SATP*. Disponível em: <http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/states/jandk/terrorist_outfits/hizbul_Mujahidin.htm>, acesso em 13 de julho de 2009.

e adoção da ortodoxia de Mawdudi para o mundo islâmico impossibilita que o HM angarie apoio em outras regiões, ficando restrito a certos grupos dentro do Paquistão.

O caráter radical “moderado” (se é que tal classificação aparentemente contraditória é possível), da atuação do *Jamaat-i-Islami* e o *Hizb-ul-Mujahidin*, deriva do fato de ser, por uma parte, uma rede que busca, sim, o estabelecimento de um Estado islâmico paquistanês, acreditando na guerra santa como ferramenta viável para tal finalidade, mas que, contudo, em sua prática política ao longo dos anos demonstrou que aceita a negociação e estabelece tréguas estratégicas em dados momentos, como ocorrido no ano de 2000, ocasião do estabelecimento de um cessar-fogo com o governo indiano. Ainda sobre a prática política e, especialmente a terrorista, o HM não tem feito uso do suicídio (ato condenável para o islamismo), como os grupos *fedayin* do Lashkar-e-Taiba e do Jaish-e-Mohammed, geralmente, concentra seus ataques contra autoridades e forças de segurança indianas na Caxemira, evitando ataques diretos contra populações civis locais. Também, do ponto de vista de seu projeto político, rejeita proposições pouco viáveis, como o restabelecimento das fronteiras do antigo Califado, projeto um tanto comum entre os grupos deobandis e *vaabitas*.

Por todos estes motivos relacionais, o *Hizb-ul-Mujahidin* é aqui classificado como um grupo “terrorista moderado” e com um alcance internacional restrito. E, por esses fatores, acaba sendo excluído de apoio de redes maiores, como a Qaeda (A Base), mais identificadas com grupos próximos aos sauditas ou que sustentam idéias e projetos islâmicos de sociedade bem mais drásticos.

3.4.3 O transnacionalismo do Lashkar-e-Taiba – LeT

Dentre todos os grupos terroristas implicados na questão da Caxemira, abordados neste ponto, o LeT é o que a mais conexões transnacionais está vinculado. Também é a organização que possui maior variedade de tipos de ligações externas, baseadas em fatores étnicos, religiosos e políticos, que envolvem treinamento de militantes, arrecadação financeira (ilegal, é claro) e publicidade em novas mídias, como a Internet. Essa mesma diversidade proporcionou ao grupo um

maior grau de autonomia em relação ao governo paquistanês e, nos últimos anos, a ampliação dos seus alvos, passando não só mais a agir contra governo e população indiana, mas também na preparação de quadros militantes para organizações estrangeiras, muitas delas vinculadas a *Qaeda*. Essa complexa configuração em rede, combinada aos demais fatores apontados ao longo desta dissertação, torna o *Exército dos Justos* um dos grupos mais perigosos da atualidade.

Da mesma forma que o *Hizb-ul-Mujahidin*, as conexões internacionais do LeT dependem, em grande medida, da estrutura política legalizada à qual está vinculado, neste caso o *Markaz Da'wa wal Irshad* - MDI (Centro para Pregação e Orientação), formando, em conjunto, uma “micro-rede” MDI-LeT. A orientação religiosa na linha do vaabismo saudita acabou por propiciar ao LeT formação e treinamento de seus primeiros militantes nas batalhas contra os soviéticos no Afeganistão e depois apoio financeiro para instituir sua estrutura organizacional para a luta contra os indianos na Caxemira.

3.4.3.1 *Ligações Étnicas Transnacionais do LeT*

A base étnica que fornece a maior parte dos militantes ao LeT pode ser também considerada uma fonte de recursos externos para esta organização – o grupo *Punjabe*. Isto porque a região onde está assentada a comunidade identificada por este traço étnico foi dividida no processo de independência de Paquistão e Índia. Os punjebes têm, pelo seu destaque político e alta densidade populacional, duas unidades federativas que levam seu nome, tanto em território paquistanês quanto indiano¹⁹⁶. Para explicar como essa divisão étnica e conseqüente problema político ocorreram é necessário remeter, brevemente, ao papel do colonialismo inglês na península indiana e sua relação com essa população.

Durante a existência do *Raj* britânico a etnia *punjabe* foi privilegiada com certas funções determinadas pelo controle inglês. Por exemplo, eram os grupos responsáveis pela composição de forças militares coloniais regionais. Obviamente, essa vantagem concedida foi resultado mesmo da política de dominação colonial, onde foi imperativa a divisão entre a população nativa subordinada, com vistas ao

¹⁹⁶ Conforme indicado na Ilustração 5, do capítulo 1, página 59.

seu enfraquecimento político e operacional e também como forma de desviar a atenção daqueles realmente ocupados no poder. Enfim, quando os britânicos deixaram a administração de seus domínios no subcontinente indiano, os punjaves ainda puderam manter muitos desses privilégios concedidos, principalmente aqueles vinculados ao poderio e presença no sistema militar, mas foram divididos territorialmente, com a formação de Índia e Paquistão¹⁹⁷. Contribuiu para a falta de unidade étnica em um mesmo espaço a diversidade religiosa, com a presença mista de hindus, muçulmanos e siques na grande porção territorial referente ao Punjab.

Com a formação dos dois países rivais, houve um período de adaptação, marcado pela migração de acordo com a identidade religiosa escolhida, o que, em princípio, buscava evitar conflitos entre grupos pertencentes à mesma etnia, mas com credos distintos. Apesar das precauções e dos deslocamentos, os conflitos infra-grupo ocorreram e ainda são um problema para a administração indiana, notadamente, por abrigar em sua porção do punjave grupos das três orientações religiosas supracitadas¹⁹⁸.

Apesar da separação forçada, os grupos punjaves islâmicos mantiveram laços de solidariedade com seus iguais do outro lado da fronteira. O fato de existir uma minoria punjave muçulmana na Índia, somado ao contestado controle do governo indiano sobre territórios com maioria islâmica, como a Caxemira, tem induzido grupos formados por punjaves indianos a apoiar organizações radicais como o *Lashkar-e-Taiba*. Assim, ocorreu o deslocamento de tensões religiosas já presentes no Punjab, desde a época das duas independências, para o conflito caxemir, fortalecendo um dos grupos radicais envolvidos.

¹⁹⁷ A presença de punjaves no Exército nacional paquistanês é um exemplo claro da manutenção de privilégios. Segundo o pesquisador Christopher O. Hurst na década de 1960 cerca de sessenta por cento (60%) do corpo militar do Paquistão era composto por membros oriundos da etnia punjave. Na década de 1990 esse percentual já tinha subido para aproximadamente 90%, o que leva a constatação de que ser pertencente a este grupo identitário é condição para participar da instituição pública militar e que o Exército paquistanês se converteu em uma força política comprometida com interesses particulares. HURST, Christopher O. *Pakistan's Ethnic Divide*. **Studies in Conflict & Terrorism**. v. 19, pp. 179-198, 1996, p. 182.

¹⁹⁸ Ademais, o deslocamento e divisão entre hindus e muçulmanos entre Paquistão e Índia, no Punjab (mas em outras partes também), não foram, acrescento, processos pacíficos. Ocorreram disputas envolvendo não só as propriedades imobiliárias e outras posses, mas também tomou lugar uma política de "limpeza religiosa" em certos contextos. No Paquistão, e no *seu* Punjab em particular, essa *limpeza* foi mais acentuada, o que reduziu a praticamente zero a presença de população hindu. Entretanto, nas partes que se tornaram o que se conhece por Índia na atualidade, a política pública estatal de "tolerância religiosa" permitiu arranjos para a convivência destas três linhas religiosas.

Em termos práticos, o apoio concedido pelos punjabes muçulmanos indianos se refere basicamente ao apoio para militantes islamistas do LeT fornecendo-lhes abrigo, alimentação e auxílio no deslocamento, sendo escassa a participação de indianos em grupos terroristas. Os indícios de que há esse auxílio aos jihadistas são as freqüentes prisões de terroristas que tentam atravessar (ou que efetivamente cruzaram) a fronteira do Punjab e do Rajastão indianos¹⁹⁹ (ambos fronteiros ao Punjab paquistanês)²⁰⁰.

Estritamente da perspectiva étnica, há também evidências que ligam o LeT a movimentos radicais siques atuantes na Índia. Em artigo de Mukhtar A. Khan, publicado no periódico *Terrorism Monitor*, são indicadas alianças entre a organização terrorista do LeT e os grupos separatistas siques: *International Sikh Youth Federation* – ISYF (Federação Internacional de Jovens Siques), o Movimento pelo Khalistão (o nome Khalistão, “Terra dos Puros”, se refere ao desejado Estado independente dos Siques) e o *Babbar Khalsa International* – BKI. Ademais, afirma o texto, que a aliança entre o LeT e os grupos siques punjabes está sendo coordenada por setores do Serviço Secreto do Paquistão – ISID, através do fornecimentos de escritórios, armamentos, refúgio para lideranças perseguidas e campos de treinamento na região do Punjab paquistanês²⁰¹.

3.4.3.2 Ligações Religiosas Transnacionais do LeT

A principal ligação religiosa transnacional do LeT, quando iniciou suas atividades, e que também foi sua principal fonte de financiamento, era com sheiks *vaabitas* da Arábia Saudita e com organizações de paquistaneses migrados para o Golfo Pérsico. Essa conexão remonta ao contexto dos conflitos promovidos pelos

¹⁹⁹ **THE TIMES OF INDIA.** Lashkar trying to sneak into Rajasthan, Punjab. Vishwa Mohan, 27 de março de 2009. <http://timesofindia.indiatimes.com/Lashkar-trying-to-sneak-into-Rajasthan-Punjab/articleshow/4320357.cms>

²⁰⁰ Apesar de haver um rígido controle nos principais pontos de passagem na fronteira entre os dois Punjabes, garantido principalmente pelas forças de segurança indianas, a extensão da mesma ainda assim permite transito ilegal entre os dois países. O Punjab paquistanês faz fronteira com o Punjab Indiano com o Rajastão e também com a província de Jammu e Caxemira controlada pela Índia.

²⁰¹ KHAN, Mukhtar A. India's Sikh Militants Forming Ties with Lashkar-e-Taiba and Pakistani Intelligence. **Terrorism Monitor**. Vol. VII, n.º 1, Jan./2009, pp. 1-4.

mujahidins no Afeganistão contra a presença soviética²⁰². Os recursos procedentes do Oriente Médio eram intermediados pelo governo do Paquistão ou por escritórios especializados, que os aplicava no aparelhamento e organização dos grupos *jihadistas* comprometidos no combate e libertação do vizinho Afeganistão. Entretanto, a afluência de recursos sauditas não foi perene durante todo esse amplo período (1979, início da *jihad* afegão, até 2009). As remessas reduziram gradualmente desde a Guerra do Golfo de 1991, em função do apoio do reino saudita aos Estados Unidos contra o Iraque, estimulando críticas de grande parte do mundo islâmico²⁰³. Os volumosos financiamentos só voltaram a verter quando acontecem radicais divisões dentro da própria realeza saudita, principalmente a partir de 2001, com a renovação do apoio do governo de Riad aos EUA, na sua proposta de “Guerra contra o Terror”.

Essa redução de financiamento externo ao LeT durante a década de 1990 foi compensado por medidas internas, pois havia o crescente interesse do Estado nacional paquistanês em utilizar estruturas não-governamentais para empreender ataques contra os indianos. Além disso, o fortalecimento dos grupos Ahle-Hadith, através da criação de madraçais no Paquistão, e o decorrente aumento da cobrança do *zakat*, possibilitou cada vez mais independência financeira, tanto de recursos dos dirigentes sauditas, como do governo. Enfim, o LeT e demais grupos radicais vaabitas se beneficiaram com as políticas resultantes do projeto de islamização “por cima” do Estado, operadas até fins da década de 1980.

O apoio da Arábia Saudita se fez valer, de novo, em atividades terroristas operadas recentemente. Segundo informações do governo indiano sobre os atentados de novembro de 2008, os recursos utilizados pela unidade do LeT em Mumbai procederam de banqueiros sauditas para prestadores de serviço ou

²⁰² De acordo com Khaled Ahmed, um jornalista que já foi editor de alguns dos mais importantes jornais paquistaneses como o *The Nation*, *The Frontier Post*, e o *The Friday Times*, os grupos Ahle-Hadiths têm orientações ideológicas e práticas distintas no Paquistão. Inclusive há fortes opositores à organização *Markaz Da'wa wal Irshad – Lashkar-e-Toiba* (MDI-LeT). Sobre o apoio saudita e a atuação de *mujahidins* vaabitas Ahle-Hadiths no Afeganistão, afirma que o primeiro grupo implicado neste conflito foi o *Jamaat al-Mujahidin Ahle-Hadith*, já em 1979, e que todas as demais organizações desta orientação, que participaram no combate aos soviéticos, foram formadas a partir deste primeiro grupo, inclusive envolvido no primeiro movimento *jihadista* pela Caxemira, em 1948. O MDI-LeT é, portanto, resultado de desmembramento desse pioneiro grupo e teve o apoio saudita propiciado por esta conexão. Cf.: **THE FRIDAY TIMES**. The Power of the Ahle-Hadith. Khaled Ahmed. 12 de julho de 2002, Disponível em: <<http://www.indianet.nl/indpak87.html>>, acesso em 20 de abril de 2010.

²⁰³ Outra crítica à Arábia Saudita fazia referência a sua ostentação e corrupção, enquanto em outras partes do mundo islâmico a pobreza grassava.

comerciantes instalados na Índia, ambos envolvidos com o sistema internacional de financiamento do terrorismo intitulado “hawala”²⁰⁴, que consiste em uma ferramenta para transferência monetária fora dos canais tradicionais para tal finalidade²⁰⁵. Além disso, em 2006, em uma operação do Esquadrão Anti-Terrorista de Mumbai foram apreendidos 37.000 (trinta e sete mil) riais sauditas em posse do chefe da célula terrorista do LeT, Faizal Aatur Rehman Sheikh²⁰⁶, que confessou o desejo de utilizar o dinheiro para organizar novos atentados terroristas naquela cidade²⁰⁷.

Ainda nesta mesma linha de análise, ou seja, a aproximação LeT-sauditas, todos os fundadores da micro-rede MDI-LeT tiveram passagens por instituições acadêmicas de ensino árabe-sauditas²⁰⁸. Além do líder atual do grupo, Hafez M. Saeed, que lecionou engenharia na Universidade de Riad, outro membro fundador também foi professor no mesmo centro de ensino acadêmico, trata-se de Abdullah Azzam, um palestino nascido em 1941 e morto em 1989 (suspeita-se que pela Agência israelense Mossad), que também deu aulas no Egito (Universidade de Al-Azhar) e na Universidade da Jordânia, em Amman. A história de Azzam é marcada pela atuação em várias partes do mundo islâmico em conflito e seu papel é de destaque em praticamente todas elas, mas sua participação mais relevante é pela atuação no Afeganistão, contra os soviéticos.

Com o início da ocupação soviética em território afegão, Azzam se deslocou para Peshawar-Paquistão, onde coordenava uma organização intitulada *Mekhtab al-Khadamat*, um “Departamento de Serviços”²⁰⁹ para assessorar a *jihad* afegã e para controlar os recursos enviados pela Arábia Saudita e pelos EUA, essa organização daria origem a rede terrorista *Al Qaeda*²¹⁰, liderada por Osama Bin Laden, que fora

²⁰⁴ ROUL, Animesh. Lashkar-e-Taiba’s Financial Networks Targets Índia from the Gulf States. *Terrorism Monitor*. Vol. 7, n.º 19, pp. 6-8, Jul/2009. Este resumido artigo, além de apontar fontes de financiamento na Arábia Saudita, indica outros locais no Golfo Pérsico de onde provem recursos para o LeT, como Muscat (Oman) e Dubai (Emirados Árabes Unidos).

²⁰⁵ Sobre hawala: FEILER, Gil. The Globalization of Terror Funding. *Mideast Security and Policy Studies*, n.º. 74, Setembro, 2007, p. 34.

²⁰⁶ ROUL, Animesh. **Op. cit.**, p. 7.

²⁰⁷ No ano de 2006 ocorreu uma série de explosões em estações de trem em Mumbai.

²⁰⁸ Como apontado anteriormente, são três os indicados como fundadores do LeT, Hafez Saeed, Zafar Iqbal e Abdullah Azzam. Este último membro tem suas ações restritas à concepção curricular dos madraçais e demais instituições de ensino do *Markaz Da’wa wal Irshad*. Recebeu influências universitárias sauditas também, mas seu papel atual na coordenação do LeT é reduzida, a bibliografia consultada raras vezes cita este personagem no evoluir histórico do grupo terrorista. Cf.: ABBAS, Hassan. **Pakistan’s Drift into extremism: Allah, the army, and America’s war on terror**. Armoink, NY, Londres, England: M.E. Sharpe Inc., 2005, p. 211.

²⁰⁹ Também conhecida como o Escritório da “Liga Mundial Muçulmana”.

²¹⁰ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op. cit.**, pp. 15-16.

aluno de Azzam durante seus ensinamentos na Universidade Saudita²¹¹. Esse exemplo é mostra das relações entre as regiões e grupos políticos, até antes mesmo da criação do LeT.

Outro membro do Lashkar-e-Taiba com contatos diretos com a Arábia Saudita, especificamente na função de captador de fundos, é o terrorista Mahmoud Mohammad Ahmed Bahaziq, líder de uma unidade do grupo em Riad. Acredita-se ser responsabilidade de Bahaziq o aporte de recursos provenientes do *Sheikh Dawood Ibrahim*, um conhecido financiador do terrorismo internacional²¹². Além dessa fonte, é também crédito de Bahaziq a continuidade de remessas do dinheiro saudita²¹³.

Além da Arábia Saudita, o LeT tem consolidado outras conexões internacionais com base em suas propostas religioso-ideológicas. Estas ligações se caracterizam pelo treinamento de militantes, de um lado, e a arrecadação de fundos, por outro.

Segundo a primeira tendência, são significativos os exemplos de quadros pertencentes a grupos religiosos radicais pelo mundo que foram treinados pelo LeT. Segundo alguns dos autores consultados, o LeT treinou militantes e/ou enviou parte de seus quadros para regiões onde se desenvolviam conflitos contra populações muçulmanas, como na Bósnia, na Chechênia, na Palestina, nas Filipinas²¹⁴ e no Iraque²¹⁵. Algumas fontes afirmam que o LeT tem também participação conjunta com grupos terroristas na Ásia Central, principalmente com o MIU – Movimento Islâmico do Uzbequistão, em função da expansão do vaabismo para aquele país²¹⁶,

²¹¹ ABBAS, Hassan. **Op. cit.**, pp. 210-211.

²¹² MIR, Amir. Dawood Ibrahim: Financing Militants? In: _____. **The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror**. Nova Delhi: Roli Books, 2006, pp. 105-112.

²¹³ U.S DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury Targets LET Leadership. Disponível em: <<http://www.treasury.gov/press/releases/hp996.htm>>, acesso em 10 de maio de 2010. INTERPOL - United Nations Security Council Special Notice. Mahmoud Mohammad Ahmed Bahaziq. Disponível em: <http://www.interpol.int/public/Data/NoticesUN/Notices/Data/2008/42/2008_41242.asp>, acesso em 10 de maio de 2010.

²¹⁴ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op. cit.**, pp. 35. HOWENSTEIN, Nicholas. **Op. cit.**, p. 20.

²¹⁵ MIR, Amir. **Op. cit.**, pp. 71-72

²¹⁶ RASHID, Ahmed. **Op. cit.**, pp. 263-270.

mas estas referências não aprofundam como se desenvolveram as conexões com as organizações centro-asiáticas.²¹⁷

Além dessas participações formais, o LeT treina militantes estrangeiros para atuar em regiões bem afastadas da Caxemira. Apresento aqui alguns desses nomes e as atividades terroristas por eles operadas. Na Oceania, há relatos de Jack Roche, vinculado a ataques terroristas na Austrália; na Europa, Shehzad Tanweer, um britânico muçulmano envolvido nos atentados a bomba de 7 de julho de 2005, em Londres²¹⁸. Há também o caso do sul-coreano, naturalizado norte-americano, Yong Ki Kwon, que deixou os EUA alguns dias após os atentados do 11 de setembro para iniciar seus estudos e treinamento junto ao Lashkar-e-Taiba. Kwon voltou aos Estados Unidos, anos depois, para fazer parte de um grupo fundamentalista informal chamado “Rede Jihadista da Virgínia”²¹⁹. Esta organização estadunidense é responsável por criar e manter um sítio eletrônico que faz propaganda aberta contra a política dos EUA para o mundo muçulmano. Além destes casos conhecidos, estima-se que de todos os quadros do LeT, atuantes na Caxemira atualmente, cerca de quinze por cento (15%) são oriundos de países e/ou regiões estrangeiros, como Arábia Saudita, Afeganistão, Iraque, Palestina, entre outros²²⁰.

As ligações internacionais de arrecadação de fundos para o LeT são aquelas comprometidas com a continuidade da jihad contra “os usurpadores do Islã”. Geralmente, são compostas por comunidades de diáspora de paquistaneses na Arábia Saudita, como dito, mas ainda há outras, como as sediadas nos Estados Unidos e em países da Europa. Além destes auxílios internacionais, o próprio LeT criou uma organização de caridade internacional para receber fundos que se chama “Idara Khidmat-e-Khalq” – IKK (Administração de Serviços para o Povo)²²¹. O IKK foi fundado em outubro 2005 para receber auxílios para os atingidos pelo terremoto na

²¹⁷ BARAN, Zeyno. Radical Islamists in Central Asia. **Current Trends in Islamist Ideology**. Vol. 2, pp. 41-58, 2005, p. 41.; **South Asia Terrorism Portal - SATP**. Disponível em: <http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/states/jandk/terrorist_outfits/lashkar_e_toiba.htm>, acesso em 13 de julho de 2009.

²¹⁸ CHALK, Peter. The Re-Orienting of Kashmiri Extremism: A Threat to Regional and International Security. *Terrorism Monitor*. Vol. 3, n.º 22, Nov./2005. p. 3.

²¹⁹ KHOSROKHAVAR, Farhad. **Inside jihadism: understanding jihadi movements worldwide**. Londres: Paradigm Publishers, 2009, p. 214.

²²⁰ Cf.: COHEN, Stephen Philip. The Jihadist Threat to Pakistan. **The Washington Quarterly**. Vol. 26, n.º 3, pp. 7-25, Verão/2003, p. 10.

²²¹ Esta organização conta com um sítio eletrônico que esclarece como fazer as doações e quais os serviços oferecidos para a população paquistanesa. **Idara Khidmat-e-Khalaq**. Disponível em: <<http://www.dawakhidmat.org/>>, acesso em 05 de agosto de 2009.

porção da Caxemira administrada pelo Paquistão. Contudo, mesmo após a normalização da situação dos caxemires atingidos, a organização continuou a existir²²². Assim, passando a ser responsável por coordenar as remessas de “caridade” destinadas ao sistema MDI-LeT. Sua existência atende duas claras finalidades, a primeira é econômica, pois legaliza os recursos enviados por estrangeiros, neste caso uma fachada, e a segunda, política, porque serve como mais uma parte da estrutura de ajuda social do MDI-LeT, auferindo prestígio ao grupo em função de seus serviços para a população pobre.

3.4.3.3 A micro-rede MDI-LeT e a Al-Qaeda

O contato entre a organização MDI-LeT e a rede Al Qaeda tem sua história vinculada ao contexto afegão, quando ocupado pelos soviéticos. Nesta circunstância, como referi anteriormente, havia grande proximidade entre o “escritório islâmico” coordenado por Abdullam Azzam e Osama Bin Laden, isto porque Azzam fora professor de Laden.

Essa ligação entre o MDI-LeT e a Qaeda tem, portanto, suas origens na constituição de grupos mujahidins no Afeganistão e muitas evidências confirmam a continuidade desta conexão desde então²²³. A atuação contra a presença das tropas da OTAN, desde 2001, no país vizinho se tornou mais intensa quando o MDI-LeT criou uma nova organização associada, o Jamat-ud Dawa – JuD (Partido da Pregação), para essa finalidade específica. De fato, o LeT e o JuD fazem parte da mesma estrutura, contando inclusive com os mesmos administradores. A criação do JuD foi a estratégia encontrada pelos líderes do MDI-LeT para fugir da situação de ilegalidade na qual foi colocado pelo presidente Musharraf, em 2002. Dessa forma, as relações da Qaeda com o MDI-LeT permaneceram inalteradas.

²²² A criação desta organização de caridade e sua atuação na reparação do desastre decorrente do terremoto aproximou a rede MDI-LeT do governo nacional paquistanês, que passou a defender o grupo na tentativa de encobrir ou desviar a atenção internacional das suas atividades terroristas na Caxemira. Cf.: JOHN, Wilson. Lashkar-e-Tayyeba. **Pakistan Security Research Unit - PSRU Brief number 12.** Bradford, UK: Maio/2007. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/Brief12finalised1.pdf>>, Acesso em 15 de abril de 2009, p. 14-15.

²²³ BURKE, Jason. **Al-Qaeda. A verdadeira história do radicalismo islâmico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, pp. 199-201.

Excetuando o período do governo afegão dos talibãs, é possível afirmar a contínua proximidade do grupo terrorista com Bin Laden, inclusive transbordando suas relações para outros temas que não apenas o Afeganistão. Em 1998 o LeT passou a integrar a Frente Islâmica Internacional para a Jihad, que incluía o combate aos Estados Unidos e Israel principalmente. Osama Bin Laden era convidado anualmente para ministrar discursos, por telefone, nas grandes congregações realizadas pelo grupo²²⁴.

A proximidade entre Qaeda e LeT também é reforçada pela convergência de suas linhas religioso-ideológica e dos respectivos formatos de suas ações terroristas. O radicalismo dos atentados do LeT, indistintamente contra alvos civis e militares e, outrossim, marcado por atentados suicidas, carrega certo sentimento de ódio por aqueles classificados como inimigos. Essa forma de ação é a mesma considerada adequada pelos líderes da rede Al Qaeda na sua política de destruição do Ocidente.

Uma declaração do líder do LeT, pronunciada em entrevista concedida ao jornalista Zahid Hussain, resume bem como esse arranjo entre as duas organizações, no tocante a suas perspectivas sobre a jihad, está bem fortalecido: “*Nos acreditamos no choque de civilizações [de Huntington] e nossa jihad irá continuar até que o Islã se torne a religião dominante*”²²⁵ (grifo meu).

3.4.4 Organizações Terroristas Deobandis e suas conexões transnacionais

O fator distintivo das organizações radicais deobandis aqui abordadas, *Harkat-ul-Jihad-i-Islami* – HuJI (Movimento da Guerra Santa Islâmica), o *Harkat-ul-Mujahidin* – HuM (Movimento dos Guerreiros da Liberdade), e o *Jaish-e-Mohammed* – JeM (Exército de Maomé), é sua proximidade de setores do Estado paquistanês e, mais especificamente, do seu Serviço Secreto. Essa característica pode ser explicada pela grande presença de madraçais deobandis no Paquistão, sendo a

²²⁴ Essas reuniões chegam a contar com um milhão de fiéis é uma demonstração para os demais grupos políticos da força da rede MDI-LeT. Cf. SHAFQAT, Saeed. From Official Islam to Islamism: The Rise of Dawat-ul-Irshad and Lashkar-e-Taiba. In: JAFFRELOT, Christophe. **Pakistan. Nationalism Without a Nation**. Nova Delhi: Manohar Publishers, 2002. pp.131-147.

²²⁵ HUSSAIN, Zahid. **Frontline Pakistan: The Struggle with Militant Islam**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007. p. 53.

escola corânica que mais matrículas efetua no país. Assim, devido ao seu papel na formação educacional (e também religioso-ideológica) de grande parte da população, e a importância política derivada disso, o Estado tem buscado estreitar relações com esses grupos. O que, por sua vez, direciona suas atividades em consonância com as estratégias internacionais (implícitas) de setores do governo.

Dessa forma, entender como se formaram as conexões internacionais da rede “Deobandis-HuJI-HuM-JeM”, é também conhecer quais os interesses exteriores de *setores conservadores*²²⁶ do governo, representados pelo ISID, ligados aos partidos religiosos dos ulemás²²⁷. Estes interesses seguem duas linhas principais de ação, uma direcionada para a anexação de porções no Nordeste do país e o estabelecimento de governo aliado ou subordinado no Oeste, em outras palavras, a anexação de todo o território do antigo principado de Jammu e Caxemira e, eventualmente, outros Estados do norte da Índia onde haja população islâmica significativa; e a recondução de um governo islâmico aliado no Afeganistão.

Seguindo linha religiosa semelhante àquela demonstrada pelo Lashkar-e-Taiba, os grupos terroristas deobandis desejam levar sua guerra santa para todos os territórios onde os muçulmanos supostamente sejam oprimidos. Contudo, devido às limitações do alcance de suas organizações, as ligações (e ações) internacionais de HuJI, HuM e do JeM se limitam às regiões fronteiriças do Paquistão ao Leste, ao Oeste e, em certas ocasiões, ao Norte, no auxílio de grupos islamistas na Ásia Central, notadamente no Uzbequistão.

Um elemento adicional contribuinte para entender as limitações das conexões internacionais das organizações deobandis é a própria natureza local desse movimento sunita. As instituições de ensino deobandis nasceram na região norte do subcontinente indiano, não contando com grandes comunidades de diáspora que

²²⁶ Por setores conservadores do governo entendo se tratar das elites vinculadas aos grupos religiosos internos e setores das forças armadas do Paquistão. O atual governo, de Asif Ali Zardari, é oriundo de outra força política, a de cunho nacionalista, que tem sua maior força localizada na província do Sind.

²²⁷ No Paquistão há dois principais partidos ulemás, o JUI (*Jami'at-i Ulama-i Islam* – Partido dos Ulemás do Islã) vinculado ao movimento deobandi, e o JUP (*Jami'at-i Ulama-i Pakistan* – Partido dos Ulemá do Paquistão), do grupo Barelvi. Cf. KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 96. Em relação ao JUI, ele está dividido em três facções que refletem o poder de seus principais líderes: o JUI-Samiul Haq (JUI-S), JUI-Fazlur Rahman (F), e o JUI-Ajmal Qadri (Q). As três facções controlam a maioria dos madraçais paquistaneses. Cf.: **INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 95**. The State of Sectarianism in Pakistan. Islamabad-Bruxelas, 2005. p. 32.

tenham levado suas idéias para o exterior. A presença de grupos sociais identificados com esses madraçais está restrita, assim, ao Paquistão e norte da Índia, e ao Afeganistão, principalmente após a instauração do governo talibã naquele país, mas também pela presença comum da etnia *pashtun* entre as fronteiras afegãs e paquistanesas ²²⁸ (ver Ilustração 5, no capítulo 1, página 59).

3.4.4.1 - A rede Deoband-HuJI-HuM-JeM e suas conexões transnacionais étnico-religiosas

Para entender as ligações transnacionais dos grupos terroristas vinculados ao movimento deobandi é necessário remeter ao papel que desempenharam no combate aos soviéticos no Afeganistão e depois sua participação no governo dos talibãs, momento em que estabelecem relações também com conhecidos promotores do terrorismo mundial, a partir daquele território.

O primeiro destes grupos a se instalar no Afeganistão, para combater os soviéticos, foi o HuJI, em 1980. Logo depois, esta organização se uniu a outra, o HuM, (este já uma divisão do próprio HuJI), para formar o Harkat-ul Ansar - HuA (Movimento dos Defensores a Fé). Na década de 1990, seguindo caminho idêntico a outros grupos jihadistas, parte de sua estrutura se deslocou para a frente de batalha caxemir. Na Caxemira, o grupo se divide novamente, voltando cada um a assumir seus antigos nomes – HuJI e HuM (para maiores detalhes sobre o evoluir destes grupos, ver Ilustração 15, página 181) ²²⁹. O que destaque desta história é a permanência de grupos deobandis no Afeganistão durante todo o período, desde a metade da década de 1980, passando pelo período de guerra civil, pela chegada do Talibã ao poder em 1996, e sua queda, até a ocupação das forças da OTAN, atualmente.

A presença de organizações terroristas interligadas na Caxemira e no Afeganistão foi fonte de preocupação do governo estadunidense desde a chegada

²²⁸ Ao contrário das distinções entre as ligações transnacionais étnicas e as religiosas, válidas para o caso do Lashkar-e-Toiba, que estabeleceu contatos étnicos com organizações punjabes *siques* indianas, os grupos deobandis não sofrem com esses problemas, pois os pashtuns de ambos os lados da fronteira são muçulmanos.

²²⁹ Como afirmei no item que identifica os grupos terroristas, essas várias organizações mudam de nome, mas todas pertencem à mesma estrutura deobandi.

ao poder dos talibãs²³⁰, o que convergiu com o endurecimento da política externa dos EUA do combate ao terror. Em documento confidencial liberado em 2004 pela CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência) estão expostas preocupações do embaixador dos EUA no Paquistão²³¹, Thomas W. Simons Jr., sobre a presença do grupo terrorista Harkat-ul Ansar em território afegão, e da ligação desta organização com o terrorista internacional Osama Bin Laden. O texto retrata conversas entre o embaixador dos EUA e o Ministro do Exterior do governo talibã, Mullah Ghaus. O representante norte-americano revela que suas fontes para a inquirição têm origem em relatórios de seu governo e que logo este irá colocar o HuA na lista dos grupos terroristas internacionais, devido às ações empreendidas contra cidadãos estadunidenses. Obviamente, Ghaus objeta a presença de terroristas no Afeganistão, o que seria desmentido posteriormente²³².

Outro documento também liberado pela CIA no mesmo ano (2004), intitulado “Harakat-ul-Ansar: Crescente Ameaça para os Interesses Ocidentais e Paquistaneses”, afirma que o HuA oferece perigo a organizações norte-americanas pelo mundo e tem ligações com “financiadores do terrorismo mundial”:

[...] o HuA está negociando financiamento com patrocinadores do terrorismo internacional que são virulentamente Anti-EUA e podem encorajar ataques contra alvos estadunidenses. O HuA pode estar procurando assistência de tais fontes – incluindo os financiadores do terrorismo Osama Bin Laden e o líder líbio Mu´amar Qadhafi – na tentativa de compensar perdas resultantes do fim do suporte paquistanês.²³³

Quanto ao período recente, após a presença das forças da OTAN no Afeganistão, o auxílio de grupos deobandis aos talibãs só tem crescido. De acordo com Hassam Abbas, já em fins de 2001 ocorreu uma mobilização nacional nos madraçais paquistaneses para arregimentar militantes para engrossarem as fileiras

²³⁰ No período anterior, ironicamente, a presença dos intitulados terroristas era não só tolerada, mas necessária para combater as forças soviéticas ocupantes. Cf.: COOLEY, John K. **Unholy Wars: Afghanistan, America and International Terrorism**. Londres: Pluto Press, 2000, pp. 81-106. SAIKAL, Amin. **Modern Afghanistan: A History of Struggle and Survival**. Londres: I. B. Tauris & Company Limited, 2004. pp. 198-200.

²³¹ O referido embaixador era também responsável pelos negócios estadunidenses no Afeganistão, já que os EUA não reconheceram a legitimidade do governo talibã.

²³² **The National Security Archive**. Volume VII: The Taliban File. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB227/18.pdf>>, acesso em 30 de julho de 2009

²³³ **The National Security Archive**. Pakistan: "The Taliban's Godfather"? Documents Detail Years of Pakistani Support for Taliban, Extremists. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB227/10.pdf>>, acesso em 30 de julho de 2009.

da resistência ao lado dos “irmãos talibãs”. Fatos detonadores dessa mobilização foram cartas escritas e divulgadas pelo líder talibã, o Mulá Omar, bem como publicações dos grupos terroristas HuM e JeM que exortavam a população afegã e paquistanesa a doar fundos para ajuda às “vítimas afegãs do terrorismo dos EUA”²³⁴. O auxílio aos talibãs continua até os dias atuais, principalmente com fundos, armas e locais de treinamento fornecidos pelo principal grupo deobandi na Caxemira, o *Jaish-e-Mohammed*, liderado por Masood Azhar, que também controla a mesquita *Darul Uloom Islamia Binori*, que segundo Nicholas Howenstein, “é um dos centros deobandis mais influentes no mundo, e foi o epicentro do recrutamento para a jihad afegã”²³⁵.

A persistência dos terroristas deobandis no Afeganistão e o deslocamento de parte deles para a Caxemira formou um eixo de atuação e criação de identidade transnacional estruturante da organização da rede deobandi e também sua maior fonte de poder privado. O fato de esses grupos armados estarem espalhados pelo Paquistão e se remeterem a um poder interno particular é evidência suficiente para comprovar que o poder de instituições deste tipo comprova a crise de centralidade do Estado nacional. Apesar da incontestável ligação com setores da esfera pública, como o ISID, as redes transnacionais deobandis, da mesma forma que as demais, em maior ou menor grau, propõe uma nova forma de entender o sistema internacional para além da exclusividade de ação das entidades governamentais.

3.4.4.2 - Conexões internacionais deobandis no norte indiano. Qual estratégia?

As organizações deobandis, ao contrário do grupo vinculado ao *Jamaat-i-Islami*, o Hizb-ul-Mujahidin, e do Ahle-Hadith Lashkar-e-Taiba, tem prioridade de atuação no norte indiano. A sua presença em Estados da Índia como Uttar Pradesh e Assam e também em Bangladesh, não se limita apenas a contatos com grupos radicais daquela região, como faz o HM, mas se reverte em política oficial de dois dos principais ramos da organização, o HuJI e o HuM.

²³⁴ Além, as publicações do JeM e do HuM forneciam números de telefones e endereços do “truste terrorista” Al-Rasheed, responsável por recolher estes fundos. ABBAS, Hassan. **Op.cit.**, p. 223.

²³⁵ HOWENSTEIN, Nicholas. **Op.cit.**, p. 30.

O HuJI criou em 1992 uma agência do movimento em Bangladesh, chamada *Harkat-ul-Jihad-i-Islami* – Bangladesh (HuJI-B). De acordo com Jaideep Saikia, pesquisador do terrorismo no norte indiano, o HuJI-B possui seis campos de treinamento no sudeste do país, conta com algumas centenas de militantes e, com frequência, envia jovens recrutas para atuar diretamente na luta contra os indianos na Caxemira. Os líderes do grupo são, em sua maioria, ex-combatentes da guerra santa contra o exército vermelho soviético no Afeganistão. Estima-se que o grupo mantenha ligações com a rede Al Qaeda, uma vez que seu líder assinou declaração se comprometendo na jihad contra os Estados Unidos²³⁶. Curiosamente, o próprio HuJI-B adotou o nome de “Talibãs de Bangladesh”.

A presença do *Harkat-ul-Mujahidin*, mais restrita, está concentrada no Estado de Assam, embora possua instituições em território bengali, como o Madraçal Jatrabari, responsável pelo recrutamento entre a população e eventual fornecimento de abrigo para militantes da organização²³⁷.

A estratégia dos grupos deobandis em Bangladesh e norte indiano está assentada em três objetivos: 1- evitar a aproximação do país com o governo da Índia provocando a instabilidade interna; 2- através da jihad, transformar Bangladesh de uma “*Dar ul-Harb*” (Terra de Infiéis) para uma “*Dar ul-Islam*” (Terra do Islã)²³⁸; e 3 - atuar nas províncias de Assam e Uttar Pradesh, onde compreendem estar empreendendo uma guerra santa contra os indianos opressores da população islâmica local²³⁹.

Em entrevista concedida ao pesquisador Jaideep Saikia, um membro do HuM, secretário-geral da unidade do HuM-Assam, chamado Abu Bakr Siddiqui (capturado em 2003 pelas forças de segurança indianas), informou que seu grupo era apoiado com recursos e treinamento pelo ISID; afirmou ter recebido apoio da embaixada paquistanesa sediada na capital de Bangladesh, Dhaka, para entrar em Assam com passaporte falso; e estima o número de militantes dos grupos deobandis atuantes no norte indiano entre 400 e 500 jovens naquela época (2003), incluindo uma unidade

²³⁶ SAIKIA, Jaideep. **Op. cit.**, pp. 33-34.

²³⁷ SAIKIA, Jaideep. **Ibidem**, pp. 47-49.

²³⁸ BHAUMIK, Subir. Ethnicity, ideology and religion: separatist movements in India's northeast. **Asia-Pacific Center for Security Studies. Edited Volumes.** Disponível em: <<http://www.apcss.org/Publications/Edited%20Volumes/ReligiousRadicalism/PagesfromReligiousRadicalismandSecurityinSouthAsiach10.pdf>>, acesso em 08 de agosto de 2009.

²³⁹ SAIKIA, Jaideep. **Op. cit.**, pp. 33-36.

fedayin (esquadrão suicida); e revela que o HuM opera seus ataques juntamente com outro grupo islâmico radical originário da própria região, o ULFA - United Liberation Front of Asom (Frente Unida para Liberação de Assam), outra organização apoiada pelo ISID²⁴⁰.

3.4.4.3 - *Demais conexões internacionais dos grupos deobandis*

Como indicado, as ligações transnacionais dos grupos deobandis seguem dois sentidos distintos, para o Afeganistão e para o Norte da Índia/Bangladesh. Mas, ainda assim, há outros grupos internacionais em contato com os terroristas desta orientação. Estas forças estão em partes da Ásia Central e em países europeus, principalmente na Grã-Bretanha.

Com os grupos radicais islamistas da Ásia Central as conexões ocorrem, principalmente, com o Movimento Islâmico do Uzbequistão – MIU, muito em função da expansão deobandita impulsionada pelos talibãs na região e também pela crescente participação da rede Al Qaeda nos negócios do grupo²⁴¹. Com as lideranças do MIU os deobandis praticam uma política de “intercâmbio” de quadros militantes, recurso necessário inclusive para ajudar na formação de seus próprios combatente na compreensão do que é o mundo islâmico, constituído e/ou desejado em fronteiras alheias aos Estados nacionais.

Em relação ao suporte proveniente da Grã-Bretanha, este pode ser explicado pela comunidade de diáspora caxemir e paquistanesa naquele país. Os auxílios são essencialmente financeiros, funcionando essa comunidade estrangeira como organizações não-governamentais para o auxílio dos caxemires oprimidos pelos indianos, pelo menos esse é o discurso utilizado para justificar os donativos²⁴². Há também referências a um processo de recrutamento entre essa comunidade migrante, mas a bibliografia não traz maiores detalhes sobre o fato.

²⁴⁰ SAIKIA, Jaideep. *Ibidem*, pp. 51-52.

²⁴¹ RASHID, Ahmed. *Op. cit.*, pp. 179-198.

²⁴² ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. *Op. cit.*, pp. 32.

3.5 A instituição de *sublealdades* e seus usos pelos grupos terroristas caxemires

A explicação do processo de pulverização de fidelidades oferecido por Smouts e Badie para as redes transnacionais de identificação também pode ser aplicado para explicar situações opostas, como a formação de sentidos de fidelidade infra-estatais. Em outras palavras, esse conceito pode ser empregado para entender circunstâncias análogas, mas em sentido inverso, ou seja, a consolidação de *sublealdades* de setores sociais com as organizações políticas, como as terroristas, geralmente avessas ou, pelo menos, com certo grau de autonomia em relação ao centralismo estatal²⁴³. Trata-se, enfim, de um fenômeno dual que ocorre dentro e fora da circunscrição estatal, mas que pode ser ocasionalmente aproveitado por este mesmo Estado.

O surgimento dessas organizações informais, armadas e autônomas dentro do território paquistanês não é, contudo, um exclusivismo desse país. Poderes paraestatais violentos diversos, como os grupos criminosos que controlam o tráfico de entorpecentes e dominam certas favelas no Brasil ou sociedades mafiosas na Itália e Rússia (entre outros), são manifestações desse fenômeno social. Em certa medida, adquirem importância analítica porque afetam diretamente um dos pilares em que se assenta o Estado nacional – o uso exclusivo da força –, de tal forma que passam a atuar de acordo com uma estrutura similar e ocupam o lugar do Estado no qual estão inseridos, oferecendo certos serviços básicos negligenciados ou insuficientemente prestados pelo poder público. O surgimento desses grupos infra-estatais tem, assim, uma provável explicação na crise de legitimidade popular por que passam estados nacionais quando deixam de atender a sociedade, ao mesmo tempo em que continuam a exigir dessa última a continuidade do pagamento de tributos e outros deveres, como o serviço militar, por exemplo.

A partir do exposto não poderíamos, porém, concluir pela similaridade entre as organizações citadas no parágrafo anterior e aquelas observadas no Paquistão. Embora ambos os tipos detenham certa margem de autonomia, sejam respaldados por parte da comunidade onde estão instalados e utilizem largamente da violência

²⁴³ BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional**. Lisboa: Instituto Piaget, c1995, pp. 62-69.

na sua prática, as redes terroristas paquistanesas apresentam uma importante distinção por possuírem um projeto político alternativo próprio e, na maioria dos casos, contraposto ao do governo nacional. No caso aqui estudado, essa proposta alternativa remete a uma *concepção territorial*, uma *base ideológica* e uma *organização de poder político* diferentes daquelas vigentes no espaço nacional em que atuam. Refiro como *concepção territorial* distinta a referência paradoxal a uma comunidade islâmica transnacional, a *Ummah*, e a autonomia das regiões onde prevalecem as relações de tipo étnico ou clânico²⁴⁴; a *base ideológica*, por seu turno, remete aos referenciais religiosos para o Estado e sociedade, com a instituição do *Nizam-e-Mustafa*, ou “sistema islâmico” para o Estado e a aplicação da chari’a para a sociedade; e por *organizações de poder político*, determinam que as autoridades religiosas devam estar no comando da máquina estatal e seu funcionamento. As organizações terroristas jihadistas atuantes a partir do Paquistão defendem esses pressupostos e para atingir tais objetivos vem construindo, dentro e fora do âmbito nacional, redes de identificação e amparo nos níveis supra e infra-estatais.

Entretanto, há mais uma peculiaridade no caso das redes terroristas paquistanesas que deve ser salientada. Há outro tipo de organização paramilitar que possui as mesmas características, incluindo um projeto político alternativo, mas não são exatamente idênticas aos grupos jihadistas no Paquistão, reporto aqui aos grupos guerrilheiros revolucionários, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, por exemplo. A diferença entre os terroristas e os guerrilheiros está na concepção das “regras do jogo” (ou *enjeu*) de cada movimento em relação aos seus adversários. Enquanto os guerrilheiros revolucionários compartilham certas regras comuns com aqueles instalados no poder, ou seja, seus adversários, e admitem alguma margem de negociação em um cenário marcado pelo conflito, os jihadistas islâmicos, pela sua ideologia fundamentalista, não consideram os adversários dignos de qualquer consideração e buscam, enfim, sua eliminação, de modo que é impossível qualquer canal de comunicação ou alternativa de

²⁴⁴ Esta contradição presente na concepção dual de território, simultaneamente extra e intra-estatal, acaba por ser uma incongruência dentro da formulação teórica das organizações religiosas terroristas. Ao mesmo tempo em que defendem a valorização da comunidade islâmica transnacional enquanto instância política, também se amparam na autonomia das regiões onde mantêm laços étnicos ou clânicos. Um exemplo deste caso pode ser representado na disposição dos pashtuns em criar a *Ummah* e o *Pashtunistão*.

distensão²⁴⁵. As organizações terroristas no Paquistão defendem essa perspectiva de conflito onde o resultado final pode ser compreendido segundo uma dinâmica *extremada* do jogo de soma zero que determina não apenas a vitória total de um grupo sobre o outro, mas também condiciona a sobrevivência de um dos lados as expensas da extinção de seus adversários.

O surgimento de organizações detentoras de estruturas similares a do próprio Estado nacional paquistanês foi uma consequência, certamente, indesejada deste mesmo Estado, mas, contudo, tem se mostrado uma alternativa político/estratégica oportunamente utilizada pelos governantes do país²⁴⁶. Apesar dos setores estatais que apóiam os grupos jihadistas buscarem manter uma considerável margem de controle sobre seus atos, seria negligência desconsiderar o inevitável crescimento da autonomia destas organizações, mesmo contrariando os interesses daqueles que os patrocinam. Daí a formação de sublealdades dentro do próprio território nacional que, algumas vezes na história e com maior freqüência nos anos atuais, tem agido contra a instituição pública que lhe deu vida – o Estado. Longe de se tratar de um paradoxo ou aporia, o surgimento de identidades sociais múltiplas dentro do Paquistão pode ser entendido de como um processo autonomização da sociedade civil e o crescimento da tensão entre setor público e privado, com a consequente deslegitimação do primeiro e a criação de novos espaços de disputa política.

Não utilizo exatamente a idéia de “fidelidades pulverizadas” encontrados em Badie e Smouts porque, embora operacional nos casos indicados pelos autores, para o Paquistão faz-se necessária uma pequena adaptação. A noção de sublealdade é mais ajustável ao objeto recortado justamente porque encerra a contradição básica indicada ao longo da apresentação deste item: embora se constate o surgimento de “novas fidelidades” ou “identidades múltiplas” alheias ao poder estatal, estas não se configuram, necessariamente, em contraposição a esse mesmo Estado, uma vez que os grupos terroristas são por ele manipulados e/ou financiados, ainda que apenas por setores estatais, como o Exército e o principal Serviço de Inteligência, o ISID. Assim, o conceito de sublealdade reflete um tipo de organização de fidelidades escalonadas, na qual o topo é ocupado por importantes

²⁴⁵ Essa discussão foi feita no ponto 3.1, quando abordei as bases teóricas do terrorismo.

²⁴⁶ Lembro aqui a estratégia paquistanesa do uso das redes terroristas como forma de garantir a “guerra por procuração” contra a Índia, como forma de reduzir gastos estatais e mobilizar a população para esta finalidade.

instituições do setor público, sem as quais seria muito difícil pensar a existência própria das micro-redes terroristas atuantes na Caxemira e países vizinhos.

Ao contrário da análise das identidades transnacionais que, por sua condição e importância para os demais países, possuem mais estudos e mais fontes de referência, as pesquisas sobre poderes subnacionais no Paquistão pouco avançaram neste campo ou pelo menos, o acesso é restrito aos pesquisadores locais. Para este item, portanto, lanço mão dos trabalhos dos jornalistas Mohammed Amir Rana e Amir Mir, as contribuições da unidade de estudos sobre assuntos paquistaneses vinculado ao Departamento de Estudos da Paz da Universidade de Bradford²⁴⁷, Reino Unido e algumas informações constantes no sitio eletrônico *South Asia Terrorism Portal* – SATP, mantido por organizações não governamentais indianas principalmente. Eventualmente, utilizo dados colhidos em outras fontes, porém os principais provêm das origens referidas.

As relações de sublealdade têm como principal função prover os grupos terroristas de recursos humanos para suas atividades, tanto de funcionários para as questões administrativas, organizacionais e burocráticas, como também de militantes e mártires para atuar na linha de frente dos ataques contra a população e tropas (indianas, principalmente) consideradas inimigas. Assim, apresentarei nas linhas a seguir como cada um dos principais grupos jihadistas obtém seus quadros a partir de fontes internas paquistanesas. Neste sentido, indico quais os serviços oferecidos pelas organizações jihadistas à população e as formas de recrutamento e treinamento destes militantes.

As principais fontes de recrutamento para as organizações terroristas no Paquistão são, sem dúvida, os chamados madraçais²⁴⁸, ou instituições de ensino corânico²⁴⁹. A grande vantagem destas escolas islâmicas é que não oferecem apenas uma educação dirigida para seus alunos, mas também funcionam como

²⁴⁷ **Pakistan Security Research Unit – PSRU.**

²⁴⁸ Saliento, contudo, que nem todos os madraçais se voltam o fornecimento de guerreiros aos grupos terroristas. Em realidade, é uma parte minoritária das milhares de escolas corânicas que exercem esse papel.

²⁴⁹ Muito embora, constem em seus currículos disciplinas científicas também. O oferecimento destas disciplinas foi um recurso utilizado no sentido de tornar estas escolas mais atrativas para a população de classe média e alta também, interessada em garantir a seus filhos conhecimentos técnicos, além dos religiosos. Cf. **REPORT OF THE EC RAPID REACTION MECHANISM ASSESSMENT MISSION PAKISTAN – EDUCATION.** European Commission Conflict Prevention and Crisis Management Unit. pp. 49 – 58. Disponível em: <<http://www.uvm.edu/~envprog/madrassah/eureport.pdf>>, acesso em 03 de abril de 2010.

internato, possibilitando às famílias pobres garantir, no mínimo, a sobrevivência aos seus filhos. Como apontado no capítulo primeiro desta dissertação, os madraçais tiveram um vertiginoso crescimento durante o regime ditatorial do general Zia ul-Haq, pois estavam autorizadas a exercer certas funções delegadas (e relegadas) pelo próprio Estado e, em retribuição, tiveram ampla margem de liberdade para atuarem politicamente, junto a partidos e outras organizações religiosas. A seguir apresento algumas das principais escolas corânicas e a quais grupos terroristas estão vinculadas. As tabelas 4, 5 e 6 foram elaboradas a partir do trabalho do jornalista e pesquisador Muhammad Amir Rana²⁵⁰. Os dados apresentados não especificam quantos militantes cada madraçal destinou ao terrorismo, são apenas indícios do poder de recrutamento dessas organizações jihadistas no Paquistão.

3.5.1 Fontes de recrutamento internas²⁵¹ ligadas ao Hizb-ul Mujahidin - HM

A principal fonte de recrutamento para os militantes do *Hizb-ul-Mujahidin* é o movimento estudantil jihadista, *Jamiat-e-Tulaba Islami* – JeTI (Sociedade Islâmica de Estudantes), com sedes tanto no Paquistão, quanto na Caxemira ocupada pela Índia. O JeTI é, tal qual o HM, uma organização vinculada ao partido *Jamaat-i-Islami* – JI paquistanês²⁵², uma das mais importantes organizações religiosas do país. De acordo com Muhammad Amir Rana o JeTI, no ano de 2001, destinou cerca de quinhentos de seus quadros para auxiliar o HM na Caxemira indiana²⁵³, e indicou que pode existir cerca de mil de seus militantes entre os quadros do HM. No ano de 2000, estima o autor, o HM martirizou trinta e nove membros originários do JeTI²⁵⁴. A origem dos militantes do JeTI são universidades e escolas de ensino médio no Paquistão e não necessariamente somente as islâmicas, pois se trata de um

²⁵⁰ RANA, Muhammad Amir. **A to Z Of Jehadi Organizations In Pakistan**. Lahore: Mashal Books, 2004.

²⁵¹ Ressalto que neste item tratarei apenas do recrutamento interno para a jihad na Caxemira, desconsidero aqui, portanto, aqueles militantes deslocados de outros países com população islâmica.

²⁵² Lembro que na Caxemira ocupada pela Índia o JI também possui uma ramificação política que é o *Jamaat-i-Islami Jammu and Kashmir* – JIJK. Cf.: SIKAND, Yohinder. *The Emergence and Development of the Jama'at-i-Islami of Jammu and Kashmir (1940s–1990)*. **Modern Asian Studies**. Vol. 36, n.º 3, pp. 705–751, 2002.

²⁵³ Este número inclui militantes e trabalhadores.

²⁵⁴ RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, p. 448.

movimento estudantil e tem acesso às instituições de ensino nacionais²⁵⁵. Infelizmente, não estão indicadas na obra as referências para estes números, Amir Rana se restringe a afirmar ter obtido tais dados a partir de entrevistas com militantes das organizações terroristas, agentes policiais e governamentais e em publicações destas mesmas organizações jihadistas²⁵⁶.

Outra organização de estudantes também tem papel relevante para o recrutamento ao HM, o *Jamiat-e-Tulaba Arabia* – JeTA. Contudo, este grupo atua apenas entre os madraçais sustentados ou vinculados ao JI, sendo uma organização de estudantes que representa apenas estas escolas corânicas. Não há dados precisos sobre como o suporte ao HM é efetivado. Amir Rana sugere que o grupo auxilia na coleta de doações para a organização terrorista e já enviou, até 2001, cerca de dois mil quadros para a jihad caxemir e, dentre estes, dez militantes se martirizaram em ataques suicidas contra as forças de segurança indianas e população considerada inimiga²⁵⁷.

Tabela 4 – Madraçais paquistaneses vinculados ao *Hizb-ul-Mujahidin*¹

Nome da Escola Corânica	Localização: Cidade-Província	Número de Estudantes
Jamia Markaz-e-Ulum Islamia	Lahore – Punjab	600 ²
Jamia Madinatul Ilm ³	Islamabad – Território da Capital	600
Jamiatul Ikhwan	Karachi – Sind	300
Jamia Darul Islam Girzi	Karachi – Sind	270
Markaz-e-Ulum-e-Deenia alfalah Academy ⁴	Karachi – Sind	1200
	Total	2970

¹ Dados do ano de 2001.

² Dentre estes 600 estudantes, 400 são internos.

³ Este é o único madraçal que indica jovens estudantes de ambos os sexos.

⁴ Este é o maior madraçal do JI e consta que fornece militantes também para a frente afegã.

Fonte: RANA, Amir. **Op.cit.**, pp. 576-577.

²⁵⁵ Além das atividades de atração de militantes na jihad caxemir, o JeTI tem papel essencial na formação da opinião pública nacional para a conquista de votos para o JI. Cf.: PAKISTAN: **COUNTRY PROFILE, Country Studies - Federal Research Division of the Library of Congress**. Disponível em: <<http://countrystudies.us/pakistan/68.htm>>, acesso em 10 de março de 2010.

²⁵⁶ Além do fornecimento de militantes para o manutenção do HM, o autor sugere que o JeTI também auxilia na coleta de recursos financeiros.

²⁵⁷ RANA, Muhammad Amir. **Idem**.

Os madraçais paquistaneses em associação com o JI e o HM são indicados na tabela a seguir, bem como outras informações importantes a respeito de sua participação nas ações terroristas na Caxemira, via *Hizb-ul-Mujahidin*. De acordo com indicações oferecidas por Amir Rana, o partido *Jamaat-i-Islami* possui o extenso número de oitocentos madraçais a ele vinculados, mas nem todos estão implicados na tarefa de destinar militantes ao *Hizb-ul-Mujahidin*²⁵⁸. Entretanto, destas 800 escolas, o autor só apresenta as dezenove mais significativas e apenas cinco diretamente vinculadas com o HM²⁵⁹.

Entretanto, em outra fonte obtida indiretamente, o “Define Madres Report.”, citada em relatório da organização International Crisis Group - ICG²⁶⁰, aponta que era de noventa e sete (97) o número de madraçais considerados “independentes” e “vinculados” ao *Jamaat-i-Islami*, no ano de 1988²⁶¹. Considerando a precisão destes números e atribuindo todos os 97 madraçais ao JI, e por conseqüência, descartando os que o relatório chama de “independentes”, teremos que, em cerca de 13, anos a quantidade de madraçais do JI cresceu mais de oito vezes, um incremento espetacular, no mínimo. Pois bem, como não é possível elaborar uma média de crescimento dos madraçais entre os dois limites temporais, mas tendo em conta que houve um incremento ao longo da década de 1990, conseqüência da atuação dos talibãs no Afeganistão e do aumento da jihad na Caxemira, posso deduzir em algumas centenas, pelo menos, o número de escolas corânicas sob o domínio do *Jamaat-i-Islami*.

A Tabela 4 apresenta apenas os cinco madraçais vinculados ao HM. Contudo, se os apontamentos de Rana e os do relatório ICG estiverem parcialmente corretos e existirem, de fato, algumas centenas de madraçais sob influência do JI, e considerando ser o HM sua principal organização jihadista na Caxemira, é plausível inferir que outras escolas corânicas também colaborem com recursos humanos e, quiçá, financeiros para a militância do *Hizb-ul-Mujahidin* na Caxemira.

²⁵⁸ RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, p. 576.

²⁵⁹ Cf. RANA, Muhammad Amir. **Ibidem**, pp. 576-578.

²⁶⁰ Cf. **INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 36**. Pakistan: Madrasas, Extremism and the Military. Islamabad-Bruxelas, 2002. p. 09.

²⁶¹ A obra de Jamal Malik, que utilizei para indicar o crescimento de madraçais no Paquistão durante o governo do general Zia ul-Haq, de 1977 a 1988, por infortúnio, não indica a vinculação entre as escolas corânicas e outras organizações políticas nacionais, pouco contribuindo para o estudo desenvolvido neste item.

3.5.2 Recrutamento para o grupo Lashkar-e-Taiba – LeT

Este grupo jihadista tem uma das melhores estruturas de amparo social dentro do Paquistão. Incluído na rede vaabita que compreende o Markaz Da'wa wal Irshad - MDI (Centro de Pregação e Orientação) e o Jamaat-ul-Dawa – JuD (Sociedade para a Pregação), o LeT conta com uma base interna invejável e o reconhecimento do governo paquistanês, muito em função de sua atuação junto à população pobre e os trabalhos de resgate que presta em momentos de crise, como na intensa mobilização que liderou após o terremoto que atingiu a Caxemira em 2005. Nesta ocasião, os jovens (e potenciais mártires) que integram a rede LeT-MDI-JuD foram os primeiros a atuar no resgate das vítimas do desastre, mesmo antes das equipes estatais chegarem à região²⁶².

A rede ou micro-rede do LeT-MDI-JuD, com sede localizada em Muridke, a 45 quilômetros de Lahore (conforme Ilustração 13, página 175), conta, no Paquistão, de acordo com Amir Mir, com um aparato de instituições sociais compreendido por dezesseis mesquitas, cento e quarenta madraçais²⁶³ e um serviço de saúde composto por clínicas móveis, ambulâncias e bancos de sangue²⁶⁴. Na principal sede do LeT há algumas instituições de ensino, um hospital, um mercado, e áreas de plantação agrícola. Infelizmente, não há informações disponíveis sobre outras estruturas na área porque não é permitida a entrada e observadores e o sistema de segurança é forte, contando com vários guardas armados com *kalashnikovs*.²⁶⁵,

Dentre estes madraçais os mais importantes estão listados na tabela 5, a seguir. O número total de alunos indicados nesta tabela, contudo, não explica o grande número de militantes do grupo, que chegam aos cinquenta mil. Esta disparidade se deve a alguns fatores articulados: primeiro, há um grande número de militantes provenientes de outros países com população islâmica, como a Arábia

²⁶² JALAL, Ayesha. **Combatentes de Alá: a jihad no sul da Ásia**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. pp. 16-17.

²⁶³ O Movimento Ahle-Hadith no Paquistão possui, ao todo, cerca de quinhentos madraçais. Cf. RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, p. 549.

²⁶⁴ Cf.: MIR, Amir. **Op. cit.**, pp. 63-64.

²⁶⁵ Os relatos sobre a segurança da sede do LeT-MDI-JuD são fartos, alguns dos pesquisadores paquistaneses consultados indicam que não poucas vezes tentaram entrevistar o diretor desta sede, mas foram barrados na entrada. MIR, Amir. **Op. cit.**, p. 64; RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, pp. 321-322; ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 276.

Saudita; segundo, o LeT não recruta apenas estudantes em seus madraçais, mas também adultos que freqüentam suas mesquitas e participam de seu encontro anual²⁶⁶, onde ocorre uma “grande chamada” para a jihad e, terceiro, o movimento Ahle-Hadith no Paquistão não apresenta conflitos sectários graves a ponto de proibir que alunos de madraçais não diretamente vinculadas ao LeT se juntem ao seu quadro. Contudo, ao contrário das demais organizações terroristas atuantes na Caxemira, o único partido político ao qual o LeT se vincula não conta com instituições de recrutamento entre jovens, por exemplo²⁶⁷.

Tabela 5 – Madraçais paquistaneses vinculados a micro-rede LeT-MDI-JuD¹

Nome da Escola Corânica	Localização	Número de Estudantes
Markaz Da'wa wal Irshad	Muridke – Punjab	500
Al Jamiatul Salafia	Islamabad – Território da Capital	1000
Jamia Salafia Dawat-ul Haq	Quetta – Baluchistão	700
Jamia Mohammedia Ahle Hadees	Muzaffarabad – Caxemira Livre	300
	Total	2500

¹ Dados do ano de 2001.

Fonte: RANA, Amir. Op.cit., pp. 549-558.

3.5.3 A vasta rede de recrutamento Deobandi – HuJI, JeM e HuM

Dentre os grupos jihadistas paquistaneses atuantes na Caxemira, os de orientação deobandi são os que mais se utilizam de militantes oriundos de escolas corânicas. Pelo fato desse movimento ter se originado no subcontinente indiano e criado nesta região os primeiros madraçais, já em fins do século XIX²⁶⁸, é hoje o grupo religioso majoritário no Paquistão e, pelo suporte oferecido à jihad nas frentes

²⁶⁶ SHAFQAT, Saeed. From Official Islam to Islamism: The Rise of Dawat-ul-Irshad and Lashkar-e-Taiba. In: JAFFRELOT, Christophe. **Pakistan, nationalism without a nation?** Nova Delhi: Manohar Publishers & Distributors, 2002, pp. 131-147.

²⁶⁷ Este partido é o Jamiat Ahle-Hadith. Cf.: **THE FRIDAY TIMES**. The Power of the Ahle-Hadith. Khaled Ahmed. 12 de julho de 2002, Disponível em: <<http://www.indianet.nl/indpak87.html>>, acesso em 20 de abril de 2010.

²⁶⁸ METCALF, Barbara D. "Traditionalist" Islamic Activism: Deoband, Tablighis, and Talibs. **Social Science Research Council**. Disponível em: <<http://essays.ssrc.org/sept11/essays/metcalf.htm>>, acesso em 10 de abril de 2010.

caxemir e afegã, é de onde provem a maior parte destes militantes. O número estimado de madraçais deobandis no país já ultrapassa seis mil. Reforço que o número de madraçais no Paquistão é apenas estimado porque muitas destas instituições de ensino não são registradas pelo Estado, apesar das frustradas tentativas operadas por Musharraf para convencer os líderes religiosos e políticos a formalizarem suas unidades junto ao Ministério de Educação²⁶⁹

Dos três grupos terroristas atuantes na Caxemira, o Harkat-ul-Jihad-i-Islami – HuJI (Movimento da Guerra Santa Islâmica) é o que mais emprega estudantes corânicos, seguido pelo Jaish-e-Mohammed – JeM (Exército de Maomé) e pelo Harkat-ul-Mujahidin – HuM (Movimento dos Guerreiros da Liberdade)²⁷⁰. A tabela 6, a seguir, indica quais os madraçais que mais contribuem para cada organização. Contudo, a mesma explicação oferecida para o LeT pode ser aqui utilizada sobre a imprecisão entre o número de militantes dos grupos e a quantidade de recrutas despachados pelas escolas, ou seja, no quadro geral de pessoal destas organizações terroristas há militantes internacionais voluntários, também há voluntários indicados pelas mesquitas deobandis²⁷¹ e, por último, não há conflitos entre as escolas a ponto de proibir o remanejamento de estudantes-guerreiros entre os grupos.

Dentre os grupos deobandis não encontrei indicações que possuam outros organismos de ajuda social, como hospitais, asilos, fazendas comunitárias e outros. Contudo, como muitos dos madraçais apresentados abaixo abrigam centenas de alunos (e alguns milhares), é apropriado considerar que estas estruturas estejam vinculadas às escolas.

²⁶⁹ Cf.: TALBOT, Ian. **Pakistan. A Modern History**. Nova Delhi: Foudation Books, 2009, pp. 390 – 391; MIR, Amir. **Op. cit.**, pp. 141-150. O presidente Pervez Musharraf tentou implementar, em 2002, o chamado “Decreto de Registro e Regulação dos Madraçais”.

²⁷⁰ RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, p 266. Embora este autor afirme claramente ser o HuJI o grupo que mais utiliza recursos humanos provenientes de madraçais, quando referencia os principais madraçais deobandis do país, expressos na Tabela 6, o JeM aparece com mais instituições de ensino a ele vinculadas.

²⁷¹ Este caso se aplica especialmente ao HuM. Cf. RANA, Muhammad Amir. **Ibidem**. p. 253.

Tabela 6 – Madraçais paquistaneses vinculados aos grupos deobandis JeM, HuJI e HuM¹

Nome da Escola Corânica	Localização		Número de Estudantes	Grupo ²
	Cidade	Província		
Jamiaul Ulumul Islamia ³	Binori Town	Sind	3000	JeM
Jamia Farooqia	Karachi	Sind	2600	JeM
Jamiatul Rasheed Ehsanabad	Karachi	Sind	1500	JeM
Jamia Ashrafal Madaris	Karachi	Sind	1500	JeM
Jamia Ehsanul Ulum	Karachi	Sind	1200	JeM
Jamia Hamadia	Karachi	Sind	1000	JeM
Jamia Yusufia Binoria	Karachi	Sind	800	JeM
Jaish-e-Mohamed ⁴	Shikarpur	Sind	Não Informado – N.I	JeM
Jamia Medina	Lahore	Punjab	4000	JeM
Jamia Khairul Madaris	Multan	Punjab	2000	JeM
Jamia Hanafia Ta'alemul Islam	Jehlum	Punjab	400	JeM
Darul Huda	Bhakkar	Punjab	250	JeM
Jamia Islamia Babul Ulum	Kehror Pakka	Punjab	N.I.	JeM
Jamia Rahimia Tarteelul Quran	Rahimyar Khan	Punjab	N.I.	JeM
Jamia Usmania	Shorkot	PFN ⁵	N.I.	JeM
Syed Ahmed Shadeed	Balakot	PFN	7000	JeM
Darul Ulum Islamia	Lukki Marwat	PFN	1200	JeM
Bonistan Madari	Panjgor	Baluchistan	N.I.	JeM
Darul Ulum Akhorwal	Darra Adam Khel	ATAF ⁶	N.I.	JeM
Jamiatul Ulum Al Islamia Al Faridia	Islamabad	Território da Capital	350	HuJI
Idara Ulum-e-Islami	Islamabad	Território da Capital	200	HuJI
Khalid Bin Walid	Karachi	Sind	500	HuJI
Jamia Ehteshamia	Karachi	Sind	500	HuJI
Durul Ulum Rehmania	Karachi	Sind	500	HuJI
Jamia Mohzinul Ulum	Khampur	Punjab	500	HuJI
Jamia Islamia	Dera Ghazi Khan	Punjab	500	HuJI
Jamia Ashrafia	Multan	Punjab	500	HuJI
Jamia Farooqia	Multan	Punjab	180	HuJI
Jamia Furqania	Faisalabad	Punjab	N.I.	HuJI
Darul Ulum Azakhel	Naushehra	Punjab	N.I.	HuJI
Jamia Anwarul Quran	Karachi	Sind	N.I.	HuM

Khalidia	Sahiwal	Punjab	N.I.	HuM
Jamia Nomania Satia	Dera Ismail Khan	PFN	1000	HuM
Darul Ulum Nomania	Charsadda	PFN	200	HuM
<i>Madraçais mistos (que tem vínculos com mais de um grupo)</i>				
Jamia Darul Ulum Al Islamia	Lahore	Punjab	905	JeM HuJI HuM
Jamia Islamia	Rawalpindi	Punjab	200	JeM HuM
Darul Ulum Haqqania	Nowshera	PFN	3500	HuJI HuM
Abu Huraira	Nowshera	PFN	300	JeM HuJI
Darul Ulum Islamia	Muzzafarabad	Caxemira Livre	N.I.	JeM HuJI HuM

¹ Dados do ano de 2001.

² Grupo terrorista com o qual se vincula ou fornece militantes.

³ Este é o principal madraçal dos grupos deobandis, em especial o JeM.

⁴ Criado pelo JeM em uma de suas sedes

⁵ PFN – Província da Fronteira Noroeste.

⁶ ATAF - Áreas Tribais Administradas pela Federação.

Fonte: RANA, Amir. **Op.cit.**, pp. 513-531.

3.5.4 Instituições de Apoio Financeiro e Bem Estar e os grupos jihadistas

No Paquistão existem algumas organizações de caridade comprometidas com o auxílio financeiro e material à população pobre que estão ligados aos grupos religiosos jihadistas atuantes na Caxemira. Via de regra, as principais atividades destas instituições, além do financiamento direto das organizações terroristas, são²⁷²:

A – Construção de madraçais e mesquitas, bem como de orfanatos para crianças muçulmanas;

B – Auxílio contra inundações e financiamento da construção de poços nas regiões desérticas do Thar (que atingem parte do território do Punjab e do Sind);

C – Obtenção de ambulâncias e carros funerários;

D – Publicação e distribuição de livros religiosos em várias línguas;

E – Provimento de auxílio às famílias dos mártires das frentes caxemir e afegã; e

²⁷² MIR, Amir. **Op. cit.**, pp. 271-277; RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, pp. 497-505.

F – Destinar fundos para criar as condições do retorno para paquistaneses “abandonados” em Bangladesh.

A tabela 7 abaixo indica a relação entre as principais organizações filantrópicas e a relação que mantém com cada grupo atuante na Caxemira. Como reação do governo paquistanês à pressão estadunidense para interromper atividades terroristas em seu território, algumas dessas instituições foram banidas ao longo de 2002, mas de acordo com os autores consultados, M. Amir Rana e Amir Mir, elas ainda funcionam na ilegalidade.

Tabela 7 - Organizações Filantrópicas e o suporte aos grupos terroristas na Caxemira

Organização	Sede	Grupo(s) a que está ligada
Fundo Internacional Al Akhtar	Karachi – Sind	Harkat-ul-Jihad-al-Islami Harkat-ul-Mujahidin
Fundo Internacional Al Rasheed	Karachi – Sind	Jaish-e-Mohammed
Fundação Shuhada-e-Islam	Islamabad	Hizb-ul-Mujahidin ¹
Fundo Paquistanês Al Khidmat	Lahore - Punjab	Hizb-ul-Mujahidin
Fundo Rabta	Islamabad	Lashkar-e-Taiba

¹ Neste caso, diferente de Amir Rana, o jornalista Amir Mir afirma que esta organização está vinculada aos grupos deobandis e não ao Jamaat-i-Islami / Hizb-ul-Mujahidin.

Fontes: MIR, Amir. **Op. cit.**, pp. 271-277; RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, pp. 497-505.

3.5.5 – *Treinamento de militantes jihadistas para a frente caxemir*

O treinamento para militantes da jihad na Caxemira obedece a certos padrões comuns entre os grupos extremistas. Interessa neste subitem descrever de que forma se configura esse treinamento. Seria interessante também descrever as condições dos campos de treinamento e suas respectivas localizações. Contudo, há muitas dificuldades em encontrar informações sobre estes estabelecimentos e mesmo os pesquisadores paquistaneses consultados têm apenas suspeição a respeito de seus endereços. Estas esparsas referências²⁷³ indicam que a maioria deles está situada em zonas rurais da província autônoma da Caxemira Livre e

²⁷³ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004, p. 32.; MIR, Amir. **Op. cit.**; RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**

regiões fronteiriças do Punjab e da Província da Fronteira Noroeste. Ademais, estes campos têm estrutura reduzida e duração efêmera, uma vez que podem ser alvos fáceis de ataques à distância.

A primeira etapa do treinamento se chama “Tasis”, dura cerca de um mês (para o LeT esta fase dura exatamente 21 dias) e é neste estágio que ocorre um primeiro intento de lavagem cerebral e a preparação para a jihad. A segunda etapa é o “Ra’ad” (Trovão ou Estrondo) onde a doutrinação é acompanhada de algumas lições de guerrilha. As condições para essa fase é que o candidato tenha habilitação física, não seja casado, não sofra de nenhuma doença crônica e seja capaz de ler e escrever. Esta etapa pode durar até três meses.

No terceiro estágio, de seis meses, o treinamento é exclusivo para a guerra de guerrilha. Depois de finalizado este passo, se tem um mujahidin formado. A fase seguinte, a quarta, chamada de *Jandla*, é uma das mais difíceis porque, além de durar nove meses, envolve o manejo de explosivos e armas pesadas. Via de regra, a maioria dos mujahidins atinge apenas o terceiro estágio, a partir de então são oferecidos “cursos de especialização” para atividades específicas, como operação de armas de mão (curso *Doshka*, de até 10 dias), armas apoiadas nos ombros, como os lança-foguetes (curso *Domela*, um mês) e a operação de canhões e tanques (*Zakazak*). A formação nestas habilidades, contudo, é restrita às lideranças dos grupos terroristas. Por seu turno, um mujahidin regular ou um fedayin tem treinamento restrito a cerca de 9 ou 10 meses²⁷⁴.

3.5.6 Sobre a estranha ausência do fator étnico na instituição de sublealdades

Ao contrário do observado no caso das conexões identitárias transnacionais dos grupos terroristas, que utilizam de sua origem comum - punjab e pashtun -, para angariar militantes do outro lado da fronteira, no caso das sublealdades este recurso. Em linhas gerais, as fontes secundárias consultadas se limitam a afirmar que a base étnica de algumas organizações jihadistas é de punjabes e pashtuns, contudo não revela como esses grupos organizam o recrutamento destes guerreiros. Um exemplo é o artigo de C. Christine Fair, “Militant Recruitment in Pakistan...”, onde

²⁷⁴ RANA, Muhammad Amir. **Op. cit.**, pp. 115-116.

é afirmado que a maior parte dos recrutados pelos grupos atuantes na Caxemira são de origem étnica, mas não especifica de quais etnias e como se realizou o processo, mas afirma que o meio principal para o recrutamento são as escolas corânicas. O mais interessante é que a autora indicada entrevistou membros do governo e exército paquistanês, jornalistas nacionais e integrantes de partidos religiosos e militantes jihadistas²⁷⁵.

Outro exemplo específico, apontado e referenciado na página 183, afirma que o grupo deoband JeM tem forte presença no Punjab e é auxiliado com recrutas punjabes. No entanto, os autores responsáveis por essa informação²⁷⁶ não apontam como ocorrem esses recrutamentos, ou seja, por quais vias as organizações terroristas chegam aos indivíduos através de ligações étnicas.

Acredito que a dificuldade em rastrear o fator étnico na criação de sublealdades com as redes terroristas é causa de seu caráter local, articulado à falta de especificação da bibliografia consultada. Em outras palavras, como se trata de fenômeno restrito à realidade local paquistanesa, seria necessário realizar entrevistas de campo para averiguar de que formas esses recrutas (que se crê participantes de ordens clônicas) chegaram aos grupos extremistas islâmicos em questão. Por outro lado, como os objetos de pesquisa dos autores consultados enfatizavam o caráter religioso do recrutamento não podemos utilizá-los a contento.

É difícil acreditar na ausência das identidades étnicas nos grupos terroristas jihadistas. Como apontado no capítulo primeiro desta dissertação, este tipo de identidade tem muita força política no cenário nacional paquistanês. Com base em laços de pertencimento pashtuns, balúchis, mohajires e punjabes é que ocorrem grande parte dos conflitos sectários e também os movimentos centrífugas de desestabilização do Estado nacional. Por infortúnio, esta se conforma em uma das limitações deste trabalho de pesquisa.

²⁷⁵ FAIR, C. Christine. Militant Recruitment in Pakistan: Implications for Al Qaeda and Other Organizations. **Studies in Conflict & Terrorism**, n.º 27, pp. 489–504, 2004, p. 491.

²⁷⁶ ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Op. cit.**, PP. 22-32.

Considerações Finais

Com esta pesquisa procurei demonstrar que a disputa pela Caxemira, um dos conflitos mais antigos ainda vigentes, é caracterizada por complexidades que extrapolam o âmbito das soberanias estatais. Tanto quanto outros fenômenos sociológicos do mundo globalizado contemporâneo, o combate por esta região evoluiu e assimilou novas formas de luta nas quais interagem atores oriundos de diversos níveis sociais, como são os grupos privados jihadistas terroristas islâmicos, utilizados como instrumento de ataque pelas autoridades estatais institucionais paquistanesas, principalmente as militares, através do expediente da guerra por procuração. Estas últimas afirmações, a respeito da existência de uma parceria entre Estado-Exército-ISID e as organizações terroristas, foi minha hipótese principal e o fio condutor da pesquisa ora apresentada.

O início desta jornada acadêmica não se iniciou, por óbvio, tendo esta ligação entre setores públicos e o privados em destaque, mas sim os aspectos do conflito em geral. O que levou a esse recorte foi justamente seu papel determinante nos dias atuais. A presença de grupos armados terroristas, formalmente desvinculados de qualquer Estado nacional, mas, de fato, ligados ao Paquistão, fez com que, por um lado, se criasse um clima geral de insegurança, condicionado pela surpresa e intensidade dos atentados, como o cometido na aldeia de Chitisinghpura, em 2002, ou os mais recentes, de novembro de 2008, em Mumbai; e por outro, se conclui pela impossibilidade de pacificação, mantidas as atuais condições, uma vez que não há possibilidade de negociação com organizações radicais convictas de estarem realizando os desejos de Alá, libertando a Caxemira de infiéis, apóstatas e usurpadores do Islã, como são considerados todos aqueles que discordam da acessão da Caxemira ao Paquistão e, por conseqüência, à comunidade e territórios tradicionais islâmicos, *Ummah* e *Dal ul-Islam*, respectivamente.

A disposição para pesquisar instituições tradicionais, como Exército e ISID, e organizações extremistas irregulares que, via de regra, não se mostram tão disponíveis para a pesquisa, partiu do interesse de entender como se opera o terrorismo hoje tão evidente na Caxemira. A análise dos três casos indicados, as principais organizações terroristas em atividade na Caxemira atualmente, demonstrou as ligações pressupostas como hipótese inicial. As micro-redes JI/HM,

Let/MDI-JuD e Deoband/JeM-HuJI-HuM (aqui mantidas suas nomenclaturas originais) não são meros grupelhos ocultos em alguma remota região do Paquistão, mas possuem sedes e filiais espalhadas pelas principais cidades do país, contam com madraçais a elas vinculadas e mantém representantes políticos na máquina estatal, como o ISID E setores do poder legislativo.

É pouco provável, por exemplo, que os governantes e autoridades nacionais e provinciais, seculares ou religiosas, desconheçam a indiscreta sede da organização terrorista LeT-MDI-JuD, situada dentro do perímetro urbano de Muridke, cidade do Punjab paquistanês (Ilustração 13, página 175). E, vale lembrar, para que não se cometa algum exagero, esta organização, bem como seu líder Hafez Saeed, são legalmente considerados terroristas pelo governo de Islamabad, desde 2002. Por outro lado, é bem mais plausível considerar toda essa liberdade concedida às organizações terroristas no Paquistão como uma compensação pela atuação de seus militantes na Caxemira, pela sua legitimação e auxílio ao governo, via discursos ideológico-religiosos pró-governamentais, e pelos serviços sociais e filantrópicos oferecidos à população.

Ademais, hipóteses adicionais, auxiliares, foram surgindo quando percebi a importância dos laços de identidade e fidelidade sub e transnacionais a que tais organizações islamistas estavam submetidas. Como a constatação das ligações internacionais entre as organizações de rito sunita vaabita e deoband, ou do aproveitamento de laços étnicos punjabes e pashtuns transfronteiriços, ou, em sentido inverso, interno, da legitimação perante a população paquistanesa em troca do oferecimento de serviços públicos básicos, negligenciados pelos sucessivos governos paquistaneses corruptos, pouco democráticos e/ou autocráticos. Em linhas gerais, o capítulo primeiro, que procura demonstrar a fragilidade institucional e política do país complementa a argumentação sobre a “pulverização de fidelidades” dos itens 3.4 e 3.5 da última seção, e de certa forma, aponta para a discussão assinalada no capítulo 2 e item 3.3 acerca da parceria entre setores militares (públicos) e organizações radicais (privadas), que simplificaram e subverteram o conceito islâmico de jihad para torná-lo instrumental aos seus propósitos.

Contudo, apesar das contribuições que creio ter até aqui apresentado, ainda há muito por fazer a respeito da história do conflito pela Caxemira. A análise dos grupos terroristas islâmicos e de sua relação com setores do Estado paquistanês é

apenas uma faceta deste complicado problema e muitos outros pertinentes assuntos ficaram de fora. Pouco foi tratado acerca da caxemira chinesa. Menos ainda sobre o problema das armas nucleares e os grupos extremistas no Paquistão. A postura da Índia e de seus atores internos quanto à Caxemira. As negociações mantidas entre Paquistão e Índia sobre outros temas, como aqueles debatidos no âmbito da Associação de Cooperação Regional do Sul da Ásia, o SAARC. Enfim, falhas como estas que, embora de certa maneira esperadas, em função do objeto de pesquisa escolhido, poderão ser corrigidas em futuros trabalhos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

BHUTTO, Zulfikar Ali. **The Myth of Independence**. Londres: Oxford University Press, 1969.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-VI-33-38.htm>>, acesso em 18 de outubro de 2009.

CENTRE FOR RESEARCH ON GLOBALISATION. The Cia's Intervention in Afghanistan, interview with Zbigniew Brzezinski. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/articles/BRZ110A.html>>, acesso em 8 de janeiro de 2010.

INTERPOL - United Nations Security Council Special Notice. Mahmoud Mohammad Ahmed Bahaziq. Disponível em: <http://www.interpol.int/public/Data/NoticesUN/Notices/Data/2008/42/2008_41242.asp>, acesso em 10 de maio de 2010.

MANUAL ELECTRÓNICO DE LA LUCHA CONTRA EL TERRORISMO. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/terrorism/cthandbook/index.shtml>>. Acesso em 27 de maio de 2008.

REDIFF. Entrevista com ex-diretor do ISID, Hamid Gul. 12 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.rediff.com/news/2004/feb/13inter.htm>>, acesso em 27 de fevereiro de 2010. Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2004.

SHEIKH-INDIRA ACCORD, 1975. Disponível em: <<http://jammukashmir.nic.in/profile/cntit8.htm>>, acesso em 03 de janeiro de 2010.

THE [PUNJAB] QAUMI RAZAKARS ORDINANCE, 1965. (West Pakistan Ordinance XXVIII of 1965). Disponível em: <http://punjablaws.gov.pk/laws/192.html#_ftnref2>, acesso em 29 de dezembro de 2009.

THE FRIDAY TIMES. The Power of the Ahle-Hadith. Khaled Ahmed. 12 de julho de 2002, Disponível em: <<http://www.indianet.nl/indpak87.html>>, acesso em 20 de abril de 2010.

THE NATION ON WEB. Zardari seeks civilian control of ISI. 21 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.nation.com.pk/pakistan-news-newspaper-daily-english-online/Politics/01-Jan-2010/Zardari-seeks-civilian-control-of-ISI>>, acesso em 21 de abril de 2010.

THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE. Pakistan: "The Taliban's Godfather"? Documents Detail Years of Pakistani Support for Taliban, Extremists. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB227/10.pdf>>, acesso em 30 de julho de 2009.

THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE. Volume VII: The Taliban File. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB227/18.pdf>>, acesso em 30 de julho de 2009

THE NEWS INTERNATIONAL. Hameed Gul admits he formed IJI. 30 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.thenews.com.pk/top_story_detail.asp?Id=24196>, acesso de 15 de janeiro de 2010.

THE TELEGRAPH. Pakistan president Asif Zardari bans jokes ridiculing him. 21 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/pakistan/5878525/Pakistan-president-Asif-Zardari-bans-jokes-ridiculing-him.html>>, acesso em 23 de janeiro de 2010.

THE TIMES OF INDIA. Lashkar trying to sneak into Rajasthan, Punjab. Vishwa Mohan, 27 de março de 2009. <http://timesofindia.indiatimes.com/Lashkar-trying-to-sneak-into-Rajasthan-Punjab/articleshow/4320357.cms>

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury Targets LET Leadership. Disponível em: <<http://www.treasury.gov/press/releases/hp996.htm>>, acesso em 10 de maio de 2010.

UN DOCUMENTS. 47. Resolução de 21 de abril de 1948 – Security Council.
Disponível em:
<<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/047/72/IMG/NR004772.pdf?OpenElement>>, acesso em 16 de outubro de 2009.

Livros e Capítulos de Coletâneas

ABBAS, Hassan. **Pakistan's Drift into Extremism. Allah, the Army, and America's War on Terror.** Armonk, N.Y.: Londres: M. E. Sharpe, 2005.

AHMED, Samina. Reviving state legitimacy in Pakistan. In: CHESTERMAN, Simon (Ed). **Making States Work: State Failure and the Crisis of Governance.** Tóquio: United Nations University Press, 2005.

ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARIF, Khalid Mahmud. The Role of the Military in Politics: Pakistan 1947-97. In: MALIK, Hafez. (Ed.) **Pakistan. Founders' Aspirations and Today's Realities.** Karachi: Oxford University Press: 2001. pp. 82-125

BADIE, Bertrand. & SMOUTS, Marie-Claude. **O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional.** Lisboa: Instituto Piaget, c1995

BADIE, Bertrand. **O Fim dos Territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito.** Lisboa: Instituto Piaget, c1996.

_____. **The Imported State: The Westernization of the Political Order.** Stanford: Stanford University Press, 2000.

BAHADUR, Kalim. **Democracy in Pakistan: crises and conflicts.** Nova Delhi: Har-Anand Publications, 1998.

BARTH, Fredrik. A identidade pathan e sua manutenção. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

- BAXTER, Craig. Political Development in Pakistan. In: MALIK, Hafez. (Ed.) **Pakistan. Founders' Aspirations and Today's Realities**. Karachi: Oxford University Press, 2001. pp. 126-148.
- BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica e Relações Internacionais na Virada do Século XXI. Uma história do tempo presente**. Maringá: Eduem, 2006.
- BLOM, Amélie; BUCAILLE, Laetitia; MARTINEZ, Luis. (ed.) **The Enigma of Islamist Violence**. Londres: Hurst & Company Publishers, 2007.
- BOLITHO, Hector. **Jinnah. Creator of Pakistan**. Londres: John Murray Publisher, 1954.
- BOSE, Sumantra. **Kashmir. Roots of conflict, paths to peace**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- BURKE, Jason. **Al-Qaeda. A verdadeira história do radicalismo islâmico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- CHEEMA, Pervaiz Iqbal. **The Armed Forces of Pakistan**. Crows Nest-Australia: Allen and Unwin Book Publishers, 2002.
- COHEN, Stephen Philip. **The Idea of Pakistan**. Washington: Brookings Institution Press, 2004.
- COLL, Steve. **Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and Bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001**. Nova Iorque: Penguin Press, 2004.
- COOLEY, John K. **Unholy Wars: Afghanistan, America and International Terrorism**. Londres: Pluto Press, 2000.
- COOPER, Barry. **New political religions or An analysis of modern terrorism**. Columbia: University of Missouri Press, 2004.
- CORNELL, Svante E. Pakistan's Foreign Policy: Islamic or Pragmatic? In: SHAFFER, Brenda. (ed.) **The Limits of Culture. Islam and Foreign Policy**. Cambridge; Londres: MIT Press, 2006.
- DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. (2ª Edição) São Paulo: Editora Contexto, 2008.

- ESPOSITO, John L. **Unholy War: Terror in the Name of Islam**. Oxford: Oxford University Press Incorporated, 2003.
- EVANS, Alexander. Warlordism and political violence in Jammu and Kashmir, 1988 – 97: Gun Rule? In: RICH, Paul B. (ed.) **Warlords in International Relations**. Nova Iorque: Palgrave Publishers, 1999.
- FENG, Cheng & WORTZEL, Larry M. PLA Operational Principles and Limited War: The Sino-Indian War of 1962. In: RYAN, Mark A. et. al. (Ed). **Chinese Warfighting: The PLA Experience since 1949**. Nova Iorque: M.E. Sharpe, 2003.
- GAJENDRAGADKAR, P. B. **Kashmir – Restrospect and Prospect**. Bombaim: Bombay University Press, 1967.
- GANGULY, Sumit. **Conflict Unending. India-Pakistan Tensions since 1947**. Washington: Columbia University Press, 2001
- GUELLOUZ, Azzedine. O Islão. In: DELUMEAU, Jean (dir.) **As Grandes Religiões do Mundo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- HAQQANI, Husain. **Pakistan: Between Mosque And Military**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2005.
- HAQQANI, Husain. Pakistan's Terrorism Dilemma. In: LIMAYE, Satu P.; MALIK, Mohan; & WIRSING, Robert G. **Religious Radicalism and Security in South Asia**. Honolulu: Asia-Pacific Center for Security Studies, 2004
- HARRISON, Selig. Ethnicity and the Political Stalemate in Pakistan. In: BANUAZIZI, Ali. & WEINER, Myron. **The State, Religion, and Ethnic Politics: Afghanistan, Iran, and Pakistan**. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1986.
- HOBBSAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007
- HUSSAIN, Zahid. **Frontline Pakistan: The Struggle with Militant Islam**. Nova York: Columbia University Press, 2007.
- JAFFRELOT, Christophe (dir.). **Le Pakistan, carrefour de tensions régionales**. Bruxelas: Editions Complexe, 2002.

JAFFRELOT, Christophe (ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi: Manohar Publishers & Distributors, 2002.

_____. Introduction. Nationalism without a Nation. Pakistan Searching for its Identity. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi: Manohar Publishers & Distributors, 2002

JALAL, Ayesha. **Combatentes de Alá: a *jihad* no sul da Ásia.** São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

JALAL, Hamir & HASAN, Khalid. **Politics of the people, 1948-1966. Reshaping Foreign Policy. A collection of articles, statements and speeches by Zulfikar Ali Bhutto.** Rawalpindi: Pakistan Publications, [1972?].

JONES, Owen Bennett. **Pakistan. Eye of the Storm.** New Haven/Londres: Yale University Press, 2003.

KAPANI, Lakshimi. O Sikhismo. In: DELUMEAU, Jean (dir.) **As Grandes Religiões do Mundo.** Lisboa: Editorial Presença, 1997. pp. 418-428.

KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do islamismo.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003

KHOSROKHAVAR, Farhad. **Inside jihadism: understanding jihadi movements worldwide.** Londres: Paradigm Publishers, 2009.

KUX, Dennis. A Ride on the Roller Coaster: US-Pakistan relations 1947-1997. In: MALIK, Hafez. (Ed.) **Pakistan. Founders' Aspirations and Today's Realities.** Karachi: Oxford University Press, 2001.

LAMB, Alastair. **Birth of a Tragedy. Kashmir 1947.** Karachi: Oxford University Press, 1994.

LEWIS, Bernard. **La Crisis del Islam. Guerra Santa y Terrorismo.** Buenos Aires: Ediciones B, 2004.

LUTZ, James M. & LUTZ, Brenda J. **Terrorism: origins and evolution.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.

MALIK, Jamal. **Colonialization of Islam: Dissolution of Traditional Institutions in Pakistan.** Nova Delhi: Manohar Publishers and Distributors, 1998.

MALIK, S. K. **The Quranic Concept of War**. Nova Delhi: Adam Publishers and Distributors, 1992.

MANKEKAR, Dinker Rao. **Pakistan Cut to Size**. Nova Delhi: Indian Book Company, 1972.

MARGOLIS, Eric S. **War at the Top of the World. The Struggle for Afghanistan, Kashmir and Tibet**. Nova Iorque: Routledge Books, 2001

MARSDEN, Peter. **Os Talibã. Guerra e Religião no Afeganistão**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

MIR, Amir. **The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror**. Nova Delhi: Roli Books, 2006.

NASR, Seyyed Vali Reza. Islam, the State and the Rise of Sectarian Militancy in Pakistan. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi: Manohar Publishers & Distributors, 2002. pp.85-114

_____. **International Relations of an Islamist Movement: The case of the Jama'at-i-Islami of Pakistan**, Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 2000

NASSER, Reginaldo Mattar. (org.) **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NAWAS, Shuja. **Crossed Swords. Pakistan, its Army, and the Wars Within**. Karachi: Oxford University Press, 2008.

PARRY, Albert. **Terrorism: From Robespierre to Arafat**. Nova Iorque: Vanguard Press, 1976.

RANA, Muhammad Amir. **A to Z Of Jehadi Organizations In Pakistan**. Lahore: Mashal Books, 2004.

RAPOPORT, David C. The Four Waves of Modern Terrorism. In: CRONI, Audrey Kurth & LUDS, James M. **Attacking Terrorism: elements of a grand strategy**. Washington: Georgetown University Press, 2004.

RASHID, Ahmed. **Jihad – A ascensão do islamismo militante na Ásia central**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

RASHID, Ahmed. **The world's most unstable region and the threat to global security.** Londres: Penguin Books, 2008.

ROY, Olivier. **Globalized Islam. The Search for a New Ummah.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2004.

SAIKAL, Amin. **Modern Afghanistan: A History of Struggle and Survival.** Londres: I. B. Tauris & Company Limited, 2004.

SAMAD, Yunas. In and Out of Power but not Down and Out: Mohajir Identity Politics. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi: Manohar Publishers & Distributors, 2002.

SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in the Crossfire.** Londres: I.B. Tauris Publishers, 1996.

SHAFQAT, Saeed. From Official Islam to Islamism: The Rise of Dawat-ul-irshad and Lashkar-e-Taiba. In: JAFFRELOT, Christophe. **Pakistan. Nationalism Without a Nation.** Nova Delhi: Manohar Publishers, 2002.

SHARMA, B. L. **The Kashmir Story.** Bombay: Ásia Publishing House, 1967.

SILKE, Andrew (ed.). **Research on Terrorism: Trends, Achievements and Failures.** Londres: Frank Cass, 2004.

SMOUTS, Marie-Claude. (org.) **As Novas Relações Internacionais. Práticas e teorias.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

STEPANOVA, Ekaterina. **Terrorism in Asymmetrical Conflict. Ideological and Structural Aspects.** SIPRI, Research Report n.º 23. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

STERN, Jéssica. **Terror em nome de Deus: por que os militantes religiosos matam.** São Paulo: Editora Bacarola, 2004.

SWAMI, Praveen. **India, Pakistan and the Secret Jihad. The covert war in Kashmir, 1947 – 2004.** Londres/Nova Iorque: Routledge, 2007.

SYED, Anwar H. The Sunni-Shia Conflict in Pakistan. In: MALIK, Hafez. (Ed.) **Pakistan. Founders' Aspirations and Today's Realities.** Karachi: Oxford University Press, 2001, pp. 244-245

TALBOT, Ian. **Pakistan. A Modern History**. Nova Delhi: Foudation Books, 2009.

_____. The Punjabization of Pakistan: Myth or Reality. In: JAFFRELOT, Christophe (Ed). **Pakistan. Nationalism without a Nation?** Nova Delhi: Manohar Publishers & Distributors, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **O Retorno do Actor. Ensaio sobre Sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, c1984.

_____. **Poderemos Viver Juntos?: iguais e diferentes**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

WEAVER, Mary Anne. **Pakistan in the Shadow of Jihad and Afghanistan**. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux Books, 2003.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

_____. **The Making of Terrorism**. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1993.

WIRSING, Robert G. **India, Pakistan, and the Kashmir dispute: on regional conflict and its resolution**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998.

ZAHAB, Mariam Abou & ROY, Olivier. **Islamist Networks. The Afghan-Pakistan Connection**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2004.

Artigos

AHSAN, Abdullah. Pakistan since Independence: An Historical Analysis. **The Muslim World**. Vol. 93, pp. 351-371, jul-out./2003..

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O que se espera de uma dissertação de mestrado? (como completar e sobreviver a esse exercício acadêmico)**. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1606DissertacaoMestrado.pdf>>, acesso em 25 de abril de 2010.

ARANTES JÚNIOR, Abelardo. O Paquistão e as estratégias ocidentais para a Ásia Meridional. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 46, no.1, p.182-2007.

- BARAN, Zeyno. Radical Islamists in Central Asia. **Current Trends in Islamist Ideology**. Vol. 2, pp. 41-58. 2005,
- BHAUMIK, Subir. Ethnicity, ideology and religion: separatist movements in India's northeast. **Asia-Pacific Center for Security Studies. Edited Volumes**. Disponível em: <<http://www.apcss.org/Publications/Edited%20Volumes/ReligiousRadicalism/PagesfromReligiousRadicalismandSecurityinSouthAsiach10.pdf>>, acesso em 08 de agosto de 2009.
- BOSE, Sumantra. Kashmir at the Crossroads. Problems and Possibilities. **Security Dialogue**, v. 32, n° 1, pp. 41-64, 2001.
- CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. In: **Inteligência. Dossiê Temático**. n.º 6, 2009 – NERINT - UFRGS.
- CHALK, Peter. The Re-Orientation of Kashmiri Extremism: A Threat to Regional and International Security. **Terrorism Monitor**. Vol. 3, n.º 22, Nov./2005.
- COHEN, Stephen Philip. The Jihadist Threat to Pakistan. *The Washington Quarterly*. Vol. 26, n.º 3, pp. 7-25, Verão/2003.
- DELVOIE, Louis. The Islamization of Pakistan's Foreign Policy. **International Journal**. Vol. 31, n.º 1, pp. 126-147, inverno/1995-1996.
- DUYVESTYEN, Isabelle. How New Is the New Terrorism? **Studies in Conflict and Terrorism**, vol. 27, n° 5, 2004.
- EVANS, Alexander. Kashmir: A Tale of Two Valleys. **Asian Affairs**. Vol. 36, n.º 1, pp. 35-47, mar/2005.
- _____. Understanding Madrasahs: How Threatening Are They? **Foreign Affairs**. Vol. 85, n.º 1, pp. 9-16, 2006.
- FAIR, C. Christine. Militant Recruitment in Pakistan: Implications for Al Qaeda and Other Organizations. **Studies in Conflict & Terrorism**, n.º 27, pp. 489–504, 2004
- GANGULY, Rajat. India, Pakistan and the Kashmir Dispute. **Asian Studies Institute & Centre for Strategic Studies**. Victoria University of Wellington. Disponível em: <<http://www.victoria.ac.nz/asianstudies/publications/index.aspx>>, Acesso em: 05 de outubro de 2008

HAQQANI, Husain. Afghanistan's Islamist Groups. **Current Trends in Islamist Ideology**. Vol. 5, pp. 70-82, 2007.

_____. The Ideologies of South Asian Jihadi Groups. **Current Trends in Islamist Ideology**. Vol. 1, pp.12-26, Março/2006.

HURST, Christopher O. Pakistan's Ethnic Divide. **Studies in Conflict & Terrorism**. Vol. 19, pp. 179-198, 1996.

INDURTHY, Rathnam. The Turns and Shifts in the U.S. Role in the Kashmir Conflict since 1947: Today's Propitious Times for a Facilitator to Resolve It. **Asian Affairs**. Vol. 32, n.º 1, pp. 31-56, set/2005.

KENNEDY, Charles H. Islamization and Legal Reform in Pakistan, 1979-1989. **Pacific Affairs**. Vol. 63, nº 1, pp. 62-77, 1990.

KHAN, Ali. The Kashmir Dispute: A Plan for Regional Cooperation. **Columbia Journal of Transnational Law**. Vol. 31, pp. 495-550, 1994.

KHAN, Mukhtar A. India's Sikh Militants Forming Ties with Lashkar-e-Taiba and Pakistani Intelligence. **Terrorism Monitor**. Volume VII, Issue 1, January 9, 2009, pp. 1-4.

KUNDI, Mansoor Akbar. US Pakistan's Relations under Khan 1958-69: Impact on South Ásia. **South Asian Studies**. Vol. 24, n. º 2, pp. 192-203, Jul/Dez. 2009.

MAHAPATRA, Debidatta Aurobinda. Russia's Policy Towards the Kashmir Issue in the Changing World Order. **International Studies**. Vol. 1, n.º 41; pp. 129-143, 2004.

METCALF, Barbara. "Traditionalist" Islamic Activism: Deoband, Tablighis, and Talibs. **Social Science Research Council - SSRC**. Disponível em: <http://www.ssrc.org/sept11/essays/metcalf_text_only.htm>, Acesso em 20 de abril de 2009.

MOHAN, Anand. The Historical Roots of the Kashmir Conflict. **Studies in Conflict and Terrorism**. Vol. 15, pp. 283-308. 1992.

MOMANI, Bessma. The IMF, the U.S. War on Terrorism, and Pakistan. **Asian Affairs**. Vol. 31, n.º 1, pp. 41-50, 2004.

PAKHTUNKHEL, Awamdost. Gulbuddin Hekmatyar: a magnet of discontent in Afghanistan? **Central Asia-Caucasus Institute**. Disponível em: <<http://www.cacianalyst.org/?q=node/301>>, acesso em 10 de julho de 2009.

PURI, Balraj. Kashmiriyat: The vitality of Kashmiri identity. **Contemporary South Ásia**. Vol. 4, n.º 1, março/1995. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=2&hid=8&sid=95c93b92-eba0-4b43-9e96824feb7e7b46%40sessionmgr10&bdata=JnNpdGU9ZWlhvc3QtbGl2ZQ%3d%3d#db=aph&AN=9508220875#db=aph&AN=9508220875>>, acesso em 10 de dezembro de 2009.

RAY, John. Kashmir 1962 to 1986: A Footnote to History. **Asian Affairs**. Vol. 33, n.º 21, pp. 194-205, 2002.

ROJO, Raul Enrique. **Algunas Reflexiones sobre los Movimientos Sociales**. Mimeo, 2008A.

_____. **Em Torno de los Antimovimientos Sociales**, mimeo, 2008B.

ROUL, Animesh. Lashkar-e-Taiba's Financial Networks Targets Índia from the Gulf States. **Terrorism Monitor**. Vol. 7, n.º 19, pp. 6-8, Jul/2009.

SAIKIA, Jaideep. The ISI Reaches East: Anatomy of a Conspiracy. **Studies in Conflict & Terrorism**. Vol. 25, pp.185–197, 2002.

SIKAND, Yohinder. The Emergence and Development of the Jama'at-i-Islami of Jammu and Kashmir (1940s–1990). **Modern Asian Studies**. Vol. 36, n.º 3, pp. 705–751, 2002.

TANWIR, Farooq. Religious Parties and Politics in Pakistan. **International Journal of Comparative Sociology**. Vol. 43, n. 3-5, pp. 250-268, 2002.

TILLY, Charles. Terror as Strategy and Relational Process. **International Journal of Comparative Sociology**. Vol. 46, n.º 1-2, pp. 11–32, 2005.

_____. Terror, Terrorism, Terrorists. **Sociological Theory**. Vol. 22, n.º 1, pp. 5-13, Mar/2004.

WIGHT, Colin. Theorising Terrorism: The State, Structure and History. **International Relations**. Vol. 23, n.º 1, pp. 99-106. 2009.

WINCHELL, Sean P. Pakistan's ISI: The Invisible Government. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, Vol. 16, n.º 3, pp 374–388, 2003.

Dicionários

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986

GALLINO, Luciano (dir.) **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Paulus, 2005.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva, 2001.

LEMPEREUR, Agnés & THINES, Georges. **Dicionário Geral das Ciências Humanas**. Lisboa: Edições 70, 1984.

Relatórios e Dossiês

AHMAR. Moonis. Kashmir and the Process of Conflict Resolution. **Pakistan Security Research Unit – PSRU**. Síntese n.º 16. Bradford, UK, 2007. Disponível em: <
<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/Brief16finalised.pdf>>, Acesso em 15 de março de 2010

FEILER, Gil. The Globalization of Terror Funding. **Mideast Security and Policy Studies**. n.º 74, set./2007.

GREGORY, Shaun. The ISI and the War on Terrorism. **Pakistan Security Research Unit – PSRU**. Síntese n.º 28. Bradford, UK, 2008. Disponível em: <
<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/Brief28finalised.pdf>
>, Acesso em 15 de março de 2010

HAKEEM, Asad et al, **SANDIA REPORT. DEMILITARIZATION OF THE SIACHEN CONFLICT ZONE: CONCEPTS FOR IMPLEMENTATION AND MONITORING**. Sandia National Laboratories, Albuquerque/Novo México, 2006, p. 13.

HOWENSTEIN, Nicholas. The Jihadi Terrain in Pakistan: An Introduction to the Sunni Jihadi Groups in Pakistan and Kashmir. **Pakistan Security Research Unit – PSRU**. Relatório n.º 1. Bradford, UK: 2008. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/resrep1.pdf>>, Acesso em 15 de abril de 2009.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 130. Pakistan: Karachi's Madrassas and Violent Extremism. Islamabad-Bruxelas, 2007.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 29. Pakistan: The Mullahs and the Military. Islamabad-Bruxelas, 2003.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 36. Pakistan: Madrasas, Extremism and the Military. Islamabad-Bruxelas, 2002.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP ASIA REPORT n.º 95. The State of Sectarianism in Pakistan. Islamabad-Bruxelas, 2005.

JOHN, Wilson. Lashkar-e-Tayyeba. **Pakistan Security Research Unit – PSRU, Brief number 12**. Síntese n.º 12. Bradford, UK: 2007. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/Brief12finalised1.pdf>>, Acesso em 15 de abril de 2009.

KHAN, Aarish Ullah. **The Terrorist Threat and the Policy Response in Pakistan**. Solna: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2005.

KUX, Dennis. Pakistan: Flawed not Failed State. **Headline Series. Foreign Policy Association**. n.º 32, 2001.

METCALF, Barbara. "Traditionalist" Islamic Activism: Deoband, Tablighis, and Talibs. **Social Science Research Council - SSRC**. Disponível em: <http://www.ssrc.org/sept11/essays/metcalf_text_only.htm>, Acesso em 20 de abril de 2009.

REPORT OF THE EC RAPID REACTION MECHANISM ASSESSMENT MISSION PAKISTAN – EDUCATION. European Commission Conflict Prevention and Crisis Management Unit. pp. 49 – 58. Disponível em: <<http://www.uvm.edu/~envprog/madrassah/eureport.pdf>>, acesso em 03 de abril de 2010.

THE FUND FOR PEACE. FAILED STATES INDEX. Disponível em: <<http://www.fundforpeace.org/web/index.php>>, acesso em 24 de janeiro de 2010.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. CORRUPTION PERCEPTIONS INDEX.

Disponível

em:

<http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009>, acesso em 20 de janeiro de 2010.

Sítios Eletrônicos**AMERICAN INSTITUTE OF PAKISTAN STUDIES (AIPS)**

<http://www.pakistanstudies-aips.org/>

ASIA-PACIFIC CENTER FOR SECURITY STUDIES

<http://www.apcss.org/>

CENTER FOR SIKH AND PUNJAB STUDIES - UNIVERSITY OF CALIFORNIA

<http://www.global.ucsb.edu/punjab/index.html>

CERI – CENTRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES INTERNATIONALES

<http://www.ceri-sciences-po.org/>

CRG - CENTRE FOR RESEARCH ON GLOBALISATION

<http://www.globalresearch.ca/>

GLOBAL SECURITY

<http://www.globalsecurity.org>

HOUSE OF COMMONS LIBRARY RESEARCH PAPERS

<http://www.parliament.uk/business/publications/research/research-papers/>

HUMAN SECURITY REPORT PROJECT – PAKISTAN CONFLICT MONITOR

<http://www.pakistanconflictmonitor.org/>

IDARA KHIDMAT-E-KHALAQ

<http://www.dawakhidmat.org/>

IISS - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES

<http://www.iiss.org/>

INSTITUTE OF PEACE AND CONFLICT STUDIES

<http://www.ipcs.org/>

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF RADICALISATION AND POLITICAL VIOLENCE (ICSR).

<http://icsr.info/>

IPRI - ISLAMABAD POLICY RESEARCH INSTITUTE

<http://ipripak.org/>

JAMMU KASHMIR LIBERATION FRONT

<http://liberationfront.org/cms/index.php>

JAMMU KASHMIR LIBERATION FRONT – JKLF

<http://www.jklfworld.org/>

JAMMU KASHMIR LIBERATION FRONT.

<http://www.jklf.info/>

LE MONDE DIPLOMATIQUE – CARTOGRAPHIE

<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/>

LIBRARY OF CONGRESS – EUA

<http://www.loc.gov/index.html>

NCSAS - NATIONAL CENTRE FOR SOUTH ASIAN STUDIES – AUSTRÁLIA

<http://www.arts.monash.edu.au/mai/ncsas/>

NUPI - NORWEGIAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS

<http://english.nupi.no/>

OPEN DEMOCRACY – FREE THINKING FOR THE WORLD

<http://www.opendemocracy.net/node/3546>

PAKISTAN ELECTIONS 2007-2008

<http://www.elections.com.pk/index.php>

PAKISTAN: COUNTRY PROFILE

<http://countrystudies.us/pakistan/>

PAKISTANIDEFENSE.COM Army-Air-Force-Navy

<http://www.pakistanidefence.com>

PRESIDENT. ISLAMIC REPUBLIC OF PAKISTAN.

<http://www.president.gov.pk/Pages/ThePresident.ksp>

**PROGRAM ON PEACE STUDIES AND CONFLICT RESOLUTION –
UNIVERSIDADE DE KARACHI**

<http://www.ribt.org/ppscr/>

SASNET - SWEDISH SOUTH ASIAN STUDIES NETWORK

<http://www.sasnet.lu.se/>

SIPRI - STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE

<http://www.sipri.org/>

SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL – SSRC

<http://www.ssrc.org/>

SOUTH ASIA ANALYSIS GROUP

<http://www.southasiaanalysis.org/>

SOUTH ASIA TERRORISM PORTAL.

<http://www.satp.org>

THE MIDDLE EAST MEDIA RESEARCH INSTITUTE

<http://www.memri.org/content/en/main.htm>

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME

http://web.archive.org/web/20070129121539/http://www.unodc.org/unodc/terrorism_definitions.html

APÊNDICE A

ÍNDICE DE CORRUPÇÃO NO PAQUISTÃO

Ano	Número de Países ¹	Posição do Paquistão
1995	41	39º
1996	54	53º
1997	52	48º
1998	85	71º
1999	99	87º
2000	90	não consta
2001	91	79º
2002	102	77º
2003	133	92º
2004	146	129º
2005	159	144º
2006	163	142º
2007	179	138º
2008	180	134º
2009	180	139º

¹ O aumento do número de países incorporados no levantamento se deve ao progressivo acesso aos dados daqueles Estados pela ONG.

Fonte: elaborado com base no Índice de Percepção da Corrupção, produzido pela ONG *Transparency International*. Disponível em: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009>, acesso em 10 de março de 2010.

APÊDICE B - Tabela 8

Classificação dos Grupos Terroristas atuantes na Caxemira indiana quanto ao seu radicalismo e violência política

Organizações Terroristas	Critério 1 – Conceção do tipo de Jihad Instrumental							SOMA
	Tipos de Ataques		Tipos de Alvos			Alcance dos Ataques		
	Ataques a Milicianos e Autoridades Indianas na Caxemira	Formação de Grupos para Ataques Suicidas	Forças de Segurança	Alvos civis inimigos	Regional (na Caxemira indiana)	Internacional		
LeT-MDI-JUD	X ¹	X	X	X	X	X	6X	
HM-JI	X	N ³	X	P ²	X	N	3X, 1P, 2N	
HuJI-Deob.	X	P	X	X	P	X	4X, 1P	
HuM-Deob.	X	P	X	X	X	X	4X, 1P	
JeM-Deob.	X	X	X	X	X	X	6X	
Critério 2 – Conservadorismo Religioso								
Organizações Terroristas	Isolacionismo em relação aos demais grupos		Sem margem de negociação admitida com o inimigo		Relativo fechamento de suas instituições em relação ao exterior		SOMA	SOMA TOTAL
LeT-MDI-JuD	X	X	X	X	X	X	3X	9X
HM-JI	N	N	P	P	N	N	1P, 2N	3X, 2P, 4N
HuJI-Deob.	P	P	P	P	P	P	3P	4X, 4P
HuM-Deob.	P	P	P	P	P	P	3P	4X, 4P
JeM-Deob.	P	P	X	X	P	P	1X, 2P	7X, 2P

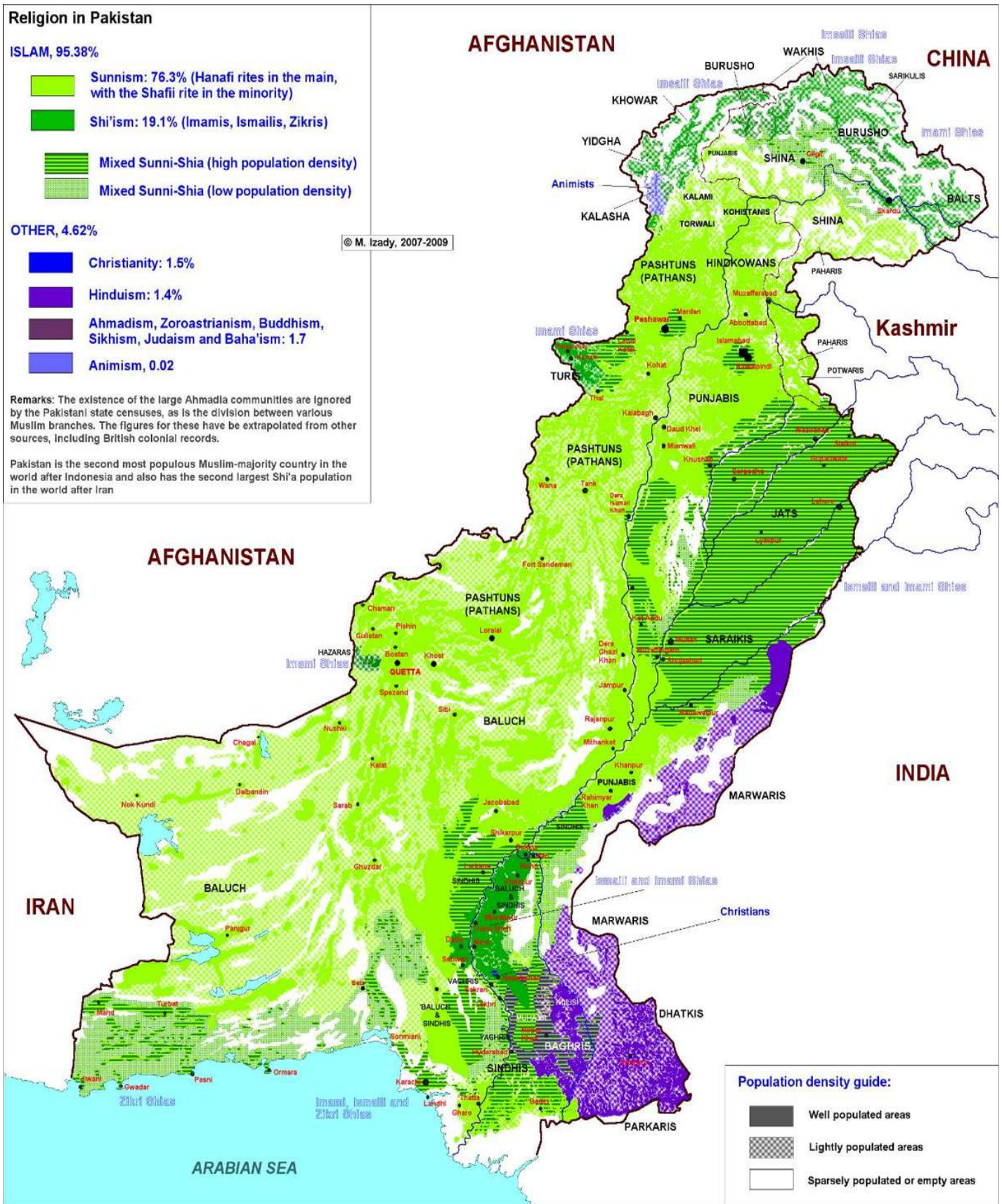
¹ A marcação "X" representa total comprometimento do grupo em relação à variável indicada.

² A marcação "P" representa parcial comprometimento do grupo em relação à variável indicada.

³ A marcação "N" representa nenhum comprometimento do grupo em relação à variável indicada.

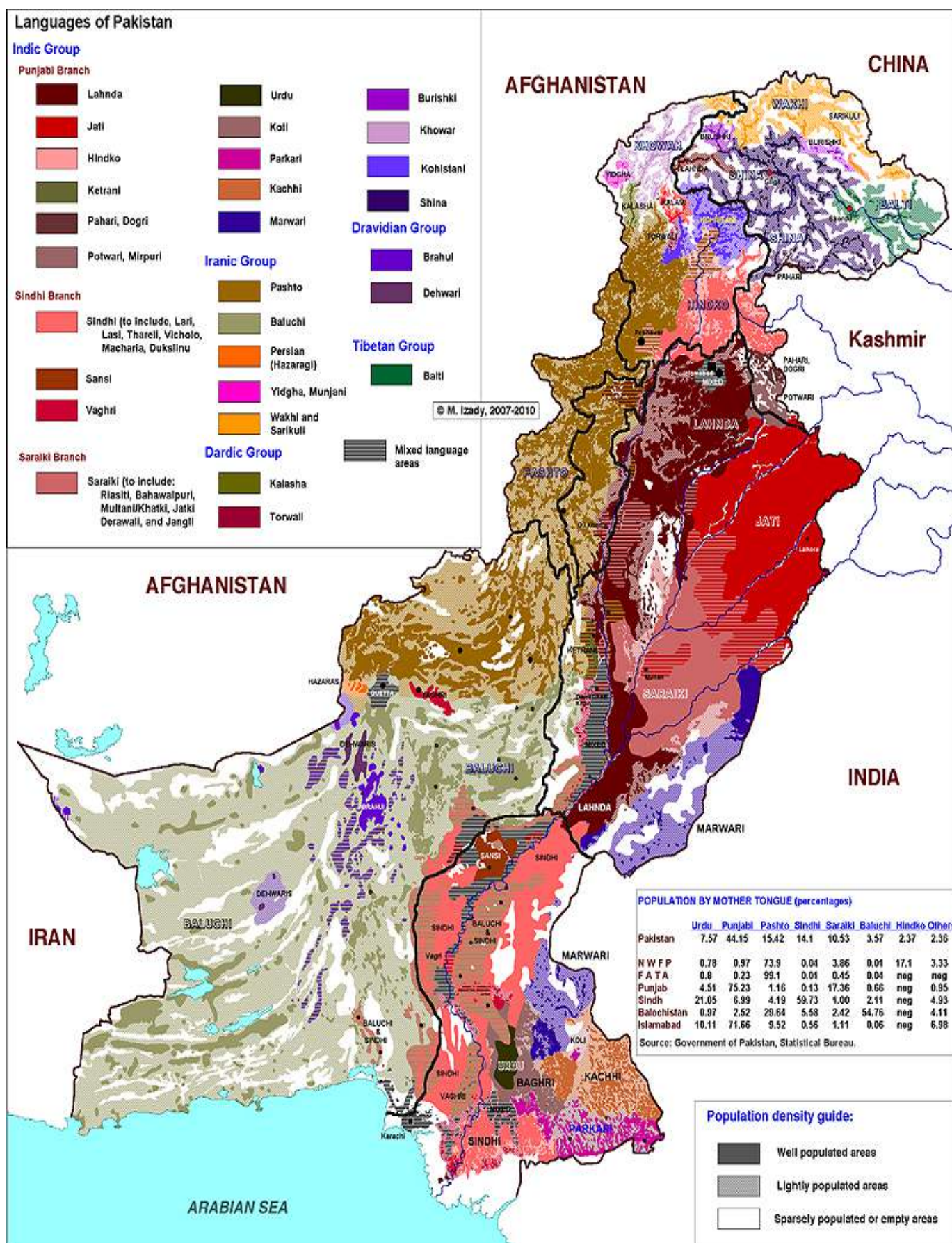
Elaborado própria, com base nas informações constantes e referenciadas nos itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 desta dissertação

ANEXO A - Mapa com a divisão dos grupos religiosos no Paquistão.



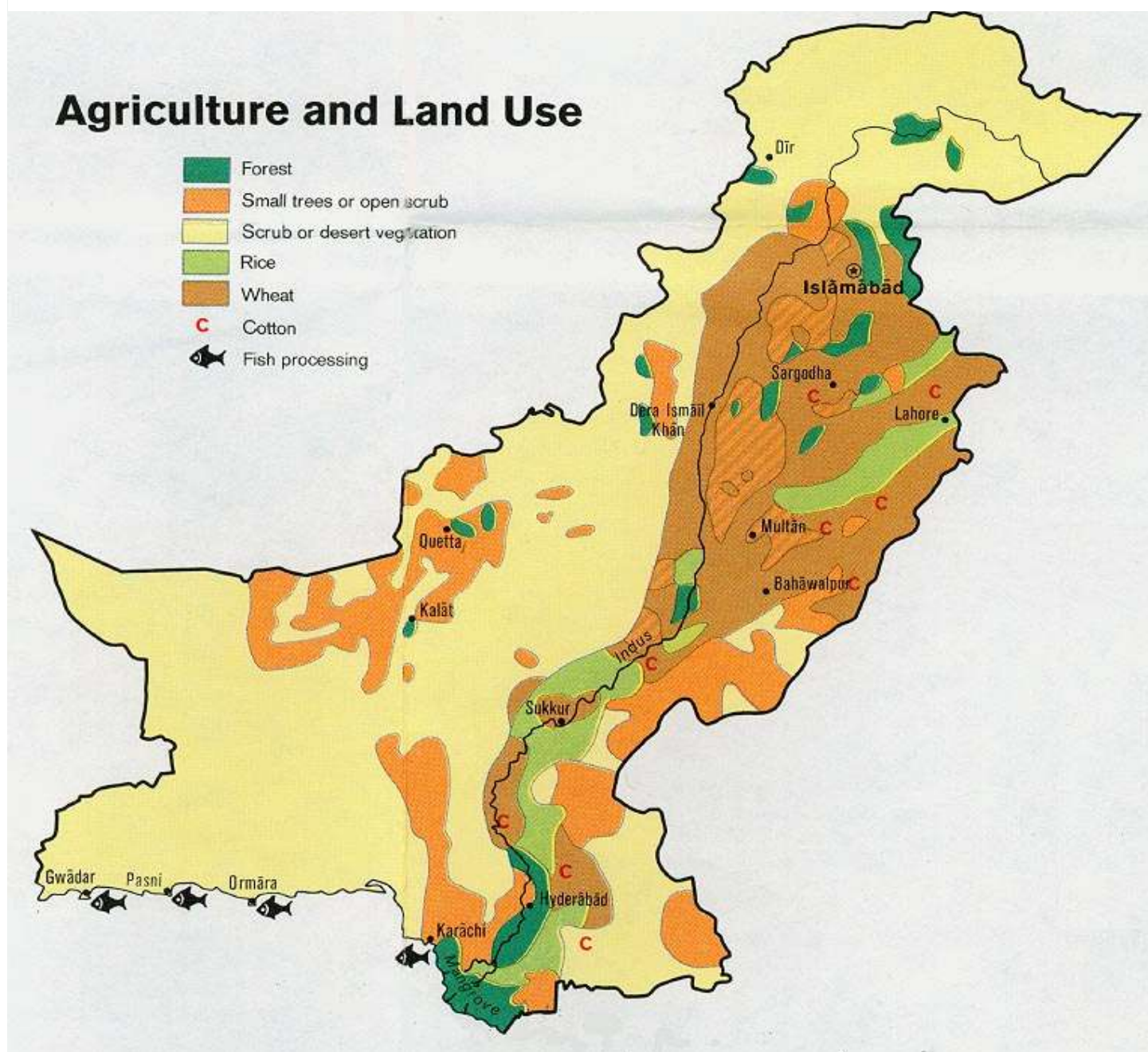
Fonte: Sítio Eletrônico THE GULF/2000 PROJECT. Disponível em: <http://gulf2000.columbia.edu/images/maps/Pakistan_Religion_Ig.jpg>, acesso em 08 de janeiro de 2010.

ANEXO B - Mapa com as divisões lingüísticas do Paquistão.



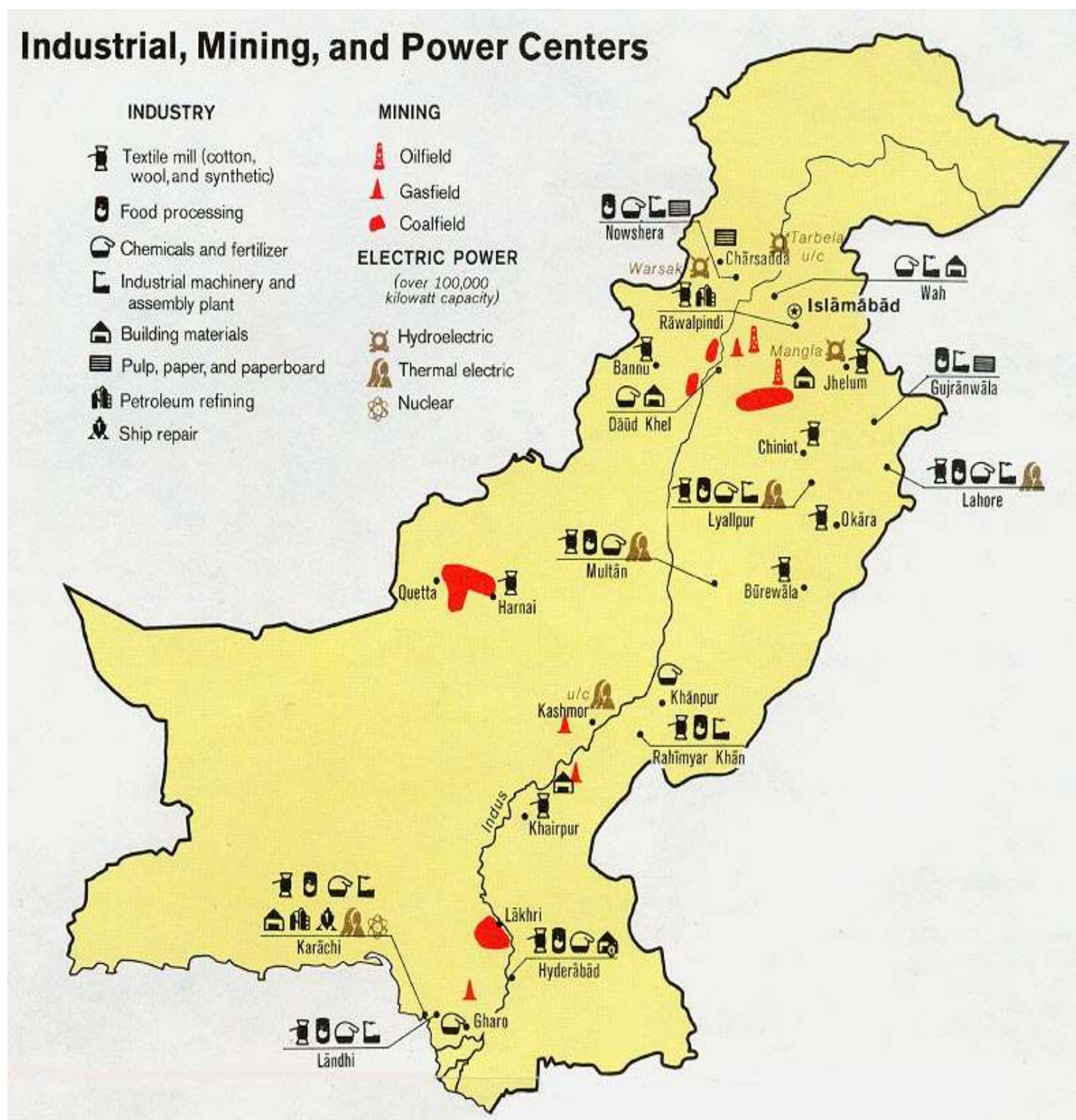
Fonte: Sítio Eletrônico do THE GULF/2000 PROJECT. Disponível em:
http://gulf2000.columbia.edu/images/maps/Pakistan_Baluchistan_Linguistic_sm.jpg, acesso em 08 de janeiro de 2010.

ANEXO C – Agricultura e Aproveitamento da Terra – Paquistão – 1973



Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection. Disponível em: http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/pakistan_ag_1973.jpg, acesso em 24 de abril de 2010.

ANEXO D - Produção Industrial, Mineração e Centros de Energia do Paquistão – 1973



Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection. Disponível em:

<http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/pakistan_ind_1973.jpg>, acesso em 24 de abril de 2010.

ANEXO E – Mapa Político do Paquistão - 2002



Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection. Disponível em: http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/pakistan_pol_2002.jpg, acesso em 24 de abril de 2010.

ANEXO F – Mapa Político da Índia - 2002



Base 802812AI (C00213) 10-01

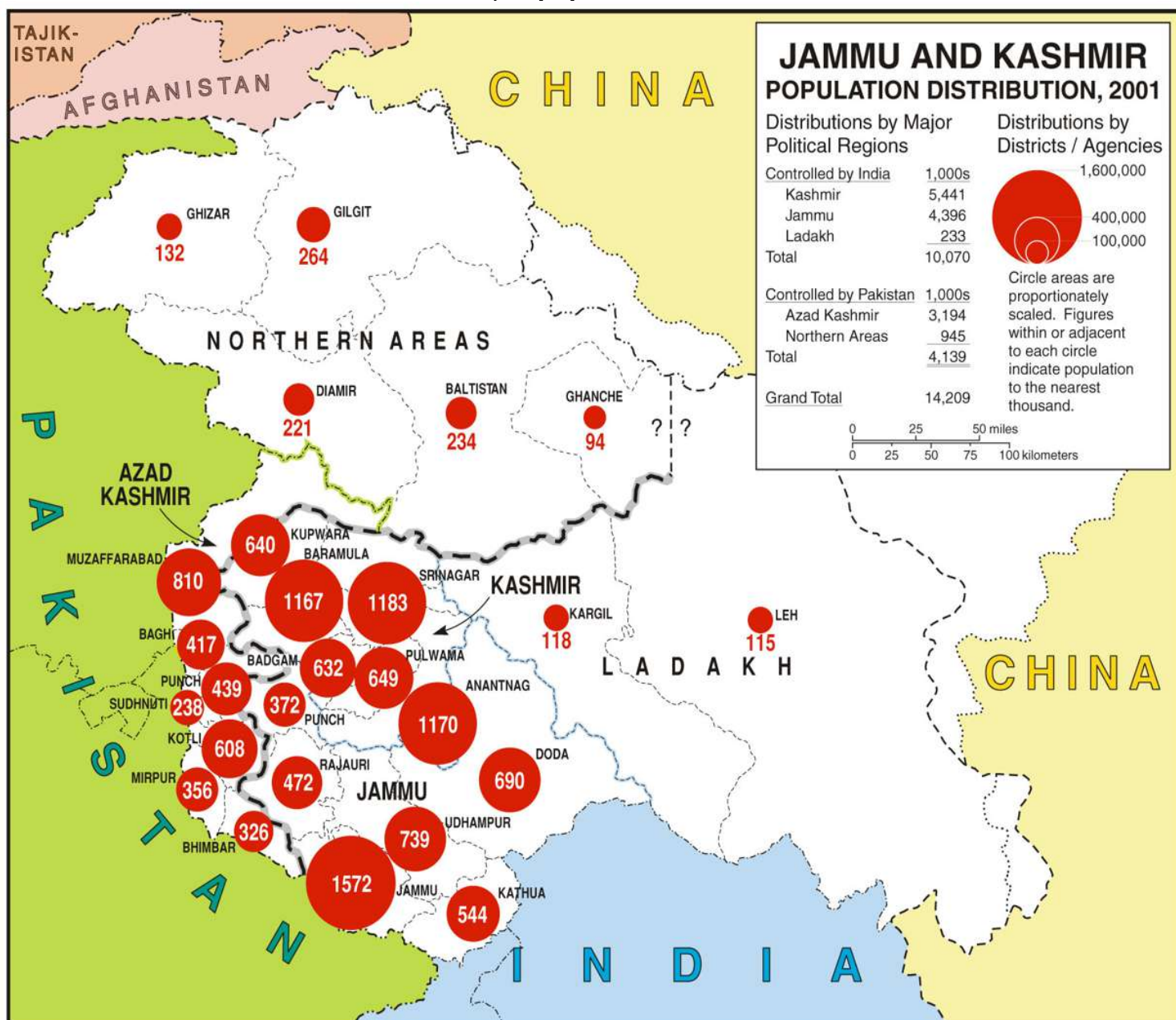
Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection. Disponível em: http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/india_pol01.jpg, acesso em 24 de abril de 2010.

ANEXO G – Áreas disputadas da Caxemira



Fonte: Sítio Eletrônico *Conciência Mundial Caxemira*. Disponível em: <<http://www.kashmirawareness.org/sections/?view=section&s=conflict>>. acesso em 15 de dezembro de 2009.

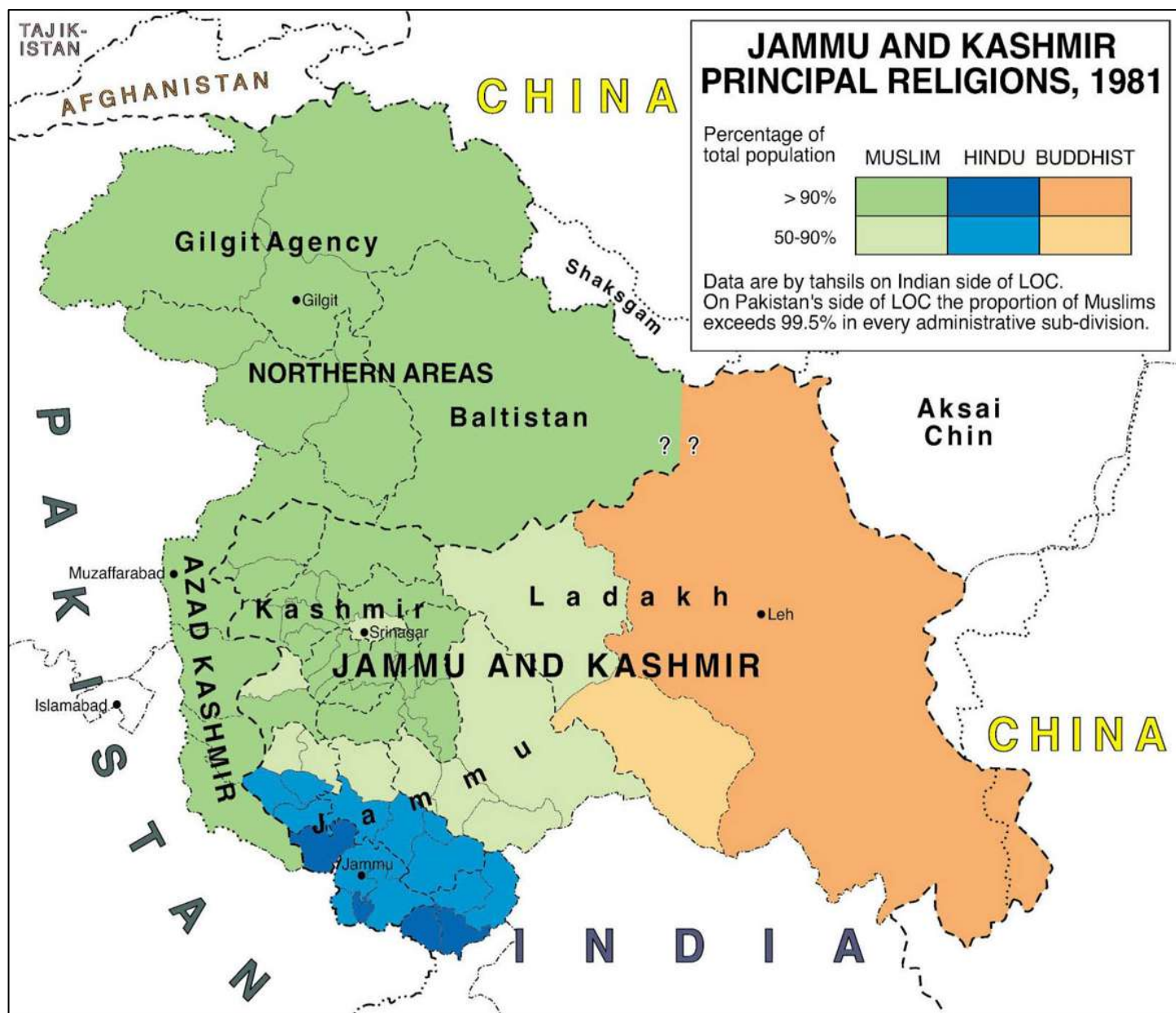
ANEXO H – Distribuição populacional da Caxemira - 2001



Fonte: Sítio eletrônico do Grupo de Estudos Caxemira. Disponível em:

<http://www.kashmirstudvaroup.net/awayforward05/maps/figure3_full.ipa>. acesso em 7 de novembro de 2009.

ANEXO I – Principais Religiões da Caxemira - 1981

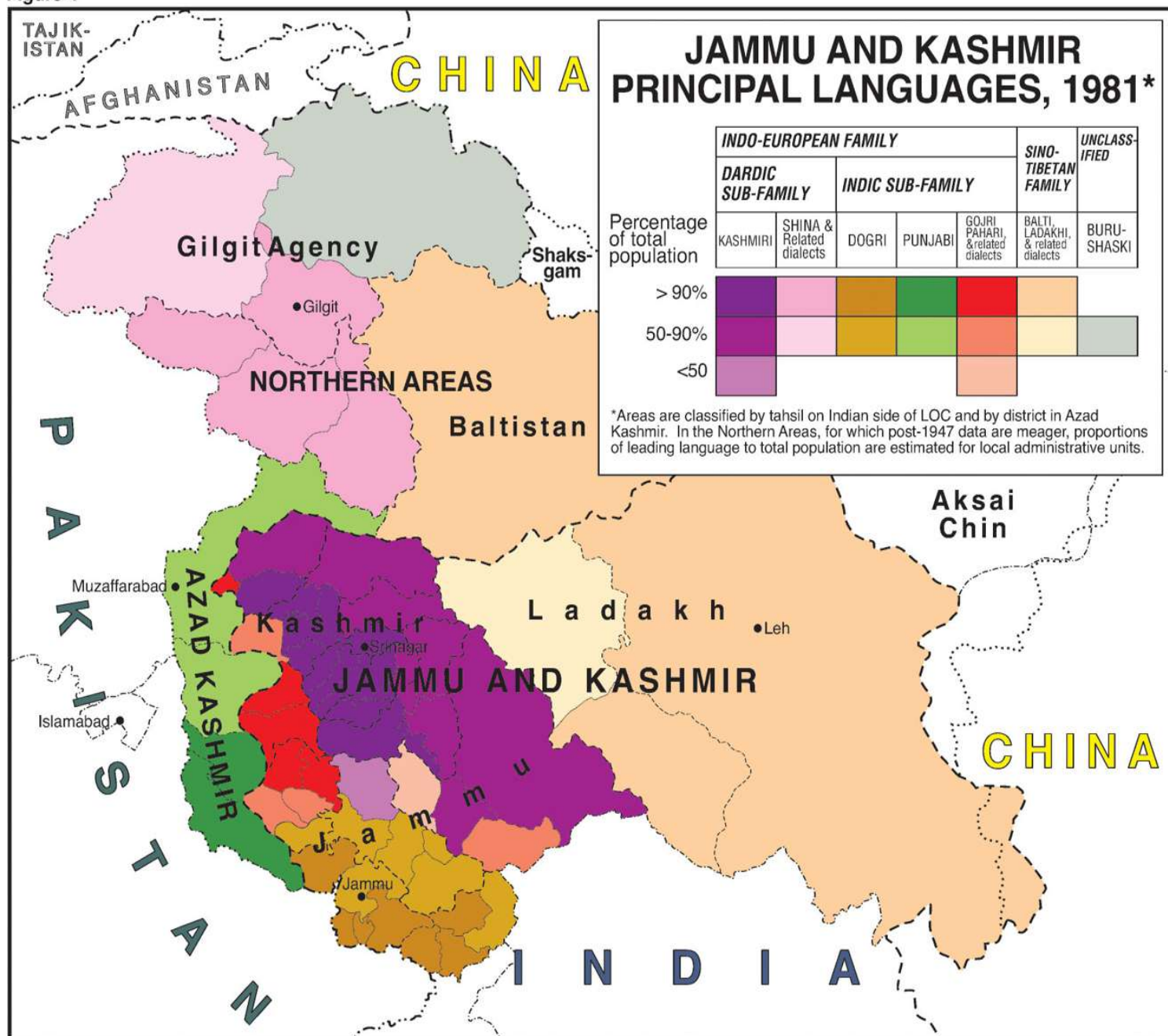


Fonte: Sítio eletrônico do Grupo de Estudos Caxemira. Disponível em:

<http://www.kashmirstudvaroup.net/imaacs/maps_imaacs/Fia5_v6.pdf>. acesso em 7 de novembro de 2009

ANEXO J – Principais Divisões Étnico-Linguísticas da Caxemira - 1981

Figure 4



Fonte: Sítio eletrônico do Grupo de Estudos Caxemira. Disponível em: http://www.kashmirstudygroup.net/awayforward05/maps/figure4_full.jpg, acesso em 7 de novembro de 2009

ANEXO K

Distribuição de Vagas para as Províncias na Assembléia Nacional do Paquistão.

Número de Assentos e Distribuição						
Distribuição Atual – desde 2002					Distribuição Anterior	
Província ou Área	Assentos Gerais	Assentos reservados		Total	Assentos Gerais	Assentos reservados para os não muçulmanos
		Para os não muçulmanos	Para Mulheres			
Capital Federal	2	10	-	2	1	10
Punjab	148		35	183	115	
Sind	61		14	75	46	
PFN ¹	35		8	43	26	
ATAF ²	12		-	12	8	
Baluchistão	14		3	17	11	
Total	272	10	60	342	207	TOTAL: 217

¹ Província da Fronteira Noroeste.

² Áreas Tribais Administradas pela Federação.

Adaptado de: **ELECTION COMMISSION OF PAKISTAN**. Disponível em:

<<http://www.ecp.gov.pk/content/ParliamentSeats.html>>, acesso em 11 de abril de 2010

ANEXO L

Resumo elaborado para a assistência da defesa de dissertação intitulada: **MORRER PELO PARAÍSO. O TERRORISMO INTERNACIONAL NA CAXEMIRA: entre a Guerra por Procuração e o Jihadismo Instrumental. 1989-2009.**

Autor: Edson José Neves Júnior

Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo

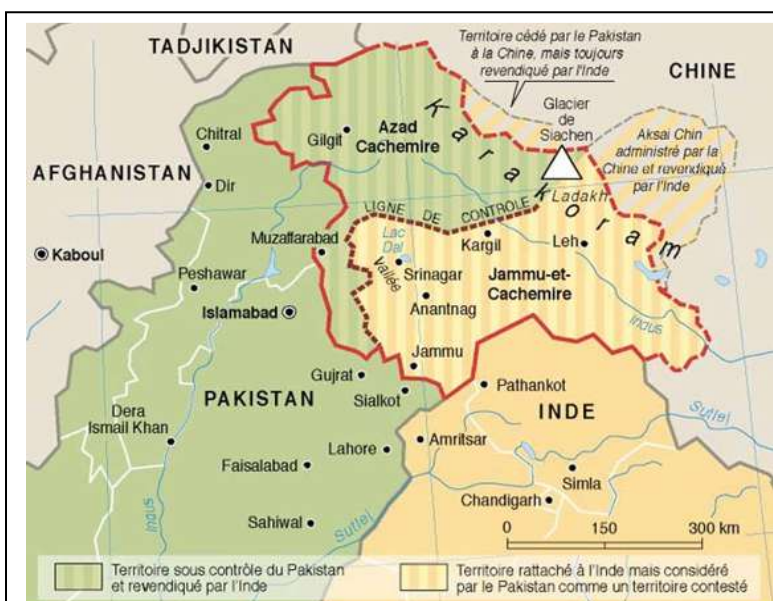
Mestrado em Relações Internacionais - UFRGS

Porto Alegre, 14 de junho de 2010

A dissertação, ora apresentada, pretende analisar a atuação de grupos terroristas islamistas paquistaneses na disputada região da Caxemira, no período que vai de 1989 a 2009. A hipótese principal defendida neste trabalho de pesquisa é que a criação e patrocínio de organizações religiosas extremistas no conflito entre Índia e Paquistão pela Caxemira é responsabilidade de setores estatais paquistaneses, notadamente o Exército nacional e a maior Agência de Inteligência do país, a Diretoria de Serviços de Inteligência Interligados, mais conhecida pela sigla e nome ISID – *Inter-Services Intelligence Directorate*. A utilização de forças religiosas particulares na disputa com a Índia, que já dura mais de sessenta anos (desde 1947), atende a uma estratégia de Política Externa do Paquistão calcada no recurso à “Guerra por Procuração” como ferramenta essencial para a continuidade de sua ação bélica na região.

Uma hipótese auxiliar, ou secundária, sustenta que, devido à liberdade de ação e fortalecimento político possibilitados por instituições estatais do Paquistão, essas organizações radicais estabeleceram relações de identidade transnacional assentadas em fatores étnicos e religiosos, e vínculos de fidelidade *subnacional* entre setores sociais paquistaneses, com os quais assume funções negligenciadas pelo poder público, como as de assistência social, criando *sublealdades* dentro do próprio território nacional. Essas ligações trans e subnacionais das organizações privadas lhes proporcionaram ampla margem de autonomia na região do subcontinente indiano, na Ásia Central e também na região do Oriente Médio, extrapolando o contexto caxemir.

Como forma de legitimar sua atuação na Caxemira, as organizações terroristas desenvolveram uma subversão da idéia da *Jihad*, na qual a guerra santa se transforma, por um lado, no único dever de qualquer fiel do Islã, e por outro, uma forma de promover uma limpeza religiosa contra todos aqueles que são considerados inimigos. Essa deformação instrumental de uma referência do islamismo, a jihad, além de fazer recrudescer a violência na região, tem proporcionado a formação de subdivisões suicidas na composição destas organizações extremistas, que atuam não só na Caxemira, mas também na Índia e em



PHILIPPE REKACEWICZ

Região da Caxemira disputada, principalmente, por Paquistão e Índia, mas também pela China.

Fonte: Le Monde diplomatique – Cartographie – Asie. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/reperescachemire>, acesso em 10 de maio de 2010.

outras regiões onde consideraram estar o Islã ameaçado, incluindo até o próprio Paquistão, desde seu ingresso na aliança no combate ao terrorismo, no período posterior aos ataques de 11 de setembro de 2001 (ver tabela a seguir).

Fatalidades envolvendo grupos terroristas e forças de segurança em território paquistanês, a partir da segunda metade do governo do General Pervez Musharraf (2003- 2008)

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Fatalidades - civis	140	435	430	608	1523	2155	5291
Fatalidades – pessoal de segurança	24	184	81	325	597	654	1865
Fatalidades – terroristas / insurgentes	25	244	137	538	1479	3906	6329

Fonte: Dados obtidos no sítio eletrônico: SOUTH ÁSIA TERRORISM PORTAL - Database. Disponível em: <<http://www.satp.org/satporgtp/countries/pakistan/database/sect-killing.htm>>, acesso em 09 de janeiro de 2010.

Contudo, a presença de forças religiosas privadas na Caxemira não era um fato inédito. Durante as grandes guerras pela região, em 1947-1948 e 1965, e nos conflitos menores ocorridos nestas mais de seis décadas, como a mini-guerra do Kargil, de 1999, o recurso aos militantes jihadistas foi amplamente utilizado pelos militares paquistaneses, aproveitando-se da disposição de setores religiosos radicais existentes no país. A diferença observada desde 1989 foi a formação de organizações, relativamente autônomas, desses guerreiros, que não mais atuavam apenas em articulação com as forças de segurança formais paquistanesas.

As causas do surgimento dessas organizações terroristas na conjuntura do final da década de 1980 são três: 1º - o fim da ocupação do Afeganistão pelos soviéticos neste mesmo ano, o que possibilitou o deslocamento dos mujahidins (os auto-intitulados “guerreiros da liberdade”) para a frente caxemir, 2º - as mudanças ocorridas no contexto da Caxemira administrada pela Índia, no qual se observa a sublevação popular decorrente da manipulação das eleições de 1987 por representantes do governo de Nova Delhi, e 3º - a disposição de militantes preparados nas escolas corânicas, os madraçais, de acordo com o tipo de jihad desejado na Caxemira.

O aparecimento de grupos políticos radicais no Paquistão, como os que apóiam ou compõem as organizações terroristas na Caxemira, e que contestam, inclusive, a legitimidade do poder estatal central, pode ser explicado por fatores desagregadores e desestabilizadores observados na evolução da história do país. Entre estes fatores, cito: A - uma história de independência e formação conturbada; B - a presença de fracas democracias e longos períodos de ditadura militar; C - o poder e liberdade concedidos aos setores políticos religiosos ao longo da história do país, mas com mais intensidade durante o governo do general Zia ul-Haq, de 1977 a 1988, no qual ocorreu uma islamização da sociedade e das instituições estatais; D – as divisões e tensões entre grupos étnicos e religiosos dentro do país; E – o apoio dos EUA às ditaduras militares e aos grupos radicais, principalmente durante a ocupação soviética no Afeganistão, e; F – os percalços para a formação de uma problemática identidade nacional islâmica, sempre desejada, mas pouco observada na atualidade.

Considerados a história da contenda, a dinâmica de atuação do Paquistão na disputa e o surgimento de organizações terroristas islamistas como atores importantes na atualidade, é pouco verossímil pensar na pacificação da região no curto e médio prazo. A multiplicidade de atores e a complexidade assumida na definição da questão da Caxemira fazem crer que um exitoso processo de paz demandará, no mínimo, tempo similar ao que foi despendido até o momento para a evolução do conflito.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)